

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

A ELITE POLÍTICA MUNICIPAL E DISTRITAL DO PORTO
(1926-1945)

Eliana Brites Rosa

Dissertação de Mestrado em Estudos Locais e Regionais

Trabalho Realizado Sob a Orientação do Prof. Doutor Manuel Loff

Porto

2009

Eliana Brites Rosa

A ELITE POLÍTICA MUNICIPAL E DISTRITAL DO PORTO
(1926-1945)

Porto

2009

Eliana Brites Rosa

Dissertação de Mestrado em Estudos Locais e Regionais apresentada à Faculdade de Letras
da Universidade do Porto

Sob a orientação do Prof. Doutor Manuel Loff

2009

Agradecimentos

A presente dissertação de mestrado em Estudos Locais e Regionais decerto não existiria sem o contributo de todos que se disponibilizaram a colaborar na investigação e reflexão durante os últimos anos, aos quais se torna imperioso agradecer reconhecidamente agora que este empreendimento chega ao seu termo.

Em primeiro lugar, ao meu orientador, Prof. Doutor Manuel Loff, professor que muito admiro e que constitui para mim uma referência no domínio da História Contemporânea. Por prontamente aceitar dirigir este projecto, apesar dos seus inúmeros compromissos, pelo profissionalismo e rigor com que acompanhou todo este processo, pela confiança manifestada e pela partilha do seu saber revelada na pertinência das suas sugestões e críticas durante a leitura e revisão do trabalho.

Aos professores dos seminários do mestrado, nomeadamente à Prof.^a Doutora Inês Amorim pelos ensinamentos sobre ética e deontologia da investigação em História e ainda por todo o apoio manifestado, sempre que dele precisei...; e à Prof.^a Doutora Amélia Polónia pelo conhecimento transmitido sobre metodologia científica.

O meu agradecimento dirige-se, ainda, ao Prof. Doutor Xosé Manoel Núñez Seixas, meu orientador dos estudos levados a cabo no curso de Estudos Contemporâneos na Universidade de Santiago de Compostela, pelo precioso aconselhamento científico e cooperação nos obstáculos enfrentados.

Devo também reconhecer o prestável serviço dos diversos organismos durante o levantamento e consulta dos acervos documentais usados neste estudo.

Uma palavra de enorme apreço para os meus amigos, pelo seu alento, estímulo e ajudas prestadas.

Por fim, o maior dos reconhecimentos aos meus pais pelo apoio e oportunidade que me dão em prosseguir os meus estudos académicos e à minha irmã pelo seu auxílio e amizade.

Resumo

A presente dissertação tem por objectivo central fazer a caracterização sociológica e política da elite portuense, que desempenhou os cargos políticos de vereadores e presidentes da Câmara Municipal e Governadores Civis, na cidade do Porto, durante o período de institucionalização e consolidação do Estado Novo (1926-1945).

Trata-se um estudo exploratório que se sustenta num levantamento biográfico, permitindo caracterizar e reflectir sobre quem desempenhou cargos de direcção e administração da vida política local durante o período de transição de regime republicano para o regime ditatorial e na fase de consolidação do Estado Novo. Neste sentido foi privilegiado o método prosopográfico, o qual permitiu não só conhecer a(s) biografia(s) desta elite, mas também traçar a carreira-padrão, as ideologias políticas de quem administrou o Porto e ainda estabelecer as rupturas e continuidades na lógica de recrutamento do poder local.

As fontes seleccionadas para a realização deste estudo estão incluídas nos Arquivos Históricos de várias instituições portuenses e no Arquivo Histórico Militar de Lisboa. Procedeu-se ainda ao levantamento de informação contida em vários jornais locais e nacionais e em de obras de compilação biográfica.

Nesta tese procura-se sustentar a ideia de que o Estado Novo para se institucionalizar e consolidar na cidade do Porto criou uma “nova elite”, constituída por indivíduos relativamente jovens, sem passado político, com formação universitária, que se dedicavam especialmente às actividades liberais e à docência, e que tiveram origem social, na sua maioria, em famílias consideradas ilustres e em elites de interesses económicos.

Abstract

The main purpose of the present thesis is to make a sociologic and political characterization of Porto's elite, which performed the political offices of Town Councillors, Lord Mayors and Civil Governors throughout the consolidation and institutionalization of the Estado Novo (1926-1945).

It is an exploratory study founded on a biographic survey, enabling the characterization and reflection on who has performed direction and administration offices in the local political life during the period of transition between the military dictatorship and the dictatorial regimes and in the consolidation stage of the Estado Novo. In this regard, the prosopographic method was privileged, which enabled not only to acquaint the biographies amongst this elite, but also to outline the standard career and the political ideologies of those who administrated Porto, and even to establish the ruptures and the continuities in the logic of the local power recruitment.

The selected sources to the attainment of this study are included in the Historical Archives of several Porto's institutions and in the Military Historical Archive of Lisbon. Still, a survey of information comprised in several local and national newspapers and biographical compilations has proceeded.

It is the purpose of this thesis to reinforce the concept that the Estado Novo, in order to institutionalize and consolidate itself in Porto, has created a "new elite" composed by relatively young individuals with no political or university past, who take part on liberal activities and instruction, and who have a social background of economic and upper-class elites.

Índice Geral

Agradecimentos	5
Resumo	7
Abstract	8
Índice geral	9
Introdução.....	12

1.ª Parte

Capítulo I: Introdução ao tema da Elite.....	21
1.1.O conceito de Elite	21
1.2. O estudo das elites e os seus precursores: Pareto, Mosca e Michels	25
1.3. O estudo das elites nos séculos XX e XXI.....	34
Capítulo II: O estudo das elites e a Historiografia	41
2.1. O estudo das elites e a Historiografia	41
2.2. O estudo das elites e a Historiografia Portuguesa	45
2.3. O estudo das elites do Estado Novo	48
2.4. O estudo das elites locais e regionais do Estado Novo.....	66

2.ª Parte

Capítulo III: A institucionalização e consolidação do Estado Novo (1926-1945)... 75

3.1. Antecedentes do 28 de Maio	76
3.2. O 28 de Maio.....	78
3.3. O período de transição da Ditadura Militar para a institucionalização do Estado Novo (1926-1933/34)	80
3.4. Da institucionalização e consolidação até à primeira crise política do Estado Novo (1934-1945)	87

Capítulo IV: A Reforma Administrativa do Estado Novo nos anos 30: controlo e interferência directa do Governo sobre a Administração Local..... 90

4.1. A Reforma Administrativa de 1936-1940	90
4.2. A Câmara Municipal	98
4.3. O Governo Civil	106

3.ª Parte

Capítulo V: A elite municipal e distrital do Porto (1926-1945)..... 115

5.1. Traços gerais da sociedade portuguesa nas primeiras décadas do século XX	115
5. 2. Perfil socio-político dos vereadores do Porto (1926-1945)	127
5.2.1. Idade, origem geográfica e social	127

5.2.2. Formação e profissão.....	135
5.2.3. Carreira profissional e política	141
5. 3. Perfil socio-político dos presidentes da Câmara Municipal do Porto (1926-1945)	
5.3.1. Idade, origem geográfica e social	148
5.3.2. Formação, Profissão e carreira profissional	153
5.3.3. Carreira política	163
5. 4. Perfil socio-político dos governadores civis do Porto (1926-1945).....	168
5.4.1. Idade, origem geográfica e social	168
5.4.2. Formação, Profissão e carreira profissional	176
5.4.3. Carreira política	183
Conclusões	189
Fontes e Bibliografia	197
Anexos	222

Introdução

A presente dissertação tem por objectivo central fazer a caracterização sociológica e política da elite portuense, que desempenhou os cargos de vereadores e presidentes da Câmara Municipal e Governadores Civis, na cidade do Porto, entre 1926 e 1945, fase de institucionalização e consolidação do Estado Novo, que começa com o golpe militar de 28 de Maio de 1926 e termina com a crise interna agravada pelo conflito mundial, de 1945, dando início a uma nova fase da ditadura portuguesa. O processo de construção e consolidação do Estado Novo ocorreu durante 19 anos, no decurso dos quais Salazar ascendeu politicamente, integrou a elite ministerial da Ditadura Militar, desenvolveu o alegado “milagre das finanças” e chegou à Presidência do Conselho, onde permanece durante décadas. Para além da ascensão pessoal do Ditador, foram lançadas as bases políticas, jurídicas, ideológicas e institucionais, que fizeram parte do regime até à Revolução dos Cravos. Por isso, estudar a primeira fase do Estado Novo revela-se muito importante, não só para clarificar o processo de edificação, mas também compreender o seu desenvolvimento.

Este estudo pretende contribuir para o conhecimento do processo da institucionalização e consolidação do Estado Novo, com particular enfoque, na cidade do Porto, através do recrutamento das elites dirigentes, o que nos permitirá compreender as dinâmicas do controlo do poder local e regional. Se conhecermos a elite portuense que ocupou os quadros políticos da Câmara Municipal (Presidentes e Vereadores) e assumiu o cargo de Governador Civil do Distrito do Porto podemos, por um lado, perceber as estratégias adoptadas para institucionalizar e legitimar o novo regime na cidade e, por outro lado, entender a relação do Estado Novo com a sociedade portuguesa em geral e a portuense em particular e, especialmente, a sua capacidade de penetração na sociedade

tendo em consideração como se articulou à escala local e como este processo foi liderado por Salazar e, por sua vez, pelo Ministério do Interior através dos Governadores Civis. Este estudo também permitirá lançar hipóteses sobre as relações entre a elite portuense e o Governo central, tendo por isso em conta este conjunto como um todo, estruturado hierarquicamente e integrado por distintos níveis. O estudo sociológico das elites políticas locais portuenses revela-se pertinente porque, embora se trate de um pequeno subsistema, tem um papel determinante dentro de um sistema mais envolvente e complexo que é o Estado Novo.

O estudo centra-se na cidade do Porto, por vários motivos: i) por ser o segundo aglomerado populacional do país e o primeiro do Norte de Portugal; ii) pelo papel desempenhado ao longo de séculos na construção de alternativas políticas, em boa parte da época contemporânea, de defesa dos valores liberais; iii) por ser uma cidade de predominância burguesa, cujas elites se dedicam, na época contemporânea, à indústria, comércio e banca; iv) onde o republicanismo terá tido sucesso, devido a um maior enraizamento numa classe média urbana e escolarizada. Por tudo isto, a cidade do Porto encerra em si, *a priori*, condições que seriam vistas com prudência pelo novo regime que se erguia e que por isso se torna muito interessante analisar a estratégia aplicada nesta cidade.

A dimensão local dos acontecimentos, longe de constituir um obstáculo para a necessária síntese global, deve servir para revelar a complexidade dos diferentes fenómenos históricos que são objecto da nossa atenção e fazer o necessário contraponto nas discontinuidades, isto é, para que as fracturas de tempo e espaço não sejam vistas como obstáculos para a sua compreensão, mas como elementos integrantes de sua mesma essência. Os estudos realizados na dimensão local e regional revelam a capacidade de aprofundar, à escala local, explicações que podem favorecer uma dimensão mais ampla.

Por isso, deve ser tido em consideração que a institucionalização do Estado Novo sofreu variações territoriais, porque teve de se adaptar a cada cidade e região de forma particular.

A escolha deste tema foi influenciada por vários trabalhos historiográficos (analisados na 2.º capítulo) dos quais destaco a tese de mestrado de Teresa Pereira (PEREIRA, 1998), cujo objectivo central foi traçar o perfil biográfico e decifrar a carreira padrão dos indivíduos que foram nomeados para os cargos de vereadores, presidentes da Câmara de Lisboa e Governo Civil dessa cidade, entre 1926 e 1945. Para tal, estudou as seguintes variáveis: naturalidade, formação, profissão, idade de acesso ao cargo, cargos políticos exercidos antes e depois da Autarquia e do Governo Civil de Lisboa, ligações a partidos e ideologias políticas, com o objectivo de observar os critérios que estavam na base do recrutamento para os respectivos cargos. A autora centrou a sua investigação no período da transição da Ditadura Militar para a institucionalização e consolidação do Estado Novo (1925-1945).

Outro trabalho referenciado é o estudo de Rui Ramos (1986) sobre as relações entre o poder central e os poderes periféricos em Vila Real (1934-1939), no qual o autor concluiu que o Governador Civil teve um papel-chave no processo de instalação da Ditadura, que tinha por finalidade retirar do poder político local a “velha elite” e criar uma nova elite, que se identificasse e fizesse parte da *Situação*. Havia o objectivo de criar novos influentes em Vila Real, cujo poder tivesse origem e limites no próprio regime, de forma a acabar com o caciquismo, um dos fenómenos que o poder central quis aniquilar desde o primeiro momento.

Manuel Baiôa realizou dois estudos no Alentejo, um em Portalegre (1997) e outro em Évora (2000), sobre as elite políticas na transição da I República para a Ditadura e concluiu que o Estado Novo seleccionou e recrutou os quadros políticos locais, com base na disponibilidade da(s) elite(s). De acordo com Baiôa uma cidade como Évora, tem maior

diversidade de tipologias de elites, o que permitiu construir uma nova elite política, enquanto que numa cidade pequena como Portalegre o regime não teve outra solução senão integrar elementos externos à Situação.

Estes estudos inspiraram a escolha do tema e ofereceram noções teóricas muito importantes, que serão aplicadas e observadas no estudo para a elite portuense. Saliento que estes estudos citados também me apoiaram na busca de fontes, na selecção de bibliografia e na adopção dos métodos científicos.

A escolha do conceito elite deve-se ao facto de este possibilitar descrever uma situação de superioridade social de um grupo, num determinado contexto histórico e geográfico. Este conceito como muitos outros utilizados pelas ciências sociais, como é o caso de «aristocracia», «classe altas», «classes privilegiadas», «poderosos» e «influentes», comporta algumas ambiguidades. No entanto, consideramos que a aplicação no caso em concreto deste estudo, se justifica plenamente. Como foi possível verificar ao longo da revisão da literatura o conceito de elite é abrangente e operacional.

O presente trabalho remete-nos para um conjunto restrito de pessoas que, pela posição social que ocupavam, acabaram por exercer cargos de Vereadores, Presidentes da Câmara e Governadores Civis do Porto. Trata-se, portanto, de uma elite local e regional que se distinguia pela sua capacidade económica, social e cultural, mas em particular pela congregação de outros factores: a ideologia, a formação, relações pessoais/familiares (laços endogâmicos). O conceito utiliza-se neste trabalho exclusivamente com carácter operativo ou instrumental. O propósito do seu emprego é a mera descrição de uma realidade: a existência de grupos sociais minoritários ocupando posições igualmente minoritárias.

A presente tese de investigação, sobre a elite política municipal e distrital do Porto, vai nos dar uma visão inevitavelmente parcial da sociedade e da estrutura de poder.

Contudo, é importante salientar que o político tem um peso específico próprio e por isso estudar as instituições de poder local e quem ocupa os cargos não é uma tarefa vã.

A elite política local do Estado Novo, tende a identificar-se em grande medida com a elite estatal. O sistema de selecção das elites políticas diferencia os regimes democráticos dos não democráticos. Neste último caso, as elites são seleccionadas desde de cima, designadas e não eleitas. O aparelho hierárquico joga um papel importante. Neste contexto, a cooptação dentro dos diferentes ramos do aparelho de Estado, e muito especialmente entre grupos ou famílias ideológicas, é um fenómeno generalizado.

O presente trabalho é um estudo exploratório que se sustenta num levantamento biográfico, permitindo caracterizar e reflectir sobre quem desempenhou cargos de direcção e administração da vida política local durante o período de transição de regime republicano para o regime ditatorial e na fase de consolidação do Estado Novo. Neste sentido, foi privilegiado o método prosopográfico, o qual permitiu não só conhecer a(s) biografia(s) desta elite, mas também traçar a carreira-padrão, as ideologias políticas de quem administrou o Porto e ainda estabelecer as rupturas e continuidades na lógica de recrutamento do poder local entre a Ditadura Militar e a primeira fase do Salazarismo. Para isso, foi necessário fazer o levantamento biográfico dos vereadores e presidentes da Câmara Municipal e Governadores Civis do Porto de 1926 a 1945.

Estudar a elite política local do Porto remeteu em primeiro lugar para a (re)construção de um suporte teórico sobre o conceito de elite, depois para a realização do estado da questão, para se conhecer exactamente que estava feito e o que faltava fazer dentro do tema das elites do Estado Novo. Em segundo lugar, procedeu-se ao levantamento bibliográfico sobre o contexto político em que emergiu a Reforma Administrativa e a elite política em análise actual. Também foi necessário realizar um estudo à legislação que regulava as nomeações, exonerações, assim como as funções e competências dos cargos e

das instituições (Câmara Municipal e Governo Civil). Por último, procedeu-se ao levantamento dos dados biográficos.

Sobre a metodologia aplicada ao desenvolvimento desta investigação, deve dizer-se que passou por várias etapas. No meu trajecto académico nunca havia elaborado qualquer tentativa de aproximação à temática das elites, daí que tenha sentido necessidade de sistematizar informação sobre o conceito e o estado da questão na historiografia portuguesa, uma vez que são os escassos os trabalhos que conheço portadores de abordagens afins. Por outro lado, a construção de biografias envolve um levantamento exaustivo de fontes, que muitas vezes dificulta a apreensão de visões de conjunto, ou a assunção de interpretações sobre a matéria. Espero que o inventário de fontes e de bibliografia que construí é útil para outros investigadores que se interessem sobre o tema em análise.

As fontes seleccionadas para a realização deste estudo estão incluídas nos Arquivos Municipal e Distrital do Porto, no Arquivo Histórico Militar e no Arquivo Central da Reitoria da Universidade do Porto. Ainda recenseamos informação, muito importante, contida em vários jornais locais (*Jornal de Notícias*, *O Primeiro de Janeiro* e *o Comércio do Porto*) e nacionais (*O Século*, *Diário de Notícias* e *Diário da Manhã*), além de obras de compilação biográfica, como dicionários e enciclopédias, alguns dos quais foram publicados durante o Estado Novo como *Quem é Alguém* e a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. (aplicados como fontes documentais neste trabalho).

Quanto às limitações e dificuldades com que me deparei, no decurso da investigação, podem assumir características de diversa índole. Centrar-me-ei naquelas que se referem a aspectos logísticos, com implicações no levantamento de informação e consequências ao nível do aprofundamento de certas temáticas. Os constrangimentos financeiros impediram a realização de mais frequentes e demoradas deslocações a Lisboa

para efectuar pesquisas que permitiriam aprofundar as biografias, a análise da ideologia dos membros da elite e o processo de selecção dos políticos. Teria sido importante uma consulta aos arquivos do Ministério do Interior e ao Arquivo Salazar para suprir as lacunas apontadas. Espero, todavia colmatá-las em investigações futuras, nas quais pretendo aprofundar a análise do discurso das elites, de forma a complementar o estudo prosopográfico realizado.

A presente tese está organizada em três partes. A primeira é uma introdução teórica ao estudo das elites, na qual se faz uma breve reflexão sobre os principais teóricos e a história dos estudos das elites. Também se considerou necessário efectuar a mesma análise no âmbito das Ciências e Sociais e Históricas em Portugal. Para finalizar, apresentam-se vários trabalhos realizados em Portugal sobre as elites do Estado Novo, de forma a apresentar o lastro teórica do presente estudo.

A segunda parte divide-se em três capítulos. O primeiro aborda a institucionalização do Estado Novo (1926-1945), no qual se contextualiza historicamente a análise prosopográfica da elite portuense. O segundo apresenta e reflecte sobre a reforma administrativa de 1936/40, que rompe com o passado republicano, de ideologia descentralizadora e práticas eleitorais, assumindo e legitimando uma postura centralista e centralizadora. O terceiro capítulo apresenta as competências e as funções atribuídas à elite local municipal e ao Governador Civil, representante do Estado na cidade portuense. É muito importante perceber o papel atribuído pelo Código Administrativo de 1936/40 à elite política local do Estado Novo.

Na terceira e última parte, faz-se a caracterização socio-política da elite do Porto (1926-1945). Esta análise tem por base variáveis que darão informações relevantes sobre: média de idade com que se ocupa os cargos políticos, a origem social e geográfica, a profissão, a formação, a carreira profissional e percurso político. Dando desta forma

resposta(s) à questão que norteia esta dissertação: Quem governa a cidade Porto na Ditadura Militar e primeira fase do Estado Novo (1926-1945)?

A presente dissertação insere-se na *dimensão* da História Social, numa abordagem com relação ao campo de observação da História Local e Regional e no *domínio* da História das Elites. O presente trabalho é um contributo para o estudo das elites municipais e distritais do Estado Novo e, também, no âmbito dos estudos sobre a configuração e recrutamento das elites políticos em regimes autoritários. Acima de tudo, pretende contribuir “Per una storia sociale del politico” (ROMANI; BERNARDO ARES, 2005) do Estado Novo.

1.^a Parte

Capítulo I. Introdução ao estudo da Elite

1.1. O conceito de Elite

O termo *elite* começa a ser usado em França, na Idade Média, para designar ‘a nata ou a flor’ de produtos comerciais. Por volta do século XVIII, o significado semântico desta palavra é ampliado, aplicando-se à distinção e selectividade entre pessoas e grupos sociais (TRAVIS JR., 1987: 389).

Numa reflexão sobre o tema Scott (1990: IX) salienta que a palavra *elite* tem as suas raízes na noção de ‘o eleito’ por Deus, o autor dá a entender que as elites legitimavam a sua existência e o seu poder com base num direito divino. O facto é que o conceito é introduzido em vários idiomas e é aplicado até actualidade.

Apesar disso, o conceito de *elite* teve um percurso atribulado no seio das ciências sociais, especialmente na Sociologia e na Ciência Política, como salienta Bottomore (1964: 7), o termo só começa a ser usado em estudos políticos e sociais na Europa, em finais do século XIX, e nos casos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, mais tarde, só a partir de 1930, quando as teorias sociológicas das elites começam a ser difundidas, sobretudo as de Vilfredo Pareto.

Embora este conceito tenha sido tardiamente introduzido no vocabulário quotidiano e científico, devemos ter em consideração que o fenómeno a que se refere é tão antigo como a humanidade, está presente em todas as sociedades do planeta, nas diversas épocas e contempla múltiplos modelos organizacionais. As sociedades tendem a construir uma hierarquia social, uma estrutura, na qual os membros pertencentes aos grupos de poder (ideológico, cultural, religioso, económico, militar e político) ocupam os lugares de destaque e de direcção. Por isso, as questões que se prendem à organização social, à

estrutura de poder e aos grupos dirigentes fizeram parte desde sempre do pensamento intelectual do Ocidente.

De acordo com alguns autores (SCOTT, 1990, BESSA, 1993) as primeiras reflexões em torno destes temas surgem na Antiguidade Clássica com Platão.

Segundo Scott (1990: IX) o filósofo grego foi o primeiro a reconhecer a importância da dimensão dos grupos na análise política. Como veremos mais adiante esta questão será explorada por Mosca e marcará os estudos em ciências sociais durante o século XX. Já Bessa (1993: 42-130) afirma que o filósofo grego analisou a sociedade e a organização política do seu tempo, reflectindo também sobre as competências técnicas e morais dos quadros políticos activos na sua época. A análise chegou a conclusões pouco animadoras, que influenciaram Platão a lançar as bases de uma doutrina que marcou o Ocidente durante vários séculos, a Utopia. De facto, desde a Antiguidade até ao século XIX, filósofos utópicos, como Thomas Morus, Campanella, Francis Bacon, Jean-Jacques Rousseau, Charles Fourier, Robert Owen, Auguste Comte, entre muitos outros, analisaram a organização social e política da sua época e construía projectos de sociedade perfeitas (BESSA, 1993: 42-130). Segundo Bessa (1993: 176) a reflexão utópica que se desenvolveu durante estes séculos deve ser considerada a primeira aproximação ao tema da elite.

No final do século XIX e inícios do século XX a ciência vive rápidos progressos, introduzindo-se várias alterações e novidades, a nível dos objectos e dos conceitos científicos (RONAN, 1988: 611). As teorias de Lamarck e de Darwin influenciaram o pensamento científico da sua época, até mesmo o das ciências sociais. Por isso, Spencer elabora a teoria da evolução universal, na qual aplica os princípios evolucionistas da biologia ao social, comparando a sociedade a um organismo animal e ao seu funcionamento (MARQUER, 1957: 1571). Neste contexto a análise sobre a organização social, a estrutura do poder e os detentores do poder político ganha um novo

enfoque, no qual estava subjacente uma preocupação científica, influenciada pela teoria do evolucionismo de Darwin e, por isso, é abandonada a utopia platónica que tinha acompanhado o pensamento ocidental até ao momento, adoptando-se um pensamento céptico, pessimista e realista, abandonando-se a crença na sociedade perfeita (BESSA, 1993: 177). Nesta época os intelectuais e cientistas sociais adoptaram posturas teóricas pessimistas porque estavam descontentes com as instituições políticas vigentes e as elites instaladas no poder. Assim, nascem as primeiras formulações teóricas, com bases científicas, sobre os grupos dominantes, buscando respostas sobre a sua sociologia e o seu funcionamento interno. Muitos teóricos pretendiam definir o conceito de *elite*, saber quem a constituía e porque se mantinham no poder. Ao longo desta trajectória surgiram várias definições e explicações mais ou menos polémicas, do ponto de vista científico e ideológico. A escola italiana dos princípios do século XX iniciou o estudo científico das elites e assume perspectivas teóricas polémicas, que abrem o debate sobre o poder e sobre quem o detém. Seguiram-se outras tentativas de esclarecer esta temática, quase sempre envolvida em polémicas, mas que traziam e somavam algo de novo para estudo da elite. Depois de um percurso atribulado, de tantas décadas, temos de concordar, com Marvick (1985: 243) que o conceito de *elite* faz parte de uma tradição de cientistas sociais inquietos e incomodados com o seu tempo. Que pretenderam através de métodos científicos contestar regimes políticos e criticar quem detinha poder e ocupava cargos políticos.

Actualmente, como afirma Ansart (1999:178), o conceito de *elite* não é aplicado somente no âmbito do poder e da política, a carga ideológica associada ao termo foi-se diluindo e o termo *elite* pode designar um pequeno numero de pessoas cujas competências e performances são excepcionais e verificáveis objectivamente como, por exemplo, a elite científica ou a elite desportiva.

Hoje as elites podem ser definidas simplesmente como grupos de pessoas que têm posições dominantes em grandes instituições ou que são reconhecidas com líderes numa área de conhecimento: arte, educação, negócios, entre muitas outras áreas. Estes indivíduos com prestígio existem em todas as sociedades, e para além desta visão linear, as ciências sociais estão interessadas em perceber e desvendar o motivo que leva alguns indivíduos a atingirem posições de prestígio e de poder.

1.2. Os Precusores: Mosca, Pareto e Michels

Mosca, Pareto e Michels são os precusores do estudo das elites, também denominados em ciências sociais como sendo os Maquiavélicos.

Vilfredo Pareto nasceu em 1848, Gaetano Mosca nasceu em 1858, e Robert Michels em 1876. Pareto morreu em 1923, Michels morreu em 1936 e Mosca morreu em 1941. Como podemos constatar os três precusores do estudo da elite viveram no mesmo momento histórico, o seu pensamento político e científico foi formado no último terço do século XIX e início do século XX. Os três autores publicaram a maior parte da sua obra antes da eclosão da I Guerra Mundial, portanto viveram no mesmo período, numa altura em que a Europa era relativamente pacífica. Contudo, os três autores não tinham uma visão optimista da sua época, sentiam que a sociedade europeia estava em crise, sentiam que viviam um período de instabilidade e de mutação profunda (cf. ARON, 2002: 304). De facto, nesta época assistia-se ao processo de industrialização e consigo a afirmação do capitalismo, a ascensão da burguesia e dos regimes políticos liberais. Por oposição, as monarquias e as aristocracias perdiam direitos, poderes e privilégios. A sociedade do Antigo Regime estava a desaparecer. Também é importante salientar que a sociedade europeia assistia ao nascimento dos sindicatos e de doutrinas políticas que reivindicavam um papel central e activo para as classes média e baixa, que constituíam as massas, a maioria dominada por pequenos grupos de dirigentes. Também o papel da religião na vida política e social é reavaliado e posto em causa. Surgem os nacionalismos no interior da Europa, que redefiniam fronteiras nacionais e sinalizavam identidades. Os conflitos também se fazia sentir nas colónias e a tudo isto conflitos diplomáticos. O que veio a deflagrar o primeiro conflito bélico mundial. Com tudo isto, o continente estava em completa mutação. As concepções morais, sociais, políticas, culturais e religiosas estavam

a sofrer alterações, perante a emergência de tais forças de transformação. É sobre a sociedade desta época que escrevem os elitistas da Escola Italiana.

Nestes momentos também se operavam transformações a nível científico. Em finais do século XIX, os investigadores obedeciam a regras comuns, apoiavam-se na concepção mecanicista do mundo e no sistema de Newton, empenhavam-se na investigação das causas e efeitos, convencidos de que todas as incertezas seriam devidas apenas a ignorâncias provisórias. Queriam medir os fenómenos e estabelecer leis. No começo do século XX, alguns cientistas não se conformavam com o determinismo absoluto, dando lugar ao aparecimento do cálculo das probabilidades e à actualização mais insistente da estatística fenomenológica. Os investigadores já não se contentavam com o papel de observadores passivos e queriam pôr em jogo a sua capacidade criativa. E era este o novo espírito científico que se generalizava antes de 1914 (POIDEVIN, 1996: 181). Até esta fase o tema da elite ainda não tinha um estatuto definido e consolidado na Sociologia e na Ciência Política, e é aqui que os sociólogos Mosca, Pareto e Michels, académicos europeus, marcavam as ideias políticas e introduzindo nas ciências sociais uma nova forma de analisar a organização social e política, assim como teorizar sobre as elites, tentando até conceptualizá-las. Para além da preocupação científica que reveste estes trabalhos, existe também um descontentamento face às práticas políticas dos regimes parlamentares da época. A motivação destes sociólogos para o estudo científico das elites tinha por base o desagrado ou, se quisermos, a desilusão perante os regimes políticos da sua época, tal como os intelectuais que se interrogavam desde Platão. Por isso, Raymond Aron (1988: 149) afirma que os teóricos modernos das elites ou das oligarquias, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels, são descendentes legítimos da filosofia política clássica, embora também sejam críticos da democracia parlamentar e da utopia socialista.

Os Maquiavélicos, com base em teorias científicas, declararam o seu desagrado perante a burguesia, que consideravam em estada decadência, assim como o regime parlamentar, e por isso, apoiavam as oligarquias como os regimes mais adequados a adoptar. Das suas primeiras conceptualizações nasceu o *elitismo*, cuja doutrina advoga que o poder político e a autoridade pertencem a um grupo restrito de pessoas, e que os regimes políticos foram e serão liderados por uma classe restrita e privilegiada. A maioria é considerada, invariavelmente, silenciosa e dominada (BUSINO, 1996: 200). Estes princípios foram utilizados como instrumento de crítica a doutrinas democráticas e ideologias progressistas. O *elitismo* tornou-se, assim, uma arma de luta contra os regimes em vigência. Esta visão oligárquica da organização do poder gerou, na transição do século XIX para o XX, muitos opositores que defendiam os ideais liberais e democráticos. Do ponto científico, também concitou discussões. A polémica deveu-se, por um lado, à dificuldade em estabelecer, cientificamente, teorias sobre as elites, uma vez que estas apresentavam múltiplas características, que variavam de acordo com os contextos geográfico, cronológico, social, político e económico, impossibilitando generalizações; por outro lado, a discussão desenvolveu-se em torno da complexidade do tema, sobre o qual escasseavam trabalhos empíricos na fase inicial do estudo das elites. Este posicionamento lançou a Escola Italiana, sobretudo, Pareto para o seio de uma controvérsia científica e ideológica, que ainda hoje não foi ultrapassada.

Gaetano Mosca (1858 - 1941) foi, eventualmente, o primeiro a fazer uma formulação da teoria das elites, na qual se revela altamente crítico em relação ao funcionamento efectivo dos regimes representativos e da democracia parlamentar.¹

¹ “La conclusion que l’on peut tirer d’une étude objective de l’histoire, c’est que les meilleurs regimes politiques, c’est-à-dire ceux qui ont la plus longue durée et qui sont parvenus pendant le plus longtemps à éviter ces crises violentes qui ont de temps en temps repoussé l’humanité vers la barbarie, sont les regimes mixtes. Ce sont ceux dans lesquels ne prédominent d’une manière absolue ni le système autocratique, ni le libéral, et dans lesquels la tendance aristocratique est modérée par un renouvellement lent mais continu de la classe dirigeante” (MOSCA, 1955 :332).

Segundo o teórico siciliano, o poder estava retido num grupo minoritário, denominado *classe política*, *classe dirigente* ou *dominante* (CRUZ, 2001:405) e que esta era o garante da ordem social. O autor, para além de introduzir o conceito de *classe política* nas ciências sociais, presta outro contributo, no âmbito do estudo das elites, que na opinião de Scott, Leonini e Busino (SCOTT, 1990: IX, LEONINI, 1985: 543, BUSINO, 1996: 200) também foi relevante, que se prende na atenção que deu à análise da organização, da estrutura, da dinâmica e da consciência de grupo, como factores básicos da constituição da elite. De acordo com Maniscalco (1995: 200), o elitismo de Mosca reside na análise da dimensão da fenomenologia da classe e deu particular atenção à problemática da eficiência e da estabilidade do governo como pressuposto primário da paz social.

Raymond Aron (2002: 455) com base na análise da obra de G. Mosca, concluiu que este durante a primeira parte da sua vida expôs os pontos menos positivos dos regimes democráticos representativos, a que chamava *pluto-democráticos*, na segunda parte da sua vida, empenhou-se em demonstrar que esses regimes, apesar de todos os seus defeitos, eram contudo os melhores que a história conhecera, pelo menos para os indivíduos. Assim sendo, as elites democráticas seriam as menos perigosas para a liberdade dos indivíduos. Mosca desenvolveu a sua teoria da elite governamental e a fórmula política numa obra intitulada *Sulla teoria dei governi e sul governo parlamentare* (1884), e aparentemente esta influenciou o pensamento de Pareto, embora este tenha recusado a admitir a prioridade de Mosca, assim como a influência das suas reflexões (Aron, 2002: 469).

Vilfredo Pareto é outra figura de destaque entre os percursores do estudo das elites que, no entender de Maniscalco (1995: 200), aborda a questão da elite de uma perspectiva diferente da de Mosca, porque na sua teoria o fundamental na vida e no destino das elites não é a organização, mas nas características sócio-psicológicas que se pode analisar cientificamente e definir (MANISCALCO, 1995: 200). Este parisiense marcou de forma

definitiva o estudo da elites não só porque foi eventualmente o primeiro utilizar o termo *elite* em ciências sociais (SCOTT, 1990: IX) mas também pela sua postura crítica em relação aos regimes políticos de pendor democrático. Segundo alguns autores, o seu *Trattato di sociologia generale* (1916) antecipou alguns princípios do fascismo (MAGNUSSON, 1990: 1124). Mas, sobre este assunto, Aron pronuncia-se e afirma que Pareto não é seguidor das doutrinas autoritárias, porque os seus argumentos são utilizáveis em vários sentidos e a «sua lição política é por essência ambígua.» O que nos leva a concluir que a figura de Pareto está longe produzir a um consenso no seio das Ciências Sociais (ARON, 2002: 455-457).

Para além das controvérsias em que se envolveu Pareto, um facto indiscutível é o da introdução do termo *elite* em Sociologia, com a sua obra *Les systèmes socialistes*, na qual enunciou a tese segundo a qual em toda a sociedade há uma classe «superior», que detêm o poder político e o poder económico, a que se dá o nome de «aristocracia» ou Elite (FREITAS, 1970: 520).

Segundo a opinião de Aron um outro livro importante é o *Tratado de Sociologia Geral*, que ocupa um lugar a parte nesta ciência, porque situa-se fora das grandes correntes da sociologia e continua a ser objecto dos juízos mais contraditórios (ARON; 2000: 457).

Maniscalco (1995: 200) resumiu a teoria das elites elaborada nas obras de Pareto (*Les Systèmes socialistes* e *Trattato di sociologia generale*) e chegou à conclusão de que para o sociólogo há diferenciação social entre os homens; a sociedade é composta por grupos e classes sociais diversas; dentro de cada grupo e classe social existe uma luta pela hegemonia e daí resulta um complexo processo de circulação (mobilidade) vertical e horizontal. A parte do grupo e da classe que assegura a hegemonia interna ou que estende o poder sobre a colectividade é a elite. Seguindo ainda a análise da autora italiana à obra de Pareto, existe uma multiplicidade de elites dentro de cada sociedade. A elite da elite é

aquela que é eleita pela sociedade para governar, que está na direcção da sociedade (MANISCALCO, 1995: 201). Na opinião de Bottomore, o conceito de elite estabelecido por Pareto tinha, de facto, como finalidade dar ênfase à desigualdade entre os indivíduos em todos os campos da vida social, mas salienta que está no centro do pensamento de Pareto é a definição de *elite governante* (BOTTOMORE, 1964: 8).

De facto, segundo Maniscalco (1995: 201), o fenómeno de heterogeneidade social assume um importante significado na subdivisão entre *minoría governante* e a *maioría governada*, e com base nesta contraposição, Pareto caracteriza a dinâmica social e, por isso, característica fundamental da teoria paretiana das elites consiste na formulação dinâmico-processual que o autor lhe imprime, a regra que governa o ciclo das elites é a regra da mutação. Pareto, com base na análise da História acredita que as aristocracias não são eternas. E por isso mesmo, define a história como o *cemitério da aristocracia*. Para ele, as elites, ao final de algum tempo entram em decadência. Só perduram se se renovarem continuamente, eliminando os elementos degeneradores e incorporando elementos de estratos sociais inferiores, dotados de qualidades e disposição para o governo da sociedade. Se tal circulação se interrompe, gera-se um desequilíbrio que pode provocar uma transformação violenta e revolucionária no sistema social. A elite capaz é aquela que dá prova de habilidade e de criatividade para se renovar e rejuvenescer continuamente. Por isso, a autora afirma que Pareto dedica grande parte da sua análise à decadência das elites burguesas.

Segundo Haddock (1985: 572) o trabalho de *Les Systèmes socialistes* (1902) lança Pareto na discussão em torno das elites e das lutas pelo poder, porque defendia que naquela época os conflitos não deveriam ser vistos entre a burguesia e o proletariado mas entre duas elites que lutavam por um melhor posicionamento na manipulação do suporte das massas. Por isso, acreditava que nas democracias parlamentares a liderança está nas mãos

de uns poucos, que são suportados por muitos, que sustenta o regime. Segundo Pareto a elite manda sempre. Aliás, Pareto e Mosca defendiam que em todas as sociedades, independentemente, do regime político ou das instituições económicas vigentes, existe sempre uma minoria dominante, a *classe política* de Mosca e a *elite governante* de Pareto (FREITAS, 1970:520).

O terceiro elemento do grupo dos precursores, mas não menos importante, foi Roberto Michels que publicou, em 1910, um trabalho sobre a sociologia dos partidos, chegando à conclusão de que nos grandes partidos de massas, também se aplicava a teoria da concentração do poder num pequeno grupo, formulando assim *a lei de ferro da oligarquia*. Moreira salientou que a partir deste estudo a teoria das elites foi ganhando um crescente estatuto científico (MOREIRA, 1999: 68). Segundo Leonini (1985: 523) Robert Michels deu um grande contributo para as ciências sociais, especialmente para a sociologia das organizações e sociologia política.

O estudo realizado por Michels sobre as organizações partidárias foi profundamente influenciado pela sua experiência pessoal enquanto agente activo dentro de um partido alemão. De acordo com Byers (1998: 7) o envolvimento de Michels nas causas da revolução alemã deu-lhe experiência directa com sindicatos, congressos de partidos políticos e intelectuais na política. O seu principal livro *Political Parties* (1911) resulta dessa experiência, assim como dos protestos em França, Itália, Reino Unido e nos Estados Unidos.

Como se sabe Michels filou-se no Partido Social-Democrata alemão, onde colaborou activamente, participando nos congressos do partido de 1903, 1904 e 1905. Anos depois, desapontou-se com o partido e saiu e na década de 20 demonstrou simpatia pelo movimento fascista (LEONINI, 1985: 523). Com base neste facto alguns críticos

descrevem-no como um democrata desapontado, cuja desilusão o levou a adoptar uma posição elitista e a simpatizar com o fascismo italiano (BYERS, 1998:7).

Devido à sua actividade política foi afastado de uma carreira académica na Alemanha, por isso, em 1914 foi para Basileia (Suíça), onde se tornou professor de economia política, por volta de 1928 tendo-se tornado professor de Economia e de História das Doutrinas da Universidade de Perugia em Itália, ocasionalmente dando aulas em Roma, cidade onde falece em 1936 (LEONINI, 1985: 523, BYERS, 1998: 7). Michels deixou uma vasta bibliografia, que toca temas muito diversos como democracia, socialismo e fascismo, revolução conflitos de classes, massas, imperialismo, intelectuais, elites e mobilidade social, sexo e moral, nacionalismo, história e ciências sociais. O tema mais recorrente foi o problema em torno da oligarquia e da democracia. Mas a sua obra mais importante foi a monografia *Zur Soziologie des Parteiwesens in der modernen Demokratie*, publicado pela primeira vez em 1911, traduzido para inglês em 1949, com o título de *Political Parties* (LEONINI, 1985: 523, BYERS, 1998: 7).

Michels lançou nesta obra lançou a hipótese de que as organizações formadas para promover valores democráticos desenvolvem inevitavelmente uma forte tendência oligárquica. Michels observou na natureza da liderança a necessidade que a organização gera, fazendo com que o líder confia na burocracia, numa equipa profissional remunerada, *staff*, e centralize a autoridade. Este processo leva a que o sentido original da democracia se desvie para um rumo com tendência a reter o poder a todo o custo. Michels chamou a esta teoria a *lei de ferro da oligarquia* (BYERS, 1998: 7).

Robert Michels na já citada monografia (1971: 19) crítica na democracia a incompetência das massas e a necessidade de uma direcção forte e estável. No fundo, como constata Bessa, Michels coloca no centro da sua análise a organização, «porque esta ao mesmo tempo que assegura o funcionamento da totalidade abrangida, afecta-a de um modo

inevitável, pois tem como efeito dividi-la em duas partes: uma minoria dirigente e uma maioria dirigida» (BESSA, 1993: 245-246). René Remond salienta que o ensaio de Michels sobre os partidos políticos também reflecte sobre a delegação, a representação, a participação e a relação entre *minorias agitadas* e a *maioria silenciosa*. A grande questão que coloca neste livro é se a democracia é viável (REMOND, 1971:14).

A resposta a esta questão está patente no estudo de Conceição Teixeira, que debruçando-se sobre as obras de Michels, conclui que este inspirado pelo elitismo clássico de Rousseau, ao defender que a representação política é uma impossibilidade e a *classe política* ou *elite governante* é uma inevitabilidade histórica inultrapassável, e, em jeito de conclusão, afirma que a democracia ideal, concebida como exercício da vontade geral é *irrealizável*, e a democracia real baseada na *dupla ficção* da representação política e do sufrágio universal, é uma *máscara* destinada a ocultar a realidade oligárquica (TEIXEIRA, 2000:123).

Para concluir este capítulo, apresentamos aqui a análise sintética sobre a teoria das elites, formulada a principio do século XX, que é constituída por três concepções fundamentais: i) o poder político é um elemento básico em todas as relações sociais; ii) a sociedade humana divide-se, necessária e inevitavelmente em duas classes (a classe governante, a elite, e a classe dominada, as massas) e iii) a democracia como regime de participação igualitária na política de todos os membros da sociedade é uma utopia.

1.3. O estudo das elites nos séc.s XX e XXI.

O *elitismo*, formulado pelos precursores citados anteriormente, foi o berço da teoria das elites no Ocidente. Esta concepção sofreu uma renovação, a partir dos anos trinta, nos Estados Unidos, ganhando alto relevo na ciência política. Harold Dwight Lasswell e Abraham Kaplan foram os primeiros teóricos norte-americanos a redefinir o conceito de elite, a estabelecer as respectivas tipologias. Estes autores circunscreveram o recrutamento das elites, as relações destas com as massas e delimitaram as formas, redes e o exercício de poder.

Lasswell, definiu elite como aqueles que têm acesso ao controlo de valores; ou seja «as pessoas que ocupam as mais altas posições numa determinada sociedade. O número de elites é tão grande quanto o de valores. Além da elite do poder (elite política) existem elites de riqueza, respeitabilidade e conhecimentos (para falar apenas de algumas). Como é preciso um termo para designar as pessoas que constituem elite em relação a uma série de valores, utiliza-se a expressão a *elite* (a elite da sociedade).» (TRAVIS JR., 1987). Este cientista político é reconhecido pelos seus estudos em terminologia política, a aplicação de conhecimentos da psicologia à política e pela sua tentativa de construir um sistema político, baseado em teorias das ciências sociais. (BYERS, 1998: 218). A sua passagem pela universidade de Berlim, enquanto estudante, aproximou-o dos estudos de Freud. A psicanálise assim como as teorias comportamentalistas, posteriormente terão uma forte influência nos seus estudos políticos. Lasswell acreditava que a psicanálise dos líderes políticos poderia revelar conhecimentos significativos sobre a política. A teoria de Lasswell foi duramente criticada porque apresentava o método freudiano como o único viável, válido, para o estudo destes temas (BYERS, 1998: 218 - 219).

Nos seus livros *World Politics and Personal Insecurity* (1935) e *Politics: Who Gets What, When, How* (1936), defende que, independentemente da estrutura formal do regime,

a minoria terá sempre o poder. Entre 1937 e 1950 as revistas de ciências políticas não publicaram os trabalhos de Lasswell, mas este publicava em edições de psiquiatria. (BYERS, 1998: 219). Apesar das críticas sobre Lasswell, foi-lhe apontado um significativo contributo no tratamento dos símbolos políticos (BYERS, 1998: 218).

Raymond Aron foi um dos sociólogos franceses contemporâneos mais conhecidos, os seus trabalhos publicados inclusivamente na imprensa foram amplamente lidos e influenciaram políticos e público em geral. Os seus estudos foram sobretudo sobre a sociedade industrial e sobre o papel dos políticos na sociedade (BIRNBAUM, 1985: 41). A lista de bibliografia é vasta. Aron dedicou-se a estudar as obras de Pareto e a sua teoria das elites. Também reflectiu sobre as elites e sugeriu uma maior delimitação do conceito de elite, que permitisse a diferenciação entre várias elites como, por exemplo, na França e nos Estados Unidos, elites competitivas, e a classe dirigente formada pela fusão de elites, como no caso da União Soviética. Fez estudos comparados e insistiu, como Weber e Schumpeter, na especificidade das elites políticas. Também deu atenção aos estudos empíricos contemporâneos, tal como Dahl, que analisou elites plurais (BIRNBAUM, 1985: 41). Segundo Aron (1988: 150-151) os conceitos *elite*, *classe politique*, *classe dirigente* têm significados diferentes. Para este, o conceito de *elite* tem um senso muito largo, designa um conjunto de pessoas que em, diversas actividades, ocupam posições privilegiadas e de prestígio. O termo *classe politica* deverá estar reservado à minoria, muito restrita, que exerce funções políticas de governação. A *classe dirigente* situa-se entre a *elite* e a *classe política*, é um grupo privilegiado, que não desempenha funções políticas, são a autoridade moral e capacidade económica e financeiras, exercem funções de prestígio na sociedade não de Estado.

Karl Mannheim também deu o seu contributo para o estudo das elites, escrevendo sobre o papel de liderança das elites intelectuais em manter a liberdade. O seu pensamento

foi influenciado por autores como Max Weber, Max Scheler e Karl Marx. O seu livro mais importante foi *Ideology and Utopia* (publicada em 1929 em alemão e 1936 em inglês). Mannheim foi opositor ao Nazismo aprofundou o seu interesse pelas dinâmicas democráticas. Os seus trabalhos reflectem os problemas políticos, sociais e morais que envolvem a sobrevivência da democracia e da liberdade (BYERS, 1998).

Outro autor que se distinguiu no estudo das elites foi Robert Dahl, que argumentou que a tipologia da elite só pode ser testada quando estas tomam decisões em assuntos em conflitos de interesses entre diferentes grupos na sociedade. Segundo Peter Burke, esta formulação trouxe mais precisão na discussão (BURKE, 1992:76).

No contexto extra-universitário, foram elaboradas duas obras que contribuíram para o desenvolvimento das teorias das elites e voltaram a activar a polémica em torno da questão. James Burnham, que assistiu às duas guerras mundiais, escreve no seu livro *The managerial revolution (1941)* que «nous vivons dans période de transition rapide entre deux types de société» (BURNHAM, 1947:2). E com base nesta ideia o autor norte-americano pretende analisar o tipo de sociedade em que se viveu entre os anos 30 e 40 do século XX. Pretende saber se está numa sociedade moderna de tipo *capitalista* ou *burguesa* que predominou até 1914. Se predomina o capital ou os valores tradicionais. No fundo pretende saber quem tem poder político nas maiores potências mundiais do seu tempo, *L'ère des Organizeurs*, a que nos hoje poderíamos denominar a era dos fascismos, dos regimes autoritários. Analisa a *teoria da revolução directorial*, embora afirme, que não pretenda provar a sua exactidão. Analisa a formulação desta teoria, comparando com outras teorias rivais e pesquisando o significado geral e provas da sua realidade e a sua aplicação ao problemas da política mundial.

Para Burnham a teoria da revolução dos *Organizeurs*, revela que a classe dirigente/ política é composta exclusivamente por burocratas, «c' est-à-dire de politiciens

au sens étroit de ce terme, ceux qui remplissent les fonctions non productives de l'administration politique: diplomates, policiers, militaires.» embora as críticas indiquem a incapacidade deste grupo constituir uma classe dirigente estável e efectiva, porque a dominação social faz-se através dos instrumentos de produção industrial e capitalista. Burnham defende a teoria de que os burocratas ocupam os lugares de direcção política, defendendo os interesses dos capitalistas que controlam a produção (BURNHAM, 1947: 256 – 257).

Um outro livro que também faz parte da história do estudo das elites é *The Power Elite* (1956), de C. Wright Mills, no qual se apresenta a arquitectura do poder norte-americano, desmistificando a América como o paraíso do homem comum. Esta teoria despoletou a discussão em torno do conceito de elite, em geral, e descredibilizou a validade do elitismo como teoria científica (BOBBIO, 1983: 388). De acordo com Domhoff (1985: 527), Mills foi o cientista social mais controverso do pós-guerra e o primeiro sociólogo a ter um largo público a segui-lo, o que pode tornar difícil posicionar Mills dentro das correntes da Sociologia. O seu pensamento foi influenciado pelo norte-americano Pierce, mas também pelos sociólogos alemães Weber e Mannheim. A sua formação académica é interdisciplinar (sociologia e filosofia).

Charles Wright Mills foi um rebelde contra o *academic establishment*. Segundo alguns autores, foi influenciado pelo seu orientador de doutoramento Edward Allsworth Ross, tornando-se crítico perante do complexo industrial militar e um dos líderes da Nova Esquerda dos anos 60. Mills defendeu a tese de que existe concentração de poder político nas mãos de um pequeno grupo de militares e homens de negócios, o qual ele denominou de *Power Elite*. O que Mills propôs como solução para a situação política era a transferência desse poder para a elite académica (BYERS, 1998: 35). A forma como essa transferência seria feita não foi esclarecida, porque Mills falece antes de concluir a síntese

final do seu pensamento. De uma maneira geral, defendeu que a elite académica já possui esse poder, mas mantém-se subserviente a um complexo industrial-militar corrupto. Segundo Mills, o motivo pelo qual essa subserviência ocorre baseia-se no não comprometimento das ciências sociais. Por isso, como um dos analistas de Mills observou o seu programa consistia em «Intellectuals of the world, unite!». Mills considerava que só a união da elite académica das Ciências Sociais poderia alterar a situação política, por isso, advogava a existência uma comunidade norte-americana e mesmo a nível mundial que pudesse alterar a situação política e deter o poder, com base nos seus conhecimentos técnicos (BYERS, 1998: 36).

Como pudemos verificar o estudo das elites estava intrinsecamente ligado ao estudo do poder, uma questão permanente era a da legitimidade das elites. Segundo Pierre Ansart, Mills também coloca a questão da legitimidade no seu livro, *The Power Elite*. Mills recusa a temática marxista que o poder se funde sobre a propriedade e a tese liberal da ordem política democrática e autónoma. Para Mills, a *elite do poder* é um “groupe de status”, no sentido weberiano do termo, isto é, detêm um conjunto de papéis/funções estratégicos.

Nos Estado Unidos , esta elite é composta por dirigentes de três hierarquias institucionais: política, económica e militar. A solidariedade é fundada na coincidência de interesses objectivos e similitudes sociais, que unem estes dirigentes (ANSART, 1999: 179).

Na década de 70, a teoria das elites foi recuperada para o debate científico. O retorno deveu-se aos trabalhos de G. Lowell Field, na ciência política, e de John Higley, na sociologia. Ambos analisaram o papel dos grupos sociais e das elites nas decisões políticas, tendo em consideração os seguintes factores: a origem social das elites, as modalidades de recrutamento e as suas ideologias (BUSINO, 1996: 202). Neste contexto, também sobressaiu Robert D. Putnam, cujos estudos tiveram como objectivo fazer a recolha de

toda a produção científica (livros, artigos e documentos) escrita em inglês, desde o nascimento da teoria das elites na *Escola Italiana*, até aos seus dias. O que lhe permitiu fazer o ponto da situação e ainda estabelecer algumas conclusões sobre a inevitabilidade das elites nas sociedades modernas, as interações entre elites e estratos sociais altos, os processos de recrutamento das elites, as motivações e as crenças das elites, a variedade das estruturas das elites, as relações entre elite e massa e ainda como as elites políticas se transformam (HIGLEY, MOORE, 2001). De facto, os estudos empíricos assistiram a um grande impulso, mas a interpretação dos dados, continuaram a ser polémica. Os resultados eram confusos e polémicos devido às metodologias divergentes ou a diferentes definições e indicadores dos status das elites (KERBO, 1979: 5).

O regresso ao estudo das elites nos anos 70 prende-se à instabilidade do contexto político e económico norte-americano e mundial. De acordo com Marc Nouschi, em 1971 a economia norte-americana vive o primeiro défice comercial desde a II Guerra Mundial e assiste à desvalorização do dólar. Em 1973 há flutuação generalizada das moedas e o primeiro choque petrolífero; em 1979 dá-se o segundo choque petrolífero (NOUSCHI, 1996: 383). A crise do petróleo com raízes no Médio Oriente, provoca tumultos sociais e perturbação na economia nos Estados Unidos e assiste-se ao conflito entre o capitalismo liberal e o socialismo. Assiste-se ainda à chamada *terceira vaga de democratização*, o que vai expandir a produção científica em torno das transições para as democracias e consolidação dos regimes.

Neste clima de perturbações políticas, as interrogações à volta do poder e das elites voltam ao centro do grande debate das ciências sociais e da sociedade. Desde então, proliferaram os estudos sobre as elites, nas mais diversas perspectivas. Dificilmente existirá um país no mundo que não tenha realizado recentemente estudos sobre as suas elites. Ao estudo das elites é adicionado o estudo das relações entre elites e múltiplos

fenómenos políticos e sociais: instituições, políticas culturais, sociedades civis, partidos, movimentos sociais, opinião pública, entre muitos outros. Actualmente, existe um grande e rico manancial de estudos teóricos e empíricos, que cobrem diversos campos de estudo sobre as elites. Esta é, portanto, uma área em progresso (HIGLEY, MOORE, 2001).

Os estudos científicos realizados por todo o mundo, nos últimos anos, contribuíram para o melhor conhecimento das elites contemporâneas. Como por exemplo o seu funcionamento; a análise das lideranças carismáticas; o recrutamento parlamentar; equipas de ministros e altos funcionários do Estado; a influência das crises políticas sobre as elites e a acção destas em momentos de crise; as elites e as mudanças de regimes; o estudo das elites na longa duração de forma a perceber as mudanças e as continuidades; a circulação das elites; as transformações; as elites e as origens de novos regimes; as elites em momentos de crise como a passagem de regimes ditatoriais para democráticos; as lutas pelo poder, os acordos e os consensos (DOGAN, HIGLEY, 1998).

Actualmente, um século depois das primeiras conceptualizações, o estudo das elites está consolidado no mundo académico, nas mais variadas perspectivas, apoiado em múltiplas metodologias e está integrado em várias disciplinas, das quais destaco, a História, resultando daqui uma bibliografia abundante, disponível nas bibliotecas e bases de dados *on-line*. O conhecimento das elites está, muitas vezes, na base do estudo de outras temáticas. Por isso, tornou-se essencial conhecer mais detalhadamente as elites, para se compreender questões que se prendem com o poder, as relações políticas e diplomáticas e o funcionamento interno de antigos e recentes regimes políticos. Hoje entende-se essencial, fazer a visualização do mundo político, económico, social, cultural e religioso, através da constituição das elites e das redes formais e informais que se estabelecem entre si. O estudo das elites é um tema em expansão e mais actual do que nunca, estando no centro de grande debate nas ciências sociais.

Capítulo II: O Estudo das elites e a Historiografia

2.1. O estudo das elites e a Historiografia

Como vimos no capítulo anterior a teoria das elites e as elites têm sido, simultaneamente, objecto de estudo e conceito operacional, há várias décadas, para a Sociologia e a Ciência Política. Revelaram-se um campo de pesquisa inesgotável, complexo, e tão rico quanto polémico. De facto, as teorias produzidas demonstraram a dificuldade em definir as tipologias das elites e conceptualizá-las. Embora actualmente o senso comum possa aceitar, de forma pacífica, que a elite «é o que há de melhor na sociedade», constituindo uma «minoria prestigiada». (*Dicionário da Língua Portuguesa*, s/d: 653), esta asserção em Ciências Sociais é discutível e deve ser matizada.

A Historiografia estudou desde sempre as elites porque estas são uma constante das sociedades históricas, embora a sua tipologia, a génese e a estrutura, constituam tópicos de análise altamente complicados, tanto mais quanto as sociedades se encontrem diversificadas e especializadas (ANTUNES, 1968: 355). Estes grupos sociais foram analisados, durante muito tempo, sobretudo na perspectiva individual, do *herói* e do *líder*. Como se sabe, o género biográfico remonta à Antiguidade, passa pela Idade Média e vem até aos nossos dias. Aliás, na actualidade, é evidente o retorno da biografia de personalidades históricas e contemporâneas, sendo um estilo literário e historiográfico muito em voga.

A Historiografia manteve-se sempre alheia à discussão em torno da teoria das elites, porque se apoiava em termos mais rigorosos como por exemplo: *nobreza*, *burguesia*, *clero* e *intelectuais*. Estes conceitos definiam com precisão e sem polémicas o

objecto em análise, baseando-se em categorias definidas por critérios jurídicos como a nobreza ou económicos como a burguesia. Assim, permitiam estabelecer facilmente diferenciação entre si e favoreciam uma interpretação dialéctica da História. Eram conceitos operacionais, cómodos e adequados aos contextos históricos estudados.

Nos anos 60 e 70 do séc. XX, a Historiografia redefine os seus campos de análise e importa métodos de trabalho de outras ciências sociais. Neste contexto, ressurgiu o interesse pela história política, a *Nova História Política*, que combina as duas disciplinas, a História e a Ciência Política, na qual se dá grande interesse à temática do poder e conseqüentemente às elites. Mas, a inovação nos estudos de História política foi o desenvolvimento de novos métodos de pesquisa, a introdução de novas fontes (como por exemplo, censos populacionais e boletins de voto) e ainda a introdução de novas técnicas de análise, como o método quantitativo, o que permitiu apurar grande conjunto de dados, através da introdução de tabelas, quadros e várias técnicas estatísticas.

A introdução da análise sociológica na História Política implicou a adopção de técnicas e conceitos, entre os quais o de *elite*. A Nova História Política assumiu uma posição de objectividade na compreensão dos comportamentos e fenómenos políticos, nomeadamente, em temas respeitantes a partidos políticos, eleições e sistemas eleitorais (HANSON, 1979: 105-110). Se, até então, a Sociologia e Ciência Política abordava questões sobre a formação e estrutura, a circulação, a legitimidade e o papel das elites, a História seguia o caminho do conhecimento total. A sua análise versava sobre as massas e os seus movimentos sociais, era um olhar sobre o colectivo e o social, era a construção de uma história «sem homens» (TORGAL, MENDES, CATROGA, 1999:70). Por isso estudou os humildes, as classes rurais e proletárias. A História só descobriu a importância do estudo das elites quando percebeu que este revelava conhecimentos fundamentais para conhecer as redes sociais formais e informais e para desvendar os instrumentos da

dominação, para explicar os fenómenos revolucionários e as mutações políticas e sociais (NOGARET, 1993: 286). Torna-se importante sublinhar que os historiadores acompanharam a problematização em torno das elites, ao longo de todo o século XX, sem nunca se debruçarem nela. Quando iniciaram as análises no contexto contemporâneo, nomeadamente no político, os historiadores importaram o conceito e iniciaram o estudo da composição das elites e do seu funcionamento. Durante o século XX e inícios do XXI, o contexto histórico tornou-se mais complexo. Já não era possível analisar a sociedade, a economia e a política, com base em conceitos, como *nobreza* ou *burguesia*. A sociedade contemporânea é constituída por diversas organizações políticas e sociais, múltiplos valores, ideologias e crenças. A grande mobilidade social e o acesso a cargos de poder torna a leitura do contexto histórico mais complexa. Já não é possível dividir a sociedade, em três estados como no Antigo Regime.

De facto, o conceito de *elite* torna-se adequado à análise histórica, porque lhe é possível aliar um adjetivo, por exemplo: *elite desportiva*, *elite industrial*, *elite intelectual*, *elite cultural*, *elite militar*, *elite política* e elite religiosa, o que permite delimitar e definir o campo de análise com facilidade e maior rigor. Assim, o uso do termo *elite* torna-se corrente e transforma-se numa temática em expansão.

Todavia, Giovanni Busino salienta que a análise histórica demonstrou que o conceito é ambíguo e não se adequa a nenhuma realidade histórica precisa e que, para além disso, pode aplicar-se contemporaneamente a forças sociais variadíssimas e muitas vezes contraditórias. Por isso, segundo o sociólogo italiano, torna-se tarefa difícil circunscrevê-las e defini-las com exactidão, nem mesmo em termos de representações, de valores e de comportamentos comuns. O autor ressalta ainda que a investigação histórica nunca conseguiu definir os elementos que garantem a existência de um grupo preciso, nem identificar os sinais distintivos, os símbolos, as imagens que depois garantiriam a unidade

dos comportamentos. Assim, segundo o autor italiano, a doutrina da elite, para a Historiografia, não parece dar conta da complexidade e variedade infinita das situações históricas. Se por um lado, evidencia as características da dominação, por outro, não explica as relações e formas de poder ou as técnicas através das quais este se manifesta. Apesar disto, o conceito de elite inspirou três rumos de investigação em História. O primeiro debruçou-se sobre as diferenças individuais e de grupo. O segundo sobre as elites e a forma de as identificar. E o terceiro, sobre a solidez epistemológica do estudo das elites (BUSINO, 1998: 255-6).

Segundo Dwaine Marvick (1985: 243-245), o conceito de *elite* facilita a análise histórica e contemporânea. Geralmente a palavra *elite* é acompanhada de adjectivo, de forma a clarificar: objectivo, estilo, domínio institucional, recursos e base de elegibilidade.

O tema da elite foi objecto de estudo da Sociologia e da Ciência Política durante décadas, na Historiografia foi introduzido mais tarde, nos anos 60, e ganha estatuto científico incontestado duas décadas depois. O estudo das elites, nos últimos anos do século XX, generalizou-se pela Europa (França², Inglaterra³, Portugal⁴, Espanha⁵ e Itália⁶).

² AA.VV. (1980). *Prosopographie des élites françaises, XVI-XX siècles*. S.I. CNRS.

AA.VV. (1992). *Les Élités Fins de Siècles, XIXe et XXe siècles*. Actes de la Journée d'Etudes du 31 Janvier 1992. Bordéus. Editions de la maison des sciences de l'homme d'Aquitaine.

³ AA.VV. (1984). *European Landed Elites in the Nineteenth Century*. London: University Press.

AA.VV. (1990). *Élités and Power in Twentieth-Century Spain*. Oxford: Clarendon Press.

⁴ AA.VV. (1992), História Social das Elites in *Análise Social*, (n.º temático) vol.XXVIII, n.º 116-117. Lisboa.

⁵ CARASA SOTO, Pedro (Dir.) (1995). *Elites. Prosopografía Contemporánea*. Valladolid: Universidad. Valladolid.

⁶ ALIBERTO, Giovanni; ROSSI, Luigi (Dir.) (1995). *Formazione e ruolo delle elite nell'età contemporanea*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane.

2.2. O estudo das elites e a Historiografia Portuguesa

Em Portugal, o universo intelectual e académico não acompanhou, pelo menos formalmente, o fenómeno do estudo das elites que marcou o pensamento político e científico europeu e norte-americano. O contexto político português do século XX, nomeadamente a partir dos anos 20, quando os militares chegam ao poder pelo golpe de 28 de Maio de 1926, não foi favorável aos estudos críticos no âmbito dos assuntos políticos e sociais. Logo nos primeiros meses da ditadura é imposta a censura à imprensa e a todos os tipos de publicações, o que implicou sérias limitações à liberdade de expressão. Paralelamente, por motivos ideológicos muitos intelectuais e académicos foram perseguidos, o que teve como consequência imediata a fuga de muitos indivíduos para o exílio e o empobrecimento do contexto intelectual português. Para além disso, as medidas repressivas e sancionatórias chegaram mesmo a recair sobre instituições e um caso paradigmático é o da extinção da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no ano de 1928. Segundo Vítor de Sá, o encerramento desta instituição coincide com o final da primeira fase das ciências sociais (SÁ, 1978: 78).

O Estado Novo é institucionalizado em 1933 e acentua a obra da Ditadura Militar no âmbito da censura e da repressão. Nas universidades portuguesas desenvolvia-se um pensamento conservador e autoritário, desinteressado em problematizar questões relacionadas com o poder e desenvolver análises críticas, de teor sociológico e político, sobre as elites nacionais, das quais eles também faziam parte. Os quadros de docentes das universidades portuguesas eram constituídas por membros que provinham e/ou pertenciam a círculos sociais privilegiados, o mesmo é dizer, às elites. Para além disso, não devemos ignorar o facto de universidades portuguesas, serem centros de recrutamento e de extracção, das elites políticas.

Assim, se explica a ausência, de estudos críticos sobre as elites portuguesas produzidos em Portugal até 1974. Como se sabe os estudos das elites, desde a sua origem, tiveram frequentemente por base a insatisfação política e desenvolveram-se maioritariamente em contextos de liberdade de expressão, onde era possível demonstrar desagrado perante os regimes políticos vigentes. Recordemos o caso europeu de Mosca e Pareto, que criticaram os regimes liberais e a estrutura do poder da sua época e o caso norte-americano de Mills, que criticou a sociedade onde estava inserido e contestou contra a organização social, sobretudo, *as altas rodas*, do seu país. Por isso, também devemos ter em conta que o estudo das elites se desenvolveu maioritariamente em contextos políticos democráticos, que permitiam levantar questões delicadas em torno do poder, assim como caracterizar sociologicamente os indivíduos que ocupavam funções políticas de destaque e ainda questionar a legitimidade desses mesmos indivíduos.

Por outro lado, as Faculdades de Direito de Lisboa e Coimbra substituíam-se ao papel de escolas de Ciência Política. Estes meios académicos poderiam ter contribuído para o desenvolvimento do pensamento português. Mas, como dissemos anteriormente, eram altamente elitistas e comprometidos com o regime político do Estado Novo, uma vez que constituía o centro, privilegiado, de recrutamento para altos cargos públicos e políticos (FARIA, 1996: 45). Paralelamente, o próprio regime salazarista cerceou a investigação universitária a disciplinas e a temas politicamente inócuos (LEONE, 2005: 191).

Assim podemos concluir que, se por um lado os intelectuais e os académicos mais críticos estavam exilados, por outro lado, o universo académico estava em sintonia com o contexto político. Podemos dizer, então que até quase 1974, as reflexões formais/oficiais em torno das elites e do poder eram totalmente instrumentalizadas, isto é, eram doutrinárias e apologéticas. O que não permitiu que em Portugal o estudo académico das elites acompanhasse o desenvolvimento do processo científico e debate político ocorrido

nos EUA e na Europa. O 25 de Abril permitiu às ciências sociais retomarem a tradição cultural interrompida durante meio século (SÁ, 1978: 99).

Por tudo isto, o ensino da Sociologia foi institucionalizado tardiamente (CRUZ, 1999: 467) e é oficializada em tempos democráticos com o primeiro curso público no ISCTE. A partir daí inicia-se o processo de desenvolvimento da formação de especialistas em ciências sociais. A plena institucionalização do seu ensino e a crescente utilização socioprofissional dos sociólogos encontrou numerosos obstáculos, que residem na resistência oficial à institucionalização de cursos, que somente há cerca de 30 anos foi possível ultrapassar. A Sociologia teve de empreender uma longa luta contra a incompreensão e as dificuldades que o poder político opunha à formação de sociólogos (CASTRO, 1992: 41-60). Dadas as circunstâncias, a Sociologia em Portugal não pôde acompanhar o desenvolvimento científico que ocorria na Europa e, especialmente, nos Estados Unidos.

Em Portugal as elites, especialmente as do século XX, foram estudadas pela Ciência Política, Sociologia e História depois do 25 de Abril, sendo portanto um objecto de estudo recente, mas que já conta com muitos trabalhos e de grande qualidade. Se fizermos uma pesquisa na *Porbase* logo nos apercebemos que as elites têm sido analisadas por todas estas disciplinas e outras das ciências sociais, mas os historiadores têm desenvolvido um maior número de investigações neste domínio. Actualmente, existem centenas de trabalhos historiográficos (dissertações de mestrado e de doutoramento, monografias e artigos) publicados sobre as elites portuguesas das várias épocas históricas, analisadas em diversas perspectivas e com base em diversas metodologias e fontes.

2.3. O estudo das elites do Estado Novo

A História dos sécs. XIX e XX em Portugal foi uma área quase intocável, nas universidades portuguesas até cerca dos anos 60. Só a partir de então se iniciaram, de forma mais sistemática, embora com grandes precauções, estudos sobre temas do século XIX. Pelo contrário, em universidades estrangeiras já se desenvolviam uma série de estudos sobre o século XX português e sobre o regime de Salazar, sendo alguns deles apresentados como teses de doutoramento em universidades estrangeiras (TORGAL, 1996: 425) nos quais estava presente uma certa preocupação de cariz política. (TORGAL, 1992: 534-535). O Estado Novo também atraiu a atenção de historiadores, cientistas políticos e sociólogos estrangeiros (TORGAL, 1996:425). Só a Revolução de Abril trouxe condições políticas e académicas para desenvolver estudos científicos e o ensino sobre o passado próximo. Aliás, segundo Luís Reis Torgal, o ensino sobre o Salazarismo é bastante tardio nas universidades. No caso de Coimbra, só se leccionaram tais matérias em finais dos anos 80 (TORGAL, 1992: 535). Foi nessa década, que nasceu em Portugal uma nova fase da historiografia, na qual se começou a estudar o Estado Novo em diversas perspectivas e dimensões.

Conforme expôs Fernando Rosas, a história social do Estado Novo foi uma das áreas de investigação mais tardiamente iniciadas, desenvolveram-se mais os campos da História política, económica e das ideias. Com base nos estudo sobre as condições do operariado e as suas relações com o poder, começou a abrir-se um novo campo de pesquisa das elites no Estado Novo (Rosas, 1996: 7).

O primeiro estudo sobre as elites do Estado Novo foi realizado, provavelmente, por Harry Mark Makler (1969), na década de 60, na fase final do Salazarismo, no âmbito da tese doutoramento em Ciências Políticas, com o título *A «Elite» industrial portuguesa*, que

foi apresentado como dissertação na Universidade de Colúmbia (Nova York). Este estudo de cariz sociológico, levado a cabo em Portugal, contou com os apoios do Governo português e da Fundação Calouste Gulbenkian e teve como objectivos centrais a análise sociológica da elite industrial portuguesa, assim como o exame das características da indústria como sector da actividade económica dos anos 60. O autor justificou a escolha do período cronológico com base nas alterações sociais e económicas ocorridas no país. Para levar a cabo este estudo, o autor inquiriu 306 dirigentes de empresas portuguesas e seleccionou o inquérito como instrumento de recolha de dados, privilegiando a análise quantitativa. Os dados foram tratados estatisticamente e apresentados em quadros, gráficos e mapas. O autor ainda recorreu ao método comparado, a fim de analisar o seu objecto no contexto europeu.

O segundo estudo sobre elites do Estado Novo surge em 1981, ano em que é publicado em Portugal um artigo da autoria do investigador britânico Tom Gallagher (na época professor na School of Peace Studies da Universidade de Bradford e investigador de temas de história portuguesa contemporânea). Este texto tinha como objecto de estudo primordial os ministros do Estado Novo que integraram nos Governos entre 1932 e 1968. O autor identificou e caracterizou a elite ministerial do ponto de vista social, profissional e ideológico. Localizou as instituições portuguesas que eram os principais núcleos de recrutamento para cargos governamentais e ainda apontou critérios de selecção. Como pano de fundo desta análise, Gallagher descreveu as relações inter-pessoais e profissionais entre Salazar e os ministros e referiu a forma como o ditador solidificou o seu poder no interior do regime, afastou opositores e geriu as dissensões no interior da elite. Para tal o autor recorreu a textos da época, como a biografia de Salazar, escrita por Franco Nogueira, de António Ferro (responsável pela propaganda do regime), bem como a um documento produzido pela oposição (um panfleto de intervenção política escrito por Fernando

Queiroga, *As Forças Armadas de Portugal*). Para além destas fontes, Gallagher utiliza outras que estão à guarda de arquivos em Inglaterra. Também extraiu elementos entre bibliografia estrangeira que versava sobre o regime do Estado Novo, mas utilizou sobretudo autores portugueses, que produziram os seus textos no estrangeiro, como Oliveira Marques e Hermínio Martins.

A análise do investigador britânico permite-nos conhecer a elite ministerial do Estado Novo entre 1932 e 1968. Contudo, as informações que nos concede não são sistemáticas e quantitativas.

Por isso, podemos dizer que apresenta alguns apontamentos biográficos (idade, naturalidade, relações familiares e pessoais), e breves notas, porque é muito sucinto quando se refere às profissões e vago quanto às ideologias e proveniências políticas, o que nos permite conhecer de uma forma geral a elite ministerial, mas nos impossibilita conhecer, de facto, os oitenta e sete ministros. É sobretudo um trabalho interpretativo, que utiliza o método prosopográfico e que se insere claramente na dimensão da História Política e no domínio da História Social.

No âmbito das elites ministeriais, convém destacar outros contributos, nomeadamente, o de António Costa Pinto (PINTO, 2001), investigador do I.C.S. da e docente do I.S.C.T.E. da Universidade de Lisboa, que dedica muitos dos seus estudos à História Política do Estado Novo. Este autor analisou *o problema da decisão política, da composição e das vias de recrutamento da elite ministerial do salazarismo* entre 1933 e 1945, época em que o Estado Novo se institucionaliza e consolida. Contudo, a escolha do âmbito cronológico prendeu-se com factores políticos internacionais, como a afirmação do fascismo, em Espanha, Itália e Alemanha. O estudo sistematizou, sobretudo, alguns elementos de comparação entre esses regimes ditatoriais.

Costa Pinto analisou a personalidade de Salazar (enquanto chefe de um Governo no período do fascismo), destacou a progressiva concentração de poder, o respectivo exercício e a pequena autonomia conferida aos ministros para tomarem decisões políticas. O autor procedeu à identificação dos ministros e contemplando os seguintes critérios: idade e origem geográfica; perfil sócio-profissional; origem política dos ministros; vias de acesso e papel dos *conselheiros políticos* informais. Depois de traçado *um esboço de caracterização da elite governamental*, seguiu-se um exercício de comparação da elite ministerial do Estado Novo com as ditaduras de Franco, Mussolini e Hitler no mesmo período, tendo como pontos de análise, as características da relação entre o ditador e a elite ministerial, a composição e estrutura destas e vias de acesso.

Costa Pinto utilizou bibliografia bastante variada, produzida por diversos autores, desde Hermínio Martins a Telmo Faria. Como se trata de um estudo comparado recorreu a bibliografia estrangeira de várias nacionalidades.

Esta análise, para além de ter caracterizado o exercício de poder de Salazar, também identificou sociologicamente a elite ministerial recrutada. O autor realizou uma investigação sociológica da elite embora não tenha recorrido à biografia narrativa. Procedeu a um estudo interpretativo, grande parte do qual é baseado na análise de dados quantitativos, tratados estatisticamente. Para além disso, o método comparativo enriqueceu a análise do objecto de estudo, permitindo perceber um fenómeno português no contexto fascista europeu. Este trabalho insere-se na dimensão da História Política e no domínio da História Social.

Um outro trabalho científico que se centrou no estudo sociológico dos ministros, numa perspectiva de longa duração, foi o projecto coordenado por Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto (ALMEIDA, PINTO, 2006) publicado com o título: *Os ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política* Segundo os autores, o

objectivo deste ensaio é avaliar o impacto dessas sucessivas mudanças de regime na composição e nos padrões de recrutamento da elite ministerial e delinear as tendências mais relevantes no intervalo de tempo que vai de 1851 a 1999. Portanto, estudaram os cinco marcos cronológicos que marcaram as mudanças de regime desde a Monarquia Constitucional até à transição para a Democracia.

Este estudo teve por base o método prosopográfico, através do qual se traçou o perfil social dos ministros (idade, origens geográficas, credenciais académicas, perfil ocupacional, género, percursos políticos dos ministros e principais padrões de carreira).

Este estudo insere-se na dimensão da História Social porque adopta a metodologia de trabalho das elites, mas também é a História Institucional e Política e permitiu fazer uma leitura detalhada, minuciosa, dentro de cada período/regime comparando-os entre si, permitindo formular conclusões muito interessantes, que não teriam emergido se não tratasse de uma análise de longa duração, assim foram percorridos cinco regimes políticos diferentes e entre eles se estabeleceram comparações, permitindo conhecê-los melhor. Costa Pinto também se dedicou ao estudo das elites partidárias.

Em 1992 publicou um artigo intitulado *As elites políticas e consolidação do salazarismo: o Nacional-Sindicalismo e a União Nacional* (PINTO,1992). É uma versão reduzida e adaptada da segunda parte da tese de doutoramento do autor (*A Organização nacional-sindicalista – Perfil político e social*), e foi publicada em Portugal no ano de 1994. Esta trata do movimento fascista liderado por Rolão Preto em Portugal no período entre guerras. (PINTO, 1994). Este artigo teve como objectivo proceder a uma análise comparada do perfil de dois partidos políticos que se criaram em plena transição para o Estado novo. O autor começou por tratar do Nacional-Sindicalismo, desenvolvendo uma análise sociológica dos dirigentes, da comunidade de militantes e dos aderentes; referindo a idade; origem política, abordando a questão da ideologia, assim como a composição

socioprofissional. Fez um balanço comparativo do Nacional-Sindicalismo com a União Nacional e desta com os partidos únicos autoritários europeus. Costa Pinto escreveu sobre a forma como os membros do Nacional-Sindicalismo e os fascistas italianos viram o partido governamental do Estado Novo.

Procedeu a uma análise comparada entre a União Nacional e o Nacional-Sindicalismo, desta vez do ponto de vista organizacional. O autor centrou-se na análise social dos dirigentes nacionais, distritais e concelhios e apontou a sua origem social, o perfil socioprofissional. Fez o mesmo tipo de observação para os aderentes: a distribuição geográfica da adesão e a base social. Para além da sociologia dos militantes que pertenciam às entidades políticas, Costa Pinto aborda a tensão, ou melhor, as relações, entre as duas organizações, a nível local.

Para reconstruir o passado do Nacional-Sindicalismo, o autor referiu que os dados foram recolhidos num conjunto de fontes diversificadas (imprensa nacional e regional do movimento, ficheiros da polícia política) e a sua interpretação submetida à análise de alguns ex-militantes entrevistados. Para além destas fontes, este investigador, utilizou ainda documentos do fundo do Ministério do Interior, textos publicados pela União Nacional na época, e ainda periódicos locais. Portanto, este artigo resultou do cruzamento de fontes escritas pelo Nacional-Sindicalismo, pela União Nacional, pela imprensa nacional e local, pelo Estado, e ainda do recurso a testemunhos orais.

A bibliografia também é numerosa, composta por autores nacionais e estrangeiros, e reforça uma matriz interdisciplinar. Para realizar este estudo Costa Pinto usou o método comparativo e recorreu a uma análise quantitativa. Este trabalho insere-se dimensão da História Política e no domínio da História Social.

No âmbito dos partidos políticos destaco o estudo realizado por Manuel Braga da Cruz sobre a União Nacional (CRUZ, 1988), que está publicado desde 1988 e resulta da tese de doutoramento do autor em Sociologia Política, apresentada no I.S.C.T.E..

Este trabalho contempla como objectivo central a interpretação política do salazarismo desde 1926 a 1974. O autor tem ainda a intenção de melhorar a compreensão e explicação da tipologia do regime a que pertence a ditadura portuguesa e para tal recorre ao método comparativo com outros regimes europeus de cariz autoritário e de natureza fascistas. Um outro objectivo deste estudo prende-se com o estudo da relação entre o partido (União Nacional) e o regime e ainda o estudo sociológico do partido único, o que obrigou à análise da sua configuração institucional e composição social, o seu funcionamento político no quadro estatal e da sua inserção na sociedade. Este estudo é muito interessante porque permite ainda conhecer a história do partido, os seus estatutos, o seu posicionamento na política e na administração portuguesa.

Para realizar este estudo o autor percorreu vários arquivos centrais, nomeadamente o do Ministério do Interior e o da União Nacional, utilizou várias publicações oficiais, como o *Diário das Sessões*, *Diário do Governo* e os *Anais da Assembleia da Nacional*. As publicações periódicas revelaram-se fundamentais para este estudo, tendo sido consultadas 14 revistas e jornais, também aqui foram importantes as fontes publicadas pela Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, da Presidência do Conselho de Ministros. A elite parlamentar portuguesa, também captou o interesse de alguns investigadores, que realizaram estudos que tiveram como objectivo principal a sociologia dos deputados durante o Estado Novo.

Em 2001 foram publicados três artigos sobre a elite parlamentar portuguesa do Estado Novo.

Um desses artigos é sobre as elites parlamentares e foi escrito por J. M. Tavares Castilho (Castilho, 2001), que faz o esboço de caracterização sociológica da Assembleia Nacional entre 1934 e 1974. Este autor pretendeu conhecer a composição do grupo parlamentar desde a constitucionalização do regime até ao seu derrube. Com base neste estudo podemos conhecer o universo dos 1290 deputados que desempenharam funções neste período, do ponto de vista sociológico (naturalidade, idade, profissão e o número de mandatos). É portanto um trabalho prosopográfico, que valorizou informação quantitativa que é apresentada em tabelas e gráficos. Privilegiou como fontes a legislação e o Diário do Governo.

Um outro artigo é de Rita Almeida de Carvalho e versa sobre a elite parlamentar no pós-guerra (1945-1949) (Carvalho, 2001, pp.7-30). Este trabalho reproduz no essencial a terceira parte da tese de mestrado, intitulada *A Assembleia Nacional no Pós-guerra (1945-1949)*, apresentada na FCSH-UNL em Março de 1999. Este estudo analisa os critérios de recrutamento dos deputados, que era conduzido pessoalmente por Salazar, de forma a aferir o perfil ideal para o desempenho da actividade parlamentar, no período saído da segunda guerra mundial. Para tal procedeu à agregação dos dados biográficos dos deputados da IV Legislatura do Estado Novo e teve em consideração as seguintes variáveis: renovação e permanência, idade, naturalidade, origens sociais, origens políticas e caracterização profissional. Os métodos que estiveram na base deste estudo foi o prosopográfico e quantitativo. As fontes utilizadas são variadas, desde legislação até fontes arquivísticas, o arquivo da PIDE/DGS, passando pelo da União Nacional, Arquivo Histórico Militar, Arquivo Histórico da Assembleia da república.

O terceiro artigo foi realizado por Tiago Fernandes e versa sobre a *Ala Liberal* da Assembleia Nacional, entre os anos de 1969 e 1973, última fase do Estado Novo, no

Marcelismo (FERNANDES, 2001). Este artigo é a versão revista de um capítulo da sua tese de mestrado.

Este estudo traça o perfil sociológico de um agrupamento parlamentar que surgiu durante a última fase do Estado Novo, que defendia a transformação pacífica e gradual das estruturas do regime autoritário no sentido de uma democracia, tentou afirmar-se como um novo sector político. Para além do autor procurar estabelecer características sociológicas deste grupo também lança um conjunto de hipóteses sobre a génese da semioposição em Portugal, isto é, tenta conhecer os canais privilegiados de recrutamento, os traços sociológicos que partilham e os que os diferenciam dos restantes sectores da elite do regime.

Esta pesquisa contou com uma amostra de 130 indivíduos que desempenhavam carreira parlamentar e elegeu como métodos de trabalho a prosopografia e a quantificação dos dados. As fontes seleccionadas são bastantes diversificadas, vão desde legislação, passando por jornais da época, até arquivos, como o caso do da PIDE/GDS.

Ainda para dentro deste contexto, da elite parlamentar no período final do Estado Novo existe um estudo de José Manuel Tavares Castilho que versa sobre a elite parlamentar do marcelismo (1968-1974), no qual analisou a composição político e social deste grupo, constituiu um retrato-tipo do deputado à Assembleia Nacional. Para tal análise as seguintes variáveis: extracção regional, idade, profissões e perfil académico. Depois desta análise sociológica, o autor reflecte sobre a continuidade e descontinuidade, entre o Estado Novo e o Marcelismo, e concluindo existir uma continuidade. Também parece interessante a introdução que apresenta no seu trabalho, porque não só faz uma contextualização política do regime, mas como também faz uma apresentação sobre o lugar da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa no sistema político do Estado Novo. Este trabalho faz ainda o balanço da renovação da elite parlamentar entre 1968 e

1973, chegando à conclusão que a continuidade foi o elemento dominante, apesar da brevíssima emergência da *ala liberal*. Apresentou um conjunto de bibliografia e fontes diversificado e recorreu aos métodos prosopográfico e quantitativo.

Ainda para este período foi realizado uma análise por Rita Almeida de Carvalho e Tiago Fernandes sobre a elite política do marcelismo (ministros, secretários/subsecretários de Estado e deputados) entre 1968-1974 (CARVALHO, FERNANDES, 2003).

Segundo os autores este estudo pretende estudar os efeitos da sucessão de Marcelo Caetano no perfil e nos canais de recrutamento dos três grupos da elite política. O estudo contou com uma amostra de 344 indivíduos que ocuparam os respectivos cargos, por isso, privilegiaram os métodos prosopográfico e quantitativo e recolheram uma grande diversidade de bibliografia e de fontes.

A análise contemplou as seguintes variáveis: idade, origem geográfica, formação académica, actividade profissional, carreira política, filiação em organizações político-partidárias e filiação em associações.

Este estudo contribui para a História social destes cargos, mas também para a História Institucional e do Poder do Estado Novo.

Num outro âmbito, o das elites católicas, é importante ressaltar os trabalhos de Manuel Braga da Cruz (CRUZ, 1992). Em 1992, publicou um artigo que tem como objectivo central apreender o comportamento das elites católicas (hierarquia da Igreja Católica em Portugal e os leigos católicos), que segundo o autor são *elites mistas, integradas pela hierarquia e pelo laicado*, nos primórdios do Salazarismo, da sua institucionalização à sua primeira crise (1933-1945). Braga da Cruz descreve o modo como esta elite assistiu à e acolheu a institucionalização do regime. Para tal, o autor divide o artigo em três partes: i) o alinhamento político das elites católicas; ii) do empenhamento dos *católicos sociais* na

institucionalização do corporativismo à decepção com os seus atrasos e desvios; e ainda iii) a reformulação *das reivindicações católicas*.

O investigador do ICS privilegiou como fontes: imprensa periódica (nacional e de órgãos políticos), legislação portuguesa e a biografia oficial de Salazar escrita por Franco Nogueira.

O autor pretende fixar o conceito de *elites católicas* integrando-as num contexto sócio-cultural e político do qual emergem as respectivas acções e actividades, a tónica está colocada no comportamento deste grupo específico e nas relações dos seus membros com Salazar, de modo a circunscrever-se a cronologia dos primórdios do Estado Novo.

Braga da Cruz utiliza o método narrativo, de incidência diacrónica, de modo a acompanhar e cruzar factos e acontecimentos que lhe permitem testar conceitos, concretizando um investimento problematizador.

Este trabalho insere-se na dimensão da História Política e no domínio da História das Ideologias.

Em alguns casos é lícito pensar que havia católicos nas elites universitárias, que foram estudadas por Cristina Azeredo Faria (FARIA, 1996), no âmbito do Mestrado de História do Séc. XX, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Este estudo, segundo a autora, é *uma tentativa* de caracterizar, do ponto de vista social, o corpo docente das Faculdades de Direito das Universidades de Lisboa e Coimbra, durante a ditadura militar (1926-1932). Cristina Faria justifica a importância desta análise pelo papel desempenhado por estas instituições como escolas para altos cargos políticos e como centros de recrutamento da elite política da época e depois durante todo o Estado Novo.

O trabalho enquadra politicamente o papel da instituição na época, aborda as principais reformas do ensino superior, faz uma breve análise ao quadro dos docentes, condições e progressão na carreira, vencimentos, a estrutura da licenciatura de Direito. Numa segunda fase realiza uma caracterização social do corpo docente das duas faculdades: quantifica o número de docentes, as suas posições na hierarquia universitária, refere vários nomes. A análise torna-se mais detalhada, para alguns *notáveis de Coimbra* sobre os quais esboça pequenas biografias (nas quais constam informações académicas, profissionais, cargos públicos, ideologia e militância política, raramente há menção à origem familiar e social). O grupo de Lisboa, *os burocratas de Lisboa*, é observada sob os mesmos parâmetros que o anterior.

Para realizar o estudo a autora privilegiou sobretudo legislação portuguesa referente às principais reformas do ensino superior.

Este trabalho resulta como um contributo para a história social e institucional das Faculdades de Direito de Coimbra e Lisboa e ainda para a história política do Estado Novo, porque demonstra a importância dessas instituições como centros de formação e recrutamento para altos cargos políticos.

Destas escolas saíram muitos membros da diplomacia portuguesa, estudada por Pedro Aires Oliveira, que, no âmbito do Mestrado de História do Séc. XX, na FCSH-UNL, publica um artigo no qual analisa *O Corpo Diplomático Português* (OLIVEIRA, 1996). Segundo o autor, o objectivo deste estudo é a tentativa de avançar algumas pistas para o estudo do perfil sociopolítico do corpo diplomático, particularmente, dos principais chefes de missão portugueses durante a II Guerra Mundial.

Assim, busca quadros gerais a partir da análise de elementos específicos do corpo diplomático, destacando uma relação entre organismo e função. O autor caracteriza o corpo diplomático através de uma análise sociológica e prosopográfica que atende à habilitações,

ideologia política e percurso profissional dentro da instituição. É uma análise, essencialmente descritiva que procura quantificar e desenhar as respectivas estratégias de colocação pelos vários países da Europa durante o conflito mundial. O autor não descreve percursos individuais, uma vez que este estudo não tem «*pretensões de grande profundidade analítica*». Para a realização deste estudo o autor privilegiou o uso de legislação dos Ministério dos Negócios Estrangeiros e ainda de memórias e correspondência de figuras proeminentes da época.

Este estudo contribuiu para a história social da diplomacia portuguesa no período da II Guerra Mundial e para o significado político dos diplomatas no Regime de Salazar.

Na esfera dos altos quadros políticos do Estado Novo, destaca-se a recente publicação de Manuel Loff (LOFF, 2008). Este livro resulta da adaptação da sua dissertação de Doutoramento e trata do salazarismo e do franquismo através dos discursos das elites que ocuparem posições políticas de relevo dentro dos regimes e que, por isso, foram agentes activos na construção e reorganização «*pela força bruta*» da «*Nova Ordem*» (LOFF, 2008: 70).

Este estudo salientou o papel das elites (sociais, intelectuais, políticas e culturais) como construtoras dos regimes ditatoriais peninsulares e como estas definiram e redefiniram a História (nacional, universal e do próprio regime), como criaram concepções do mundo, das relações internacionais, da realidade social, da sua contemporaneidade e ainda da Europa, como se auto-definiam como regime (auto-definição) e ainda como os outros (Grã-Bretanha, E.U.A, França, Itália e Alemanha) definiam os regimes ibéricos de Salazar e Franco (heterodefinição). No fundo, esta obra remete-nos para o universo da “*mentalidade política das elites*” (LOFF, 2006: 78).

A análise centrou-se nos anos de 1936 a 1945, período que é marcado pela Guerra Civil de Espanha e pela II Guerra Mundial, a fase mais intensa do Fascismo.

O autor percorreu arquivos de vários países e por isso o manancial de fontes, nomeadamente político e diplomático, é composto por documentos portugueses, espanhóis, britânicos, norte-americanos, franceses, alemães e italianos. Contribuiu, portanto, para uma análise profunda e inovadora do objecto de estudo. Para além de contar com uma grande riqueza documental, este trabalho científico destacou-se pela sua análise crítica e interpretativa, que privilegiou o método comparado e contribuiu para o desenvolvimento dos estudos das ditaduras ibéricas, o salazarismo e o franquismo.

Para além desta elite, cuja missão principal estava no domínio político, existia outro grupo que também desempenhava funções importantes na institucionalização e consolidação do Estado Novo, os militares.

Esta classe profissional foi estudada por Maria Carrilho (CARRILHO, 1985), por Medeiros Ferreira (FERREIRA, 1992) e Joaquim Caeiro (CAEIRO, 1995). O primeiro estudo é uma abordagem sociológica, já o segundo e terceiro, são uma análise histórica do papel político dos militares e participação destes nas esferas do poder político. Ambos os estudos não se centram exclusivamente no período do salazarismo, como os de Telmo Faria. O investigador publicou um artigo em 1996 (no âmbito do Mestrado em História do Séc. XX da FCSH-UNL) no qual estudou «as tropas de Santos Costa na elite militar do Estado Novo» (FARIA, 1996), do ponto de vista ideológico e do comportamento político, tendo como pano de fundo um período de subordinação dos militares ao poder político e o triunfo de Salazar sobre a instituição em 1936, quando assume a pasta Guerra. Esta investigação foi realizada com base em documentação, que está à guarda do Arquivo Nacional Torre do Tombo (Arquivos de Oliveira Salazar e da PIDE/DGS), que está publicada como por exemplo a *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar (1934-1950)* e ainda legislação. Este estudo é uma reflexão sobre o grupo militar conservador que participou no 28 de Maio e o seu posicionamento e papel político durante

a primeira fase do Estado Novo. Telmo Faria aprofundou e desenvolve o estudo desta questão na sua tese de Mestrado publicada em 2000, com o título *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-1941)*.

No âmbito das elites económicas existe um trabalho elaborado por Joaquim Croca Caeiro sobre os grupos económicos e o poder político em Portugal entre 1930 e 1996 (CAEIRO, 2004). Esta publicação resulta da tese de doutoramento do autor e tem como objectivo principal analisar a influência dos grupos económicos sobre o poder político desde os primórdios do Estado Novo até às primeiras décadas da democracia. Isto é, desde a ditadura (1930-1974 até ao Estado Social de Direito (1974-1999).

Como refere o autor, este trabalho visa perceber as influências das elites económicas na estrutura do poder e explicar a sua capacidade na condução das medidas a tomar por esse poder, no sentido da legitimação dos seus interesses. Por outro lado, o autor analisa as acções e as relações do poder político, face a tais elites. No fundo, é a análise do modo como se desenvolve a luta entre as elites que aspiram ao comando do processo político institucional, colocando em evidência o processo de mútuas inter-relações entre tais elites e o poder.

A análise percorre várias décadas da história portuguesa, sendo por isso uma observação de um processo numa longa duração. Esta perspectiva de abordagem permitiu traçar um quadro das relações entre as elites económicas e o poder político e visualizar as suas alterações ao longo das várias fases, desde 1930 até 1996. De acordo com o autor, desde 1930 os regimes políticos em Portugal assentaram a sua base social de apoio num quadro predominantemente económico, através do qual as elites ligadas aos vários sectores exerceram sobre o poder político influência directa e decisiva. Desta análise ressalta a capacidade de adaptação das forças económicas a situações políticas diferentes, procurando sistematicamente a obtenção dos seus resultados e por vezes domínio (sub-

reptício) do poder político. Este trabalho demonstra como o papel dos grandes grupos económicos é determinante para a evolução e manutenção dos sistemas políticos, tanto do ditatorial como o democrático. O autor para realizar a história das relações entre o sector económico e o sector político privilegiou os métodos interpretativo e quantitativo. Por tudo isso, é possível adiantar que este estudo se situa na dimensão da História Económica e Política, no domínio da História das Elites e numa abordagem serial e quantitativa.

A bibliografia remete para um vasto universo da produção científica portuguesa em torno dos temas políticos e económicos. As fontes seleccionadas foram produzidas por instituições políticas (por exemplo, *Pareceres da Câmara Corporativa*) e documentos produzidos por empresas (por exemplo, *Relatórios de Contas*).

Uma outra classe sócio-profissional muito importante na manutenção e evolução de qualquer regime político é a dos jornalistas, tal como os militares e os grupos económicos, pode interferir de forma directa ou indirecta no contexto político, podendo agir como aliado ou opositor. Helena Veríssimo elaborou um estudo sobre os jornalistas, na fase da construção do Estado Novo, entre os anos 30 e 40 (VERÍSSIMO, 2003). Como se sabe era contexto político autoritário, que aplicou a censura sobre a comunicação social, definiu um programa de propaganda nacional e estabeleceu uma política de informação. Era portanto, um contexto onde a comunicação social era controlada pelo poder político e tinha quase como por missão a propaganda política.

Neste sentido, a presente investigação assenta em duas grandes questões, o papel dos jornalistas e a relação da imprensa com o regime de Salazar, tendo por objectivos: i) analisar a propaganda nacional e a política de informação do Estado Novo e o respectivo enquadramento das elites; ii) analisar várias questões em torno da carreira profissional dos jornalistas neste contexto político, como os estatutos profissionais, o Sindicato e a vida

sindical e, por último, iii) avaliar o papel dos jornalistas, do jornalismo e dos jornais no Estado Novo.

A autora concluiu que grande parte das elites intelectuais, nomeadamente, os jornalistas aderiram à plataforma política do Estado Novo, porque se identificavam com os seus princípios ideológicos e se sentiam úteis ao serem chamados à tarefa de dar a conhecer às massas a obra do Estado Novo. Em todo este processo, a II Guerra Mundial foi um marco, por um lado, o Governo quis mudar a imagem do regime, por outro lado, os jornalistas de militantes da *causa nacional* passaram a profissionais conscientes, reivindicadores de um estatuto profissional.

Helena Veríssimo realizou esta investigação no âmbito da tese de mestrado em História Contemporânea, no ISCTE. Privilegiou fontes documentais pertencentes ao Arquivo Oliveira Salazar, Arquivo do Sindicato Nacional dos Jornalistas e ainda periódicos que estão à guarda da Biblioteca Nacional. Para além das fontes manuscritas e impensas, a autora também se apoiou em entrevistas, e por isso, aplicou a metodologia da História Oral. Foi um trabalho interpretativo, que se situa na dimensão da História Política e no domínio da História das Elites.

Para concluir, apresenta-se um trabalho publicado pelo ICS, da autoria de Luís Trindade, que versa sobre as elites culturais do Estado Novo (TRINDADE, 2008). O estudo, intitulado: *O Estranho caso do nacionalismo português: o Salazarismo entre a literatura e a política*, centra a sua análise no processo de construção do nacionalismo na primeira fase do Estado Novo. De acordo com o autor, este processo tem o seu auge em 1940, com a Exposição do Mundo Português em Lisboa.

Para tal o investigador seleccionou um conjunto de figuras da Literatura portuguesa, que gozavam de grande prestígio no âmbito social e cultural nas primeiras décadas do século XX, e cujas obras literárias contribuíram para a construção do

imaginário cultural e identidade nacional do Estado Novo. O autor analisou o processo da construção do nacionalismo como uma construção literária, como uma reformulação cultural dos pressupostos históricos, geográficos e sociais. Este trabalho abordou o uso político da literatura e dos seus intelectuais. Neste sentido, demonstrou como o regime político se apropriou de concepções culturais e sociais veiculadas por intelectuais de renome, no âmbito cultural português, desde finais do século XIX. A construção do nacionalismo do Estado Novo foi um processo de apropriação de ideias e valores dominantes na literatura e na cultura portuguesa de massas, no qual não existiu a intenção de ruptura e de conflito com concepções vigentes, mas a busca de um consenso.

Luís Trindade analisou várias obras literárias, através das quais examinou o significado político desses textos e, conseqüentemente, analisou o regime político do Estado Novo como um fenómeno cultural. Por isso, o autor defendeu que o interesse do seu trabalho está na análise do papel político do *apoliticismo* assumido pelos intelectuais da época.

Como já foi possível observar, este trabalho é essencialmente interpretativo e o autor privilegiou a análise de discurso. Privilegiou o uso de *periódicos* (jornais e revistas), assim como os *espólios* e *as obras literárias* dos vários escritores e intelectuais analisados. A bibliografia é vasta e toca temas relacionados com intelectuais, cultura, produção intelectual, nacionalismo e ideologia.

Este estudo realizado por Luís Trindade, insere-se na dimensão da História Política, constituindo um excelente contributo para a História da Cultura do Estado Novo.

2.4. O estudo das elites locais e regionais do Estado Novo⁷

A partir dos anos 90 do século passado, os estudos sobre a História dos municípios, do poder local e das respectivas elites dirigentes foram impulsionados e renovados. Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, estes temas têm sido bastante estudados e por isso foram produzidos várias monografias, dissertações de mestrado e de doutoramento, bem como um considerável conjunto de textos de síntese. Inicialmente, estavam voltados para o Antigo Regime (séculos XVI a 1834) e só mais recentemente surgiram para a época contemporânea (MONTEIRO, 1996: 11).

Em finais da década de noventa, surgem os primeiros estudos sobre as elites do Estado Novo. Em 1997, Maria Antónia F. Pires de Almeida publicou o seu estudo sobre as elites de Avis, entre 1886 e 1941 (ALMEIDA, 1997), resultante da sua tese de mestrado apresentada no ISCTE. Segundo a autora, a escolha do tema foi influenciada, sobretudo, pela leitura da dissertação de doutoramento de Hélder Fonseca da Universidade de Évora sob o título *Economia e Atitudes Económicas no Alentejo Oitocentista*. A autora teve como objectivos principais a descrição da mentalidade, do modo de vida e das relações sociais das elites de Avis. O limite temporal estabelecido (de 1886 a 1941) fundamenta-se, segundo a autora, na importância de analisar o comportamento das elites avisenses face à sucessão de regimes políticos que em poucos anos se verificou em Portugal: Monarquia, República e Estado Novo. Para tal, a investigadora percorreu vários arquivos: nacionais (por exemplo o *Arquivo do Ministério do Interior e das Corporações*), regionais e locais (por exemplo o *Arquivo da Câmara Municipal de Avis*) e ainda documentos pertencentes a arquivos particulares. A autora utilizou porém muitas outras fontes, tais como: lápides e jazigos do cemitério de Avis, fotografias de família, literatura e imprensa (local, regional e

⁷ Neste ponto são analisados, somente, trabalhos científicos realizados no âmbito académico português.

nacional). Para além destas fontes, ainda recorreu a testemunhos orais, trabalhando desta forma em História Oral. Este trabalho é um contributo para a história social das elites locais alentejanas e contemporâneas, desde a monarquia até à consolidação do Estado Novo, a opção de estudar um longo bloco cronológico permitiu realizar uma análise de longa duração muito interessante.

Alguns anos depois, a mesma autora publicou um artigo sobre as elites municipais entre 1941 e 1974 (ALMEIDA, 2003), um estudo de caso sobre as continuidades e rupturas das elites locais no distrito de Portalegre. Este constitui mais um contributo para o conhecimento das elites alentejanas do século XX, que veio enriquecer a classificação das elites locais em Portugal continental, a autora chegou à conclusão de que os proprietários fundiários ao longo do período estudado foram perdendo poder político no distrito rural, por causa da Reforma Agrária, e que com a Revolução de 1974 foram afastados desse âmbito de forma definitiva. Os objectivos deste estudo são os seguintes: i) conhecer o grupo que constitui o poder local; ii) caracterizá-lo sociologicamente, iii) e analisar o seu comportamento político entre 1941 e 1974. Para tal, centrou a sua análise no poder e nos seus agentes a nível local, descendo ao nível das relações inter-individuais e do micro-poder e das relações políticas entre grupos sociais da região em causa. Este estudo vai para além da prosopografia, tendo uma grande componente interpretativa do contexto político. Para a concretização deste estudo, a autora recorreu essencialmente aos arquivos locais, seleccionando fontes produzidas pela Câmara Municipal e Santa Casa da Misericórdia, sendo as instituições políticas e sociais que simbolizam por excelência o poder e o prestígio político e social a nível local.

Com estes dois trabalhos, Maria Almeida deu um importante contributo para o conhecimento das elites políticas locais alentejanas, na época contemporânea. Com base na análise sociológica das elites locais, a autora contribuiu para um melhor conhecimento

das dinâmicas do poder local, caracterizando a elite que ocupa os quadros políticos no Alentejo. Estes trabalhos inserem-se no âmbito da História Local e Regional, chegando mesmo a fazer Micro-História. Podemos situar os seus estudos na dimensão da História Social, que muito contribuíram para a História Política Contemporânea.

Da mesma autora existe ainda um artigo sobre fontes e metodologia para o estudo das elites locais em Portugal (ALMEIDA, 2008). Neste trabalho a autora expõe a metodologia e um vasto conjunto de arquivos e de fontes que podem ser aplicadas no âmbito deste tipo. Este trabalho é muito interessante e pode servir de suporte para todos os que se iniciam no estudo das elites.

Outros contributos para o estudo das elites locais alentejana, têm sido os trabalhos de Manuel Baiôa. Este investigador publicou um artigo sobre o comportamento das elites políticas locais, de Portalegre face ao 28 de Maio (BAIÔA, 1997), tema que não ainda não tinha sido tratado na dimensão local. Por isso, elaborou a análise sobre a cidade de Portalegre e analisou o confronto político que ocorreu na cidade no final da I República. Para além disso, descreveu como decorreu a transição entre regimes, do ponto de vista político, reflectiu sobre o comportamento da imprensa local face ao 28 de Maio e, para finalizar, analisou a composição da nova elite política da Ditadura Militar na cidade. O investigador privilegiou como fontes documentais os periódicos locais e sustentou a sua análise em bibliografia variada. É um trabalho interpretativo que contribui para o conhecimento das elites políticas locais e do seu papel na transição da I República para a Ditadura Militar.

Posteriormente, Manuel Baiôa, publicou a sua tese de mestrado apresentada na FCSH-UNL, que versa sobre as Elites Políticas em Évora no período de transição entre a I República e a Ditadura Militar (1925-1926) (BAIÔA, 2000). O autor teve como objectivo principal estudar as elites políticas na transição da República para a Ditadura Militar na

cidade de Évora. Para tal, reconstituiu o contexto sociopolítico do final da I República, fez uma análise, do ponto de vista legislativo, das eleições de 1925, observou criticamente as elites políticas e partidárias, interpretando-as do ponto de vista ideológico e identificando as práticas políticas e de sociabilidade, desenhando desta forma o perfil sociopolítico das elites eborenses.

Para além disso, o autor estudou o 28 de Maio em Évora, o comportamento face a esse acontecimento e a emergência de uma nova elite política (Governador Civil, Comissão Administrativa da Câmara Municipal e Regedores). O autor cruzou fontes locais e nacionais, assim como uma vasta e actualizada bibliografia.

Um outro contributo para o estudo das elites locais no Estado Novo é a tese de mestrado de Teresa Maria Sancha Fernandes Pereira, apresentada no ISCTE (PEREIRA, 1998). Este estudo dedicou-se à análise prosopográfica da elite local de Lisboa (Governadores Civis, Presidentes e Vereadores da Câmara Municipal) entre 1926 e 1945.

Para tal, analisou as seguintes variáveis: naturalidade, formação, profissão, idade de acesso ao cargo, cargos políticos exercidos antes e depois de serem desempenhados na Autarquia e no Governo Civil de Lisboa, ligações a partidos e ideologias políticas, no sentido de observar os critérios que estavam na base do recrutamento para os respectivos cargos. As fontes seleccionadas contemplam documentos que estão à guarda de arquivos nacionais (por exemplo o Arquivo Oliveira Salazar no ANTT), locais (por exemplo o Arquivo Histórico Municipal de Lisboa) e particulares (por exemplo os Arquivos do Banco Espírito Santo de Lisboa e da Ordem dos Engenheiros). Também usou o periódico *Diário de Notícias* para consultar as notícias de necrologia e ainda fontes orais.

Maria Teresa Pereira centrou a sua investigação no período da transição da Ditadura Militar para a institucionalização e consolidação do Estado Novo (1926-1945) e privilegiou o estudo biográfico, com a finalidade de elaborar a prosopografia dos quadros

administrativos das instituições já mencionadas. Por isso, este trabalho é um contributo para a História Institucional da cidade de Lisboa e também para a História do Poder Local no Estado Novo.

Também no ISCTE, Venerando António Aspra Matos apresentou uma dissertação de mestrado que versa sobre a elite política de Torres Vedras, no período entre 1907 e 1931, isto é, entre os anos que antecederam a proclamação da República e 1931 (MATOS, 2003). Esta análise tem como objectivo principal caracterizar a formação e evolução das elites políticas republicanas no concelho de Torres Vedras, desde os finais do regime monárquico até aos primórdios do Estado Novo, procurando desta forma perceber o percurso e as tendências que se desenvolveram no interior desse grupo político, sendo portanto um estudo de longa duração, solidamente fundamentado em vasta bibliografia e documentação. Venerando Matos cruzou fontes provenientes de arquivos nacionais, regionais e locais e recorreu à imprensa nacional e local. Saliente-se que pesquisou ainda em 16 periódicos locais.

Esta investigação essencialmente interpretativa, insere-se na dimensão da História Política, nos domínios da História das Elites e dos Partidos, privilegiando a abordagem da História Local e Regional.

Um estudo que também se revela muito interessante para conhecer as dinâmicas do poder local, mas sobretudo sobre o relacionamento entre o poder periférico e o poder central, é o contributo de António Rafael Amaro sobre as elites beirãs e as suas reivindicações junto do poder central entre 1890 e 1939 (AMARO, 2004). Este artigo analisa, o papel desempenhado por um conjunto restrito de pessoas, que pela sua posição social, se destacaram na luta pela defesa dos interesses da Beira Alta, o que de acordo com o autor lhe conferiu uma certa identidade como grupo social. Do ponto de vista cronológico, podemos dizer que é um estudo de longa duração, pois a análise abarca três

regimes políticos: a fase final da Monarquia Constitucional, a I República e a fase inicial do Estado Novo (1890 a 1939). Segundo o autor, este período foi marcado pela tensão entre os poderes periféricos e o poder central, devido ao agravamento das desigualdades económicas e sociais entre as regiões administrativas, gerando e agudizando o conflito de interesses entre o poder central e o poder periférico.

O investigador para elaborar este estudo privilegiou a análise de discurso político, captando e identificando a carga ideológica e simbólica. Para tal, tais discursos foram extraídos de: jornais, correspondência oficial, congressos regionais e debates parlamentares. Foi, portanto, um exercício interpretativo, que se situa na dimensão da História Política e se insere no âmbito da História Local e Regional e ainda da Micro-História.

Outro estudo que se centrou na mesma região e, sensivelmente, na mesma época foi a investigação de Regina Gouveia sobre as relações entre as elites beirãs e a imprensa regional, entre 1900 e 1930 (GOUVEIA, 2004). Neste trabalho, resultante da sua tese de doutoramento, a autora pretendeu: i) estudar a história da imprensa local da região beirã entre 1900 e 1930; ii) analisar o movimento jornalístico na região; iii) e demonstrar como as elites utilizaram os periódicos regionais para se promoverem e alcançarem prestígio político e social.

Para realizar esta investigação de cariz essencialmente interpretativo, a autora consultou vários periódicos beirões e privilegiou a análise do discurso.

Este trabalho situa-se na dimensão da História Política e nos domínios da História da Imprensa e das Elites.

No âmbito das elites comerciais e empresariais deste período existe o artigo de Luís Trindade, no qual analisou o posicionamento da burguesia comercial de Lisboa perante a

institucionalização do Estado Novo e a relação que estabeleceu com o Governo durante esse mesmo período (TRINDADE, 1998).

Este estudo situa-se na dimensão da História Política, cuja abordagem se realiza no plano da História Local e Regional e no domínio da História das Elites. Para o desenvolver, o autor privilegiou as fontes produzidas pela Associação Comercial de Lisboa.

A análise de Luís Trindade vem reforçar a teoria de que os grupos económicos, inclusivamente a burguesia comercial da praça de Lisboa, apoiaram a edificação do Estado Novo, porque reconheciam neste projecto político estabilidade e condições favoráveis para desenvolver os seus interesses. Contudo, o apoio vai diminuindo progressivamente. Se por um lado, a burguesia comercial discordava das medidas tomadas pelo Governo, no plano económico e financeiro, por outro lado, não conseguia afirmar a sua posição na esfera política e defender os seus interesses.

A II Guerra Mundial foi o momento fracturante na relação entre o Estado Novo e os diversos grupos sócio-profissionais. O conflito internacional teve repercussões na vida política, económica e social, que agudizaram as querelas já existentes e abriu uma nova fase na história do Estado Novo. Neste sentido, uma parte da burguesia comercial da praça de Lisboa, assim como outros grupos socioeconómicos, passaram a assumir uma atitude oposicionista, juntando-se às vozes mais críticas.

Por último, apresenta-se um estudo sobre as elites locais do Norte do país durante o Estado Novo. É o artigo de Rui Ramos (RAMOS, 1986), que tem como objecto central a análise do desempenho do cargo do governador civil por de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-1939), através do qual abordou o tema da elite política local. O autor pretendeu explicar de que forma essa elite foi alterada, isto é, remodelada, com a chegada do Governador Civil Assis Gonçalves à cidade transmontana, seleccionando novas

autoridades administrativas e chefias políticas. Estamos perante um estudo de Micro-História, que contribuiu para: i) a compreensão da dinâmica do poder local no processo de institucionalização do Estado Novo; ii) o estudo das relações entre o Governo central e os governadores civis; iii) o estudo das relações entre o Governo central e os poderes periféricos; iii) e ainda a análise do papel dos governadores civis na institucionalização do Estado Novo

É um estudo interpretativo que revela um pouco as teias do poder local em Trás-os-Montes e a estratégia que o Estado Novo adoptou para se institucionalizar e controlar o poder local.

Para realizar este estudo, o autor seleccionou os relatórios escritos por Horácio de Assis Gonçalves para Oliveira Salazar, durante as funções de Governador Civil em Vila Real entre 1926-1936. Este artigo situa-se na dimensão da História Política, com uma abordagem da História Local e Regional e no domínio da História das Elites.

2.^a Parte

Capítulo III: A institucionalização e consolidação do Estado Novo (1926-1945)

3.1. Antecedentes do 28 de Maio

Segundo Fernando Rosas, a historiografia portuguesa actual aceita, de forma consensual, que a Ditadura Militar instaurada pelo movimento de 28 de Maio de 1926 e o processo da sua evolução para o Estado Novo se inscreve no contexto da reacção nacionalista e autoritária que assolou a Europa no período entre guerras (ROSAS, 1992: 9). De facto, durante esta época as democracias liberais europeias entraram em crise. Apesar de o liberalismo ocidental parecer triunfante, em 1919, as sociedades não foram capazes de se adaptar à crise económica e de fazer frente à dupla pressão que provinha do *comunismo* e do *fascismo*, adoptando uma atitude institucional e comportamentos económicos conservadores (POIDEVIN, 1996: 396). Neste sentido, surgiram críticas de cariz autoritário e conservador aos regimes parlamentares liberais. Os críticos desse regime, defendiam um novo papel para o Estado na sociedade, mais intervencionista, arbitral, protector e disciplinador.

De facto, nas primeiras décadas do século XX, assistiu-se à crise do mundo burguês, cujos valores (por exemplo, o racionalismo, o positivismo e o humanismo optimista) pareciam desactualizados e inadequados à sociedade europeia que emergia, marcada pelo sentimento geral de instabilidade e insegurança. Tudo isso, teve repercussões em vários âmbitos, desde a ciência até às instituições políticas despontavam novas concepções no plano cultural, social, económico e político.

Como escreveu Marc Nouschi, nesta época assistiu-se à «neurose de fim de século», que se agravou a partir do primeiro conflito mundial (NOUSCHI, 1996: 27). A Europa encontrava-se em convulsão e procurava solucionar uma plêiade de problemas que

afectavam todos os sectores da sociedade. A insatisfação era generalizada e estava presente em todas as camadas sociais, desde o proletariado até às classes mais privilegiadas.

De facto, os anos que antecederam o golpe militar de 1926 foram marcados por instabilidade e insatisfação. Em 1920, a inflação ainda agravou mais a situação económico-social e por isso, o descontentamento atingiu a pequena burguesia republicana, que constituía a base de apoio dos partidos republicanos, esta tinha acreditado que o final da guerra, traria oportunidades para a retoma das actividades económicas e o nível de vida seria melhor. Contudo, os salários não aumentaram, os preços subiram e o nível de vida não melhorou, dando origem a várias manifestações. Os sectores profissionais até aí afastados da actividade sindical organizaram-se e apresentaram reivindicações, como aconteceu com os funcionários públicos. Desta forma, as camadas populares urbanas passaram a exigir a resolução da crise, afastando-se dos tradicionais partidos republicanos (TELO, 1980: 210). O patronato (do comércio, da indústria e da finança) foi o grupo que encarou o pós-guerra com mais optimismo e esperança. Nomeadamente o patronato urbano que, na sua maioria, acreditava que viria um novo período de prosperidade. Afinal, durante o conflito bélico, muitos construíram fortunas e o único inconveniente a que assistiram foi a agitação do movimento operário, que acabou por ser controlado com medidas repressivas (TELO, 1980: 210-11).

No mundo rural português, as forças conservadoras estavam numa posição mais favorável do que em 1919 porque aproveitaram as concessões e a moderação da República para se reorganizarem e refazer os seus aparelhos de propaganda. A partir de 1921, devido ao crescimento do radicalismo republicano, a burguesia industrial e urbana abandona em grande parte os partidos republicanos, procurando um amplo bloco conservador que detivesse esse movimento ideológico. Simultaneamente, realizam-se novas alianças no Exército, onde se desenvolveu uma conspiração que englobava republicanos de várias

famílias políticas, como por exemplo: conservadores, presidencialistas, integralistas e prô-monárquicos. Neste âmbito, o exército ressurgiu como veículo ideal para manifestar a formação de um amplo bloco conservador. Paralelamente, a pequena burguesia do interior do país (especialmente os lavradores/proprietários abastados) despertou para a política e engrossou o bloco conservador, dando-lhe uma nova força. Segundo Fernando Rosas, existia mesmo um «poderoso bloco do conservadorismo ruralista» (ROSAS, 1989: 102) que alimentou uma latente e constante actividade conspiratória contra a República.

Consequentemente, neste contexto o Partido Democrático foi perdendo influência e apoio. A juntar a tudo isto, em 1925 rebenta o escândalo do *Banco Angola e Metrópole*, resultante de duplicação de milhares de notas de banco, envolvendo vários membros do Governo, o que gerou grande desagrado e insegurança na sociedade portuguesa e, desde finais desse ano, a imprensa divulgava a existência de «conspirações» e de reuniões de bastidores para a preparação de um golpe militar (OLIVEIRA, 1996:281). Alguns meses depois, na Primavera de 1926, alguns sectores da sociedade já se apontavam a adopção de um regime ditatorial como solução política para o país (SERRÃO, 1989: 317-18).

De acordo com, Fernando Rosas, a crise do liberalismo e as origens do autoritarismo em Portugal ficou a dever-se a várias razões. Em primeiro lugar, ao facto de o Republicanismo ser um fenómeno essencialmente pequeno-burguês e essencialmente urbano, incapaz de cativar a sociedade portuguesa e as suas classes dominantes. Em segundo lugar, a incapacidade de democratizar o sistema político e a manipulação das eleições. Em terceiro lugar, a ausência de um projecto político, causado pela instabilidade governativa, que gerou descontentamento nas bases sociais de apoio do republicanismo (ROSAS, 1989: 102-106).

3.2. O 28 de Maio

A 28 de Maio de 1926, o General Gomes da Costa, um dos militares mais prestigiados, revoltou-se em Braga, e marchou para Lisboa. A maior parte do exército juntou-se ao General e aceitou o golpe por isso, a resistência militar aos golpistas foi escassa e a mobilização civil contra o golpe quase inexistente (PINTO, 1999: 106). Na capital, o governo pediu a demissão a 30 de Maio e o Presidente da República encarregou um dos chefes revolucionários, o comandante Mendes Cabeçadas, de formar novo gabinete.

Nos começos de Junho, o Parlamento foi dissolvido e a revolução triunfara. Assim era derrubada a I República, através de «um programa mínimo com um apoio máximo» (ROSAS, 1998: 142). O Golpe foi provavelmente, apoiado pela maioria da população (MARQUES, 1969: 271) e levado a cabo por um Exército politizado e dividido em várias facções organizadas no seu interior, como por exemplo: republicanos conservadores, católicos-sociais e integralistas (PINTO, 1999: 106). Aqui também se deve assinalar o papel do Partido Democrático, que exercera de tal forma o império na vida do regime que passou a ser odiado pelas restantes formações políticas, também elas de cariz republicano, mas cansados do papel desempenhado pela corrente maioritária. Por isso, existiam republicanos que não viam outra alternativa que a de um Governo forte e transitório, militar se fosse caso disso, para salvar as instituições e, através delas, as instituições republicanas (SERRÃO, 1989: 319-320).

Pronunciaram contra o golpe militar os anarco-sindicalistas da C.G.T., o Partido Socialista, o Partido Comunista, o grupo da revista *Seara Nova* e a Esquerda Democrática, para além do próprio Partido Democrático que estava no poder, porque todas as outras

forças políticas participaram, directa ou indirectamente, do movimento militar (OLIVEIRA, 1996: 282).

Segundo Rui Ramos, durante algum tempo, os historiadores acreditaram que a República tinha sido derrubada por elementos exteriores, por forças reaccionárias ou uma frente política em que essa ideologia predominava. Para Ramos, teria sido criado um *mito*, para o qual contribuíram os chefes republicanos, que quando passaram para a oposição de Salazar, diziam-se vítimas de uma traição militar monárquica. O 28 de Maio, quando aconteceu, teria significado a queda de António Maria da Silva, mas teria significado também a consagração daquilo em que a maioria dos próprios republicanos acreditava: a constituição de um novo regime (RAMOS, 1994: 628).

Fernando Rosas, a propósito dos *mitos* em torno do 28 de Maio e do advento do Estado Novo, também reflectiu sobre «o mito de que a República liberal caiu facilmente e sem luta nem apoio social ou político», e concluiu que o que caiu facilmente foi o *silvismo*. Já a República bateu-se prolongadamente contra a Ditadura Militar: embora não existisse um programa definido e anunciado, suspeitava de que o novo regime não seria melhor do que a I República. Esta resistência ficou conhecida como *Revirvalho* (ROSAS, 2006: 74-75).

3.3. O período de transição da Ditadura Militar para a institucionalização do Estado Novo (1926-1933/34)

Como já foi referido, golpe militar liderado por Gomes da Costa triunfa e é instaurada a Ditadura Militar. Alguns dias depois o Governo pede demissão e Bernardino Machado renuncia à sua magistratura, transferindo o seu poder para o Comandante Mendes Cabeçadas. Neste contexto, António Salazar é convidado para Ministro das Finanças e aceita o cargo, sob pressão de Cerejeira e dos círculos católicos e da Universidade, tomando posse a 12 de Junho. Aliás, numa entrevista ao *Diário de Lisboa*, Salazar diz que «Não trago programa. Fui mobilizado. Recebi guia de marcha para me apresentar no Ministério das Finanças e cá estou.» (cit. In MEDINA, 1980: 12). Como se sabe, Salazar não era somente um académico, especialista em Finanças. Desde os tempos de estudante de licenciatura pertence aos meios conservadores de Coimbra, é membro activo do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC). No Jornal o *Imparcial*, onde foi o 1º Secretário, escreve textos de combate político ao regime republicano. Segundo Avelãs Nunes, Salazar destacou-se na actividade redactorial deste jornal, escrevendo sob o pseudónimo de Alves da Silva, intervindo acima de tudo no debate político em torno da «questão religiosa», com o objectivo de combater o movimento laicizante e anticlerical do regime da I Republica (NUNES, 2000: 130). Neste âmbito, discursa publicamente em várias cidades, para grupos de jovens e operários. Em 1921, é eleito, pelo círculo de Guimarães do Centro Católico. Em finais de 1923, a sua intervenção política aumenta, escrevendo no jornal *Novidades e Correio de Coimbra*, discursando em vários pontos do país e intensificando os seus contactos políticos. Por isso, quando é convidado logo após do Golpe Militar, para assumir a pasta das Finanças Salazar não era um técnico de finanças desconhecido e desconhecedor do domínio político (ROSAS, 1996: 863).

A 17 de Junho, o Comandante Mendes Cabeçadas, liberal republicano, é afastado do poder por um golpe militar conduzido por Gomes da Costa. Por isso, Salazar não exerce como ministro, mas este acontecimento não o afasta da esfera política (ROSAS, 1996: 864).

A 9 de Julho, dá-se um novo golpe militar, que envia Gomes da Costa para um exílio nos Açores e o substitui pelo general Óscar Carmona, homem de confiança das direitas, com experiência ministerial, mas de escasso prestígio militar. Alguns dias depois Salazar colabora com Sinel de Cordes na comissão para elaborar as bases da revisão fiscal. Um ano depois apresentará ao Ministro da Finanças o relatório dos trabalhos com dez projectos de decretos de reforma, mas o ministro não o aprova e não lhe dá seguimento (ROSAS, 1996: 864).

Em finais de 1927, Salazar lança-se numa campanha através do jornal *Novidades*, contra as políticas financeiras do governo e ao grande empréstimo que o Governo pretendia pedir junto da SDN. Em Março de 1928, a Ditadura recusa as condições da SDN para caucionar o empréstimo e entra-se numa crise interna financeira. Neste contexto, todas as atenções centram-se no professor de finanças de Coimbra, no técnico, não no político.

A 28 de Abril de 1928, toma posse como ministro das Finanças e o seu orçamento para 1928-29 previa um saldo positivo, o primeiro desde os últimos quinze anos. Segundo Marques, Salazar logo se destaca na cena política, por apresentar discursos apelativos, em contraste com a habitual retórica dos políticos da I República (MARQUES, 1998:384). A pouco e pouco, Salazar atingiu o controlo de vários assuntos governamentais.

Salazar negociou a sua presença no Governo, impondo condições para exercer funções ministeriais, como a alteração do *status quo* em matéria religiosa. Assim, o Governo de Vicente de Freitas concede-lhe o direito de veto sobre todas as despesas de

todos os ministérios e vastos poderes para realizar os cortes orçamentais e reformas fiscais indispensáveis ao equilíbrio do orçamento (ROSAS, 1996: 864).

Entre 1928 e 1930, o combate pela hegemonia dentro da Ditadura vai ser centrado por Salazar contra o predomínio militar republicano-conservador. Segundo Fernando Rosas, o seu gabinete no Ministério das Finanças torna-se um centro de intriga política e um pólo de atracção das direitas anti-liberais. Salazar estava em articulação com a direita integralista, a direita republicana, especialmente o grupo de Coimbra (no círculo do antigo CADC e da Universidade de Coimbra) e a Igreja Católica. Desta forma, Salazar começa a conspirar contra a liderança republicana militar dentro do próprio Governo e a lançar as bases do Estado Novo (ROSAS, 1996: 866).

No contexto da institucionalização do Estado Novo, uma das preocupações de Salazar foi anular a oposição ao regime na hierarquia das Forças Armadas. De acordo com Douglas Wheeler, foi realizado um processo de depuração no interior desse grupo, em que durante 1927 e 1928, antes mesmo de Salazar conquistar a hegemonia dentro do novo regime, foram excluídos do Exército, 155 oficiais, por motivos de deserção e de rebelião (WHEELER, 1986: 26). Mas, mesmo assim, e de acordo com Costa Pinto, a instituição militar foi a única que Salazar temeu (PINTO, 1999: 108). Neste sentido, tomou medidas, no plano financeiro, que diminuem a hegemonia deste grupo dentro do regime político, visando a criação de uma nova unidade política dos militares em torno de Salazar, gerando uma aliança ou, como disse Telo, uma «dependência mútua» (TELO, 1994: 788). De acordo com Telmo Faria, o equilíbrio orçamental e financeiro que se verificou até 1930 permitiu a Salazar conquistar o apoio da direita militar e civil para afastar o republicanismo militar e conservador (FARIA, 2000: 29). Segundo Fernando Marques, o controlo dos centros de poder por Salazar, com o conseqüente afastamento dos militares desses mesmos centros, ainda que a institucionalização do Estado Novo, se tenha desenvolvido numa fase

inicial, com o apoio do exército como se fosse um partido político ou um agente ideológico. Neste sentido, e como escreveu Fernando Marques, durante este período, o exército, de «providencial», passou a «salazarista» (MARQUES, 1982: 205). Contudo, como estudaram Telmo Faria (2000) e José Medeiros Ferreira (1992), este foi um processo complexo, tenso e que levou vários anos, apesar de logo, em 28 de Maio de 1932, o Exército oferecer a Salazar, em acto solene, as insígnias da Grã-Cruz da Torre e Espada, nunca atribuídas a um civil, reflectindo o prestígio que Salazar já detinha.

De facto, entre 1930 e 1933, Salazar ganha prestígio no meio militar e político, o que também lhe permitiu lançar as bases ideológicas do Estado Novo e institucionaliza-lo, um processo complexo, que actua nos vários sectores sociais, económicos, políticos e culturais: i) a criação e organização da polícia política, Polícia de Defesa e Vigilância do Estado, cujas funções eram a prevenção e repressão de crimes políticos (cf. RIBEIRO, 1995); ii) a criação da organização política de carácter partidário, a União Nacional, em 1930, por intervenção de Salazar (CALDEIRA, 1986: 943), que tinha como principal missão resolver os problemas políticos e preparar a constitucionalização da Ditadura (CRUZ, 2000: 545); iii) a criação do Secretariado de Propaganda Nacional, que controlou toda a produção cultural e informativa, através da censura e de um programa de propaganda ideológica (cf. Ò, 1999); iv) o plebiscito constitucional, no ano de 1933 (cf. FARINHA, 1998), que transformou Constituição de Salazar num documento legal, tinha pelo menos duas funções imediatas: legitimar o novo regime e estabelecer um compromisso entre as correntes que tinham apoiado o movimento do 28 de Maio e se haviam manifestado durante a ditadura (CRUZ, 1988, TELES, 1998), o que gerou um debate intenso na oposição sobre o processo de transição para uma República democrática (FARINHA, 2002); v) o regime intitula-se uma «república corporativa» (art.º 5.º da Constituição de 1933), entrando em vigor o Corporativismo, através do qual se dizia querer

eliminar os conflitos entre classes sociais, e assegurar a colaboração entre os diferentes grupos de interesses, através da concertação no seio das Corporações, (cf. LUCENA, 1979); vi) a criação dos sindicatos nacionais e o fim do sindicalismo livre (cf. PATRIARCA, 2000). Cinco meses depois da aprovação da Constituição, tudo o que era essencial à segurança do novo regime estava nas mãos de Salazar.

Tudo isto, que constituiu o processo de constitucionalização e legitimação do Estado Novo, não foi pacífico e produtor de consenso. Durante esse período e como reacção a esse processo liderado por Salazar, a oposição intensifica as suas manifestações, especialmente no ano de 1931, com revoltas na Madeira e Açores, São Tomé, Guiné, Cabo Verde e Lisboa (cf. REIS, 1990).

Para além destas revoltas, devem ser ainda citadas as manifestações realizadas pelos estudantes das Universidade portuguesas e o operariado.

Os movimentos estudantis estiveram em constante ebulição desde o golpe militar de 1926 até ao fim da Segunda Guerra Mundial (cf. FARIA, 2000), especialmente em 1928, 1930 e 1931. As eleições nas três associações académicas do País, dão a vitória a estudantes republicanos (BOAVIDA, 1983: 756), trazendo a esperança de derrubar a ditadura. Contudo, as medidas repressivas do governo (prisões, deportação, fixação de residência, expulsões da universidade, espancamentos) travaram as expectativas. Apesar das medidas repressivas sobre os estudantes, muitos vão actuar e apoiar rebeliões realizadas durante o ano de 1931 (COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA, 1983: 7-8).

O movimento operário durante a I República conheceu muitas dificuldades no seu desenvolvimento, devido em boa parte à repressão. O 28 de Maio de 1926, mudou o regime, e agravou o regime as condições necessárias para o operariado português se

afirmar como grupo reivindicativo e lutar por melhores condições laborais, sendo uma vez mais alvo de repressão. Neste sentido, o movimento operário teve um papel secundário durante as diversas manifestações da oposição ao regime que se edificava e não assumiu publicamente o apoio às várias tentativas insurreccionais. Por um lado, a classe operária estava desorganizada, sem organização própria (COSTA, 1979: 177); por outro lado acreditava que a ditadura militar seria um período transitório e que logo se reuniriam as condições para se organizarem e prosseguirem o seu percurso reivindicativo (FREIRE, 1992: 237). Em todo este contexto, o movimento operário vive um momento de grande importância, a 18 de Janeiro de 1934, data em que se revolta contra a legislação corporativa e a criação dos Sindicatos Nacionais, que decretava o fim do sindicalismo livre, o que levou a que os seus dirigentes apelassem à união e à mobilização na luta pela liberdade sindical

A oposição revolucionária à Ditadura, também conhecida por *Revirvalho*, era composta elementos de várias famílias políticas e de condições sociais muito diferentes, como por exemplo: comunistas, anarco-sindicalistas, republicanos históricos emigrados, *maçons*, deportados políticos e militares, operários, republicanos independentes e estudantes universitários. Muitos destes foram agentes de diversas intencões revolucionárias. Por isso, a divisão interna era acentuada. Devido a essa contradição interna (DIAS, 1999: 18) e às medidas repressivas lançadas pelo Governo, aquelas intencões tiveram pouco sucesso (RABY, 1999: 640), permanecendo, contudo, activos até inícios dos anos trinta (FARINHA, 1996: 832). O *Revirvalho* enfraqueceu progressivamente e foi desarticulado, até à estabilização do regime, em 1933, com a aprovação da Constituição e a realização das eleições legislativas em 1934 (BANDEIRA, 1987: 29).

A primeira tentativa de derrube da ditadura ocorre em Fevereiro de 1927, nas cidades do Porto e Lisboa. Mas, atingem o seu ponto alto em 1931, ficando este conhecido

na historiografia como «o ano de todas as crises». De facto, foram meses de grande agitação social e política em que se assistiu à eclosão de vários tumultos. Todo este ambiente revolucionário poderá ter sido também influenciado pela queda da Ditadura espanhola, de Primo de Rivera, em 1930, e a proclamação da II República, a 14 de Abril de 1931, como refere Hipólito de la Torre Gómez (1998).

O ano de 1934 seria ainda, todavia, o dos últimos choques internos para a plena afirmação e início de funcionamento das instituições do Estado Novo. Contudo, é um ano decisivo no processo de consolidação do Estado Novo sob a direcção de Salazar. As eleições a 14 de Dezembro desse ano, significaram oficialmente a unificação das forças do regime sob a direcção de Salazar. Ou seja, o início do período de consolidação do Estado Novo e o fim da Ditadura militar (ROSAS, 1985: 17).

3.4. Da institucionalização e consolidação até à primeira crise política do Estado Novo (1934-1945)

A segunda metade dos anos 30 é o período da afirmação do poder pessoal de Salazar numa Europa onde triunfam os ditadores e os chefes dos regimes fascistas e autoritários. O sistema político transforma-se rapidamente numa ditadura pessoal do chefe de governo e Salazar apoderou-se gradualmente de vários ministérios, até que em 1936 era Presidente do Conselho como também era ministro das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e a da Guerra, concentrando nas suas mãos vários assuntos de Estado (GALLAGHER, 1981:4).

A oposição tinha sido eliminada e silenciada e o movimento operário e sindical desarticulado, com base em medidas repressivas e antidemocráticas aplicadas desde 28 de Maio de 1926, privando todos portugueses de vários direitos fundamentais, como por exemplo: liberdade de expressão, liberdade de reunião e de associação, liberdade de organização em partidos políticos e organizações sindicais, de circular livremente, de participar na eleições nacionais e locais, entre muitos outros (COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA, 1985: 7). Para tal, também foi decisivo o papel activo da polícia política e o programa de propaganda ideológica, que estava presente no quotidiano em todos os sectores socioprofissionais, e na dimensão da vida pública e privada, desde a escola às actividades de lazer, ao culto religioso e ao trabalho (ROSAS, 2001:1031-1032).

Neste âmbito, de cerrado controlo social e de construção da identidade nacional, o Estado Novo realizou entre 1934 e 1940 vários eventos públicos, como exposições e comemorações de âmbito nacional e local (LOFF, 1999: 51). Em 1940, Salazar realiza uma grandiosa comemoração, tendo como ponto culminante a Grande Exposição do Mundo

Português, como afirmação do nacionalismo e do imperialismo português no mundo, que vivia em Guerra (LEAL, 2002: 39). Luís Trindade lança ainda a tese de que este acontecimento comemorativo foi também um momento histórico de adesão de consenso social em torno do regime e da ideologia do Estado Novo (cf. TRINDADE, 2008).

Em todo este processo de ideologização estavam envolvidos vários organismos, que foram criados para esse efeito durante os anos 30, como o Secretariado da Propaganda Nacional, a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, a Mocidade Portuguesa, a Organização das Mães para a Educação a Educação Nacional, a Mocidade Feminina, sindicatos nacionais, as Casas do Povo, entre outros, Cada um deles com a sua propaganda sectorial. Desta forma, a ideologia estava presente em todos os sectores sociais e na vida quotidiana.

Na economia, a crescente intervenção do Estado vai alargando o enquadramento corporativo das principais actividades sob A tutela da cartelização gremial, dos sindicatos nacionais e dos organismos de coordenação económica.

Durante este período, o regime foi influenciado por acontecimentos políticos internacionais como a Guerra Civil de Espanha e a II Guerra Mundial. Por isso, em 1936, Salazar, devido ao conflito espanhol, assume a pasta da Guerra, redefine a estratégia de defesa nacional, lançando as reformas de 1937 e 1938. A Guerra Civil de Espanha levou ainda Salazar a uma intervenção mais permanente sobre a política externa portuguesa e ao estudo mais intensivo dos grandes problemas europeus e mundiais (OLIVEIRA, 1991: 82).

No plano da política externa, foram definidas as grandes linhas. O Estado Novo centrou-se no Atlântico e nas colónias ultramarinas, deixando para segundo plano a Europa, na qual estabelece relações estratégicas com a Alemanha, de Hitler, e a Espanha, de Franco (nomeadamente durante a Guerra Civil). Este acontecimento bélico teve repercussões no regime português, que ganha características fascizantes e de grande

repressão, sendo o comunismo declarado como o principal inimigo político. Neste contexto, são criadas as milícias do regime, a Legião Portuguesa e a Mocidade Portuguesa, dando ao regime um carácter fascista (ROSAS, 1996: 318).

O regime de Salazar sai da Guerra Civil Espanhola duplamente fortalecido: no plano externo, pela relativa autonomia face à Inglaterra e, no plano interno, o regime consolida política e policialmente a sua segurança e Salazar o seu prestígio. Contudo, logo de seguida, a Europa assiste à eclosão da II Guerra Mundial, que teve sérias repercussões na sociedade portuguesa, apesar de Portugal ter assumido uma «política de neutralidade».

Em 1941, o racionamento de alimentos e de bens de primeira necessidade, gerou açambarcamento, mercado negro, inflação e fome, o que produziu manifestações de descontentamento na sociedade portuguesa.

Os operários organizam-se e fazem greves entre 1942 e 1944, a agitação chega aos campos, onde se assiste a motins entre 1943 e 1945. A agitação social era geral e o regime estava ameaçado, depois de alguns anos de consenso e controlo social. Por isso, durante esse período, o Estado Novo enfrenta sérias dificuldades para se aguentar (ROSAS, 1996: 869).

Neste contexto de crise social, a eminência da vitória aliada e da queda do nazifascismo, cria o terreno para a recomposição e a ofensiva das oposições. O Partido Comunista reorganiza-se, assim como a oposição não comunista, fazendo surgir o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (ROSAS, 1998: 313-352).

Em Maio de 1945, no fim da guerra mundial, realizam-se as grandes manifestações de comemoração da vitória, por todo o país, de cunho acentuadamente antigovernamental. O início de 1946 é ainda mais difícil, as críticas ao regime acentuam-se e abre-se uma longa fase do Salazarismo, em que este terá de lutar pela sua sobrevivência política.

Capítulo IV – A reforma administrativa do Estado Novo nos anos 30: controlo e interferência directa do Governo sobre a Administração Local.

4.1. A Reforma Administrativa de 1936-1940

Segundo Ana Maria Carvalho, a I República caracterizou-se por algum vazio, indefinição e mesmo ambiguidade legislativa, idealmente defendendo a descentralização, mas de facto efectuando a centralização, sempre num quadro marcado pela continuidade em relação à Monarquia Constitucional (cit. in TENGARRINHA, 2002: 257). Durante este período não se concretizou um Código Administrativo e, por isso, quando ocorreu o movimento militar de 28 de Maio o enquadramento normativo dos municípios era fornecido, sobretudo, pela Lei n.º 88, de 7 Agosto de 1913, pelo Código Administrativo de 1878 e, a título subsidiário, pelo Código Administrativo de 1896 (CORREIA; AYALA, 1999: 220).

A Ditadura Militar logo no seu início revelou preocupação face à ausência de um Código Administrativo e tomou medidas urgentes no sentido de colmatar essa lacuna⁸. A partir de então, o enquadramento jurídico da Administração começou a ser matéria de reflexão e de redefinição. Logo em 9 de Agosto de 1926 surgiu o Decreto com força de Lei n.º12.073, que visou interpretar e complementar o Decreto de 13 de Outubro de 1910. Como resultado, manteve-se em vigor parte do Código Administrativo de 1878, a parte do Código Administrativo de 1896 que não tivesse sido alterada por lei posterior e, ainda, a Lei n.º 88 de 7 de Agosto de 1913, com as alterações posteriormente introduzidas (CORREIA; AYALA, 1999: 220).

⁸ Portaria de 18 de Junho de 1926, Diário do Governo, II Série, N.º 141, 18 de Junho de 1926, p. 1968

Entre 1926 e 1931, a ditadura militar procurou solucionar esta questão através de projectos officiosos e particulares, embora, sem sucesso (CAETANO, 1994: 440-441). De facto, durante este período, não se aprovou o código administrativo que o ministro do Interior, José Mendes Cabeçadas Júnior, havia planeado em Junho de 1926. Mas as medidas políticas aplicadas ao longo desses anos demonstraram um corte ideológico com o passado, sem intenções descentralizadoras da I República quanto à Administração Local Portuguesa, assumindo uma postura centralizadora e autoritária que depois o Estado Novo vai adoptar e assumir como característica fulcral do seu regime. Os governos portugueses durante a ditadura militar e o Estado Novo, tiveram dificuldade em aceitar entidades autónomas porque estas eram encaradas como uma ameaça à unidade da Nação (CAUPERS, 1999: 50).

O Governo da Ditadura Militar, saído do golpe de 28 de Maio de 1926, não aceitou que os corpos administrativos continuassem a funcionar com gerências herdadas das últimas eleições da I República, como tal, em 13 de Julho desse ano, foi publicado o Decreto-Lei n.º 11 875. Este diploma decretou a dissolução de todos os corpos administrativos do continente e ilhas adjacentes, estipulando que, enquanto não fossem nomeadas as respectivas comissões administrativas, ficavam encarregados do expediente nas juntas gerais os governadores civis, nas câmaras municipais, os administradores dos concelhos e nas juntas de freguesia os regedores. Determinava ainda, que os governadores civis deveriam enviar ao Ministério do Interior, no prazo de dez dias para o continente e de vinte para as ilhas adjacentes, os nomes dos cidadãos que haveriam de compor as comissões administrativas, estipulando o número de sete para as câmaras de 1.^a ordem, de cinco para as de 2.^o de três para os de 3.^a e de igual número de substitutos⁹.

⁹ Decreto-Lei n.º 11 875. Diário do Governo, II Série, 13 de Junho de 1926

Toda a situação relativa às comissões administrativas instaladas nos municípios, demoraria dez anos a ser regulada pela nova legislação administrativa, ou seja, sê-lo-ia apenas com a publicação do Código Administrativo de 1936.

Durante a Ditadura Militar, vários governos quiseram regular a Administração Local. Por exemplo, a 25 de Março de 1927 é publicado o Decreto-lei n.º 13 350, que encarava favoravelmente a municipalização de alguns serviços de utilidade pública, que fossem de interesse local (SERRÃO, 1990: 478). Porém, algum tempo depois, em Abril de 1928, Oliveira Salazar é convidado para ingressar na equipa ministerial, ocupando a pasta das Finanças. Como vimos anteriormente, Salazar exerce esta função, dotado de poderes praticamente ilimitados, e por isso, lança medidas que impossibilitavam que houvesse algum tipo de autonomia nas autarquias locais, que poderia por em causa a eficácia da máquina administrativa que estava na dependência directa do Ministério das Finanças, estrutura centralizadora e poderosa. Um ano depois, em Março de 1929, Salazar faz publicar na imprensa o artigo «A reorganização financeira» (SALAZAR, 1966: 96), no qual está bem patente a sua postura perante este tema:

«Na concentração de esforços, sacrifícios e dinheiro, que houve necessidade de ordenar em nome da salvação comum, é evidente que haviam de ser sacrificados interesses locais, aliás legítimos, mas a pátria é só uma e o bem geral prevalece sobre outro qualquer. Convém por isso reparar em que a restrição das despesas locais é uma coisa *querida* pelo Governo, em plena consciência, como meio de proteger o contribuinte neste período difícil de adaptação a uma ordem nova de coisas (...) e de salvar acima de tudo as finanças do Estado. Na relativa autonomia de que no domínio tributário gozam os municípios, é um pouco difícil a inteira coordenação dos seus esforços com os nossos para a restauração das finanças do País sem atacar as suas forças vitais».

Entre Maio de 1928 e Janeiro 1930, Salazar centralizou todos os assuntos de Estado no seu ministério, o que na prática lhe conferiu muito poder e permitiu reunir as condições necessárias para fortalecer o seu poder dentro do Governo. Para além disso, consolidou a ruptura política com a ditadura militar e com o passado republicano democrático e

parlamentar (OLIVEIRA, 1996: 286). Contudo, o exercício do poder de Salazar não estava plenamente legitimado enquanto a Constituição de 1911 vigorasse. Como tal, depois de dois anos de reflexão e discussão, entrou em vigor a 11 de Abril de 1933, a Constituição Portuguesa. Este diploma legal patenteou os pilares da doutrina do Estado Novo, que estavam presentes em todos os domínios da vida nacional, inclusivamente, sobre a administração autárquica (Art.º 126 da Constituição Política da República Portuguesa 1933) e a divisão administrativa do território (Art.º 124 da Constituição Política da República Portuguesa 1933).

Na sequência da publicação da Constituição de 1933, foi elaborado um novo projecto de código administrativo, do qual veio a resultar o Código de 1936, publicado em 31 de Dezembro desse ano, que haveria de regular o exercício do poder local.

Em Maio de 1934, o Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, encarregou os professores de Direito Administrativo das Faculdades de Direito de Lisboa e de Coimbra, Domingos Fezas Vital e Marcelo Caetano, de prepara o Código Administrativo. Este documento foi publicado em Dezembro de 1936, com carácter provisório (DIAS, 1937: 23-24) e sujeito a algumas alterações em 1940, do qual se destacou a matéria relativa aos estatutos dos distritos autónomos das ilhas adjacentes. Este diploma legislativo, veio desenvolver e consolidar os ideais inscritos na Constituição de 1933 e, desta forma, consubstanciou a doutrina política do Estado Novo.

O novo código, conhecido como Código Administrativo de 1936-1940, concretizou os propósitos de centralização administrativa e de reforço dos poderes de tutela governamental, pois submetia a maior parte das decisões das autarquias à prévia autorização ou a posterior aprovação governamental, incluindo a possibilidade de dissolução dos órgãos das autarquias locais, de nomeação governamental.

Como pudemos constatar, a institucionalização do Estado Novo e a sua consolidação política foi, de facto, um processo lento e complexo. A sua elaboração começa quando Salazar aceita o cargo de ministro das Finanças em 1928, em plena ditadura militar, exigindo já o controlo directo no que dizia respeito a assuntos financeiros de outros ministérios. A partir daqui o plano de conquistar o poder entra em marcha. Nesse momento anunciou: «Sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses. No mais, que o País estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura mandar» (SALAZAR, 1935: 5-6).

Para realizar a sua ascensão e solidificar o seu regime utilizou numerosos meios e instrumentos um deles foi, seguramente, o controlo da Administração Local Autárquica, ou seja o município, a peça chave na articulação política entre Estado e população.

Desta forma, para Salazar era prioritário fazer chegar, de forma eficiente, as suas ordens e medidas políticas, a todo o território nacional, inclusivamente aos lugarejos mais recônditos. Assim, coloca nas câmaras municipais, no órgão colegial de gestão permanente dos negócios municipais (CAETANO, 2001: 333), gente da sua confiança. Aliás, esta medida é já introduzida, anteriormente, pela ditadura militar, em Julho de 1926, quando dissolve todos os corpos administrativos do continente e ilhas e recruta pessoal entre os apoiantes do 28 de Maio¹⁰. Alguns anos depois, em 1933, Salazar fez o mesmo, colocando pessoal da sua confiança política nas autarquias, afastando do poder local, os militares que aí estavam instalados desde 1926. Como disse o Major Herculano Ferreira, governador civil do Porto, na cerimónia da tomada de posse do Presidente da Câmara Municipal do Porto nos princípios de Junho de 1933: «Mas veio a Constituição e julgou-se conveniente que os militares deveriam deixar de exercer lugares civis.»¹¹.

¹⁰ Consultar a III parte deste trabalho.

¹¹ O Primeiro de Janeiro, 9 de Junho de 1933, p.1.

As remodelações não se cingiram aos quadros político-administrativos. O poder de que as autarquias dispunham desde os tempos da República é constrangido, diríamos mesmo, muito limitado. A partir de 1926, a administração local autárquica perde autonomia, ficando na dependência directa dos gabinetes centrais do Governo. Assim, a autarquia já não representava os interesses das comunidades locais e dos seus eleitores, mas os do Governo, que adoptava uma postura paternalista e interventora na vida nacional, (re)desenhando a pirâmide do poder administrativo, cujo o topo era o núcleo de decisão de toda a política nacional, mesmo no que dizia respeito a assuntos locais. Assim, todas as decisões políticas estavam retidas nas mãos do Presidente do Conselho, coadjuvado pelos Ministros do Interior e das Finanças e alguns conselheiros. Portanto, a vida política nacional estava concentrada no Gabinete de Salazar, dependendo tudo dele.

Assim, as Câmaras Municipais tinham de prestar contas da administração ao Governador Civil. Este, por sua vez, informava o Ministério do Interior e das Finanças. Destes Ministros se esperava que transmitissem a informação mais significativa ao Gabinete da Presidência do Conselho. Este era um rígido esquema vertical entre o Presidente do Conselho e os municípios e as freguesias, sem interferências exteriores. Todo este processo estava juridicamente regulamentado e todos os órgãos administrativos e respectivos funcionários tinham suas funções, direitos, deveres, estabelecido pelo Código Administrativo de 1936-40.

Este diploma legal foi elaborado por um grupo de professores de Direito da Universidade Coimbra, sendo publicado em Dezembro de 1936 e estando à experiência até 1940, data em que é publicado de forma definitiva e prevalece até ao final da ditadura. Neste sentido, vários autores consideram que a autonomia local foi fortemente limitada pelo sistema administrativo salazarista.

De acordo com a João Caupers, este sistema não deixava qualquer espaço para o desenvolvimento da autonomia local (CAUPERS, 1999: 50), pelos seguintes factores:

i) as atribuições das autarquias locais eram enunciadas segundo o sistema de enumeração taxativa. Isto significa que a lei indicava, de forma precisa, as atribuições das várias autarquias;

ii) o mais importante órgão autárquico, a presidência da Câmara Municipal, não era eleita pelos eleitores do município, mas nomeado pelo Governo (Art.º 71.º do Código Administrativo de 1936). Os restantes membros da Câmara Municipal, os vereadores, eram eleitos pelos membros do conselho municipal (Art.º37º do Código Administrativo de 1936). Estes, por seu turno, reflectindo a natureza corporativa do regime, eram escolhidos por representantes dos diversos interesses locais (juntas de freguesia, grémios patronais, sindicatos nacionais, casas do povo, entre outras entidades);

iii) ocorria uma fortíssima interferência do Governo na gestão autárquica, por via do exercício de variadas formas de tutela administrativa, envolvendo tanto o controlo da legalidade como o do mérito da acção administrativa. Estas formas de interferência abrangiam a inspecção dos serviços autárquicos por parte dos ministérios da tutela (Art.º 315º do Código Administrativo de 1936) dos governadores civis (Art.º 318º do Código Administrativo de 1936) e ainda a inspecção que os presidentes da Câmara cabia relativamente às juntas de freguesia e serviços paróquias (Art.º 319º do Código Administrativo de 1936);

iv) a submissão de actos dos órgãos autárquicos a autorização ou aprovação ministeriais (Art.º 51.º, 55, 57º, 119º e 168.º do Código Administrativo de 1940) assim como, a dissolução dos órgãos autárquicos por decisão governamental e o chamado *regime de tutela*, que consistia em suspender temporariamente o direito de autarquias elegerem os

membros dos seus órgãos representativos, substituídos por agentes do Governo (Art.º 321.º ao 330º do Código Administrativo de 1936);

v) as finanças autárquicas estavam sob apertada vigilância (Art.º 568.º Código Administrativo de 1936), existiam regras estritas sobre a contratação de empréstimo (Art.º 570º do Código Administrativo de 1936), as despesas com pessoal (Art.º 574º do Código Administrativo de 1936) e ainda tinham os encargos obrigatórios relativos a serviços estaduais (tribunais, repartições de finanças, conservatórias do registo civil e predial, delegações de saúde, escolas, magistrados, PSP, GNR, doentes com baixos rendimentos financeiros, recenseamentos escolares, eleitorais e militares) (Art.º 639º do Administrativo de 1936).

Um discurso proferido em 1957, por Marcello Caetano (1969: 129) ilustra plenamente o posicionamento do Estado Novo, perante a organização administrativa do território e a sua relação com os poderes periféricos:

«Nas autarquias locais e, por isso, cada vez maior a preponderância dos funcionários – seja dos que servem a própria autarquia, seja dos funcionários do Estado que a assistem, aconselham ou fiscalizam. A velha autonomia arrogante que batia o pé a reis e a senhores, se alguma vez existiu algures, passou à história...»

4.2. A Câmara Municipal

A Câmara Municipal é o símbolo do poder político local por excelência. Esta instituição política e administrativa atraiu desde sempre a(s) elite(s) dos concelhos, por ser um espaço de defesa dos seus interesses políticos, económicos e sociais.

As relações entre as elites políticas locais e o Governo foram desde sempre conflituosas, os atritos advinham em boa parte do conflito de interesses entre o poder local e o poder central. A administração portuguesa foi desde sempre de tendência centralista. No século XX, com o advento do Estado Novo, nos anos trinta do século XX, acentuaram-se os mecanismos de centralização política, através da Reforma Administrativa de 1936-1940, tornando ainda mais difícil a participação dos actores locais na rede dos poderes periféricos.

O Estado Novo concretizou os propósitos de centralização administrativa, colocando a Câmara Municipal na dependência directa do Governo, pois tinha poder para interferir nas decisões autárquicas e direito de nomear o Presidente dessa instituição, como já foi referido no ponto 4.1. deste trabalho.

A 30 de Julho de 1930, Salazar (1966: 224-225) pronunciou um discurso, no qual parece fundamentar a postura autoritária do Estado perante a administração local:

«Na crise de autoridade que o Estado atravessa, dar-lhe autoridade e força para que mantenha imperturbável a ordem, sem a qual nenhuma sociedade pode manter-se e prosperar; organizar os poderes e funções do Estado de forma que exerçam normalmente, sem atropelos ou sem subversões (...) Arrancar o poder às clientelas partidárias; sobrepor a todos os interesses de todos – o interesse nacional; tornar o Estado inacessível à conquista de minorias audaciosas, mas mantê-lo em permanente contacto com as necessidades e aspirações do País, organizar a Nação de alto a baixo, com as diferentes manifestações de vida colectiva, desde a família aos corpos administrativos e às corporações morais e económicas, e integrar este todo no Estado, que será assim a sua expressão viva – isto é dar realidade à soberania nacional.»

A Câmara Municipal era um «corpo administrativo» do Concelho, de acordo com Art.º 125.º da Constituição Política da República Portuguesa de 1933 e Art.º 37.º do Código Administrativo de 1936.

A área de actuação administrativa da Câmara Municipal era o município, no qual tinha várias competências. Na opinião de Marcello Caetano, pertenceriam ao município todos os negócios que dissessem respeito à comunidade de interesses determinada pela vizinhança (CAETANO, 2001: 328). Segundo o jurista, com base na legislação portuguesa da época, «não há negócios que, por natureza, pertençam ao município, este só pode prosseguir os fins e interesses expressa e taxativamente enunciados na lei. Qualquer acto praticado por um corpo administrativo fora das atribuições municipais é juridicamente inexistente», porque vigorava o *sistema de enumeração taxativa* (CAETANO, 2001: 329).

O Código Administrativo, alterado em 1940, introduziu a distinção entre *atribuições* (interesses a realizar pela pessoa colectiva) e *competências* (poderes jurídicos conferidos aos órgãos para desempenho das atribuições) existindo duas classificações legais a ter em conta, uma atende ao *objecto* das atribuições, outra ao seu *exercício* (CAETANO, 2001: 330). Este diploma divide as atribuições das Câmaras Municipais em seis grupos: a) de administração dos bens comuns e próprios do concelho; b) de fomento; c) de abastecimento público; e) de cultura e assistência; f) de salubridade pública; g) de polícia (Art.º 44 a 50.º do Código Administrativo de 1940). De acordo com Marcello Caetano, estas atribuições poderiam ser de exercício facultativo ou obrigatório. As facultativas seriam aquelas que os órgãos municipais poderiam ou não desempenhar, consoante as necessidades da população, a orientação dos seus titulares e as disponibilidades da tesouraria. As obrigatórias constituiriam um encargo legal, de que os órgãos municipais teriam de desonerar-se antes de qualquer outras (CAETANO, 2001: 330-31).

O Código Administrativo de 1936 concedeu um regime especial na organização municipal para as grandes cidades (Lisboa e Porto). Neste sentido, existiam algumas diferenças na organização administrativa entre as grandes cidades e as restantes cidades e vilas do país.

Por exemplo: nas cidades de Lisboa e Porto, não existia Conselho Municipal (art.º15.º do Código Administrativo de 1936), por isso, os vereadores eram eleitos pelas juntas de freguesia e organismos corporativos (Art.º. 83º do Código Administrativo de 1936).

Nem todas as matérias de administração local eram deliberadas nas reuniões da Câmara Municipal, pois careciam da aprovação do Governo, para se tornarem executórias, como por exemplo: a contracção de empréstimos, a municipalização de serviços e a organização interna dos serviços municipais (Art.º 86.º do Código Administrativo de 1936).

Na preparação das decisões e na execução de todos os actos de gestão municipal, o presidente da Câmara, nos concelhos de Lisboa e Porto, era coadjuvado pelos directores de serviços (Art.º 89.º do Código Administrativo de 1936).

O presidente da Câmara, nos concelhos de Lisboa e Porto, não tinha funções de magistrado administrativo, porque eram exercidas pelo Governador Civil e pelos administradores dos bairros (Art.º 90.º do Código Administrativo de 1936). Tendo por isso as seguintes competências: a) informar o governador civil, com diligência e exactidão, sobre todos os assuntos de interesse público que este magistrado deva conhecer; b) executar e fazer executar no concelho as leis e regulamentos administrativos; c) responder a inquéritos económicos ou administrativos de carácter oficial, colaborar na sua realização e d) declarar a exclusão do lugar ou perda do mandato dos vereadores, na forma da lei. (alíneas 1º, 2.º, 3.º e 8.º do Art.º 79.º do Código Administrativo de 1936).

Os municípios de Lisboa e Porto tinham, portanto, um regime «administrativo especial» e segundo a explicação do regime, apresentada no Relatório da proposta de lei n.º73, que inseriu as bases para o novo Código Administrativo:

«Compreende-se que assim seja. É bem diferente de qualquer outro concelho o sentimento de vizinhança dos munícipes de uma grande cidade, quasi sempre nascidos fora dela e estranhos à sua alma. A cifra da população e a importância dos interesses a realizar originam uma complexidade de serviços incompatível com uma gerência do molde de qualquer concelho provinciano. Nem se pode dizer que os interesses das grandes cidades sejam meramente locais, próprios dos habitantes delas; são verdadeiros interesses gerais, de que o Governo não pode nem deve alhear-se, mormente quando se trata da capital política da Nação»¹².

De acordo com o Código Administrativo de 1936-1940, a Câmara Municipal era constituída pelo Presidente, Vice-Presidente e Vereadores. O Presidente da Câmara Municipal no Estado Novo era nomeado pelo Governo, assim como o seu substituto. Da mesma forma, podia ser demitido pelo Governo, livremente, ou em consequência de sindicância ou processo disciplinar (Art.º 73.º do Código Administrativo de 1936).

Só podia ser nomeado para exercer o cargo de Presidente da Câmara Municipal, quem tinha experiência no desempenho de outros cargos na administração autárquica, (vogal do conselho municipal e vereador da comissão administrativa municipal) e quem possuía diploma de curso superior (Art.º 71.º Código Administrativo de 1936).

Desta forma grande parte dos munícipes estava excluída deste processo selecção. O acesso a este cargo era muito limitados, sendo profundamente elitista, já que poucos podiam ser nomeados. Neste sentido, o Código Administrativo de 1936 define, com maior detalhe, quem não pode ser nomeado para o cargo de Presidente da Câmara: a) os que não estejam no gozo dos seus direitos civis e políticos ou não saibam ler e escrever; b) os

¹² *Código Administrativo aprovado pelo Decreto-lei n.º 27.424 de 31 de Dezembro de 1936.* Edição revista por Jaime Lopes Dias. Universidade Editora. Lisboa. 1937, p.10.

Ministros e Sub-Secretários de Estado; c) os membros das direcções, conselhos de administração ou fiscais de empresas, sociedades ou companhias que tenham contrato com o município; d) os directamente interessados em contratos com o município, e os respectivos fiadores; e) os que tenham com o presidente ou com o chefe de secretaria da Câmara parentesco, por consanguinidade ou afinidade, em qualquer grau da linha recta ou no segundo grau da linha colateral; f) os vereadores da câmara municipal imediatamente anterior à eleição, se aquela tiver sido dissolvida e os mesmos não tiveram protestado contra a deliberação ou deliberações que motivaram a dissolução; g) os que tiverem sido demitidos da presidência da Câmara em consequência de processo disciplinar, mas só nos seis anos subsequentes à demissão; h) os que tiverem deixado relaxar as contribuições devidas ao Estado ou aos corpos administrativos, enquanto as não pagarem integralmente; i) os que tiverem sido condenados criminalmente, por sentença com trânsito julgado, enquanto não cumprirem a respectiva pena (Art.º 18.º do Código Administrativo de 1936).

Relativamente à duração dos mandatos, em 1936 foi determinada a permanência no cargo por seis anos e em 1940, esta foi alargada para oito anos, podendo o Presidente ser reconduzido por períodos sucessivos de igual duração (Art.º 72.º do Código Administrativo de 1936, Art.º 72.º Código Administrativo de 1940). O alargamento do mandato e a possibilidade de recondução por períodos sucessivos, poderá significar: confiança política nos indivíduos nomeados pelo regime, dando-lhes a oportunidade de ocupar o cargo durante vários anos e por diversos mandatos; a existência de poucos indivíduos, no concelho, com as características desejadas pelo regime e, por isso, nomear mais do que uma vez o mesmo indivíduo; um meio de atingir estabilidade na administração local.

Em quase todo o país, o cargo de Presidente da Câmara Municipal não era remunerado, com a excepção dos concelhos de Lisboa e Porto e ainda os de 1.ª ordem (Art.º 74.º do Código Administrativo de 1936). O que demonstra que em quase todo o país,

acediam a este cargo os indivíduos que usufruíam de condições financeiras confortáveis, que lhes permitiam dedicar-se aos assuntos municipais sem a necessidade de obter uma remuneração salarial. Neste sentido, os presidentes das câmaras municipais de Lisboa e Porto e dos concelhos de 1.ª ordem, não podiam exercer quaisquer outras funções públicas remuneradas pelo Estado (Art.º 75º do Código Administrativo de 1936).

O Presidente da Câmara Municipal tinha como funções: orientar e coordenar a acção municipal, superintender na execução das deliberações da Câmara e representar o poder central como magistrado administrativo (Art.º 76.º do Código Administrativo de 1936). Neste sentido, e segundo a opinião de Marcello Caetano (1936: 16), era um cargo que tinha uma missão complexa:

«O papel do Presidente da Câmara é delicadíssimo: fora das contendas e partidarismos locais, incumbe-lhe ser o fiel de balança entre os interesses particulares, a voz do bem comum, o zelador do interesse geral no concelho. Há-de ser o animador das actividades e o disciplinador das energias: dele hão-de emanar os planos a realizar, a ele pertence, depois, a difícil tarefa de os executar.»

Para além do Presidente da Câmara, existiam os vereadores, cujas funções eram obrigatórias e gratuitas (Art.º 40.º do Código Administrativo de 1936). De acordo com a legislação do Estado Novo, o mandato dos vereadores era menor do que os dos presidentes da Câmara Municipal. A partir de 1936, ficou estabelecida a duração de 3 anos (Art.º 37.º do Código Administrativo de 1936), mais tarde, com a reformulação desse documento, em 1940, foi ampliado para 4 anos (Art.º 36.º do Código Administrativo de 1940).

Os vereadores eram eleitos, em número variável, pelo Conselho Municipal (Art.º 37.º do Código Administrativo de 1936), que era renovado de três em três anos (Art.º 17.º do Código Administrativo de 1936).

O Conselho Municipal era constituído por elementos que provinham de várias instituições do concelho: a) o presidente da Câmara Municipal; b) representantes das juntas

de freguesia; c) representantes das Misericórdias; d) representante das ordens ou respectivas delegações concelhias; e) representantes dos sindicatos nacionais, ou respectivas secções concelhias; f) representantes das casas do povo e/ou das casas dos pescadores; g) representantes dos grémios e dos todos os organismos corporativos de entidades patronais ou de produtores; h) os dois maiores contribuintes da contribuição predial rústica, nos concelhos rurais, com domicílio na circunscrição municipal; i) e os dois maiores contribuintes da contribuição predial rústica ou urbana, nos concelhos urbanos, com domicílio na área deles. (Art.º17.º do Código Administrativo de 1936). O que demonstra que os vereadores eram eleitos por diversas entidades e instituições, que representavam os interesses de vários grupos socioprofissionais, desde a Casa do Povo aos maiores contribuintes de contribuição rústica e predial do concelho. O acesso ao cargo de vereador era restrito, tal como ao de Presidente da Câmara, uma vez que só podiam ser eleitos os munícipes no gozo dos seus direitos civis e políticos, que soubessem ler e escrever (Art.º 39.º do Código Administrativo de 1936).

Apesar de, não se aplicar os critérios, como o da experiência no exercício de funções em cargos no âmbito político-administrativo e o da posse de diploma do ensino superior, isto não significava que o acesso ao cargo de Vereador estivesse ao alcance de todos os habitantes do município. Os vereadores pertenciam ao grupo minoritário de indivíduos que tinham o privilégio de participar activamente no quadro político local e nacional. Pois os direitos civis e políticos, a que o artigo citado anteriormente se refere, assentam em critérios que excluía grande parte da população, como sendo, por exemplo a escolarização e submissão política. Durante o Estado Novo, a submissão política significava pertencer ao partido único e aderir ao regime. De acordo, Braga da Cruz, a União Nacional controlava o acesso aos cargos político-administrativos, a nível local (autárquico). Neste sentido, todos os que desempenhavam funções na administração local e

acediam a cargos políticos teriam de ser membros do partido único do regime de Salazar (CRUZ, 1988:177).

4.3. O Governo Civil

O Governo Civil e a figura de governador civil foram criados em Portugal, em 1832, pela primeira reforma administrativa liberal de Mouzinho da Silveira, sob a inspiração do modelo francês. Contudo, foi na pré-reforma administrativa de 25 de Abril de 1834, de Rodrigo Fonseca Magalhães, que se adoptou essa designação. Durante essa época, eram nomeados para o cargo de governador civil todos os que «reuniam qualidades essenciais para poderem desempenhar cargos de tão elevada categoria, até porque os mesmos conforme o estatuído deviam ser dados a pessoas de primeira fidalguia, ou aos que já tivessem demonstrado virtudes de acendrado patriotismo» (LAPA, 1962:13-14).

A origem do governador civil está intimamente ligada com assuntos relacionados com a Segurança Pública. Neste sentido, o respectivo cargo era de nomeação estatal e o seu titular era considerado como o representante político do Governo junto dos distritos, a nível regional e local. Por isso, tinha por missão informar o Governo de tudo o que dizia respeito à administração e organização territorial, assim como, à vida económica, social, cultural, educativa e religiosa do seu distrito (SOUSA, GONÇALVES, 2002:45), desempenhando, simultaneamente, funções policiais e político-administrativas.

De acordo com a análise de Fernando Farelo Lopes, o papel do governador civil durante a Iª República, como delegado do poder central, foi reforçado com o declínio do caciquismo clerical e mesmo, se bem que em menor escala, de outros influentes locais. O governador civil ganha uma importância crucial como elo entre o poder central e as comunidades locais e como elemento estruturador de um novo sistema clientelar (LOPES, 1994) Apesar das várias tentativas de fazer reformas administrativas durante a Iª República, não se pôs em causa, a divisão administrativa do território (os Distritos), nem as

competências tradicionais dos governadores civis, os quais continuaram a gozar do estatuto de magistrado político de confiança do Governo, mantendo a preponderância que os códigos de finais da Monarquia lhe tinham conferido.

Com o golpe militar de 28 de Maio de 1926 e a posterior constitucionalização do Estado Novo o Governado Civil continua a ser uma peça central na estrutura administrativa do território. Do ponto de vista constitucional, o lugar dos governadores civis estava devidamente sustentado numa visão centralista da administração local, na qual as autarquias locais estavam sujeitas à inspeção de agentes do Governo (Art.º 126º da Constituição de 1933).

No Estado Novo, tal como no passado, os governadores civis tinham a função de representar o Governo e de ser a autoridade máxima policial. No desempenho destas funções tanto podiam emitir actos jurídicos genéricos (regulamentos) como praticar actos administrativos. Em situações excepcionais e urgentes e de necessidade pública tinham o poder para «tomar todas as providências administrativas indispensáveis» (Art.º 352.º do Código Administrativo de 1936-40), o que conferia poder de ingerência do Governo na vida local. Neste sentido, os nomeados para exercerem o cargo de *magistrado administrativo*, eram da confiança do Governo, sendo a sua designação feita por nomeação governamental, mais concretamente, em Conselhos de Ministros, através da proposta do Ministério do Interior (Art.º 404º, n.º1, do Código Administrativo de 1936-40).

A nomeação do governador civil obedecia a certos requisitos. De acordo com o Código Administrativo de 1936-40, podiam ser designados: os cidadãos portugueses, no gozo dos seus direitos civis e políticos, que se integrem numa destas categorias: 1) diplomados com o curso superior; 2) funcionários civis com categoria igual ou superior à de chefe de repartição; 3) oficiais do Exército ou da Armada com patente não inferior a capitão ou primeiro-tenente; 4) antigos governadores civis; 5) antigos presidentes de

Câmara; 6) antigos vereadores ou membros das juntas provinciais ou distritais, que tenham exercido o mandato pelo menos 4 anos (art.º405 do Código Administrativo de 1936-40).

Para além destes critérios formais, que envolviam a selecção e recrutamento, existiam aspectos informais, que tinham grande importância em todo este processo, como a origem social, a filiação partidária e o prestígio e influência que os indivíduos detinham no distrito.

O governador civil, devido às suas funções e competências, tinha o direito de se corresponder directamente com todos os ministros, embora estivesse subordinado ao Ministério do Interior, que o nomeava, exonerava e demitia. No conjunto das missões e competências, o governador civil, como intermediário entre o Governo e as autarquias locais, tinha o direito de inspecção do funcionamento das Municipais e era o superior hierárquico dos presidentes dessas instituições de poder local (Art.º 350 e 351 do Código Administrativo de 1936-40).

Os indivíduos nomeados para o cargo de governador civil seriam cuidadosamente seleccionados, uma vez que eram o rosto do Governo na região, e as funções que exerciam, nomeadamente a de propaganda ideológica, tinham repercussões em toda a área do distrito, composto por vários municípios e paróquias, abrangendo milhares de habitantes.

Mesmo durante a I República, regime durante o qual se defendeu a autonomia municipal e a descentralização, o governador civil era nomeado pelo ministro do Interior e a lógica de recrutamento seria muito semelhante. Como nos revela Joel Serrão, os governadores civis da I República gozavam de grande prestígio nas áreas distritais, sendo na maior parte dos casos médicos, advogados, jornalistas ou grandes proprietários da região. De acordo com o autor, seria uma estratégia para recompensar indivíduos leais ao regime e de colocar figuras de prestígio, na luta pela rápida implantação do regime (SERRÃO, 1990:70).

De facto, os governadores civis foram sempre os representantes políticos do Governo nos distritos, independentemente das maiores ou menores competências de que dispunham, a política regional sempre se desenvolveu sob a inspecção/acção desta entidade.

De acordo com a investigação realizada por Paula França, sobre o arquivo do Governo Civil do Distrito de Viseu, as funções mais estáveis dessa instituição foram: 1) a transmissão e vigilância das leis; 2) a via de comunicação do poder central com o poder local; 3) a fiscalização dos processos eleitorais; 4) a fiscalização das contas das irmandades, confrarias e outras associações e 5) a manutenção da ordem e da legalidade (FRANÇA, 1992: 40).

Como já foi referido, o governador civil foi desde sempre um agente político da confiança do Governo, que procurou garantir, acima de tudo, no distrito, os interesses do poder central. No regime republicano, tinha a missão influenciar e aliciar de forma a garantir a vitória do partido ou partidos do Governo nas eleições; no regime autoritário, na fase da construção e da institucionalização do Estado Novo, tinha por missão, gerar consenso em torno da ideologia salazarista e do líder. Neste sentido, em ambos os regimes os governadores civis desempenhavam papel administrativo e político, que ia muito para além de propaganda ideológica.

Existe um conjunto de documentos dos primeiros anos do Estado Novo que mostra com clareza o papel desempenhado pelos governadores civis. Esses documentos foram publicados em 1981, com o título de *Relatórios para Salazar (1931-1939)*. Estes relatórios forma enviados regularmente para Salazar, dando conta de todo tipo de acontecimentos que ocorriam na região de Vila Real, até mesmo informações pessoais, assim como da actividade das elite política afecta ao regime e dos membros da oposição. (COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA, 1981: 5).

Na primeira fase do Estado Novo (1926-1945), durante a qual se institucionaliza o regime de Oliveira Salazar, exerceram o cargo de governador civil 199 indivíduos, organizados pelos 22 distritos, que compunham a estrutura administrativa nacional (cf. LAPA, 1962, 163-250).

Tabela 1: Governadores civis em Portugal (1926-1945)

Distrito	N.º de Governadores Civis
Lisboa	3
Bragança	5
Viseu	6
Castelo Branco	7
Viana do Castelo	8
Vila Real	8
Guarda	8
Leiria	8
Braga	9
Aveiro	9
Santarém	9
Beja	9
Funchal	9
Porto	9
Portalegre	10
Angra do Heroísmo	10
Ponta Delgada	10
Setúbal	11
Évora	12
Faro	12
Horta	12
Coimbra	15
Total	199

Fonte: Albino Lapa (1962). *Governadores Civis de Portugal*. Lisboa, pp. 163-250.

Com base nas listas onomásticas dos governadores civis de Portugal realizada por Albino Lapa (LAPA, 1962, 163-250)¹³, é possível levantar algumas questões interessantes em torno do papel dos governadores civis, na Ditadura Militar e da primeira fase do Estado Novo (1926-1945).

¹³ O trabalho de Albino Lapa, *Governadores Civis de Portugal*, antes de ser introduzido nesta análise foi cruzado com investigações realizadas para: Viseu (FRANÇA, 1992), Lisboa, (PEREIRA, 1998), Vila Real (SOUSA, Gonçalves, 2002), Porto (COSTA, 2004), Lisboa (PEREIRA, 1998).

O distrito que conheceu menos governadores civis foi o de Lisboa: teve 3; e o distrito que teve mais governadores civis foi o de Coimbra: teve 15. Há aqui uma grande disparidade entre estes dois distritos. Entre 1926 e 1945, ocuparam o cargo em análise em média 9 indivíduos, em cada um dos 22 distritos.

O facto de o distrito de Lisboa ter o número mais baixo de nomeações talvez se explique pelo facto de estar na capital do país, o centro de decisão política, onde as instituições políticas, policiais e militares têm a sua sede. Por um lado, os poderes estariam rigorosamente delimitados para cada instituição; por outro lado, devido à proximidade geográfica, o Governo tem a oportunidade de controlar mais facilmente a conduta dos governadores civis.

Na mesma lógica, o distrito que surgiria logo de seguida na tabela seria o do Porto, pelo Governo Civil ficar estabelecido na cidade do Porto, a segunda cidade do país, onde também se encontram várias instituições de poder, nomeadamente, militares e policiais, mas é o Distrito de Bragança que surge em segundo lugar, com apenas 5 governadores civis. Esta cidade transmontana é a cidade do continente mais distante da capital, sendo a mais distante das instituições do poder central e nela o Governo Civil, tem um papel muito importante na administração no vários assuntos da região, nomeadamente nos assuntos de segurança pública. Mas, por outro lado, estava mais longe da fiscalização directa do Governo, como estaria o de Lisboa.

Se observarmos a mesma tabela, relativa ao número de governadores civis que exerceram funções no sul de Portugal, verificamos que, por exemplo, no distrito de Faro, a cidade mais distante a sul de Lisboa, teve 12 governadores civis. Mais distantes ainda estão os distritos dos Arquipélagos da Madeira e dos Açores: note-se, que o Funchal teve 9, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada tiveram 10 e o distrito da Horta teve 12.

Isto poderá significar, que a variável geográfica, tenha influência na frequência das exonerações e nomeações, existindo ainda outros factores que expliquem esse fenómeno, como o político. É provável que em Lisboa e Bragança a Ditadura Militar e a construção do Estado Novo tenha sido um processo mais tranquilo, não gerando instabilidade no seio da instituição distrital.

O distrito de Coimbra, cuja capital é urbe da tradicional universidade, uma das principais instituições de recrutamento dos quadros políticos do Estado Novo, contou com 15 governadores civis, sendo o distrito que teve mais nomeações. Tal facto revelará instabilidade política na região?

Durante a Ditadura Militar e os primeiros tempos do Estado Novo (1926 e 1945), foram nomeados 9 governadores civis, o número de indivíduos está dentro da média nacional.

Tabela 1: Os Governadores Civis do Distrito do Porto (1926-1945)

Nome	Profissão	Nomeação	Exoneração
Herculano Jorge Ferreira	Militar	02-06-1926	16-06-1926
Luís Monteiro Nunes da Ponte	Militar	23-06-1926	25-05-1931
Artur Leal Lobo da Costa	Militar	25-05-1931	27-07-1932
Domingos Luiselo Alves Moreira	Magistrado	27-07-1932	27-04-1933
Herculano Jorge Ferreira	Militar	27-04-1933	08-06-1935
Fernão Couceiro da Costa	Professor Universitário	08-06-1935	30-06-1937
Carlos Manuel de Oliveira Ramos	Professor de Liceu	12-10-1937	04-05-1938
Joaquim Trigo de Negreiros	Advogado	04-05-1938	29-01-1941
António Augusto Pires de Lima	Professor liceal	29-01-1941	27-11-1944
Aníbal Gomes Bessa	Militar	27-11-1944	12-02-1946

Fontes: *O Comércio do Porto* (Junho de 1926 – Fevereiro de 1946), *Jornal de Notícias* (Junho de 1926 – Fevereiro de 1946), *O Primeiro de Janeiro* (Junho de 1926 – Fevereiro de 1946) e LAPA, 1962: 217.

O militar Herculano Jorge Ferreira assumiu o cargo em contextos políticos distintos, na Ditadura Militar e no Estado Novo. O major ocupou o cargo nos primeiros dias da Ditadura Militar, entre os dias 2 e 16 de Junho de 1926, como interino, e alguns

anos depois volta assumir o cargo, a 27 de Abril de 1933, ano da transição da Ditadura Militar para o Estado Novo e exerce funções até 8 de Junho de 1935.

A tabela 1 também permite observar que no ano de 1931, como já foi referido em capítulos anteriores, foi o ano todas as crises, e isso, talvez se tenha reflectido, na nomeação do Governado Civil, o militar Artur Leal Lobo da Costa que assume entre 25 de Maio de 1931 e 27 de Julho de 1932. Este militar tinha exercido anteriormente o mesmo cargo em Leiria, Coimbra¹⁴, e talvez com base nessas experiência e na sua carreira militar¹⁵, ele tenha sido convidado a ocupar o cargo nesta bastante complexa, na cidade do Porto, mas também no país.

Outra situação que trouxe um militar para a direcção do Governador Civil do Porto, parece ter sido, mais um momento de crise interna no regime, o final da Segunda Guerra Mundial, como é possível verificar, na tabela 2, em 1945, assume funções o militar Aníbal Gomes Bessa, rompendo um pouco a tradição de homens do Direito e professores do Governo Civil do Porto.

¹⁴ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XV, p.361.

¹⁵ *O Século*, 4 de Dezembro de 1963, p.2.

3.^a Parte

Capítulo V: A elite municipal e distrital do Porto (1926-1945)

5.1. Traços gerais da sociedade portuguesa nas primeiras décadas do século XX

As elites não são essências, entidades puras ou absolutamente abstractas. Pelo contrário, nutrem-se de um enquadramento social e histórico, dele emergem e são dependentes. Daí que seja fundamental estudar a interligação entre as elites e a sociedade, para perceber, a origem daquelas e melhor compreender a sua composição, estrutura e o lugar ocupado num conjunto mais vasto.

A sociedade é composta de indivíduos que formam grupos, participam em instituições, constroem alianças e conflituam.

A breve panorâmica da sociedade portuguesa nas primeiras décadas do século XX tem em conta a diversidade e pluralidade de instâncias que a compõem e pretende constituir-se como uma abordagem dinâmica atenta a assimetrias, desigualdades entre grupos, classes, assumindo que no interior destes grupos e classes também há dissonâncias, divergências e dificuldades de classificação.

Parte considerável da sociedade portuguesa no dealbar do século era essencialmente rural, analfabeta, e tendia para a emigração de forma a melhorar as suas condições de vida. Ora, a alfabetização evidenciava-se como um dos principais critérios para o acesso aos cargos políticos, administrativos e culturais. Pode afirmar-se que as desigualdades sociais propiciaram o aparecimento e a consolidação de elites. A consideração da participação política do Estado Novo impõe-se na sequência lógica da descrição sumária das condições sociais e políticas existentes. O texto que se segue procura descrever as características da sociedade e ressaltar a sua relevância para a caracterização do Estado Novo e da sua

participação política, sem esquecer as classes sociais nele envolvidas, com destaque para as elites.

Como já foi referido no terceiro capítulo deste trabalho, as primeiras décadas do século XX português foram marcadas por grande instabilidade política, nelas assistiu-se ao final da monarquia constitucional, à implantação da República, ao golpe militar de 28 de Maio e à constitucionalização do Estado Novo. Tais factos, não favoreceram o desenvolvimento do país, que havia herdado uma crise estrutural, que limitava o processo de industrialização e urbanização, que se assistia noutros países europeus. Por isso, a sociedade portuguesa era predominantemente rural e o estilo de vida campestre dominava as práticas quotidianas e as actividades económicas e profissionais. De acordo com Oliveira Marques e Luís Rodrigues, no início do século do século XX, 64% da população dedicava-se à agricultura, essa actividade profissional vai absorvera grande parte da população durante várias décadas, mais concretamente até aos anos 60 (MARQUES e RODRIGUES, 1991: 187). Em 1930, só os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal registavam percentagem abaixo dos 50% para a população activa agrícola. Neste sentido, o proletariado industrial moderno, que vivia exclusivamente da sua força de trabalho, quase se limitava, nos anos 30 e 40, às zonas industriais de Lisboa e à margem Sul do Tejo (ROSAS, 1998: 27). A população portuguesa dedicava-se na sua maioria às actividades agrícolas e vivia fora dos centros urbanos. Durante os anos 30, cerca de 80% da população vivia fora dos centros urbanos, o que significa que residiam em aglomerados com menos de 5000 habitantes. Nesta época, os centros urbanos que captavam mais migrantes eram Lisboa e Porto reunidos, que entre 1930 e 1950 mais de 12% de toda a população do continente e das ilhas correspondentes, em 1930, a cerca de 60% da de todos os centros urbanos (NUNES, 1989: 45). Estes dados demonstram a prevalência de centros populacionais de pequena e média dimensão e, conseqüentemente, o baixo nível de

urbanização. A par destes factores, outros aspectos tais como a emigração e o analfabetismo, caracterizavam a sociedade portuguesa nesta época.

Desde a segunda metade do século XIX, as migrações eram um factor estruturante da sociedade e da economia portuguesa, nomeadamente a emigração. Este movimento migratório aumentou nos inícios do século XX, tendo um abrandamento nos anos 30, devido às fortes restrições colocadas pelos países tradicionais de acolhimento, que enfrentavam dificuldades de emprego levantadas pela depressão económica desencadeada pela crise norte-americana de 1929. Tal situação, impossibilitou a busca de novas oportunidades no estrangeiro e as condições de vida em Portugal agravaram-se. Porém, a emigração nunca estagnou. Aliás, apesar da emigração ser controlada pelo Governo, ela vai atingir valores muito elevados, especialmente na década de 60 e 70, desta vez para França.

Apesar de a emigração dar oportunidade a muitos portugueses de melhorarem as suas condições de vida e a de ser vantajosa para o orçamento nacional, na medida em que entravam grandes quantidades de divisas no país, ela afastava muitos indivíduos jovens e em idade activa do território nacional. A este movimento migratório, também se deve acrescentar o exílio político, que leva portugueses um pouco para todo o mundo, gente não que pôde participar directamente no desenvolvimento social, económico e político do país.

A juntar a este factor, existia ainda a «cultura do analfabetismo» (cf. RAMOS, 1988). Em Portugal, o analfabetismo afectava a maioria da população (cf. REIS, 1984). A população com maior nível de alfabetização estava nas áreas urbanas (PINTO, 2005: 15).

O facto de a maioria da população portuguesa ter pouca ou nenhuma escolaridade, tornava-a incapaz de se desenvolver e emancipar do ponto de vista económico e financeiro e, conseqüentemente, a mobilidade social era muito difícil. Tudo isto ajuda a perceber o

peso da ruralidade na sociedade portuguesa, na qual a população rural e camponesa formava o estrato de base mais numeroso e, talvez, mais homogéneo.

A maioria da população portuguesa reunia várias condições que a afastavam dos centros de administração e decisão política, desde o nível do poder central, passando pelo regional e até mesmo do poder local. De facto, grande parte da população era camponesa e, por isso, não estava organizada em sindicatos e outras organizações socioprofissionais politizadas; tinha um baixo nível de escolaridade, e logo não tinha acesso aos meios de comunicação e de informação; vivia em pequenos núcleos demográficos, muitos dos quais estavam distantes das grandes cidades e, por consequência, a população estava longe, afastada e ausente das instituições político-administrativas e, por isso, dificilmente tinha acesso até mesmo às instituições de poder local.

Para além destes factores, que ajudam a reflectir sobre a relação entre a população portuguesa, em geral, e a esfera política, existem outros, como por exemplo, a exclusão de grande parte da população dos processos eleitorais e a censura nos meios de comunicação.

O sistema de exclusão de grande parte da população portuguesa na participação nos processos eleitorais existe desde os primeiros momentos da monarquia constitucional e vigorou até 1974, sendo este considerado um longo período de «sufrágio elitista» (cf. LOFF, 1997). Ao longo desses anos, com regimes de essência tão distinta, o direito de sufrágio estava assente em critérios que excluía a maioria da população, como sendo: a escolarização; a capacidade económica; a autonomia social; o papel familiar; a idoneidade judicial, psíquica e moral; a submissão política; a qualificação etária e de género. Como é possível verificar, todos estes critérios impediam a participação de grande parte da população portuguesa nas decisões políticas.

O Estado Novo, como os regimes antecessores, consagrou formalmente na Constituição o princípio representativo (a Assembleia Nacional era uma câmara política de

representação nacional) e o princípio electivo (designação eleitoral do Presidente da República e da Assembleia Nacional). Contudo, a sua concretização foi viciada pela ausência de liberdade política e pela aplicação de mecanismos de controlo da sociedade, em geral, e da oposição política, em particular. Durante o regime autoritário de Salazar o direito ao voto não era universal. Por um lado, as disposições legais não reconheciam o direito de voto a uma grande parte da população, sendo por isso limitado, com vários impedimentos, nomeadamente, de ordem política. Por outro lado, as operações de recenseamento eram altamente controladas, do ponto de vista administrativo e político. Tudo isto gerou um eleitorado reduzido e, maioritariamente, afecto ao regime (CRUZ, 1986:103-104).

Neste contexto, todos os meios de comunicação estavam sob controlo governamental e sujeitos à censura, levando assim informação manipulada, incorrecta ou incompleta aos poucos que sabiam ler. Desta forma, grande parte da população estava marginalizada do sistema político.

Os portugueses, em quase os todos os níveis da sociedade, não se podiam organizar ou mobilizar para exercerem influência, ficando entregues a si mesmos, num sistema político-administrativo centralista, autoritário, não partidário e não eleitoral. O Estado Novo com a sua reforma administrativa, na qual todas as competências políticas provinham do centro para a periferia, isto é, de Lisboa para todo país, retirou poder e espaço de acção aos influentes locais, às administrações regionais, organizações locais de cariz político. O sistema tradicional foi quebrado, porque o Estado autoritário tanto tirou aos *clientes* a capacidade para fazer valer a sua lealdade política e o seu voto, como desvalorizou os *influentes* enquanto mobilizadores de votantes, o que fora um dos seus principais trunfos políticos no jogo com o centro político localizado em Lisboa. No entanto, há a notar que também as autoridades administrativas deixaram de poder invocar

para a sua acção junto das comunidades a legitimidade que o sistema representativo lhes assegurava. O que vai tornar os *influentes* locais cada vez mais dispensáveis ao Estado. Como observou Rui Ramos, o cacique de Oitocentos perde influência e poder político, preponderando o funcionário público, pois o *influyente* no Estado Novo é o indivíduo afecto ao regime, que ocupa cargos na Administração, pertence à União Nacional e/ou organismos corporativos. O novo *influyente* é o indivíduo que tem relações privilegiadas com o regime e o poder central ou tem uma posição na organização estatal que lhe permite o exercício da influência. De acordo com, este autor, é a Administração do Estado Novo que faz os influentes que precisa (RAMOS, 1986:125).

Neste sentido, é possível afirmar que o Estado Novo encorajava activamente a apatia, a passividade e a inércia política. Como disse, Joyce Riegelhaupt o Estado Novo decretou o «apoliticismo», na sociedade, em geral, e na freguesia e na aldeia, em particular (cf. RIEGELHAUPT, 1979: 505-523), tema que também foi estudado por José Madureira Pinto (1982) e Manuel Carlos Silva (1987).

Por tudo isso, a população portuguesa estava afastada das instituições administrativas e da esfera do poder político. Se, por um lado, esta era pouco acessível, por outro lado era pouco apelativo. Por isso, o sector político-administrativo fazia parte quase exclusivamente do universo das elites, que se moviam nesse espaço por diversas motivações, desde a ascensão social até à defesa de interesses da classe socioprofissional a que pertencia.

A sociedade portuguesa nas primeiras décadas do século XX era caracterizada por grandes desigualdades sociais. A classe baixa, era numeroso e pobre, dispunha de escassos recursos económicos e era pouco escolarizado. Neste sentido, muitos indivíduos procuravam melhores condições de vida junto das vilas e cidades portuguesas ou no estrangeiro. Como foi possível observar nas páginas anteriores, a mobilidade social era

muito limitada, a mobilização social era baixa e predominava a *apatia* política, e, por isso, esta classe social dificilmente comunicava com a esfera do poder. A sua constituição interna revela grande heterogeneidade socioprofissional, sendo composta por pequenos proprietários rurais, assalariados rurais, operários, entre muitos outros, cujas situações de vida eram distintas e heterogéneas.

O mesmo acontecia com a classe média, que era um grupo tão vasto e heterogéneo que apresentava dificuldades na sua definição e caracterização, Fernando Rosas apelidou-a de «vasto pântano» (ROSAS, 1998: 105). De facto, existe alguma dificuldade em delimitar a classe média portuguesa dos anos 30 e 40, que constituía um grupo vasto e heterogéneo e que detinha um grande peso social e económico. A camada superior deste grupo, seria constituída pelos pequenos e médios patrões da agricultura, da indústria e do comércio, associados aos estratos médios das profissões liberais, dos quadros ou do funcionalismo. Esta camada era quantitativamente reduzida, vivia modestamente e era dependente da intervenção estatal, o que limitava as suas intervenções e espírito empreendedor na esfera política, social e económica. Na classe média baixa estavam produtores agrícolas, o artesanato industrial e proto-industrial, o pequeno e pequeníssimo comércio lojista, os camponeses modestos, que seriam os camponeses assalariados, que dividiam os seu trabalho entre actividades rurais e industriais, os artesãos, os serviços e ainda os pescadores. Também se pode inserir neste patamar a pequena burguesia urbana, que era constituída, por exemplo, pelas camadas inferiores dos empregados e do funcionalismo. De acordo, com Fernando Rosas, esta classe social constituía a maioria sociológica da população pelo menos até ao início da guerra (ROSAS, 1998: 105).

De facto, era um grupo social numeroso e que englobava uma grande diversidade de grupos socioprofissionais, com interesses diferentes, com níveis de cultura e alfabetização diferentes e, inclusivamente, com salários e rendimentos díspares. Por isso,

não existia uma coesão interna, uma consciência de classe e até uma identidade. Neste sentido, os indivíduos deste grupo social não se organizavam politicamente nem reivindicavam. Os seus meios de subsistência eram precários e, por isso, desejavam e defendiam valores como a estabilidade económico-financeira, social e política. Segundo Fernando Rosas, esta era uma classe obediente e resignada, que tinha receio de correr riscos, adoptando uma postura conservadora perante reformas e mudanças (ROSAS, 1998: 106). Por isso, o Estado Novo para se institucionalizar e consolidar teve sempre em atenção os interesses da classe média portuguesa, de forma a obter a sua adesão, obediência e resignação, que durará até ao período da Segunda Guerra, momento de crise que trouxe descontentamento a esta classe, em particular, e a toda a sociedade, em geral.

A defesa de valores conservadores e tradicionais era o elo de ligação da classe média com a classe alta, o grupo que estava no topo da pirâmide da sociedade, minoritário, fechado e muito conservador. Apesar de ser a classe social minoritária, era constituída por várias elites, avultando entre elas fortes interesses rurais conservadores, com grande participação no sector de comércio internacional/colonial, no qual também participava uma elite burguesia industrial e comercial. Esta elite foi uma peça central no processo da queda da I República e na ascensão do Estado Novo, assumindo um certo protagonismo, uma vez que, nesse contexto, os comerciantes e os financeiros eram poderosos, e muitos deles também eram grandes industriais e agricultores, concentrando nas suas mãos poder económico e financeiro (TRINDADE, 1998, 54-56). Durante os anos 30, enquanto o Estado Novo se consolidava, os sectores económicos e políticos mais influentes, entre os grupos sociais dominantes, eram os da grande lavoura absentista e rentista e os que estavam ligados à banca e ao comércio internacional e colonial (ROSAS, 1998: 101).

Durante o regime republicano, nomeadamente, a partir da crise de 1921, a classe alta portuguesa, por um lado, tem dificuldade em manter os seus níveis riqueza e em

acumular capital; por outro lado, é incapaz de enfrentar a concorrência estrangeira no mercado interno e externo e de suportar as reivindicações do operariado. Por isso, as elites unem-se contra o liberalismo republicano e apoiam o Golpe Militar de 28 de Maio. Este movimento de cariz autoritário e conservador, apesar de não apresentar um projecto político, simbolizava a esperança do retorno à ordem e à estabilidade. Neste sentido, o Estado Novo institucionaliza-se, respondendo aos anseios destas elites, consolidando pilares ideológicos de pendor autoritário, conservador e repressivo, com os quais desarticulou o operariado, lançou medidas proteccionistas no mercado nacional e colonial, afastando a concorrência estrangeira, gerindo as contradições entre as diversas classes sociais.

Por isso, a mentalidade das elites portuguesas, nomeadamente das que ocupavam cargos na esfera política, era conservadora, avessa a mudanças e sem espírito empreendedor. A classe alta portuguesa vivia sobretudo de rendas, com pouco interesse e capacidade em investir na economia do país, não tendo espírito empreendedor (DESCAMPS, 1935: 478), estando muito ligada ao estilo de vida e aos valores vigentes no Antigo Regime.

É no seio da classe alta e na heterogénea classe média, que é recrutada a elite política do Estado Novo. Segundo Hermínio Martins, durante este regime, que ele definiu como «ditadura classista», o acesso à elite política é determinado pelos seguintes factores: a origem social, o recrutamento em instituições militares e educativas prestigiantes e as relações formais e informais (MARTINS, 1998: 103).

A sociedade desta época era oligárquica, fechada, conservadora, onde predominava a endogamia, por isso, as relações familiares e sociais tinham um papel fulcral. Consequentemente, a elite governante, dificilmente, absorvia elementos dos estratos sociais mais carenciados e socialmente marginais. De acordo com os estudos realizados

sobre as elites do Estado Novo¹⁶, os elementos recrutados para funções administrativas e políticas (que provinham da classe média e baixa) possuíam diploma do ensino superior, de uma instituição prestigiada, elemento fundamental para a sua cooptação. O estudo de Rita Carvalho sobre a elite parlamentar no pós-guerra (1945-1949) demonstra a existência de indivíduos com origem social muito humilde (CARVALHO, 2001: 7-30). Todavia, as elites políticas seriam constituídas, na sua maioria, por elementos das classes mais elevadas da sociedade portuguesa, dos quais se destacavam, elementos de grupos económicos, da elite universitária, dos quadros das Forças Armadas, assim como das profissões liberais, nomeadamente os que tinham formação em Direito (MARTINS, 1998; PINTO, 2001: 1060-162), em medicina e ainda proprietários rurais e engenheiros (CARVALHO, 2001: 17-20). Estes grupos monopolizavam praticamente a vida política, a alta burocracia do Estado e, provavelmente, a administração local.

Durante os primeiros anos da construção do Estado Novo, as forças políticas e ideológicas conservadoras, que apoiaram o golpe militar desde o primeiro instante, estavam dispersas e hesitantes. Mas, a institucionalização do Estado Novo conseguiu reuni-las e criar um consenso, porque soube Salazar liderar um sistema de alianças em torno de um programa governativo autoritário e conservador. O Estado Novo lançou os seus alicerces a partir da rejeição do liberalismo republicano e da apologia de um Estado forte e interventor, apresentando-se como a única solução para resolver os problemas nacionais.

Para tal, criou um programa unificador dos vários sectores portugueses: o catolicismo social, o corporativismo, o antiparlamentarismo, o anticomunismo, o imperialismo, o nacionalismo e a defesa dos interesses da Igreja. Laços ideológicos que permitiram unir os sectores mais conservadores da sociedade, como por exemplo: as elites

¹⁶ Analisados na Iª Parte da tese, nos sub- capítulos 2.3 e 2.4, intitulados: O estudo das elites do Estado Novo e O estudo das elites locais e regionais do Estado Novo, respectivamente.

católicas, os nacionalistas, monárquicos de várias tendências, os integralistas lusitanos, jovens cadetes sidonistas, as classes médias urbanas, os pequenos e médios proprietários rurais, a União dos Interesses Económicos, a Associação Comercial de Lisboa. O grupo de simpatizantes e aderentes do projecto conservador da Ditadura Militar e da institucionalização do Estado Novo era vasto e heterogéneo, assim, como eram as direitas portuguesas, que desempenharam um papel fundamental na crescente força política da corrente salazarista no processo de transição da ditadura para o Estado (OLIVEIRA, 1996, 281). De facto, a corrente salazarista colheu o apoio das várias famílias políticas, desde republicanos conservadores, monárquicos, fascistas, até mesmo sectores da esquerda republicana, que tinham apoiado o golpe militar em 1926 (PINTO, 1985: 191).

O grande mérito do Estado Novo, e mais concretamente de Oliveira Salazar, foi a capacidade de negociar e de gerir conflitos com várias forças, levando-as a aderir à plataforma salazarista, a ingressar em várias instituições do regime e a integrar a União Nacional, constituindo desse forma um «contraditório equilíbrio de interesses» (ROSAS, 1998: 169), porque reunia um caldo ideológico e, por isso, o Governo definiu a União Nacional como uma «liga patriótica»¹⁷, e Marcello Caetano como «uma agremiação cívica de todos os portugueses de boa vontade» (CAETANO, 1969: 169).

Todas as famílias políticas que apoiavam o Estado Novo e que foram (a)colhidas pela União Nacional esperavam planos de acção muito concretos de Oliveira Salazar, a realização de projectos e a concretização de aspirações. Por isso, a gestão dos vários interesses e o seu equilíbrio foi uma questão central para o regime. Consequente, a elite política do regime, dos primeiros anos do Estado Novo, reflecte à luz do que se disse, a justaposição das correntes originais que vão progressivamente aderindo e estruturando a plataforma viabilizadora do Estado Novo.

¹⁷ *Jornal de Notícias*, 31 de Julho de 1930, p.4.

A elite política que trabalhava na esfera do poder central era seleccionada pessoalmente por Salazar. Já no caso das elites políticas locais, o processo era um pouco diferente. A selecção dos quadros políticos a nível local era realizada por duas entidades: os Governadores Civis e a União Nacional. Os Governadores Civis tinham por missão nomear os Presidentes da Câmara, tarefa na qual também participava a União Nacional. Segundo, Braga da Cruz, esta organização controlava o acesso à função pública, a nível local. Neste sentido, torna-se claro, que todos os que desempenhavam funções na administração local e aceder a cargos políticos tinham de ser membros da União Nacional (CRUZ, 1988: 177).

Por isso, as comissões locais da União Nacional eram compostas por notáveis da região, nomeadamente, os proprietários e os comerciantes (CALDEIRA, 1986: 234), tendo um papel importante na aglutinação das elites locais (RAMOS, 1986: 109-135). De acordo, com Costa Pinto, este foi o papel mais importante da União Nacional (PINTO, 1992).

Para além deste critério ideológico e político, existiam outros requisitos, igualmente importantes, no processo de selecção e recrutamento das elites para a administração local, tais como a riqueza, o prestígio, o respeito e a consideração social, as relações familiares e, acima de tudo, o ser uma figura que capaz de gerar consenso. Para além, destes preceitos, a selecção tinha ainda em atenção as ambições políticas, económicas e sociais dos candidatos, pois este teria de ser uma personagem mais ou menos distante do contexto e do quotidiano locais, cujos planos pessoais não passassem pela região e/ou pelo cargo político. Para encerrar a lista de requisitos, apresenta-se o último, não menos importante, como o da respeitabilidade (RAMOS, 1986: 121), pois os representantes do Estado Novo tinham de ser figuras de respeito, pois era importante transferi-lo para o cargo que ocupavam, dignificando, desta forma, a instituição e o Governo que o nomeava.

5.2. Perfil socio-político dos vereadores da Câmara Municipal do Porto (1926-1945)¹⁸

5.2. 1. Idade, origem geográfica e social

Quadro 3: Idade na tomada de posse do cargo de Vereador da Câmara Municipal do Porto (1926-1933)

Nomes	Idade na tomada de posse do cargo
Anacleto Domingos dos Santos	39
Antão de Almeida Garrett	-
António do Nascimento Ribeiro Macário	33
António Joaquim de Almeida Valente	53
Aucindio Ferreira dos Santos	-
Augusto Sousa Rosa	55
Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas	28
Carlos Alberto Henriques	42
Dário Tamegão	-
Fernando Peixoto de Magalhães	-
Joaquim Gomes Salazar Braga	40
Luís Amaro de Oliveira	42
Mário Almeida	36
Pedro Carlos Alexandre Pezarat	38
Raul Andrade Peres	39
Média de idade	40

A Câmara Municipal do Porto durante a Ditadura Militar teve 15 vereadores. De acordo com os dados recolhidos (não foi possível apurar informação para quatro vereadores) e por isso com as devidas cautelas, pode dizer-se que a média de idade é de 40 anos, sendo por isso, um grupo relativamente jovem. O mais novo era tenente e médico da Guarda Nacional Republicana, Carlos Alberto Garcia Roçadas com 28 anos de idade e o mais velho era o coronel médico do Exército Augusto Sousa Rosa com 55 anos de idade¹⁹.

¹⁸ Ver Anexo 1: Fichas biográficas dos vereadores da Câmara Municipal do Porto (1926-1945).

¹⁹ *Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto* (7 de Julho de 1926 e 22 de Novembro de 1930), Arquivo Histórico Militar. *Processos Individuais* de Carlos Alberto Garcia Roçadas e de Augusto Sousa Rosa

Quadro 4: Idade na tomada de posse do cargo de Vereador da Câmara Municipal do Porto (1933-1945)

Vereadores	Idade na tomada de posse do cargo
Alberto Pinheiro Torres	67
Alfredo Mendonça da Costa Ataíde	51
António de Almeida Costa	33
Américo Claro da Fonseca	-
Ana José Guedes da Costa	81
António Bragança	-
António de Seixas Soares Júnior	40
António Domingos de Freitas	-
António Pedro de Mesquita Carvalho Magalhães	42
António Valeriano Mota	-
Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas	-
Carlos Teixeira da Costa Júnior	-
Carlos Teixeira Marques	-
Carlos Vasco Michon de Oliveira Mourão	33
Flávio Augusto Marinho Pais	74
Francisco Augusto Homem da Silveira S. de Almeida e Melo	-
João de Espregueira Mendes	-
João de Paiva Faria Leite Brandão	24
Jorge de Azevedo Maia	55
Jorge de Viterbo Ferreira	35
José Júlio Martins Nogueira Soares	-
José Pinto Meneres	35
Luís Albertino Mourão	-
Luís Guilherme de Barros Virgolino	-
Luís José de Pina Guimarães	35
Manuel Avides Moreira	-
Manuel Barreto da Costa	-
Paulino Celestino da Silva	-
Paulo Emílio Alberto de Figueiredo Garcia	-
Pedro Maria Fonseca	-
Ricardo Spratley	60
Média de idade	48

Em 1933 a ditadura constitucionaliza-se e os civis voltam a ocupar a vereação da Câmara Municipal do Porto. Assim, a 7 de Junho de 1933 os vereadores militares são exonerados e são nomeados civis para ocuparem esses lugares²⁰. Deve salientar-se que não foi um processo pacífico. O último presidente da Câmara Municipal do Porto do período

²⁰ *Diário do Governo*, II Série, n.º 130, 7 de Junho de 1933, p. 2498.

da Ditadura Militar, o coronel Sousa Rosa, deixou o seu cargo na autarquia desgostoso com a transição política para o Estado Novo, com o retorno dos civis ao poder político, e pela impossibilidade de deixar na autarquia militares da sua confiança, abandonou a carreira política e foi viver para a sua terra natal, São Martinho de Anta, uma pequena aldeia de Vila Real²¹.

Durante o processo de transição da Ditadura Militar para o Estado Novo, o Coronel Sousa Rosa empenhou-se para que a nova equipa fosse constituída pelos vereadores que exerceram funções entre 1926 e 1933²². Apesar dos seus esforços, o grupo dos vereadores que assumiram funções a 7 de Junho de 1933, tinha apenas um elemento da vereação anterior, o tenente e médico da Guarda Nacional Republicana, Carlos Alberto Garcia Roçadas²³, tendo todos os outros voltado para os quartéis e para as actividades castrenses.

Como afirmou o Governador Civil do Porto neste contexto: «veio a Constituição e julgou-se conveniente que os militares deveriam deixar de exercer logares civis»²⁴. E assim uma nova equipa assume funções na Câmara Municipal, cujos membros eram nomes conhecidos na cidade, de acordo com um periódico portuense²⁵.

De acordo com os dados biográficos disponíveis (no total de 31 indivíduos foi possível apurar informação biográfica para 14 vereadores) e por isso com as devidas cautelas, diremos que este grupo tinha a média de idade de 48 anos, os mais jovens foram eventualmente António de Almeida Costa²⁶ e Carlos Vasco Michon de Oliveira Mourão (LOPES, 2005:200), ambos com 33 anos de idade, e a mais velha foi eventualmente Ana José Guedes da Costa, com 81 anos²⁷, que exerceu o cargo de vereadora no mandato de Albano Sarmiento (1941-1944), foi Presidente da Comissão de Assistência e vogal da

²¹ *Jornal de Notícias*, 14 de Fevereiro de 1939, p.6.

²² *O Século*, 4 de Junho de 1933, p.6

²³ *Comércio do Porto*, 8 de Junho de 1933, p.1

²⁴ *O Primeiro de Janeiro*, 9 de Junho de 1933, p.1.

²⁵ *Comércio do Porto*, 8 de Junho de 1933, p.1.

²⁶ O grande livro dos portugueses. 1990. s.l: Círculo de Leitores, 167.

²⁷ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. Vol. XII, pp. 850-851.

Comissão de Recompensas²⁸. Tal demonstra que existiam várias gerações dentro deste grupo.

Também se deve salientar a presença da única mulher na Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, que foi desde sempre constituída por homens. Ana José Guedes da Costa foi a primeira mulher a assumir um cargo dessa natureza, exercendo funções de vereadora nos mandatos de Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento (1941-1944), Jorge Viterbo Ferreira (1944-1945) e Luís de Pina Guimarães (1945-1949). Assume o cargo com 81 anos de idade, sendo a presidente da Comissão de Assistência e assumindo simultaneamente o cargo de vogal à Comissão de Recompensas²⁹.

Os vereadores da Câmara Municipal do Porto entre 1926 e 1945 seriam portuenses? Será que para acederam ao cargo tinham de ser naturais da cidade ou da região?

Como foi referido em páginas anteriores, os vereadores tinham por função coadjuvar o Presidente da Câmara na gestão e administração dos negócios municipais. Por isso, este cargo seria desempenhado, em princípio, por indivíduos que conheçam o contexto económico e social do município e, portanto, estariam integrados na sociedade. Seriam, eventualmente, membros das elites locais.

De acordo com os dados apresentados no quadro 5, (não foi possível apurar informação para 2 vereadores) e por isso com a alguma reserva, é possível concluir, que pelo menos seis vereadores nasceram na região do Porto, tendo os restantes nascido noutras regiões do país: Trás-os-Montes, Beira Interior, Lisboa e Algarve, demonstrando uma certa dispersão geográfica, comum na sociologia dos recursos humanos do Exército.

²⁸Arquivo Histórico Municipal. *Boletim da Câmara Municipal do Porto*. Ano VII, n.ºs 300 e 301, vol. XVII, Porto, 3 e 10 de Janeiro de 1942. "Presidência, Ordens de Serviço, N.º 2/42" (3 de Janeiro de 1942), Fol. 12-13

²⁹ *Diário da Manhã*, 27 de Novembro de 1941, p.1.

Quadro 5: Origem geográfica dos vereadores da Câmara Municipal do Porto (1926-1933)

Nome	Origem geográfica
Anacleto Domingues dos Santos	Bouças, Matosinhos
Antão de Almeida Garrett	Cedofeita, Porto
António do Nascimento Ribeiro Macário	Pereiros, Carrazeda de Ansiães
António Joaquim de Almeida Valente	Cardanha, Moncorvo
Aucindio Ferreira dos Santos	-
Augusto Sousa Rosa	S. Martinho de Anta, Vila Real
Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas	Lagoa, faro
Carlos Alberto Henriques	Socorro, Lisboa
Dário Tamegão	Porto
Fernando Peixoto de Magalhães	-
Joaquim Gomes Salazar Braga	Santo Ildefonso, Porto
Luís Amaro de Oliveira	Pinhel, Guarda
Mário Almeida	Vilar de Formoso, Guarda
Pedro Carlos Alexandre Pezarat	Porto
Raul Andrade Peres	Vila Nova de Gaia ,Porto

O Governador civil Nunes da Ponte, na cerimónia da tomada de posse da nova comissão administrativa da Câmara Municipal do Porto a 7 de Julho de 1926, explica que para a compor «teve de recorrer à guarnição do Porto, indo a ella buscar os mais distintos officiais»³⁰, dando a entender que no processo de selecção escolheu os indivíduos que estavam a desempenhar funções no Porto e que por isso conheceriam bem o município, independentemente da origem geográfica do indivíduo.

E qual seria origem geográfica dos vereadores da Câmara Municipal do Porto na primeira fase do Estado Novo (1933-1945)? A pesquisa efectuada sobre a origem geográfica dos vereadores da Câmara Municipal do Porto (1933-1945), permite conhecer apenas 15 dos 31 indivíduos, tornando esta análise provisória e realizada com as devidas cautelas. De acordo com os dados recolhidos, e apresentados no quadro 6, é possível verificar, que no grupo dos vereadores que exerceram funções entre 1933 e 1945 também existe uma certa diversidade geográfica. O que se poderá explicar pelo facto de Porto ser a segunda maior cidade do país, cujas actividades económicas, os serviços e as várias

³⁰ *O Comércio do Porto*, 8 de Julho de 1926, p.1.

instituições públicas, atraíam pessoas de várias regiões. Muitos habitantes não eram naturais da cidade e da região do Porto, mas estabeleceram a sua vida e a sua vida profissional, tornando-se portuenses. O que poderá ter acontecido com elementos da equipa da comissão administrativa da Câmara Municipal do Porto.

Quadro 6: Origem geográfica dos vereadores da Câmara Municipal do Porto (1933-1945)

Nome	Origem geográfica
Alberto Pinheiro Torres	Braga
Alfredo Mendonça da Costa Ataíde	Ateães (Bragança)
António de Almeida Costa	Celorico da Beira
Américo Claro da Fonseca	-
Ana José Guedes da Costa	Luanda (Angola)
António Bragança	-
António de Seixas Soares Júnior	Porto
António Domingos de Freitas	-
António Pedro de Mesquita Carvalho Magalhães	Porto
António Valeriano Mota	-
Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas	-
Carlos Teixeira da Costa Júnior	-
Carlos Teixeira Marques	-
Carlos Vasco Michon de Oliveira Mourão	Porto
Flávio Augusto Marinho Pais	Porto
Francisco Augusto Homem da Silveira S. de Almeida e Melo	-
João de Espregueira Mendes	Porto
João de Paiva Faria Leite Brandão	Guimarães (Braga)
Jorge de Azevedo Maia	Fajozes, Vila do Conde (Porto)
Jorge de Viterbo Ferreira	Porto
José Júlio Martins Nogueira Soares	-
José Pinto Meneres	Porto
Luís Albertino Mourão	-
Luís Guilherme de Barros Virgolino	-
Luís José de Pina Guimarães	Lisboa
Manuel Avides Moreira	-
Manuel Barreto da Costa	-
Paulino Celestino da Silva	-
Paulo Emílio Alberto de Figueiredo Garcia	-
Pedro Maria Fonseca	-
Ricardo Spratley	Porto

Quanto à origem social dos vereadores da Câmara Municipal do Porto, é um pouco difícil determinar as classes sociais de que provinham. No entanto, é possível levantar a hipótese de que provinham das classes média e alta. Por um lado, o acesso a cargos políticos e à esfera do poder estava ao alcance de uma pequena percentagem da população portuguesa, porque os critérios que estavam na base da participação activa na esfera do poder eram altamente selectivos e elitistas.

Os vereadores da comissão administrativa da Câmara Municipal do Porto do período da Ditadura Militar eram todos militares, e quase todos realizaram a sua formação e iniciaram a sua carreira militar durante o período da I República. Apesar, de neste período a sociologia do Exército se modificar e permitir a entrada de indivíduos de origem mais humilde e diversificada do que no passado, devido à crescente necessidade de recursos humanos na instituição militar pelos conflitos bélicos em África e na Europa que deflagraram durante o regime republicano, devemos ter em consideração que aceder à Escola do Exército e ser oficial de carreira, não estaria ao alcance da maior parte da população portuguesa, que tinha baixos níveis de escolarização e baixos rendimentos económicos.

Com base no levantamento realizado por Maria Carrilho sobre os antecedentes familiares dos militares que ingressaram na Escola de Guerra durante a I República é possível concluir que, os alunos que ingressavam nessa instituição provinham principalmente de famílias já ligadas às Forças Armadas, funcionários públicos, proprietários e funcionários liberais (CARRILHO, 1985: 232-233). Por isso, seria provável que os vereadores da Câmara Municipal do Porto da Ditadura Militar, pertencessem a esses grupos socio-económicos, que em grande parte eram os que já tinham acesso a cargos de poder em Portugal.

No caso dos vereadores que exerceram funções entre 1933 e 1945, na primeira fase do Estado Novo, destaca-se a presença de indivíduos letrados, com formação académica e profissões de prestígio, como por exemplo os professores universitários (Alfredo Mendonça da Costa Ataíde³¹, António de Almeida Costa³², Jorge de Azevedo Maia³³ e Luís José de Pina Guimarães³⁴) e os homens de negócios, que faziam parte da elite económica e comercial do Porto, como por exemplo Jorge de Viterbo Ferreira (CARVALHO, 2005: 611) e Ricardo Spratley³⁵.

De acordo com estudos realizados sobre a sociedade e as elites do Estado Novo, o acesso à Universidade era altamente elitista, estando reservado a poucos indivíduos, que provinham geralmente de famílias abastadas. Mas, existiram outros elementos que reforçam a tese de que a elite política em análise teriam origem social privilegiada.

³¹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. Vol. III, pp. 613-614.

³² *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. Vol.VII, pp. 861-862.

³³ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XII, pp. 850-851. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol III, p.936.

³⁴ *O Comércio do Porto*, 7 de Fevereiro de 1945, p.1.

³⁵ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XXX, pp. 77-78.

5.2.2. Formação e profissão

Quadro 7: Formação³⁶ e profissão³⁷ dos vereadores da Câmara Municipal do Porto (1926-1933)

Nome	Formação	Profissão
Anacleto Domingues dos Santos	Curso de Artilharia da Escola de Guerra	Tenente- Coronel de Artilharia Engenheiro Civil
Antão de Almeida Garrett	Curso de Artilharia da Escola de Guerra Curso Engenharia	Capitão de Artilharia Engenheiro Civil
António do Nascimento Ribeiro Macário	Escola de Enfermaria e Curso de Construções Civas e Obras públicas no Instituto Comercial do Porto	Tenente
António Joaquim de Almeida Valente	Curso de Classe de Sargento das Escolas Regimentais de Infantaria	Major de Infantaria
Aucíndio Ferreira dos Santos	-	Tenente de Infantaria Arquitecto
Augusto Sousa Rosa	Escola do Exército Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra	Tenente-coronel Médico
Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas	Curso de Infantaria da Escola de Guerra Curso de Medicina e Cirurgia	Tenente Médico
Carlos Alberto Henriques	Curso de Infantaria da Escola de Guerra	Capitão de Infantaria
Dário Tamegão	Curso de Infantaria da Escola de Guerra	Tenente
Fernando Peixoto de Magalhães	-	Capitão
Joaquim Gomes Salazar Braga	Curso de Administração militar da Escola de Guerra	Capitão de Administração Militar
Luís Amaro de Oliveira	Escola Central de Sargentos	Capitão
Mário Almeida	Curso de Infantaria da Escola de Guerra	
Pedro Carlos Alexandre Pezarat	Curso de Engenharia Militar da Escola de Guerra	Major de Engenharia
Raul Andrade Peres	Curso de Infantaria da Escola de Guerra	Coronel de Infantaria

Desde finais do século XIX, que o acesso a cargos políticos estava praticamente reservado a quem tinha formação superior. Os vereadores da Câmara Municipal do Porto

³⁶ Os dados relativos à formação dos vereadores da Câmara Municipal do Porto foram extraídos dos Processos individuais que estão à guarda do Arquivo Histórico Militar.

³⁷ A informação relativa à profissão dos vereadores da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto da Ditadura Militar foi compulsada no Arquivo Histórico Municipal do Porto, no fundo documental constituído por Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, as que se destacam as referentes à tomada de posse dos Presidentes da Câmara Municipal, Raul Andrade Peres (*Acta da sessão de instalação e posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, realizada em 7 de Julho de 1926, Fol.51v-35V*) e Augusto Sousa Rosa (*Acta da sessão de instalação e posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, realizada em 22 de Novembro de 1930, Fol 50-59v*) e confirmada em algumas notícias publicadas nos períodos portuenses (*O Comércio do Porto, O Jornal de Notícias, O Primeiro de Janeiro*), durante a Ditadura Militar.

da Ditadura Militar, eram militares de carreira. Do total de 15 vereadores, foi possível apurar informação relativa à formação 13 indivíduos. Assim, a análise desta variável é realizada com alguma reserva.

Com base nos dados disponíveis, apresentados no quadro 7, todos ingressaram jovens na Escola de Guerra, onde frequentaram, especialmente, os cursos de infantaria, artilharia e engenharia. Alguns deles fizeram outro tipo de cursos como o de Administração e de sargentos. Para além da formação militar alguns, como Augusto Sousa Rosa e Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas, frequentaram o ensino superior e obtiveram diplomadas de licenciatura em Medicina. Assim, poderemos levantar a hipótese, que o grupo de vereadores que integrou a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto era qualificado.

De acordo com os dados biográficos recolhidos poderá constatar-se que quase todos os membros deste grupo trabalhavam no Exército, com a exceção de Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas, que era Tenente Médico da Guarda Nacional Republicana, deve ainda salientar-se que este foi o único vereador da Ditadura Militar que circulou para a vereação do Estado Novo (1933-1936)³⁸.

A equipa de vereadores da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, entre 1933 e 1945, não era tão homogénea no que diz respeito à formação e profissão como a da Ditadura Militar (1926 e 1945), uma vez que são regimes políticos diferentes e que, por isso, eram constituídos por grupos de indivíduos com perfil escolar e profissional distinto.

³⁸ Diário da Manhã, 8 de Junho de 1933, p.1; O Comércio do Porto, 8 de Junho de 1933, p.1.

Quadro 8: Formação e profissão dos vereadores da Câmara Municipal do Porto (1926-1933)

Nome	Formação	Profissão
Alberto Pinheiro Torres	Direito	Jornalista e advogado
Alfredo Mendonça da Costa Ataíde	Filosofia	Professor da Universidade do Porto
António de Almeida Costa	Matemática	Professor da Universidade do Porto
Américo Claro da Fonseca	Direito	Advogado
Ana José Guedes da Costa	Enfermagem	Enfermeira
António Bragança	Direito	Advogado
António de Seixas Soares Júnior	-	Empregado bancário
António Domingos de Freitas	-	Homem de negócios
António Pedro de Mesquita Carvalho Magalhães	Direito	Advogado
António Valeriano Mota	-	Industrial
Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas	Medicina	Militar e Médico
Carlos Teixeira da Costa Júnior	-	-
Carlos Teixeira Marques	Medicina	Médico
Carlos Vasco Michon de Oliveira Mourão	Direito	Advogado
Flávio Augusto Marinho Pais	Engenharia	Engenheiro
Francisco Augusto Homem da Silveira S. de Almeida e Melo	Engenharia	Engenheiro
João de Espregueira Mendes	Medicina	Médico e professor da Universidade do Porto
João de Paiva Faria Leite Brandão	-	Militar
Jorge de Azevedo Maia	Medicina	Médico e professor da Universidade do Porto
Jorge de Viterbo Ferreira	-	Homem de negócios e proprietário agrícola
José Júlio Martins Nogueira Soares	Engenharia	Engenheiro
José Pinto Menéres	Direito	Advogado
Luís Albertino Mourão	-	Homem de negócios
Luís Guilherme de Barros Virgolino	Engenharia	Engenheiro
Luís José de Pina Guimarães	Medicina	Professor da Universidade do Porto
Manuel Avides Moreira	-	-
Manuel Barreto da Costa	Engenharia	Engenheiro
Paulino Celestino da Silva	-	Militar
Paulo Emílio Alberto de Figueiredo Garcia	-	-
Pedro Maria Fonseca	-	Homem de negócios
Ricardo Spratley	Curso de idiomas e de comércio	Homem de negócios

A pesquisa realizada sobre a formação e a profissão dos vereadores da Câmara Municipal do Porto que exerceram actividade entre 1933 e 1945, que constituem um

universo de 31 indivíduos, permitiu obter informação relativa à formação de 20 vereadores e à profissão de 28 vereadores. Por isso, a análise que se segue é realizada, com as devidas cautelas, assumindo desta forma um carácter provisório, que pretende ainda assim abrir pistas de leitura e criar alicerces, que sirvam de impulso para outras investigações.

De acordo com o quadro 8, é possível observar que a maior parte dos vereadores (no total 31 indivíduos) eram licenciados, sendo que 18 indivíduos tinham diploma do ensino superior, 9 indivíduos não eram licenciados e de outros 4 não foi apurar qualquer informação. Mesmo, com dados provisórios relativos à formação escolar/académica deste grupo é possível verificar, que as vereações eram constituídas por indivíduos que tinham formação escolar acima da média da grande maioria da população portuguesa, o que demonstra que a administração dos negócios municipais estava a cargo de um grupo de indivíduos letrados e que ocupavam posições sociais e cargos profissionais de destaque na cidade do Porto, com por exemplo os professores universitários (Alfredo Mendonça da Costa Ataíde³⁹, António de Almeida Costa⁴⁰, João de Espregueira Mendes⁴¹, Luís José de Pina Guimarães⁴²), os advogados (Alberto Pinheiro Torres⁴³, Américo Claro da Fonseca⁴⁴, António Bragança⁴⁵, António Pedro de Mesquita Carvalho Magalhães⁴⁶, Carlos Vasco Michon de Oliveira Mourão⁴⁷, José Pinto Meneres⁴⁸), os homens de negócios e industriais

³⁹ Arquivo Histórico Municipal do Porto. *Boletim da Câmara Municipal do Porto*. Ano VII, n.ºs 300 e 301, vol. XVII, Porto, 3 e 10 de Janeiro de 1942. "Presidência, Ordens de Serviço, N.º 2/42" (3 de Janeiro de 1942), Fol. 12-13; *Diário da Manhã*, 27 de Novembro de 1941, p.1.

⁴⁰ Arquivo Distrital do Porto. Governo Civil do Porto. *Correspondência Expedida*, I Semestre ,Iª Repartição,Livro n.º 1190, Ofício n.º: 355 – A; *O Século*, 17-05-1936, p.6.

⁴¹ Arquivo Distrital do Porto. Governo Civil do Porto. *Correspondência Expedida*, I Semestre ,Iª Repartição,Livro n.º 1190, Ofício n.º: 355 – A; *O Século*, 17-05-1936, p.6.

⁴² Arquivo Distrital do Porto. Governo Civil do Porto. *Correspondência Expedida*, I Semestre ,Iª Repartição,Livro n.º 1190, Ofício n.º: 355 – A; *O Século*, 17-05-1936, p.6.

⁴³ *Diário da Manhã*, 27 de Novembro de 1941, p.1

⁴⁴ Arquivo Distrital do Porto. Governo Civil do Porto. *Correspondência Expedida*, I Semestre, Iª Repartição,Livro n.º 1190, Ofício n.º: 355 – A; *O Século*, 17-05-1936, p.6.

⁴⁴ *Diário da Manhã*, 27 de Novembro de 1941, p.1

⁴⁵ *O Comércio do Porto*, 8 de Junho de 1933, p.1; *Diário da Manhã*, 4 de Junho de 1933, p.12.

⁴⁶ *Diário da Manhã*, 27 de Novembro de 1941, p.1.

⁴⁷ Arquivo Distrital do Porto. Governo Civil do Porto. *Correspondência Expedida*, I Semestre ,Iª Repartição,Livro n.º 1190, Ofício n.º: 355 – A; *O Século*, 17-05-1936, p.6.

⁴⁸ *Diário da Manhã*, 4 de Junho de 1933, p.12.

(António Domingos de Freitas⁴⁹, António Valeriano Mota⁵⁰, Jorge de Viterbo Ferreira⁵¹, Luís Albertino Mourão⁵², Pedro Maria Fonseca⁵³, Ricardo Spratley⁵⁴). Curiosamente, apesar da Constituição de 1933, transferir a responsabilidade de ocupar cargos políticos para os civis, note-se que entre 1933 e 1945, alguns militares (Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas⁵⁵, João de Paiva Faria de Leite Brandão⁵⁶ e Paulino Celestino da Silva⁵⁷) pertenceram à vereação da Câmara Municipal do Porto, o que revela que não foram arredados completamente da esfera do poder local.

A carreira profissional dos membros das equipas dos vereadores da Ditadura Militar (1926-1933) e do Estado Novo (1933-1945), também devem ser analisadas separadamente, uma vez que cada contexto político teve preferência por perfis socioprofissionais diferentes. No primeiro regime predominaram os militares e no segundo prevaleceram os civis na Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto.

As informações relativas à carreira profissional dos vereadores civis do Porto (1926-1945) são escassas, os *processos individuais dos militares* que estão à guarda do Arquivo Histórico Militar, dão alguma informação sobre este tema, contudo, não permitem fazer uma descrição e uma análise aprofundada. Também se deve referir o facto dos vários dicionários biográficos e enciclopédias consultados, não possuírem informação sobre grande parte destes indivíduos. A ausência de informação sobre as biografias, remete para a possibilidade dos vereadores da Câmara Municipal do Porto não terem sido personalidades de grande prestígio no seu tempo, ou de não se terem destacado em algum domínio da sociedade, como por exemplo, o exercício de altos cargos políticos ou o

⁴⁹ Diário da Manhã, 4 de Junho de 1933, p.12.

⁵⁰ Diário da Manhã, 4 de Junho de 1933, p.12.

⁵¹ Diário da Manhã, 4 de Junho de 1933, p.12.

⁵² Diário da Manhã, 4 de Junho de 1933, p.12.

⁵³ Diário da Manhã, 4 de Junho de 1933, p.12.

⁵⁴ Diário da Manhã, 27 de Novembro de 1941, p.1

⁵⁵ Diário da Manhã, 4 de Junho de 1933, p.12.

⁵⁶ O Século, 17 de Maio de 1936, p.6.

⁵⁷ Diário da Manhã, 4 de Junho de 1933, p.12.

exercício de actividades profissionais prestigiadas. O facto de estes indivíduos não terem sido biografados no *Quem é Alguém* (Dicionário publicado na década de quarenta do século XX, de intelectuais portugueses) ou na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, não significa que não tenham sido personalidades do seu tempo e da sua cidade. Até porque para acederem ao cargo de vereador, teriam de deter certo prestígio e reconhecimento social, uma vez que o cargo de vereador, seria desejado por muitos membros das elites portuenses, por significar o acesso ao interior do poder local.

5.2.3. Carreira profissional e política

A carreira profissional dos Vereadores da Câmara Municipal do Porto que exerceram o cargo entre 1926 e 1933, foi realizada no âmbito militar, pois todos eram militares, oficiais de carreira. A sua maioria ingressou ainda jovens na Escola do Exército, formando-se em diversas áreas como por exemplo Artilharia, Infantaria, Administração e Engenharia, entre outras. Iniciando a carreira profissional no Exército iam progredindo progressivamente até ao momento que passavam à reserva. Quase todos estiveram em missões em África e em França, durante a I Guerra Mundial, o que na altura era muito prestigiante. Por exemplo, Anacleto Domingos dos Santos⁵⁸, António do Nascimento Ribeiro Macário⁵⁹, Carlos Alberto Alves Roçadas⁶⁰, Carlos Alberto Ferreira Henriques⁶¹, Luís Amaro de Oliveira⁶², Mário de Almeida⁶³ participaram em missões militares nos campos de batalha em França, nomeadamente em La Lys.

Quanto à carreira política destes indivíduos, poderá levantar-se a hipótese de que o cargo que ocuparam durante o período da Ditadura Militar foi a única experiência do género. As fontes e a bibliografia que sustentaram a pesquisa sobre este tema, não fazem referência às carreiras políticas destes vereadores. Apenas Carlos Alves Roçadas transita da vereação da Ditadura Militar para a do Estado Novo, no ano de 1933, mas não existem mais informações sobre uma possível carreira política. O facto de estes homens não terem uma carreira política anterior e posterior à Ditadura Militar pode explicar-se pelo facto de desenvolverem, exclusivamente, a sua carreira militar e de assumirem o cargo político de

⁵⁸ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XXVII, pp. 342.

⁵⁹ Arquivo Histórico Militar, *Processo Individual de António do Nascimento Ribeiro Macário*, Cx. 4101.

⁶⁰ Arquivo Histórico Militar, *Processo Individual de Carlos Alberto Alves Roçadas*, Cx. 3398.

⁶¹ Arquivo Histórico Militar, *Processo Individual de Alberto Ferreira Henriques*, Cx. 2723.

⁶² Arquivo Histórico Militar, *Processo Individual, Folha de Matricula do de Luís Amaro de Oliveira, n.º 76*. Cx. 3329.

⁶³ Arquivo Histórico Militar, *Processo Individual de Mário de Almeida. «Corpo Expedicionário Português, n.º 27»* Cx. 1440.

vereador, num contexto específico, no qual o Exército tomou a direcção política do país. A partir de 1933, o Estado Novo, com base na Constituição, obrigou os militares a abandonarem os cargos políticos e a regressarem aos quartéis. Talvez, por isso, todos estes homens não tenham desenvolvido uma carreira política no Estado Novo, uma vez que ainda era um grupo relativamente jovem.

As carreiras profissionais dos vereadores que exerceram funções na Câmara Municipal do Porto entre 1933 e 1945 foram muito diferentes, uma vez que este era um grupo maioritariamente civil e, por isso, desenvolveram actividades profissionais em âmbitos variados. Como foi possível verificar este grupo era constituído professores universitários, profissionais liberais (advogados e médicos), homens de negócios e ainda militares. Se voltarmos a analisar o quadro 4, relativo à média de idade, na tomada de posse do cargo de vereador, podemos verificar que os mais jovens tinham 33 anos e os mais velhos tinham 67 e 81 anos. Isto significaria que quem acedeu ao cargo de vereador da Câmara Municipal entre 1933 e 1945, já teria uma carreira profissional consolidada.

António de Almeida Costa foi vereador no mandato do António Mendes Correia (1936-1941). Nasceu em Celorico da Beira a 25 de Maio de 1903. Licenciou-se em Matemática pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Iniciou a sua carreira profissional na mesma instituição onde fora estudante em 1924, como assistente. Em Julho de 1933, torna-se Professor Catedrático⁶⁴. Almeida da Costa, quando assume o primeiro e, provavelmente o único cargo político da sua vida, já tinha atingido um nível elevado na sua carreira profissional. Este professor universitário ilustra um caso de um académico que aderiu ao Estado Novo e desempenhou apenas cargo político⁶⁵.

⁶⁴ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol VII, pp. 861.

⁶⁵ AA.VV. (1990). *O Grande Livro dos Portugueses*. s/l: Círculo de Leitores, p. 167.

Já o outro vereador, que também assumiu o cargo com 33 anos, foi Carlos Vasco Michon de Oliveira Mourão. Nasceu em Cedofeita, freguesia do Porto, em 1903. Licenciado em Direito e dedicou-se à advocacia, chegando a ser vogal do Conselho Superior da Ordem dos Advogados (1933-1935 e 1942-1944). A sua carreira política nasceu no Estado Novo (o que se compreende pelo factor etário). Foi membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, vereador da Câmara Municipal do Porto, vice-presidente da Comissão Concelhia da União Nacional do Porto (1934-1940) e foi deputado entre 1949 e 1957 (LOPES, 2005:200).

Estes dois vereadores representam a geração mais jovem que adere ao Estado Novo e assumem os primeiros cargos políticos neste regime, sem passado político, mas com carreiras profissionais de prestígio. Se por um lado, ocupar um cargo político local daria prestígio, por outro lado, os indivíduos que assumiam este tipo de cargos, também prestigiavam a instituição e a função.

Os vereados mais velhos foram Alberto Pinheiro Torres (67 anos), Flávio Augusto Marinho Pais (74 anos) e Ana Guedes (81 anos), representam a outra geração que aderiu ao Estado Novo

Alberto Pinheiro Torres licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1900, dedicou a sua carreira profissional à advocacia e ao jornalismo. Após o advento da República instalou-se no Porto, dedicando-se a essas actividades. A sua carreira profissional está intimamente relacionada com o seu percurso político e ideológico. Por exemplo, ainda recém-licenciado foi sub-delagado do Procurador Régio em Cabeceiras de Basto, logo depois foi Administrador do Concelho de Caminha e a seguir assumiu a direcção da Casa de Detenção do distrito do Porto, dirigiu vários periódicos como *A Palavra* (de cariz católico) e *A Liberdade* (de cariz monárquico), colaborou ainda no *Comércio do Porto*, *A Voz*, o *Diário do Norte* entre outros. Chegando a presidir a

Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto⁶⁶. Em 1927, foi um dos membros fundadores da Ordem dos Advogados (POLICARPO, 2005: 703).

Alberto Pinheiro Torres foi vereador da Câmara Municipal do Porto durante os mandatos de Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento, Jorge Viterbo Ferreira, Luís de Pina Guimarães, o que significa que está presente na Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto desde 1941 até pelo menos 1945.⁶⁷ A sua carreira política parece ter início na fase final da Monarquia constitucional, quando foi convidado para ocupar cargos de nomeação estatal, como o de subdelegado do Procurador Régio, directo da Casa de Detenção e Correção do Distrito do Porto. Ainda neste regime político terá Administrador do Concelho de Caminha⁶⁸. Em vila do Conde fundou o Círculo Católico de Operários. Alberto Pinheiro Torres deputado, pelo círculo de Braga, representado o Partido Nacionalista. Foi o representante da minoria católica no Parlamento entre 1918 e 1919, no Sidonismo, durante esta breve experiência ditatorial Pinheiro Torres foi vereador da Câmara Municipal do Porto. Em 1922 integrou a comissão encarregada de proceder à unificação da causa monárquica. Em 1925 e até 1926 foi novamente eleito deputado pelo círculo de Torres Vedras, tendo representado no parlamento o Partido Nacionalista (POLICARPO, 2005: 703). O seu percurso político foi realizado no âmbito da direita conservadora portuguesa, apoiante da causa monárquica, do catolicismo e de Sidónio Pais. Depois da sua longa carreira política aderiu ao Estado Novo. Em 1934, fez parte das listas da União Nacional apresentadas nas primeiras eleições constitucionais e foi eleito deputado da Assembleia Nacional, em cujo cargo permanece até 1938 (POLICARPO,

⁶⁶ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XXI, p.760.

⁶⁷ Arquivo Histórico Municipal do Porto: *Boletim da Câmara Municipal do Porto*. Ano VII, n.ºs 300 e 301, vol. XVII, Porto, 3 e 10 de Janeiro de 1942), Fol. 12-13; *Boletim da Câmara Municipal do Porto*. N.º 466, Ano X, Vol. XXVII, 10 de Março de 1945. Fol. 805; *Boletim da Câmara Municipal do Porto*. N.º 466, Ano X, Vol. XXVII, 10 de Março de 1945, Fol. 805-6.

⁶⁸ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XXI, p.760.

2005: 703). Em 1941, assumiu o cargo de vereador da Câmara Municipal do Porto, com 67 anos de idades⁶⁹.

Este vereador tem uma carreira profissional que se confunde com o seu percurso político, uma vez que muitos dos cargos profissionais que ocupa são de nomeação governamental. Iniciou a carreira política ainda na Monarquia Constitucional, participou na I República, ocupando cargos políticos, nomeadamente, na município do Porto e como conservador, aderiu ao Estado Novo. Alberto Pinheiro Torres representa a geração que iniciou a sua carreira política muito antes do Estado Novo, cujo percurso político e ideológico foi desenvolvido no seio das famílias políticas conservadoras e que adere ao regime autoritário liderado Por Salazar.

Um dos vereadores da geração de Alberto Pinheiro Torres foi Flávio Augusto Marinho Pais, que exerceu o cargo de vereador da Câmara Municipal do Porto, durante o mandato de Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento (1941-1944)⁷⁰, com 74 anos de idade, tendo nascido no ano de 1867, na cidade do Porto⁷¹.

Flávio Marinho Pais era engenheiro civil e a sua carreira profissional teve início em 1895, quando entrou para os *Caminhos de Ferro do Minho e Douro*. A partir daí, ocupou vários cargos de destaque no âmbito da engenharia civil, como por exemplo: vogal do Conselho Superior de Ferro, presidente da direcção da Associação dos Engenheiros Cívicos do Norte de Portugal (1933), director do Instituto Científico dos Engenheiros Cívicos do Norte de Portugal (1937), presidente da Assembleia geral da Ordem dos Engenheiros, em Lisboa (1939)⁷². De acordo com os dados biográficos disponíveis de Flávio Pais, o único cargo político que ocupou foi o de vereador da Câmara Municipal do Porto, não tendo

⁶⁹ *Diário da Manhã*, 27 de Novembro de 1941, p.1.

⁷⁰ *Diário da Manhã*, 27 de Novembro de 1941, p.1.

⁷¹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XXI, p.760

⁷² *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XIX, p.984.

desenvolvido actividade política e/ou partidária antes e depois desse cargo. Mas, seria uma personalidade conhecida na cidade do Porto e eventualmente na região, devia a carreira profissional, que poderá ter favorecido o acesso ao cargo de vereador.

Um outro vereador foi **Ana José Guedes** que assumiu o cargo de vereador Câmara Municipal do Porto, com 81 anos, e tal como Flávio Pais foi a primeira e última experiência em cargos políticos. Era filha de um magistrado (Joaquim Guedes de Carvalho e Meneses) e neta do Governador Geral de Angola (José Rodrigues do Amaral). Foi enfermeira e trabalhou em várias instituições no Porto, sendo membro da Cruz Vermelha Portuguesa, criando a Liga das Mulheres Portuguesas (1917) e dedicando-se a outras instituições. Ana Guedes era uma mulher ilustre na sociedade portuense por apoiar causas relacionadas com os doentes e os desfavorecidos⁷³.

Como é possível verificar através destes três casos (Alberto Pinheiro Torres, Flávio Augusto Marinho Pais e Ana José Guedes), cada vereador teve o seu percurso profissional e político próprio. Todavia, ressalta o prestígio de que deveriam gozar. O primeiro pela sua carreira política e partidária, o segundo pela sua carreira profissional e o terceiro pela origem familiar e por gozar de grande prestígio na sociedade portuense. No fundo, estes factores estariam na base da selecção dos novos membros para as elites políticas do Estado Novo.

Uma pergunta que se impõe não final desta análise é: o cargo de vereador da Câmara Municipal do Porto seria um trampolim para outros cargos políticos?

Entre 1933 e 1945 exerceram o cargo de vereador da Câmara Municipal do Porto 31 indivíduos. Deste grupo apenas Jorge de Viterbo Ferreira (1944-1945)⁷⁴ foi vice-

⁷³ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XII, p.12.

⁷⁴ Arquivo Histórico Municipal do Porto. *Boletim da Câmara Municipal do Porto*.N.º 466, Ano X, Vol. XXVII, 10 de Março de 1945. Acta da Reunião ordinário da Ex.ma Câmara Municipal do Pôrto, realizada em 8 de Fevereiro de 1945. Fol. 805.

presidente e Luís José de Pina Guimarães (1945-1949)⁷⁵ foi presidente da Câmara Municipal do Porto. O que significa que os Presidentes da Câmara Municipal do Porto não seriam seleccionados nas equipas da Comissão Administrativa.

No total dos vereadores, apenas 8 prosseguiram carreira política e ocuparam lugares no Parlamento: Alberto Pinheiro Torres (POLICARPO, 2005: 702-706); António de Seixas Soares Júnior (OLIVEIRA, 2005: 629); António Pedro Pinto de Mesquita Carvalho Magalhães (LUZ, 2005: 33-35); Carlos Vasco Michon de Oliveira (LOPES, 2005: 200); João de Paiva de Faria Leite Brandão (DUARTE, 2005: 282); Jorge de Viterbo Ferreira (CARVALHO, 2005:611-613); Luís José de Pina Guimarães (TRINDADE, 2005: 769) e Ricardo Spratley (CARVALHO, 2005: 664-666).

O que significa que houve pouca circulação dentro da elite municipal, para a elite parlamentar e nenhuma para a ministerial. Neste sentido, o exercício do cargo de vereador na Câmara Municipal do Porto, não se terá revelado um meio muito eficaz para atingir altos cargos políticos durante este contexto histórico

⁷⁵ Arquivo Histórico Municipal do Porto. Boletim da Câmara Municipal do Porto. N.º 466, Ano X, Vol.XXVII,10 de Março de 1945, Acta da Reunião ordinária da Ex.mª Câmara Municipal do Porto, realizada em dez de Março do ano de mil novecentos e quarenta e cinco, Fol. 805-6.

5.3. Perfil socio-político dos presidentes da Câmara Municipal do Porto (1926-1945)⁷⁶

5.3.1. Idade, origem geográfica e social

Quadro 8: Idade na tomada de posse do cargo de Presidente da Câmara Municipal do Porto (1926-1945)

Nome	Data da nomeação	Idade na data da nomeação
Raul Andrade Peres	07-07-1926	49
Augusto Sousa Rosa	28-02-1930	59
José Alfredo Mendes Magalhães	08-06-1933	63
António Augusto Mendes Correia	23-05-1936	48
Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento	12-11-1942	53
Jorge Viterbo Ferreira	15-09-1944	46
Luís de Pina Guimarães	08-03-1945	44
Média		51

Durante o período de 1926 a 1945, a cidade do Porto foi administrada por 5 presidentes da Câmara (Raúl Andrade Peres, José Alfredo Mendes Magalhães, António Augusto Mendes Correia, Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento e Luís de Pina Guimarães) e 2 presidentes substitutos (Augusto Sousa Rosa e Jorge Viterbo), sendo que a média de idade foi 51 anos. O mais jovem foi o professor Luís de Pina, que assumiu o cargo a 8 de Março de 1945, com 44 anos de idade⁷⁷, e o mais velho foi o médico José Alfredo Mendes de Magalhães, que assumiu o cargo a 8 de Junho de 1933, com 63 anos⁷⁸.

⁷⁶ Ver Anexo 2: Fichas biográficas dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1926-1945)

⁷⁷ Boletim da Câmara Municipal do Porto, n.º466, ano X, vol.XXVII, p.805, *O Primeiro de Janeiro*, 7 de Fevereiro de 1945, p.1.

⁷⁸ *Diário da Manhã*, 4 de Junho de 1933, p.12., *Comércio do Porto*, 8 de Junho de 1933, p.1

A média de idade de 51 anos, talvez se explique pelo grau de responsabilidade que estava na base da administração autárquica e, também, pelo símbolo de poder e prestígio que o cargo implicava, por isso, chegar à presidência da Câmara Municipal seria um projecto pessoal e/ou familiar para muitos elementos das elites locais.

O cargo de Presidente da Câmara Municipal era um dos mais importantes e prestigiantes na esfera política a nível local. Assim sendo, o representante máximo da administração local, teria de ser um indivíduo reconhecido na cidade pelo seu prestígio social, profissional e/ou político. O que não significava, contudo, que os nomeados fossem os melhores dos melhores. Já Pareto e Mosca, no início do século XX, analisaram os sistemas de selecção das elites e puseram em causa a meritocracia, dizendo que existem outros valores que se sobrepõem às capacidades, como por exemplo a origem familiar (MARQUES, 1993: 232).

Como já foi referido anteriormente, os presidentes das Câmaras eram a partir de 1926 nomeados pelo Governo, cada nomeação foi um processo singular que variou de acordo com o contexto político e, por isso, os nomeados possuíam características pessoais, sociais e políticas, que o Governo, no momento do recrutamento, pretendia no seu representante local. Por isso, a selecção seria um processo minucioso a todos os níveis. Os indivíduos que compunham esta elite não teriam de ser os mais prestigiados ou os mais poderosos, mas teriam de ter as capacidades que a instituição que os recrutou determinavam como valor diferenciador, naquele momento.

Se de facto a elite administrativa do Porto era composta por homens que detinham *status* social, profissional e político, isto poderá significar que este grupo teria de levar o seu prestígio para a instituição que presidia e à administração da cidade, uma vez que, no caso em apreço, se tratava do segundo maior aglomerado populacional do País. Por outro lado, o cargo que desempenharam também os prestigiava.

Deve-se recordar que, no século XVIII, ocupar cargos nas grandes câmaras conferia nobreza e fornecia múltiplos recursos. Por consequência, estes cargos eram preservados por quem não podia ascender a outros patamares mais elevados, e intensamente procurados por quem pretendia adquirir estatuto social. (OLIVEIRA, 1996: 163). Os nomeados para representar os interesses da cidade junto do Governo e de representar os interesses estatais na cidade, seriam todos portuenses?

Quadro 9: Origem geográfica dos presidentes da Câmara Municipal do Porto (1926-1945)

Nome	Data da nomeação	Origem geográfica
Raul Andrade Peres	07-07-1926	Candal, Vila Nova de Gaia (Porto)
Augusto Sousa Rosa	28-02-1930	São Martinho da Anta, Vila Real (Vila Real)
José Alfredo Mendes Magalhães	08-06-1933	S. Salvador de Gandra (Valença do Minho)
António Augusto Mendes Correia	23-05-1936	Porto
Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento	12-11-1942	S. Jorge (Açores)
Jorge Viterbo Ferreira	15-09-1944	Porto
Luís de Pina Guimarães	08-03-1945	Lisboa

De acordo com os dados disponíveis sobre a naturalidade destes indivíduos, sabe-se que não eram todos da cidade ou da região do Porto. António Augusto Mendes Correia e Jorge Viterbo Ferreira eram portuenses, os restantes tinham nascido noutros locais. Raúl Andrade Peres era natural de Vila Nova de Gaia, José Alfredo Mendes de Magalhães era de Valença do Minho, Augusto Sousa Rosa era transmontano, tinha nascido em Vila Real, Luís de Pina Guimarães nascera em Lisboa, e Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento era natural de S. Jorge (Açores).

Estes dados apontam para uma relativa diversidade na proveniência geográfica, embora fossem na maioria da região Norte do país. Uma vez natural é que a elite política da segunda cidade portuguesa fosse composta por elementos provenientes de vários pontos

geográficos, resultante de migrações internas, influenciadas pelas oportunidades geradas pelo comércio, indústria e dinamização dos serviços aí existentes.

Os presidentes da Câmara Municipal do Porto que não tinham nascido na cidade, terão chegado aí para frequentar os liceus e a Universidade e alguns deles desenvolveram aí a sua carreira profissional, como por exemplo o médico José Alfredo Mendes de Magalhães, que nasceu em Valença do Minho e veio frequentar um liceu no Porto, estudou na Escola Médico-Cirúrgica da mesma cidade, onde desenvolve a sua carreira docente, chegando ser director da Faculdade de Medicina do Porto e reitor da Universidade da mesma cidade. Para além disso, colaborou e dirigiu vários jornais e revistas da cidade e foi membro de várias instituições da cidade, como por exemplo da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto e do Abrigo dos Pequeninos.⁷⁹ Apesar de o médico Alfredo Magalhães não ter nascido no Porto, poderia ser considerado portuense. Como referiu o jornal portuense, na notícia do seu falecimento:

«serviu tanto esta cidade, em que se formou, em que residia e que amava entranhadamente, o Professor Alfredo de Magalhães pode e deve considerar-se como filho desta terra, embora tenha nascido em Valença, pelo carinho que sempre lhe dispensou e pelo interesse que pôs em dar satisfação às suas mais prementes necessidades».⁸⁰

A origem social é bastante mais difícil de apurar, uma vez que a bibliografia e as fontes históricas consultadas pouco nos dizem sobre a origem social deste indivíduos. Por exemplo, os periódicos portuenses (*Comércio do Porto*, *Primeiro de Janeiro* e *Jornal de Notícias*) e nacionais (*O Século* e o *Diário de Notícias*) raramente faziam referência à origem familiar dos indivíduos nomeados para o cargo de Presidente da Câmara do Porto. Eram apresentados à sociedade portuense através da formação académica e da carreira profissional, evidenciando o mérito e capacidade técnico-científica. Das informações de

⁷⁹ *Comércio do Porto*, 17 de Outubro de 1957, p.1, *Diário de Notícias*, 17 de Outubro 1957, p.5, *O Primeiro de Janeiro*, 17 de Outubro de 1957, p.1,

⁸⁰ *Jornal de Notícias*, 17 de Outubro de 1957, p1.

que dispomos, apenas sabemos que o professor Mendes Correia nasceu no Porto no seio de uma «família ilustre da mesma cidade»⁸¹, o seu pai fora médico e exercera o cargo de vereador na Câmara Municipal do Porto (ROLO, 2005: 435), e o viticultor Jorge Viterbo Ferreira nasceu no Porto, sendo membro da «Família Ferreirinha» (CRUZ, PINTO, 2005: 611-12), uma família conhecida cuja história está intimamente ligada à com a produção e comercialização do vinho do Porto desde o século XVIII. Era, portanto, membro de uma família nortenha com interesse na propriedade fundiária e no comércio internacional.

De facto, não foi possível recolher dados sobre a origem social destes homens, mas podemos deduzir que provinham da classe média e classe alta, uma vez o acesso aos cargos de poder, nomeadamente os da esfera política, estavam ao alcance de uma pequena camada da sociedade, que dispunham de riqueza, prestígio, influência e poder. Como foi referido, no ponto 5.1. deste trabalho, a maioria da população portuguesa estava afastada dos centros de administração e decisão política, uma vez que grande parte da sociedade estava excluída dos processo eleitorais e não se podia organizar ou mobilizar para exercer influência. O acesso a cargos políticos e oportunidade de fazer à carreira estava limitado aos membros das elites portuguesas.

⁸¹ Arquivo Histórico Municipal do Porto. *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, n. 1243, ano XXV, 6 de Fevereiro de 1960, p.190

5.3.2. Formação, profissão e carreira profissional

Segundo Chaussinand-Nogaret, a Europa, com excepção da Grã-Bretanha, permaneceu essencialmente rural até 1914. Por isso, a propriedade fundiária constituiu até aí um sinal de prestígio, influência e poder das elites dirigentes. A propriedade tornou-se o princípio sobre o qual se fundou a definição da nova classe superior. Os grandes proprietários gozavam de um direito igual à consideração e autoridade sociais. Secularmente o princípio de exclusão baseava-se na origem familiar, depois terá passado a ser a propriedade de terra, facto que provocou uma ampliação da elite de poder. Assim, as elites afastariam progressivamente as fronteiras do seu recrutamento, integrando, na esteira de revoluções políticas ou na pista da evolução industrial e cultural, os representantes de categorias que em muito ultrapassavam a definição inicial. À propriedade acrescentaram-se, em finais do século XIX, a fortuna mobiliária, o capital industrial e, por fim, o saber. As elites do poder reconheciam os valores da idade industrial e do capitalismo triunfante (sobretudo depois de 1914) e a competência intelectual e técnica, cada vez mais valiosas no contexto político e económica (cf. CHAUSSINAND-NOGARET, 1993: 283-286).

Segundo a análise de Francisco Pinto, a valorização das competências intelectuais têm raízes mais antigas. Até meados do século XX o que «contava para exercício da *função pública* era a aptidão à *função intelectual* e esta obtinha-se, sem contradita, cursando uma qualquer Faculdade ou uma qualquer outras Escola de tradições.» A universidade desenvolvia capacidades fundamentais para dirigir: raciocinar e discutir (PINTO, 1968: 611)⁸². A formação intelectual/profissional das elites dirigentes ocidentais está intimamente ligada às Universidades, desde que se criaram *Estudos Gerais* na Baixa Idade Média. Os dirigentes que não tinham essa formação científica, constituíam equipas de assessoria formadas por técnicos e académicos (PINTO, 1968: 616).

⁸² Itálico no original.

Neste sentido, os nomeados para a presidência da autarquia portuense entre 1926 e 1945 tinham, na sua maioria, formação de nível superior. Isto significa que possuir um título académico era um símbolo diferenciador, concedendo ao seu titular grande reconhecimento social. Aliás, o prestígio social, com base na posse do título académico, vai prolongar-se e acentuar-se no Estado Novo. Paul Descamps, quando analisa a sociedade portuguesa nesta época, salienta a importância social de possuir títulos académicos. (DESCAMPS, 1935: 422).

No conjunto dos presidentes da Câmara Municipal do Porto, entre 1926 e 1945, a maioria dos seus membros tinham formação académica, reflectindo os sinais dos tempos de valorização da cultura, do saber técnico-científico, como capacidade diferenciadora e passaporte para patamares de direcção política.

Quadro 10: Formação dos presidentes da Câmara Municipal do Porto (1926-1945)

Nome	Data da nomeação	Formação Académica
Raul Andrade Peres	07-07-1926	Escola do Exército
Augusto Sousa Rosa	28-02-1930	Escola do Exército Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra
José Alfredo Mendes Magalhães	08-06-1933	Academia Politécnica do Porto (1889-1892); Escola Médico-Cirúrgica (1890-1896); Universidade de Paris (1898)
António Augusto Mendes Correia	23-05-1936	Academia Politécnica do Porto e Escola Médico-cirúrgica do Porto
Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento	12-11-1942	Faculdade de Filosofia de Coimbra (1910); Faculdade de Engenharia de Gand (Bélgica) (1913)
Jorge Viterbo Ferreira	15-09-1944	Não tem
Luís de Pina Guimarães	08-03-1945	Faculdade de Medicina do Porto (1927)

No conjunto dos presidentes da Câmara Municipal que exerceram funções entre 1926 e 1945, destaca-se o facto de muitos deles terem formação académica. Apenas o militar Raul

Andrade Peres, que tomou posse a 7 de Julho de 1926⁸³, e o proprietário rural e viticultor Jorge Viterbo Ferreira não frequentaram o ensino universitário. O oficial de Infantaria realizou toda a sua formação na Escola do Exército e desenvolveu a sua carreira profissional no âmbito militar⁸⁴ e Jorge Ferreira era um homem de negócios, sócio-gerente da «Casa Ferreirinha» e viticultor, não realizou estudos no âmbito académico, porque tendo assumido os negócios da família Ferreira, relacionados com a produção e exportação de vinho (ARAÚJO, 2001: 81).

Os outros 5 tinham formação superior e esta foi realizada na Universidade do Porto, destacando-se o curso de Medicina, no qual se formaram 4 desses 5.

Será que a Escola Médico-Cirúrgica do Porto, que era um centro de recrutamento para a elite administrativa do município portuense? Na nossa opinião, o facto de vários presidentes da Câmara do Porto, licenciados, serem provenientes desta instituição pode revelar a sua importância científica, mas também, social e política no quadro do poder local.

Estaremos perante a valorização da eficiência, do mérito individual, relegando, desta forma, para segundo plano, valores tradicionais como família, propriedade e a posse de capital? Para Borges de Macedo «o critério implacável das elites é a eficiência», porque a sua sobrevivência e êxito ligam-se ao facto das funções sociais e políticas exigirem capacidade de resposta adequadas (MACEDO, 1984: 909). De facto, estes indivíduos tinham formação superior e carreiras profissionais consolidadas, e isso seria um factor muito importante na sua selecção. Mas, não seria era o único a ser valorizado, não devemos esquecer que existem outros factores igualmente importantes como: família, lealdade política e prestígio social.

⁸³ Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto*, 7 de Julho de 1926, p.51v-53v

⁸⁴ *Comércio do Porto*, 8 de Julho de 1926, p.1.,

O prestígio social está intimamente ligado à profissão e a carreira profissional. Como foi referido anteriormente, o acesso à presidência da Câmara Municipal do Porto, entre 1926 e 1945, ocorreu em homens com uma média de idade de 51,75 anos, o que significa que os indivíduos nomeados já teriam prestígio social e uma carreira profissional consolidada quando foram nomeados para o cargo de Presidente da Câmara. Que profissões desempenhavam? Que carreira profissional tinham traçado até à tomada de posse do cargo de Presidente da Câmara Municipal? Que influência exerceu o acesso a esse cargo dirigente na carreira profissional?

Quadro 11: Profissão dos presidentes da Câmara Municipal do Porto (1926-1945)

Nome	Data da nomeação	Profissão ⁸⁵
Raúl Andrade Peres	07-07-1926	Militar
Augusto Sousa Rosa	28-02-1930	Militar
José Alfredo Mendes Magalhães	08-06-1933	Médico
António Augusto Mendes Correia	23-05-1936	Professor universitário
João de Espregueira Mendes	13-08-1942	Médico
Albano do Carmo Rodrigues Sarmento	12-11-1942	Engenheiro
Jorge Viterbo Ferreira	15-09-1944	Proprietário Rural
Luís de Pina Guimarães	08-03-1945	Professor universitário

De acordo com os dados recolhidos, é possível verificar que todos os indivíduos desempenhavam actividades profissionais bastante prestigiantes. Durante a Ditadura Militar, a presidência da autarquia esteve nas mãos de dois oficiais do Exército, o Coronel de Infantaria Raul Andrade Peres e o coronel médico Augusto Sousa Rosa. Depois com a constitucionalização da ditadura, os civis voltaram a ocupar os cargos da administração

⁸⁵ Estas eram as profissões que os Presidentes da Câmara do Porto eram identificados nos periódicos da época.

local e são nomeados indivíduos com profissões altamente qualificadas como José Alfredo Mendes de Magalhães, que é apresentado como médico nos periódicos portugueses quando toma posse, desenvolvendo além da prática da medicina desenvolve carreira na universidade como docente, sendo professor catedrático desde 1911⁸⁶. Existem ainda outros casos muito semelhantes, como António Augusto Mendes Correia que era professor catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto⁸⁷, Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento, que era socialmente como engenheiro e também era professor na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (SILVA, Germano; DUARTE, Luís Miguel, 2001: 18) (TRINDADE, 2005:543) e Luís de Pina Guimarães, que era médico e professor catedrático da Faculdade Medicina do Porto.⁸⁸

Como é possível verificar, estes indivíduos tinham profissões qualificadas ocupavam posições de destaque, quando tomam posse do cargo de Presidente da Câmara Municipal.

Mas, analisemos mais detalhadamente a carreira profissional que tinham traçado até à tomada de posse do cargo e que influência exerceu o acesso a esse cargo dirigente na carreira profissional.

Raúl Andrade Peres e Augusto Sousa Rosa foram os presidentes da Câmara Municipal do Porto durante a Ditadura Militar, estes eram militares e toda a sua carreira profissional foi desenvolvida no âmbito do Exército. Ambos participaram em missões em França durante a I Guerra Mundial e os únicos cargos políticos que assumiram foi a presidência da Câmara Municipal do Porto e pelouros do Museu, Biblioteca e Conservatória e das Construções e Higiene, respectivamente, entre 1926 e 1933.

Raul Andrade Peres tomou posse a 7 de Julho de 1926, sendo foi o primeiro presidente da Câmara Municipal do Porto da Ditadura Militar⁸⁹. O então Coronel de

⁸⁶ *O Grande Livro dos Portugueses*. s/l: Circulo de Leitores, p.321.

⁸⁷ *O Século*, 17 de Maio de 1936, p.6.

⁸⁸ *O Comércio do Porto*, 7 de Fevereiro de 1945, p.1,

Infantaria nasceu em Vila Nova de Gaia e ingressou ainda jovem na vida militar, alistando-se como voluntário no Regimento n.º18 de Infantaria do Príncipe Real em 1897. Poucos anos depois vem para a cidade do Porto, onde desempenhou funções de Alferes de Infantaria na Guarda Municipal do Porto. Em 1910, ingressa na Guarda Nacional Republicana, na mesma cidade⁹⁰. Durante a I Guerra Mundial participou em missões em França, onde comandou o batalhão do Regimento de Infantaria 15⁹¹

Após o golpe de 1926, os militares assumem a direcção das instituições públicas, como foi o caso das Câmaras Municipais. Neste contexto político, Raul Andrade Peres foi convidado para assumir a presidência da Câmara Municipal do Porto, exercendo simultaneamente o cargo de vereador do Pelouro do Museu, Biblioteca e Conservatória⁹², onde permaneceu até 22 Novembro de 1930⁹³. Abandonou então os cargos políticos e prosseguiu com a sua carreira profissional no âmbito militar, chegando ao posto de General do Exército em 1943.

O seu sucessor foi o Coronel Médico Augusto Sousa Rosa, que havia sido vereador do Pelouro das Construções e Higiene. Nasceu em Trás-os-Montes, fez formação em Medicina na Universidade de Coimbra e alistou-se como voluntário no serviço militar, sendo nomeado Tenente Médico, a 22 de Fevereiro de 1900.⁹⁴

Fez parte do Corpo Expedicionário Português em França, durante a I Guerra Mundial. Em 1922 foi nomeado director do 3.º grupo de Saúde do Porto e pouco depois, assumia a sub-direcção do Hospital Militar desta cidade. Em 1928, dois anos depois do golpe militar, foi

⁸⁹ Arquivo Municipal do Porto, *Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto*. Acta da sessão de instalação e posse da Comissão Administrativa do Porto realizada a 7 de Julho de 1926, fol.51v-53v.

⁹⁰ Arquivo Histórico Militar, *Processo Individual de Raul Andrade Peres*, cx.3575.

⁹¹ *O Comércio do Porto*, 4 de Novembro de 1961, p.11.

⁹² Arquivo Municipal do Porto, *Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto*. Acta da sessão de instalação e posse da Comissão Administrativa do Porto realizada a 7 de Julho de 1926, fol.51v-53v.

⁹³ Arquivo Municipal do Porto, *Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto*. Acta da sessão ordinária da Comissão Administrativa do Porto realizada a 22 de Novembro de 1939, fol.50v-58.

⁹⁴ Arquivo Histórico Militar, *Processo Individual de Augusto Sousa Rosa*, cx. 2416.

convidado para integrar a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. Com a desistência do Coronel Raul Peres da presidência da autarquia, assume o cargo de presidente substituto, ao mesmo tempo que assume vários outros cargos, como o de director do Hospital Militar do Porto e o de Inspector de Saúde da I Região Militar. Em 1933, quando se institucionaliza o Estado Novo, os militares são substituídos por civis e neste sentido Sousa Rosa é obrigado a abandonar estes cargos. Contrariado, abandona a carreira política e profissional que desempenhava na cidade do Porto e vai instalar-se na sua terra natal em Vila Real, onde falece em 1939⁹⁵.

Em 1933 abre-se uma nova etapa da história de Portugal, o Estado Novo institucionaliza-se e os civis voltam a ocupar os cargos políticos. Assim, é convidado para a presidência da Câmara Municipal do Porto, **José Alfredo Magalhães**. O primeiro presidente da Câmara Municipal do Porto nomeado pelo Estado Novo, realizou formação superior em Medicina na Academia Politécnica do Porto (1889-1892), na Escola Médico-Cirúrgica (1890-1896) e na Universidade de Paris (1898). Logo após a obtenção da Licenciatura, inicia a sua carreira como médico nos hospitais de Saint Louis e Broca Pascal em Paris. Em 1902 integra o corpo docente da Escola Médica do Porto (1902-1910; 1919-1942) e no Instituto Superior de Comércio portuense, jubilandose em 1942.⁹⁶ Ainda no âmbito académico, a 19 de Janeiro de 1924 tomou posse do lugar de director da Faculdade de Medicina do Porto da Universidade do Porto⁹⁷, chegando a ocupar o lugar de Reitor dessa instituição em 1926.⁹⁸ Paralelamente, exerceu actividade médica no seu consultório estabelecido na cidade. Quando é nomeado presidente da Câmara Municipal do Porto, em 1933 contava com 63 anos e já detinha uma longa carreira profissional e política

⁹⁵ *O Primeiro de Janeiro* de 15 de Fevereiro de 1939, p.5, *Jornal de Notícias* de 14 de Fevereiro de 1939, p.6, *Diário da Manhã*, 14 de Fevereiro de 1934, p.4

⁹⁶ AAVV (1990). *O Grande Livro do Portugueses*. s/l: Círculo de Leitores, p. 321.

⁹⁷ Serviço de Gestão de Informação da Reitoria da Universidade do Porto. *Autos de Posse da Universidade do Porto*, livro 1 (1914-1929), Fol.147.

⁹⁸ AAVV (1990). *O Grande Livro do Portugueses*. s/l: Círculo de Leitores, p. 321.

consolidada. Era uma figura de grande prestígio social na cidade e mesmo a nível nacional. Depois da presidência da Câmara Municipal, abandona a carreira política e continua as suas funções na Faculdade de Medicina do Porto até 1942⁹⁹.

António Augusto Mendes Correia realizou a sua formação também na Academia Politécnica do Porto e na Escola Médico-Cirúrgica do Porto¹⁰⁰. Em 1925, obteve o grau de doutoramento¹⁰¹, iniciando logo de seguida a carreira de docente na Faculdade de Ciências desta cidade, chegando a professor catedrático e ainda director dessa mesma Faculdade. A partir de 1919, é também professor na Faculdade de Letras. Em 1923 é nomeado director do Instituto de Investigações Científicas de Antropologia¹⁰², cinco anos depois assume a direcção da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto¹⁰³. Quando Mendes Correia é convidado a presidir o município portuense, em 1936, tinha 48 anos e a sua carreira profissional encontrava-se consolidada. Portanto, já possuía prestígio social, profissional e técnico-científico. Mais uma vez é seleccionado para ocupar máximo da administração local uma figura de alto prestígio social na cidade.

Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento realiza os seus estudos entre a Universidades de Coimbra e de Gand (Bélgica), da última regressa a Portugal como engenheiro em 1913, sendo em 1915, nomeado assistente de Física na Faculdade de Ciências de Porto, dando inicio à sua carreira como docente na Universidade dessa cidade. Assume cargos nas direcções da Companhia de Minas de S. Pedro da Cova e nos Caminhos-de-Ferro do Vale do Vouga. Entre 1935 e 1941, vai para o Algarve, onde dirige, como engenheiro-director, os portos do Sotavento. Neste contexto torna-se presidente da Comissão Distrital de Faro da União Nacional (TRINDADE, 2005: 543). Este último dado

⁹⁹ *O Primeiro de Janeiro*, 17 de Outubro de 1957, p.1.

¹⁰⁰ AAVV. (1947). *Quem é Alguém. (Who's Who in Portugal)*. Lisboa: Portugália Editora, p.460.

¹⁰¹ Serviço de Gestão de Informação da Reitoria da Universidade do Porto, Livro de Registo dos Doutoramentos dos Professores feitos desde o ano de 1917, fol.46.

¹⁰² Serviço de Gestão de Informação da Reitoria da Universidade do Porto, Autos de Posse da Universidade do Porto (1914-1929), Livro 1, Fol. 146.

¹⁰³ Serviço de Gestão de Informação da Reitoria da Universidade do Porto, Livro de Cadastro de Pessoal. Fol.3.

terá sido relevante para o seu recrutamento para a direcção da administração portuense. Albano Sarmiento é nomeado em 1941, com 53 anos de idade, para a Presidência da Câmara Municipal do Porto, cargo que exerce até 1944. Aquando da sua nomeação tinha uma carreira estável e como engenheiro, gozaria de prestígio social e profissional, factor reforçado com o desempenho de um cargo político tão relevante como o de dirigente distrital de Faro na União Nacional. A sua selecção deverá ter sido motivadas justamente pela consideração da sua carreira profissional e das funções políticas exercidas no interior da União Nacional. Após a sua nomeação para o cargo de presidente do município portuense, é convidado para Subsecretário do Comércio e Indústria, cargo que exerce entre 1944 e 1946; foi também procurador à Câmara Corporativa, delegado governamental junto da *Hidroeléctrica do Cavado*, e, nos anos 50, foi presidente da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros (TRINDADE, 2005: 543).

Jorge Viterbo Ferreira assume a direcção da administração local portuense, na qualidade de presidente substituto. É nomeado em 1944, com 46 anos de idade. Como já foi referido, este elemento da elite camarária não frequentou o ensino superior, e é apresentado nas actas de vereação da Câmara Municipal do Porto, como viticultor¹⁰⁴, sendo accionista e administrador da *Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto*. Foi Presidente do Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto e Director Adjunto e Director do Instituto de Vinho do Porto (CARVALHO, 2005: 612), e ainda sócio-gerente da *Casa Ferreirinha*¹⁰⁵.

Luís de Pina Guimarães, com origens familiares em Guimarães, nasceu em Lisboa em 1901. Quando jovem, vem para o Porto frequentar o curso de Medicina da Universidade do Porto, concluindo-o em 1927. Logo após a conclusão da licenciatura é integrado no corpo docente da Faculdade onde fora aluno e segue a partir daí carreira

¹⁰⁴ Arquivo Histórico Municipal do Porto. *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, n.º 444, ano IX, Vol. XXVI, 7 de Outubro de 1944, p. 133.

¹⁰⁵ *Diário da Manhã*, 4 de Junho de 1933, p.12.

universitária¹⁰⁶. É convidado a chefiar os Serviços da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto e a dirigir do Instituto de Criminologia do Porto (1937), sendo membro do Conselho Geral da Ordem dos Médicos e Vice-Presidente do Conselho Regional do Porto (1942). Em 1944 assume a direcção do Museu Maximiano Lemos¹⁰⁷ e, em 1950, toma posse do lugar de secretário da Faculdade de Medicina do Porto¹⁰⁸. Quando Luís de Pina Guimarães é seleccionado para chefiar os negócios municipais em 1945, contava com 44 anos de idade e era professor catedrático da Universidade do Porto¹⁰⁹, tendo desempenhado funções políticas a nível local, como vereador nas vereações presididas por Alfredo de Magalhães e Mendes Correia e tendo sido deputado à Assembleia Nacional.¹¹⁰ Uma fonte da época revela-nos um dos motivos que esteve presente no processo da sua selecção para o cargo: a «sua dedicação e sua intervenção na política do Estado Novo, de que tem sido é um servidor consciente e dedicado»¹¹¹.

¹⁰⁶ Serviço de Gestão de Informação da Reitoria da Universidade do Porto, *Livro de Cadastro n.º5 (Desligados)*, pág. 357.

¹⁰⁷ AAVV. (1947). *Quem é Alguém. (Who's Who in Portugal)*. Lisboa: Portugália Editora, p.519.

¹⁰⁸ Serviço de Gestão de Informação da Reitoria da Universidade do Porto, *Autos de Posse da Universidade do Porto (1929-1955)*. Fol. 55v.

¹⁰⁹ AAVV. (1947). *Quem é Alguém. (Who's Who in Portugal)*. Lisboa: Portugália Editora, p.519.

¹¹⁰ *O Comércio do Porto*, 7 de Fevereiro de 1945, p.1, *O Primeiro de Janeiro*, 7 de Fevereiro de 1945, p.1.

¹¹¹ *Jornal de Notícias*, 7 de Fevereiro de 1945, p.5.

5.3.3. Carreira política

Como já foi referido, **Raul Andrade Peres** e **Augusto Sousa Rosa** foram os presidentes da Câmara Municipal do Porto durante a Ditadura Militar. Estes oficiais do exército tiveram carreiras políticas muito curtas, com a duração de seis anos, pouco menos que o tempo de duração da Ditadura Militar (1926-1933), período em que os militares assumiram o poder político em Portugal. Os cargos políticos que estes militares ocuparam ao longo desse período foram a presidência da Câmara Municipal do Porto e os pelouros do Museu, Biblioteca e Conservatória e das Construções e Higiene, respectivamente.¹¹²

Quando a primeira Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto da Ditadura Militar tomou posse a 7 de Julho de 1926, o secretário dessa instituição, José Marques, leu um discurso, no qual salientava um aspecto que nos poderá ajudar a definir ideologicamente estes indivíduos: «considerando que a actual Câmara Municipal do Porto», em referência à última vereação republicana ainda em funções, «por não estar integrada no pensamento que fez eclodir e triunfar o movimento nacional, não pode convir à actual situação política»¹¹³, por isso, nesse dia tomava posse uma nova equipa, constituída integralmente por militares. Nessa mesma cerimónia o Governador Civil, explica que «fez tudo o que foi possível para organizar uma comissão administrativa composta por civis, integrados nos princípios republicanos. Na impossibilidade, pois, de conseguir elementos civis procurou na classe militar»¹¹⁴. Estes dois trechos do discurso permitem-nos afirmar que tanto, Raul Peres, como Sousa Rosa, apoiaram e eventualmente participaram no golpe de 28 de Maio de 1926 e que, por isso, foram convidados para

¹¹² Arquivo Municipal do Porto, Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. Acta da sessão de instalação e posse da Comissão Administrativa do Porto realizada a 7 de Julho de 1926, fol.51v-53v; Arquivo Municipal do Porto, Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. Acta da sessão ordinária da Comissão Administrativa do Porto realizada a 22 de Novembro de 1939, fol.50v-58.

¹¹³ *O Comércio do Porto*, 8 de Julho de 1926, p.1.

¹¹⁴ *O Primeiro de Janeiro*, 8 de Julho de 1926, p.2

integrar a comissão administrativa. Assim sendo estes oficiais seriam republicanos conservadores. O governador civil do Porto, Nunes da Ponte, no discurso que proferiu na tomada de posse de Raul Peres salientou que no processo de selecção da mencionada comissão «teve de recorrer à guarnição do Porto, indo a ella buscar os mais distintos officiais, a principiar pelo snr. coronel Raul Peres – o glorioso commandate do regimento 15 de infantaria da Flandres»¹¹⁵, sendo apresentado como um herói de guerra. O coronel Sousa Rosa quando faleceu foi recordado no *Diário da Manhã*, como um «nacionalista devoto»¹¹⁶ e na Comissão Administrativa foi lembrado como «sendo uma individualidade de grande devoção nacionalista»¹¹⁷.

Em 1933, de acordo com o Governador Civil do Porto, «veio a Constituição e julgou-se conveniente que os militares deveriam deixar de exercer lugares civis. Esta foi a razão fundamental porque, ao assumir a chefia do distrito entendeu substituir a Câmara Municipal do Porto»¹¹⁸, nomeando neste sentido **José Alfredo Mendes Magalhães**, que já tinha uma longa carreira política antes de aderir ao Estado Novo. Por isso, como se poderá definir do ponto de vista ideológico este médico e professor universitário? Começa o seu percurso político como maçom, depois como um republicano independente, que em 1890, aderiu ao Partido Republicano Português. Entre 1911 e 1913, nos primeiros anos da I República, mantém-se no sector democrático que permanece no Partido Republicano Português, mas transferirá depois a sua filiação para o Partido Republicano Presidencialista, do sector sidonista, e após o 28 de Maio, torna-se militante da União Nacional (MARQUES, 2000: 280), da qual foi «ilustre presidente da Comissão Distrital da União Nacional do Porto»¹¹⁹. A sua carreira política começa em 1910, como deputado

¹¹⁵ *O Comércio do Porto*, 8 de Julho de 1926, p.1.

¹¹⁶ *Diário da Manhã*, 14 de Fevereiro de 1939, p.4.

¹¹⁷ Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, n.º155, IV Ano, Vol. X, 25 de Março de 1939, p. 494

¹¹⁸ *O Primeiro de Janeiro*, 9 de Junho de 1933, p.1

¹¹⁹ *Diário da Manhã*, 4 de Junho de 1933, p. 12.

republicano por Lisboa nas últimas eleições da Monarquia. Nesse mesmo ano é nomeado Director da Penitenciária de Lisboa. Entre 1910 e 1911 foi Comissário do Governo na Madeira, aquando da epidemia de cólera, e Governador Civil de Castelo Branco. Ainda em 1911, foi deputado por Lisboa à Assembleia Constituinte e Governador Civil de Viana do Castelo. Nos dois anos subsequentes foi nomeado Governador-Geral e deputado por Moçambique. Entre 1917 e 1919 foi Ministro da Instrução e da Marinha. Em 1921, candidata-se a Deputado por Lisboa. Desempenha funções como Secretário Interino e Director da Faculdade de Medicina do Porto, entre 1923 e 1945, e ascende a Reitor da respectiva Universidade em 1926. Volta a desempenhar funções ministeriais na pasta da Instrução entre 1926 e 1928. No processo de institucionalização do Estado Novo na cidade do Porto, é nomeado Presidente da Câmara Municipal do Porto em 1933 e ainda assume o cargo de procurador à Câmara Corporativa em 1935. A sua carreira política termina em 1936 (FIGUEIRAS, 2005: 42).

José Alfredo Magalhães militou em vários partidos e circulou pelos três regimes políticos que vigoraram em Portugal, entre a Monarquia Constitucional e o Estado Novo, com o qual também teve as suas tensões e divergências.

Talvez por isso, lhe tenha sucedido, **António Augusto Mendes Correia**, um ilustre académico, sem passado político¹²⁰. Segundo o *Jornal de Notícias*, este portuense dedicou-se exclusivamente à actividade científica até ao momento em que recebeu o convite para assumir a presidência da gestão municipal, em 1936. Alguns anos depois é eleito deputado à Assembleia Nacional. Retoma as suas funções académicas e científicas e, em 1948, assumiu os cargos de presidente de da Junta Nacional das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e de director da Escola Superior Colonial de Lisboa. Em 1951 foi presidente da Sociedade de Geografia. Em 1958, pertencia ao Conselho Ultramarino e à

¹²⁰ AAVV. (1947). *Quem é Alguém. (Who's Who in Portugal)*. Lisboa: Portugália Editora, p.460.

Junta de Investigações do Ultramar de que foi presidente.¹²¹ Na cerimónia sua tomada de posse da presidência da Câmara do Porto, em 23 de Maio de 1936, o Presidente da Comissão Distrital da União Nacional, Dr. António Antunes Guimarães fez uma declaração muito interessante:

“Na administração da vida nacional é preciso que os homens se vão renovando. O *roulement* é indispensável, para que os valores se vão afirmando e possam ir tomando contacto com a coisa pública”¹²².

O Presidente da Câmara Municipal que se seguiu foi **Albano do Carmo Rodrigues Sarmento**, que exerceu funções na autarquia entre 1941 e 1944. A sua actividade política começa poucos anos antes, no Algarve, como presidente, entre 1935 e 1941, da Comissão Distrital de Faro da União Nacional, voltando depois para o Porto, sendo nomeado director dos serviços Municipalizados das Águas e Saneamento do Porto (cargo que ocupa durante 10 anos). Logo de seguida é convidado a assumir a presidência da Câmara Municipal do Porto. Depois de passar pela administração local portuense foi nomeado Subsecretário Estado do Comércio e Indústria, em 1944 (SILVA, Germano; DUARTE, Luís Miguel, 2001: 18). Foi também procurador à Câmara Corporativa, delegado governamental junto da *Hidroeléctrica do Cávado* e nos anos 50 foi presidente da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros (TRINDADE, 2005: 542-543).

O engenheiro Albano Sarmento abandonou a presidência da Câmara Municipal antes de finalizar o seu mandato e, por isso, assume a presidência, com carácter provisório, **Jorge Viterbo Ferreira**. Este viticultor deveria ser uma figura ilustre na cidade, pela sua história familiar ligada ao vinho do Porto, e provavelmente representava os interesses económicos relacionados com o comércio e produção de vinho, não só porque era viticultor, mas também negociante de vinho. Participou na administração local, como

¹²¹ *Jornal de Notícias*, 7 de Janeiro de 1960, p.5.

¹²² *Comércio do Porto*, 24 de Maio de 1936, p.3

vereador da Câmara nos mandatos da governação de José Alfredo Mendes de Magalhães¹²³, Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento¹²⁴ e de Luís de Pina Guimarães¹²⁵. Entre 1944 e 1945 assumiu a presidência da Câmara como substituto. Em 1934 faz parte das listas dos candidatos a deputado da União Nacional às eleições de 16 de Dezembro de 1934 (ROSAS, 1985: 109). Assim, durante os anos de 1935 a 1939, desempenhou funções como deputado pelo círculo do Porto e foi vogal da Comissão de Economia na Assembleia Nacional.

Depois foi convidado para presidir à Câmara Municipal **Luís de Pina Guimarães**, que participou na administração local como vereador durante a presidência de António Augusto Mendes Correia¹²⁶. Foi também director do Instituto de Criminologia do Porto e, logo depois, nas legislaturas de 1938-1942 e 1942-1945, foi deputado. Após este trajecto político é convidado a exercer funções de Presidente da Câmara Municipal, em 1945, e de Procurador à Câmara Corporativa. Também foi vogal da Comissão Executiva nacional da União Nacional (TRINDADE, 2005: 769).

¹²³ *Comércio do Porto*, 8 de Junho de 1933, p. 1 e *Diário da Manhã*, 4 de Junho de 1933, p.12.

¹²⁴ *Diário da Manhã*, 27 de Novembro de 1941, p.1.

¹²⁵ Arquivo Histórico Municipal do Porto. *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, n.º 466, Ano X, Vol. XXVII, 10 de Março de 1945, p. 805-6.

¹²⁶ *O Século*, 17 de Maio de 193, p.6.

5.4. Perfil socio-político dos governadores civis do Porto do Estado Novo (1926-1945)¹²⁷

5.4.1. Idade, origem geográfica e social

Quadro 12: Idade na tomada de posse do cargo de Governador Civil do distrito do Porto

Nome	Data da nomeação	Idade na data da nomeação
Herculano Jorge Ferreira	02-06-1926	44
Luís Monteiro Nunes da Ponte	23-06-1926	42
Artur Leal Lobo da Costa	25-05-1931	49
Herculano Jorge Ferreira	27-04-1933	51
Domingos Luiselo Alves Moreira	27-07-1932	33
Fernão Couceiro da Costa	08-06-1935	40
Carlos Manuel de Oliveira Ramos	12-10-1937	44
Joaquim Trigo de Negreiros	04-05-1938	38
António Augusto Pires de Lima	29-01-1941	61
Aníbal Martins Gomes Bessa	27-11-1944	54
Média		45,6

Entre 1926 e 1945, o distrito do Porto teve 9 governadores civis¹²⁸ e foi possível apurar que a média de idade destes indivíduos no momento da tomada de posse do cargo foi de 45,6 anos, o que significa que era uma elite de “meia-idade”, sendo o mais jovem Domingos Luiselo Alves Moreira, com 33 anos quando toma posse em 27 de Julho de 1932¹²⁹, e o mais velho António Augusto Pires de Lima, com 61 anos quando assume a função em 29 de Janeiro de 1941¹³⁰. Quando os militares chegam ao poder político em 1926, pelo golpe de 28 de Maio, estes indivíduos tinham a média de idade de 36,6 anos, o que significa que a sua juventude e a sua consciencialização política terá ocorrido ao longo

¹²⁷ Ver Anexo 3: Fichas biográficas dos Governadores Civis do Porto (1926-1945).

¹²⁸ O distrito do Porto entre 1926 e 1945 teve 9 governadores civis, mas um deles, mais concretamente Herculano Jorge Ferreira, exerceu o cargo duas vezes. A primeira vez foi entre 2 de Junho de 1926 e 16 de Junho de 1926 (como interino) e a segunda vez entre 27 de Abril de 1933 e 8 de Junho de 1935 (COSTA, 2004: 725) (LAPA, 1962:217).

¹²⁹ *Diário da Manhã*, 24 de Julho de 1932, p.7.

¹³⁰ *Primeiro de Janeiro*, 29 de Janeiro de 1941, p.5 e *O Comércio do Porto*, 29 de Janeiro de 1941, p1.

da I República, período marcado por crises económicas e sociais e instabilidade política e eventualmente apoiaram e/ou aderiram à Ditadura Militar e ao Estado Novo.

Entre 1926 e 1945 foram nomeados indivíduos relativamente jovens para o cargo de Governador Civil do Distrito do Porto, o que poderá surpreender, pela simbologia histórica e pela responsabilidade política da função. Mas, estes indivíduos reuniam seguramente os critérios necessários para o desempenho da função, como por exemplo formação académica ou militar, prestígio social, profissional e eventualmente político.

A média de idade dos governadores civis do distrito do Porto poderá explicar-se eventualmente através dos seguintes factores: a) o Governo queria indivíduos activos e dinâmicos para exercer as funções e competências de Governador Civil; b) o Governo queria construir uma elite política relativamente jovem, sem passado político ou com pouca experiência nesse âmbito, de forma a obter membros leais e empenhados em construir carreira política; c) o cargo de Governador Civil seria considerado um cargo de prestígio, mas encarado como um trampolim que permitia o acesso a outros cargos mais prestigiantes e podia, por isso, ser ocupado por indivíduos relativamente jovens.

Quadro 13: Origem geográfica dos governadores civis do distrito do Porto (1926 e 1945)¹³¹

Nome	Data da nomeação	Origem geográfica
Herculano Jorge Ferreira	02-06-1926	Santarém
Luís Monteiro Nunes da Ponte	23-06-1926	Viseu
Artur Leal Lobo da Costa	25-05-1931	Coimbra
Herculano Jorge Ferreira	27-04-1933	Santarém
Domingos Luiselo Alves Moreira	27-07-1932	Coimbra
Fernão Couceiro da Costa	08-06-1935	Aveiro
Carlos Manuel de Oliveira Ramos	12-10-1937	Porto
Joaquim Trigo de Negreiros	04-05-1938	Bragança
António Augusto Pires de Lima	29-01-1941	Porto
Aníbal Martins Gomes Bessa	27-11-1944	Coimbra

¹³¹ A análise à origem geográfica dos Governadores do Civis do Porto foi realizada com base nos distritos de proveniência.

A origem geográfica, isto é, o lugar de nascimento, pode resolver um problema, no caso dos estudos locais e regionais, que é o da percepção do enraizamento local/regional dos dirigentes políticos.

Os Governadores Cívicos eram nomeados pelo Governo, mais propriamente pelo Ministério do Interior. Será que no processo de selecção se teria em consideração a naturalidade dos candidatos, isto é a origem geográfica? De acordo com os dados recolhidos, parece que essa componente, pelo menos para o caso do distrito do Porto, não foi valorizada. Se analisarmos os dados disponíveis no quadro referente à origem geográfica dos governadores cívicos, verificamos que existe uma relativa dispersão geográfica. No universo de 9 governadores cívicos, apenas 2 indivíduos eram do distrito Porto, os restantes nasceram nos distritos de Aveiro, Bragança, Coimbra, Santarém e Viseu. O que demonstra que ser natural da região do Porto não era um factor relevante para o recrutamento. A explicação destes dados pode residir no facto de o distrito do Porto ser uma região de atracção de gentes de vários pontos do país e de ter várias instituições, que poderiam funcionar como centros de recrutamento, como por exemplo a Universidade, na perspectiva da sua frequência. Neste sentido, poderia não haver a necessidade de recrutar indivíduos das famílias tradicionais do distrito e da cidade do Porto, uma vez que existiam várias elites na região. Em certas circunstâncias também poderia ser uma estratégia política nomear indivíduos provenientes de outras regiões, dando-lhes desta forma condições para desenvolver a sua missão política e administrativa com maior rigor e lealdade às directrizes do Governo, uma vez que dessa forma tinham menos hipóteses de não pertencer às redes sociais da região.

Como observamos, para se ser Governador Cívico do Porto neste período não implicava ser natural desse distrito. O que permite levantar a hipótese de que existiam outros critérios mais significativos no processo de selecção.

Como foi possível observar, a naturalidade dos governadores civis poderá não ter sido um factor determinante no processo de selecção, mas qual seria o peso da origem social destes indivíduos? De acordo, com as reflexões sobre a sociedade portuguesa nas primeiras décadas do século XX, em páginas anteriores deste trabalho, é possível levantar a hipótese de que os governadores civis do Porto, como os de todo o país, provinham de origem social mais ou menos privilegiada, oriundos de famílias da média e alta burguesia, uma vez que todos tiveram acesso ao ensino superior ou à escola do Exército, consoante os casos e tendo em conta que esta era uma sociedade rígida, onde a mobilidade entre as classes sociais era difícil e o acesso à formação escolar, nomeadamente a universitária, estava restrita aos indivíduos que detinham recursos económicos importantes.

Luís Monteiro Nunes da Ponte, exerceu função de governador civil entre 18 de Junho de 1926¹³² e 25 de Maio de 1931¹³³, durante a Ditadura Militar. Era filho do médico açoriano José Nunes da Ponte, que se fixou na cidade do Porto, onde se destacou como político durante o período republicano. Foi ele que proclamou solenemente a República da varanda do Município, tendo sido vice-presidente da Câmara Municipal, governador civil do distrito do Porto, Ministro do fomento com Pimenta de Castro e tendo apoiado Sidónio Pais¹³⁴. Daqui podemos concluir que Luís Monteiro Nunes da Ponte, nasceu no seio de uma família letrada, com ligações ao poder político, de ideologia conservadora e que pertenceria à média/alta burguesia.

Domingos Luiselo Alves Moreira exerceu funções de governador civil entre 27 de Julho de 1932¹³⁵ e 27 de Abril de 1933¹³⁶. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu a advocacia no Porto e posteriormente foi juiz conselheiro do Tribunal

¹³² *O Comércio do Porto*, 23 de Junho de 1926, p.1, *Jornal de Notícias*, 23 de Junho de 1926, p.1.

¹³³ *O Comércio do Porto*, 25 de Maio de 1931, p. 3, *Jornal de Notícias*, 26 de Maio de 1931, p.1.

¹³⁴ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XIX, p. 69

¹³⁵ *Diário da Manhã*, 24 de Julho de 1932, p.7.

¹³⁶ *Jornal de Notícias*, 27 de Abril de 1933, p.1.

de Contas. A sua família contava com pessoas ilustres na sociedade portuguesa, como o seu pai, Guilherme Moreira, que fora jurisconsulto, professor universitário, Reitor da Universidade de Coimbra e ministro da Justiça¹³⁷, e o seu irmão, Guilherme Luiselo Alves Moreira, administrador da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência e antigo sub-secretário de Estado¹³⁸. Com base nestas informações podemos concluir que também Domingos Moreira nasceu no seio de uma família letrada, com ligações ao poder político e que possuía prestígio no mundo académico, intelectual e social e que, portanto, pertenceria à média/alta burguesia.

Fernão Couceiro da Costa, exerceu a função de governador civil do distrito do Porto entre 8 de Junho de 1935¹³⁹ e 30 de Junho de 1937 (LAPA, 1962: 271). O professor universitário, nasceu no seio de uma família letrada, o seu pai foi Jorge Couceiro da Costa, que fora juiz de Direito formado pela Universidade de Coimbra, secretário de Estado da Justiça, em 1918, e deputado pelo círculo oriental de Lisboa na Legislatura de 1918-1919. O seu avô, Francisco Manuel Couceiro da Costa, bacharel em Direito também pela Universidade de Coimbra e exercera altos cargos na Administração Pública, nomeadamente nas Colónias, fora ministro da Justiça e dos Estrangeiros (interino), vice-presidente da Câmara dos Deputados, em 1917, e deputado por Moçambique, entre 1919 e 1921 (CARVALHO, 2005: 465). O matemático era irmão de Rui Jorge Couceiro da Costa, Director da *Caixa Geral de Depósitos do Porto*; de Jorge Manuel Couceiro da Costa, proprietário; de Diogo Vaz Couceiro da Costa, funcionário superior dos C.T.T.; e de José Manuel Couceiro da Costa, funcionário superior do *Banco de Angola*.¹⁴⁰

Pelo facto de Fernão Couceiro da Costa ser docente Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, já era possível adiantar que a sua origem social seria privilegiada,

¹³⁷ *O Grande Livro dos Portugueses*. Círculo de Leitores. 1990, 368.

¹³⁸ *Jornal de Notícias*, 07-06-1947, p.5

¹³⁹ *Jornal de Notícias*, 11 de Junho de 1935, p.1.

¹⁴⁰ *Jornal de Notícias*, 29-10-1957, p.7.

uma vez que acedeu a uma profissão muito prestigiosa na sociedade portuguesa, hipótese que se confirma com os dados recolhidos sobre vários elementos da família Couceiro da Costa. Como se vê, já o seu avô e o seu pai tinham o curso de Direito pela Universidade de Coimbra e ocuparam altos cargos políticos e administrativos durante a I República. Os seus irmãos eram, na sua maioria, funcionários públicos, que ocupavam cargos superiores e de direcção dentro de instituições como a *Caixa Geral de Depósitos*, os C.T.T. e o *Banco de Angola*, o que no leva a concluir que a família Couceiro da Costa pertenceria também à média/alta burguesia.

Carlos Manuel de Oliveira Ramos, professor do Liceu portuense Alexandre Herculano, exerceu funções de governador civil entre 12 de Outubro de 1937 e 4 de Maio de 1938¹⁴¹, a sua família estava ligada ao jornalismo e à docência na cidade do Porto. O seu pai, João de Oliveira Ramos, fora jornalista do periódico portuense *O Primeiro de Janeiro* e o seu irmão, João Crisóstomo de Oliveira Ramos, era jornalista do mesmo jornal portuense e professor do Liceu. No meio académico estava o seu tio, António de Almeida Costa, professor auxiliar da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e o seu irmão, Manuel de Oliveira Ramos, que pertenceria, pelo menos, ao corpo docente do Curso Superior de Letras¹⁴². Deve ainda salientar-se que o seu tio, António de Almeida Costa, era chefe do cartório da Santa Casa da Misericórdia e vereador da Câmara Municipal do Porto¹⁴³. Com base nestes dados profissionais de familiares é possível levantar a hipótese de que Carlos Manuel de Oliveira Ramos provinha de um meio social letrado, ligado ao ensino e à comunicação social, e que por isso, pertenceria à média/alta burguesia. Deve ainda acrescentar-se o facto de Carlos Ramos, tal como nos governadores civis já citados, ter familiares que se moviam antes dele no universo político.

¹⁴¹ *Diário de Notícias*, 4 de Maio de 1938, p.6.

¹⁴² *O Primeiro de Janeiro*, 17-02-1940, p.3, *Jornal de Notícias*, 17-02-1940, p.7. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XXIV, p.353.

¹⁴³ AAVV. (1947). *Quem é Alguém. (Who's Who in Portugal)*. Lisboa: Portugália Editora, p. 249

António Augusto Pires de Lima, advogado e professor liceal, exerceu a função de governador civil do distrito do Porto entre 29 de Janeiro de 1941¹⁴⁴ e 27 de Novembro de 1944¹⁴⁵, nasce numa «família ilustre, de valores mentais e sociais», segundo informa o periódico portuense *Jornal de Notícias*, na notícia da sua tomada de posse¹⁴⁶. De acordo com os dados apurados, a sua família também se dedicava ao ensino: o seu pai era professor primário, e os seus três irmãos leccionaram em liceus e no ensino universitário (Ó, 2003: 743). Sabe-se ainda que o seu padrinho de baptismo foi, o «proprietário» e o comendador António Alves Torres Carneiro¹⁴⁷. Este governador civil tal como os anteriores, deveria provir da média e alta burguesia.

O militar **Aníbal Martins Gomes Bessa**, ocupou o cargo de governador civil do distrito do Porto, entre 27 de Novembro de 1944¹⁴⁸ e 12 de Fevereiro de 1945, era filho de Aníbal Martins Bessa, antigo desembargador da Relação do Porto, e cunhado do coronel Carlos Alberto de Almeida Frazão, Comandante do Regimento de Infantaria n.º 6¹⁴⁹. Sabe-se ainda que era sobrinho de Sidónio Pais¹⁵⁰. Com base nos dados apurados, podemos levantar a hipótese de que este governador civil provinha de uma classe social elevada, cuja família tinha elementos que ocupavam altos cargos na esfera da justiça, do Exército e da Política.

De acordo com os dados apurados podemos concluir que os governadores civis do Porto, eram na sua maioria provenientes de famílias letradas, nas quais alguns elementos ocupavam cargos profissionais altamente qualificados e prestigiadas, que estavam ligadas à

¹⁴⁴ *Diário de Notícias*, 29 de Janeiro de 1941, p.1, *O Século*, 29 de Janeiro de 1941, p.2, *Jornal de Notícias*, 29 de Janeiro de 1941, p.1.

¹⁴⁵ *Jornal de Notícias*, 3 de Dezembro de 1944, p.1

¹⁴⁶ *Jornal de Notícias*, 29 de Janeiro de 1941, p.1.

¹⁴⁷ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XXI, p. 953.

¹⁴⁸ *Jornal de Notícias*, 27 de Novembro de 1944, p.1, *Diário da Manhã*, 3 de Dezembro de 1944, p.1-2.

¹⁴⁹ *O Comércio do Porto*, 28-01-1946, p.4.

¹⁵⁰ *Diário de Notícias*, 28-01-1946, p.5, *O Século*, 28-01-1946, p.2.

Administração Pública. Note-se que os familiares citados eram funcionários de instituições públicas, podendo dizer-se que se tratava, em geral, de famílias dependentes do Estado.

Tal permite levantar a hipótese que as famílias com acesso à cultura e à formação qualificada e com vinculadas à Administração Pública colocavam os seus elementos, especialmente os mais qualificados escolarmente na esfera política. Isto talvez se explique pelo facto de a competência intelectual e técnica ser valiosa no contexto político e económico da época (cf. CHAUSSINAND-NOGARET, 1993: 283-286).

5.4.2. Formação, profissão e carreira profissional

Quadro 14: Formação e profissão dos governadores civis do distrito do Porto (1926-1945)

Datas dos Mandatos	Nome	Formação	Profissão ¹⁵¹
1926	Herculano Jorge Ferreira	Escola do Exército Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra	Militar
1926-1931	Luís Monteiro Nunes da Ponte	Escola do Exército Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Militar
1931-1932	Artur Leal Lobo da Costa	Escola do Exército	Militar
1932-1933	Domingos Luiselo Alves Moreira	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra	Magistrado
1933-1935	Herculano Jorge Ferreira	Escola do Exército Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra	Militar
1935-1937	Fernão Couceiro da Costa	Escola do Exército Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	Professor Universitário
1937-1938	Carlos Manuel de Oliveira Ramos	Faculdade de Ciências da Universidade do Porto Faculdade de Letras da Universidade do Porto	Professor Liceal
1938-1941	Joaquim Trigo de Negreiros	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra	Advogado
1941-1944	António Augusto Pires de Lima	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra	Professor Liceal
1944-1946	Aníbal Martins Gomes Bessa	Escola do Exército Faculdade de Medicina da Universidade do Porto	Militar

Como é possível observar no quadro relativo à formação dos governadores civis do Porto entre 1926 e 1945, todos os indivíduos tinham estudos superiores, académicos e/ou militares, sendo por isso uma elite com formação qualificada. Este grupo era composto por elementos que tinham frequentado as três universidades do país, e os cursos tradicionais como Direito, Engenharia e Medicina, Matemática e Letras haviam sido cursados ainda por dois governadores civis.

Quase todos os governadores civis do Porto fizeram formação universitária, com a excepção de Artur Leal Lobo da Costa, oficial do Exército, que realizou exclusivamente

¹⁵¹ Nesta análise foi considerada a actividade profissional que os governadores civis exerciam na data da nomeação.

carreira militar, ingressando na Escola de Guerra, na arma de infantaria¹⁵². Contudo, sabemos bem como a carreira militar era altamente prestigiada neste contexto histórico.

A questão do tipo de estudos cursados está intimamente relacionada com o tema das profissões. Responde à necessidade de conhecer a classe de formação da elite em estudo. Nesta análise considera-se como profissão a actividade profissional mencionada nos periódicos aquando das suas tomadas de posse do cargo de Governador Civil. Deve salientar-se o facto de, nesta época, os indivíduos que pertenciam aos estratos sociais mais elevados da sociedade exercerem várias actividades profissionais ao longo das suas vidas e muitas delas em simultâneo.

Desta forma, a profissão assim entendida não se confunde com o tipo de estudos cursados. Por exemplo, Aníbal Martins Gomes Bessa, é militar e é apresentado nos periódicos da época como coronel do exército. Contudo, também fez formação em Medicina na Universidade de Lisboa e, para além de desenvolver a sua carreira militar, também exerceu clínica no Dispensário de Puericultura de Lordelo do Ouro, no Hospital Maria Pia e ainda no Hospital Militar¹⁵³. Outro exemplo interessante é o de António Augusto Pires de Lima, que fez a sua formação académica na Faculdade de Direito de Coimbra, exerce como advogado em Santo Tirso e no Porto, mas destaca-se e fica conhecido por exercer a carreira docente, chegando a ser reitor do Liceu Rodrigues de Freitas e a ocupar o lugar de director geral do ensino secundário¹⁵⁴.

Por isso, a análise da actividade profissional e o tipo de estudos faz-se separadamente.

¹⁵² *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XV, p. 361.

¹⁵³ *O Comércio do Porto*, 28 de Janeiro de 1946, p.4, *Jornal de Notícias*, 28 de Janeiro de 1946, p.1, *O Primeiro de Janeiro*, 28 de Janeiro de 1946, p.1.

¹⁵⁴ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XXI, p. 953

Entre 1926 e 1945 o Governo Civil do Distrito do Porto teve 9 governadores civis, sendo que quatro indivíduos eram militares (Herculano Jorge Ferreira, Luís Monteiro Nunes da Ponte, Artur Leal Lobo da Costa e Aníbal Martins Gomes Bessa), dois eram professores liceais (Carlos Manuel de Oliveira Ramos e António Augusto Pires de Lima), um era professor universitário (Fernão Couceiro da Costa) e outro era advogado (Joaquim Trigo de Negreiros¹⁵⁵) no momento da sua tomada de posse.

Joaquim Trigo de Negreiros ficou conhecido como advogado, mas deve destacar-se que desde os primeiros tempos da Ditadura Militar este indivíduo torna-se funcionário público, deixando de ser profissional liberal. Entre 1926 e 1928 é conservador do Registo Predial em Esposende, depois transita para o Registo Predial de Valpaços, onde permanece até 1934. Entre 1934 e 1936 é Secretário do Tribunal de Relação do Porto e, logo depois, assume as funções de Delegado do Procurador da República.

Como é possível verificar, estes indivíduos estavam de alguma forma integrados em funções que tinham vínculo com o Estado, tinham construído carreiras profissionais no sector público e, neste sentido, poderá eventualmente dizer-se que eram dependentes do Estado e, necessariamente, do regime político que vigorava.

Herculano Jorge Ferreira foi o primeiro Governador Civil do Distrito do Porto da Ditadura Militar, assumindo funções por um breve período entre 2 e 16 de Junho de 1926, voltando a ser convidado no período da constitucionalização do Estado Novo em 1933. O Major fez a sua formação em Direito na Universidade de Coimbra e na Escola de Guerra e desenvolveu a sua carreira profissional no Exército, que teve início em 1902 e terminou em 1953 (COSTA, 2004: 725).

¹⁵⁵ Joaquim Trigo de Negreiros ficou conhecido como advogado, mas deve destacar-se que desde os primeiros tempos da Ditadura Militar este indivíduo se torna funcionário público, deixando de ser profissional liberal. Entre 1926 e 1928 é conservador do Registo Predial em Esposende, depois transita para o Registo Predial de Valpaços onde permanece até 1934. Entre 1934 e 1936 é Secretário do Tribunal de Relação do Porto e logo depois assume as funções de Delegado do Procurador da República (*Grande Enciclopédia Brasileira e Portuguesa*, vol. XXXII, p. 839)

Depois de Herculano Jorge Ferreira foi nomeado pela Ditadura Militar o tenente-coronel de artilharia **Luís Monteiro Nunes da Ponte**.¹⁵⁶ Frequentou a Escola do Exército e em 1905, foi promovido alferes de artilharia e dois anos depois a tenente. Em 1908 participou numa campanha militar na Guiné. Regressou a Portugal e matriculou-se no curso de Engenharia da Universidade do Porto, concluindo esta formação em 1914. Depois, volta a participar em missões em África, desta vez em Moçambique, sendo promovido a major em 1918. Comandou os regimentos de Artilharia n.º 4 e 5, e entre 1926 e 1931 exerceu o cargo de Governador Civil do Porto. Foi promovido a Brigadeiro em 1939 e logo nesse ano passou à situação de reserva.¹⁵⁷

Entre 25 de Maio e 27 de Julho de 1931, desempenhou as funções de Governador Civil do distrito do Porto **Artur Leal Lobo da Costa**, oficial do Exército que realizou a sua formação no curso de engenharia da Escola do Exército. A sua carreira militar iniciou-se em 1899, quando se alistou como voluntário no Regimento de Cavalaria, passa a alferes em 1905, a major em 1925, a tenente-coronel em 1935 e coronel em 1938, passando depois à reserva¹⁵⁸. Para além da carreira militar ainda foi professor de Educação Física no Liceu de Passos Manuel¹⁵⁹, em Lisboa.

Domingos Luiselo Alves Moreira exerceu o cargo de Governador Civil do Porto entre 27 de Julho de 1932 e 27 de Abril de 1932, fez a sua formação académica na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desenvolveu a sua carreira profissional primeiro como advogado no Porto, e depois, tornando-se Magistrado, desempenhou vários cargos públicos como por exemplo os de Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal

¹⁵⁶ *O Primeiro de Janeiro*, 19 de Junho de 1926, p.1,

¹⁵⁷ *Jornal de Notícias*, 31 de Dezembro de 1971, p.3, *Comércio do Porto*, 31 de Dezembro de 1971, p.8. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XIX, p. 69.

¹⁵⁸ Arquivo Histórico Militar, *Processo Individual de Artur Leal Lobo da Costa*, cx. 2254.

¹⁵⁹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XV, p. 361.

Administrativo (1933) cuja presidência assumiu entre 1933 e 1937. Logo depois assume a presidência do Tribunal de Contas (1937-1947) (COSTA, 2004: 731)¹⁶⁰.

O professor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, **Fernão Couceiro da Costa**, tomou posse no dia 11 de Junho de 1935 do cargo de Governador Civil do Porto¹⁶¹. A sua formação começou na Escola de Guerra, depois enveredou pela formação na Universidade do Porto, onde se licenciou em 1925 e se doutorou em Matemática em 1929, chegando a ser professor catedrático em 1933 na mesma instituição. Por isso, quando foi nomeado para o cargo político de Governador Civil já tinha construído uma carreira profissional na Universidade do Porto.¹⁶²

Entre 1937 e 1938, o cargo de Governador Civil do Distrito do Porto foi ocupado por **Carlos Manuel de Oliveira Ramos**, que nasceu na cidade do Porto e fez a sua formação académica na Faculdade de Matemática da Universidade do Porto e na Universidade de Lisboa, onde frequentou o curso Superior de Letras. Foi professor auxiliar no Liceu Rodrigues de Freitas e ainda se dedicou à escrita e ao jornalismo¹⁶³. Era também conhecido na cidade pelos seus trabalhos desenvolvidos em literatura, jornalismo e crítica de música clássica¹⁶⁴.

O advogado **Joaquim Trigo de Negreiros** exerceu as funções de Governador Civil do Porto entre 4 de Maio de 1938 e 29 de Janeiro de 1941 (COSTA, 2004: 737). Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1923. A sua carreira profissional inicia-se com a advocacia nesse ano, actividade que vai desenvolver até 1943. Contudo, vai construir uma carreira profissional no sector público. Entre 1926 e 1928 é conservador do Registo Predial em Esposende, depois transita para o Registo Predial de Valpaços onde

¹⁶⁰ *Jornal de Notícias*, 7 de Junho de 1947, p.5, *O Comércio do Porto*, 7 de Junho de 1974, p.4, *Diário de Notícias*, 7 de Junho de 1947, p.5, *O Século*, 7 de Junho de 1947, p.5.

¹⁶¹ *Jornal de Notícias*, 11 de Junho de 1935, p.2.

¹⁶² *Jornal de Notícias*, 29 de Outubro de 1957, p.7, *Quem é alguém*. Portugal (1947). Lisboa: Português Editora, p.252

¹⁶³ *Grande Enciclopédia Brasileira e Portuguesa*, vol. XXIV, p. 24, *O Comércio do Porto*, 17 de Fevereiro de 1940, p.3.

¹⁶⁴ *O Primeiro de Janeiro*, 17 de Fevereiro de 1940, p.3.

permanece até 1934. Entre 1934 e 1936 é Secretário do Tribunal de Relação do Porto e logo depois assume as funções de Delegado do Procurador da República.¹⁶⁵ A partir de 1938 dedicou-se à carreira política, chegando a ser Ministro do Interior em 1950.

António Augusto Pires de Lima tomou posse do cargo de Governador Civil do Distrito do Porto a 29 de Janeiro de 1941¹⁶⁶. A sua formação universitária foi desenvolvida na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, chegando a trabalhar na região do Porto como advogado. Contudo, a sua carreira profissional foi consolidada na área educacional, foi professor de liceu em Leiria, Porto e Lisboa entre 1902 e 1934, chegando a ser reitor do Liceu Rodrigues de Freitas e a ocupar os lugares de director-geral do ensino secundário e de vice-presidente da Junta Nacional da Educação (NÓVOA, 2003: 748)¹⁶⁷. Terminou o exercício da função de Governador Civil do Porto a 27 de Novembro de 1944 e alguns meses depois aposenta-se da carreira docente (COSTA, 2004: 741). Pires de Lima terminou a sua carreira profissional e política em simultâneo.

Entre 27 de Novembro de 1944 e 12 de Fevereiro de 1946, o oficial do Exército **Aníbal Martins Gomes Bessa** exerce o cargo de Governador Civil do Porto (LAPA, 1962: 217). Este militar realizou a sua formação na Escola do Exército e na Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Neste sentido, toda a sua carreira profissional desenvolveu-se no âmbito militar e a certa altura foi dividida entre assuntos de guerra e medicina. Inicia a sua carreira militar, quando se alistou como voluntário em 1909¹⁶⁸ e termina em 1946, no posto de coronel, estando a fazer provas para brigadeiro quando falece.¹⁶⁹ Para além das várias funções que desempenhou ao longo da sua carreira militar, como, por exemplo, o comando do Batalhão de Metralhadoras n.º3, ou o comando e presidência do Conselho

¹⁶⁵ *Grande Enciclopédia Brasileira e Portuguesa*, vol. XXXII, p. 839.

¹⁶⁶ *Jornal de Notícias*, 29 de Janeiro de 1941, p.1.

¹⁶⁷ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XXI, p. 953

¹⁶⁸ Arquivo Histórico Militar, *Processo Individual de Aníbal Martins Gomes Bessa*, cx. 2728.

¹⁶⁹ *O Comércio do Porto*, 28 de Janeiro de 1946, p.1

Administrativo do Regimento de Infantaria n.º6, também exerceu clínica, no Dispensário de Puericultura de Lordelo do Ouro, no Hospital de crianças Maria Pia e no Hospital Militar.

Como é possível verificar, a média de idade dos Governadores Cíveis do Porto entre 1926 e 1945 é de 45 anos de idade, o que nos permitiu levantar a hipótese de que os nomeados para exercer o cargo teriam de ser indivíduos com carreiras profissionais consolidadas. De facto, fazendo uma análise detalhada às biografias destes indivíduos, podemos concluir que quando tomam posse do cargo já tinham uma carreira profissional consolidada, tanto na esfera civil como na esfera militar consoantes os casos. Por isso, será possível afirmar que estes indivíduos já possuíam prestígio profissional antes de chegarem ao Governo Civil do Porto. Note-se que mesmo os mais jovens, como os Domingos Luiselo Alves Moreira, que assumiu o cargo com 33 anos, e Fernão Couceiro da Costa, que assumiu o cargo com 40 anos, já ocupavam cargos profissionais muito prestigiados. O primeiro, Domingos Moreira era Magistrado quando assumiu o cargo de Governador Civil do Porto em 1932, e já exercia a função de Juiz Conselheiro e Presidente do Tribunal de Contas¹⁷⁰. O segundo, Fernão Couceiro da Costa, quando assumiu o cargo de Governador Civil do Porto em 1935 já era Professor Catedrático na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto desde 1933¹⁷¹.

¹⁷⁰ *Jornal de Notícias*, 7 de Junho de 1974, p.5.

¹⁷¹ *Jornal de Notícias*, 29 de Outubro de 1957, p.7.

5.4.3. Carreira política

O cargo de Governador Civil foi desde sempre de nomeação governamental. Neste sentido, os nomeados eram da confiança política do Governo e, por isso, os indivíduos nomeados para ocupar este cargo seriam cuidadosamente seleccionados. Alguns dos critérios que estariam presentes no processo de selecção e recrutamento seriam: a ideologia, a filiação partidária e a carreira política.

Após o Golpe de 28 de Maio de 1926, os militares assumem a direcção política do país. Neste contexto, **Herculano Jorge Ferreira** é nomeado Governador Civil do Porto por estar politicamente comprometido com o novo regime que se edificava (COSTA, 2004: 725). O que nos permite levantar a hipótese de que Jorge Ferreira aderiu e apoiou activamente o novo regime ditatorial liderado por Gomes da Costa e deveria defender ideias conservadoras. Esta hipótese é reforçada com o facto de voltar a exercer o cargo em 1933, sendo o primeiro Governador Civil do Porto do Estado Novo (LAPA, 1962: 217). Quanto à sua carreira política, é possível referir que se limitou à passagem pelo Governo Civil do Porto durante os mandatos já mencionados.

A 23 de Junho de 1926 é convidado para assumir as funções de Governador Civil o oficial do exército **Luís Monteiro Nunes da Ponte**. O seu pai, José Nunes da Ponte, um conhecido apoiante do Sidonismo, destacou-se como político durante o período republicano, assumindo cargos políticos de destaque como vice-presidente da Câmara Municipal do Porto, governador civil do distrito do Porto, deputado e ministro do Fomento com Pimenta de Castro¹⁷². Luís Monteiro Nunes da Ponte nasce portanto numa família onde se defendia a ideologia conservadora. O facto de assumir o cargo neste período permite sustentar a tese de que, tal como o seu pai, simpatizava com ideias políticas

¹⁷² *Enciclopédia Brasileira e Portuguesa*, vol.XIX, p.69.

conservadoras. O tenente-coronel deveria ser um republicano conservador porque no discurso de sua tomada de posse afirmou que não admitia a existência de oficiais monárquicos e oficiais republicanos, porque no seu entender «um oficial não pode deixar de ser republicano, visto que serve o Exército da República»¹⁷³, dizendo ainda que «o movimento nacional que se fés [sic] é, acentuadamente, republicano. Se assim, não acontecesse, despiria a farda»¹⁷⁴.

Quanto à sua carreira política, em 1918 foi eleito deputado pelo círculo de Penafiel nas listas do sidonista Partido Nacional Republicano e, logo após o Golpe de 1926, aderiu à ditadura militar (MARQUES, 2009: 352), sendo convidado para o cargo de Governador civil do Porto durante esse regime. Depois não lhe são conhecidos mais cargos políticos.

Oficial do Exército, **Artur Leal Lobo da Costa** exerceu funções entre 25 de Maio de 1931 e 27 de Julho de 1932, participou no movimento revolucionário de 28 de Janeiro de 1908, já como alferes do Batalhão de Caçadores 2. Em 1911, fez parte de uma coluna de operações contra a insurreição monárquica de Paiva Couceiro, em Arcos de Valdevez.¹⁷⁵ Entre 14 de Novembro de 1921 a 16 de Janeiro de 1922, ocupou o cargo de Governador Civil de Leiria (LAPA, 1962: 207). Durante a Iª Republica filiou-se no Partido Evolucionista, que tinha como chefe António José de Almeida¹⁷⁶. Aderiu ao Golpe Militar de 28 de Maio de 1926, apoiou a Ditadura Militar e, nesse âmbito, foi convidado para ocupar o cargo de Governador Civil de Coimbra em 1927 (LAPA, 1962: 191) e do Porto, em 1931 (LAPA, 1962: 217). Aderiu ao Estado Novo, tendo participado como vogal no I Congresso da União Nacional, em 1934, e em Dezembro do mesmo ano foi eleito deputado na I Legislatura da Assembleia Nacional (ROSAS, 1985:106). De acordo com um estudo biográfico realizado sobre Lobo da Costa, parece que este, durante a fase de

¹⁷³ *O Primeiro de Janeiro*, 19-06-1926, p.1.

¹⁷⁴ *O Século*, 19-06-1926, p.2.

¹⁷⁵ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XV, p.361.

¹⁷⁶ *O Século*, 04-12-1963, p. 2.

constitucionalização e institucionalização do Estado Novo, não se enquadrou «em nenhuma das correntes ideológicas que compunham a primeira Assembleia Nacional do Estado Novo, tendo preparação técnica nas áreas jurídica e económica, assumindo a função de deputado como militar e como cidadão empenhado em moralizar a “acção dos poderes políticos”» (LUZ: 2005: 459).

Depois da sua experiência na Assembleia Nacional, volta novamente a ser convidado a exercer o cargo de Governador Civil de Leiria e de Lisboa entre 1933 e 1944. Alguns anos depois vai para a ilha da Madeira, onde exerceu as funções de Governador do distrito autónomo do Funchal¹⁷⁷.

O último Governador Civil do Porto da Ditadura Militar foi um civil, **Domingos Luiselo Alves Moreira**, que exerceu funções de governador civil entre 27 de Julho de 1932 e 17 de Abril de 1933 (LAPA, 1962: 217). Formado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu a advocacia no Porto e foi posteriormente juiz conselheiro do Tribunal de Contas. Com apenas 33 anos de idade foi convidado para exercer o cargo de Governador Civil no Porto, o seu único cargo político. Depois desta experiência política retoma à sua carreira profissional como magistrado e, em 1937, é nomeado presidente do Tribunal de Contas, cargo que desempenhou até 1947 (COSTA, 2004:731).

O professor universitário de matemática **Fernão Couceiro da Costa**, exerceu a função de governador civil do distrito do Porto entre 8 de Junho de 1935 e 30 de Junho de 1937, sendo o segundo Governador Civil do Porto no Estado Novo. Como já foi referido em páginas anteriores, nasceu no seio de uma família com membros que exerceram cargos políticos durante a I República, no período do Sidonismo (CARVALHO, 2005: 465): dois dos seus irmãos eram funcionários superiores em instituições estatais¹⁷⁸, na década de trinta, o que também demonstra entrosamento e dependência do poder político. De facto,

¹⁷⁷ *O Século*, 4 de Dezembro de 1963, p2; *Diário de Notícias*, 4 de Dezembro de 1968, p.8.

¹⁷⁸ *Jornal de Notícias*, 29 de Outubro de 1957, p.7.

Fernão da Costa aderiu à União Nacional, de cujas comissões concelhia e distrital do Porto¹⁷⁹ fez parte, chegando a ser vice-presidente da Comissão Concelhia do Porto (CARVALHO, 2005: 465).

Depois de exercer as funções de Governador Civil do Porto, a sua carreira política e partidária parece que se limitou ao exercício de um mandato como Deputado na Assembleia Nacional (1945-1949) e à participação na Comissão de Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais¹⁸⁰ daquela câmara.

Carlos Manuel de Oliveira Ramos, professor do Liceu Alexandre Herculano da cidade do Porto, exerceu funções de governador civil entre 12 de Outubro de 1937 e 4 de Maio de 1938 (LAPA, 1962: 217). Aderiu ao movimento monárquico durante a I República, o que o levou a ser preso e exilado na Madeira¹⁸¹ e era católico praticante: «a Acção Católica perde nele um adaíl esforçado, sempre pronto a servir. Como nacionalista, o saudoso professor era “sans peur et sans reproche”»¹⁸². Com base nestes dados, também poderemos dizer que era simpatizante e defensor de ideias políticos conservadores, monárquicos e católicos. O único cargo político que Oliveira Ramos exerceu foi o de Governador Civil no Porto, vindo a falecer em 1940.

Joaquim Trigo de Negreiros exerceu a função de Governador Civil no Porto entre 4 de Maio de 1938 e 29 de Janeiro de 1941 (LAPA, 1962: 217). Quando se deu o golpe militar de 28 de Maio de 1926 contava com 30 anos de idade. Foi a partir desse acontecimento revolucionário de cariz conservador que Trigo de Negreiros começou a desenvolver a sua carreira profissional como funcionário pública na área do Direito e da Justiça, e também a sua carreira política.

¹⁷⁹ *Jornal de Notícias*, 29 de Outubro de 1957, p.7.

¹⁸⁰ *Jornal de Notícias*, 29 de Outubro de 1957, p.7.

¹⁸¹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIV, p.353.

¹⁸² *Diário da Manhã*, 18 de Fevereiro de 1940, p.2.

Em 1926 inicia a sua na carreira profissional na função pública como conservador do registo Predial em Esposende, depois vai para o Porto, onde foi secretário do Tribunal de Relação dessa cidade. Exerceu o cargo de delegado do Procurador da República, chegando em 1958 à presidência do Supremo Tribunal Administrativo, onde permaneceu até 1970 (TRINDADE, 2005: 210-212)¹⁸³.

Com o Golpe Militar de 1926 chegou à presidência da Câmara Municipal de Vila Flor. Em 1938 assumiu o cargo de Governador Civil do Distrito do Porto. Depois, foi nomeado subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social e da Assistência (1940-1941) e exerceu a função de presidente do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência (1942-1943). Em 1942 foi eleito deputado à Assembleia Nacional dois anos depois foi nomeado subsecretário de Estado da Assistência Social, cargo que exerceu até 1950. Nesse mesmo ano, foi nomeado Ministro do Interior, em cujas funções permaneceu em funções até 1958. Entre 1960 e 1973 foi Procurador à Câmara Corporativa) (TRINDADE, 2005: 210-212)¹⁸⁴. A sua carreira política foi feita ao longo das estruturas do Estado Novo, o que lhe terá dado conhecimentos sobre a administração do Estado corporativo o que lhe terá permitido sobraçar a pasta do Interior.

Joaquim Trigo de Negreiros foi o elemento deste grupo que realizou a carreira política mais longa, com início em 1926, na Ditadura Militar, e que se desenvolve ao longo do Estado Novo, terminando em 1973, quase no final do regime ditatorial.

António Augusto Pires de Lima, exerceu a sua carreira profissional entre a advocacia e a docência até 1940. No ano seguinte, contava com 61 anos, assumiu cargo de governador civil do distrito do Porto, ocupou esse cargo entre 29 de Janeiro de 1941 e 27 de Novembro de 1944 (LAPA, 1926: 217).

¹⁸³ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXII, p.839.

¹⁸⁴ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXII, p.839.

A sua carreira política começa no ano de 1905, ainda na monarquia constitucional, sendo eleito deputado pelo Partido Progressista. Passada a experiência republicana aderiu ao Estado Novo, e neste regime voltou a desempenhar funções no âmbito político. Em 1934, assume as funções de director-geral do ensino secundário e, posteriormente, de vice-presidente da Junta Nacional da Educação. Em 1941 ocupa o último cargo político da sua vida: o de Governador Civil do Porto. Em 1944, participou no II Congresso da União Nacional, onde apresentou várias teses¹⁸⁵. Dois anos depois assiste à tomada de posse do seu filho, Fernando Andrade Pires de Lima, no cargo de ministro da Educação (Ó, 2003: 749).

O militar **Aníbal Martins Gomes Bessa** ocupou o cargo de governador civil do distrito do Porto, entre 27 de Novembro de 1944 e 12 de Fevereiro de 1945 (LAPA, 1962: 217). Como já foi possível observar, era filho do desembargador da Relação do Porto Aníbal Martins Bessa e sobrinho de Sidónio Pais¹⁸⁶. Desenvolveu a sua carreira profissional no âmbito militar e os únicos cargos de nomeação política que exerceu foram o de ajudante do Governador do Distrito de Moçambique, em 1916, e o de Governador Civil do Porto, por convite do Ministro do Interior, Botelho Moniz (COSTA, 2004: 741), oficial do exército que foi um «dos cadetes» de Sidónio Pais (OLIVEIRA, 1996: 619).

¹⁸⁵ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXI, p. 953.

¹⁸⁶ *Diário de Notícias*, 28 de Janeiro de 1946, p.5, *O Século*, 28 de Janeiro de 1946, p.2.

Conclusões

A conclusão de um trabalho académico cumpre o desiderato formal de finalizar um texto, mas também é parte de um processo em aberto, alvo de permanente construção e (r)eleitura. Este é um momento de balanço, no qual se apresenta uma parte da história da elite portuense (1926-1945). Todavia, a conclusão também possui uma história. Esta investigação teve um passado, coincidente com o projecto apresentado, é detentora de um presente - o da síntese das metodologias e dos objectos de estudo e da consideração dos limites que lhes são inerentes - e projecta-se para o futuro, através da descrição de pistas a concretizar.

O plano inicial (patente na introdução) foi, maioritariamente, realizado do modo que a seguir se descreve. Numa primeira fase, considerei relevante averiguar as origens da elite portuense situadas na I República, de forma a entender se o Estado Novo materializou continuidades e/ou rupturas e - em caso afirmativo - de que modo as efectivou. Todavia, tal tarefa revelou-se demasiado complexa e extensa. Para obviar a essa dificuldade, e evitar os perigos da dispersão ou de uma exposição prolixa, resolvi centrar-me no período de 1926 a 1945.

Do ponto de vista metodológico procurei desenvolver uma história social do político, alicerçada na prosopografia, uma vez que só se pode conhecer as ideias, as perspectivas e o pensamento de cada um dos elementos de uma elite - e desta no seu conjunto - se previamente tiverem sido inventariados, descritos, explicados e analisados os aspectos sociológicos que a caracterizam.

Procedi a esse levantamento descritivo (na terceira parte da investigação) e considerei relevante enquadrá-lo e contextualiza-lo. Coloquei em prática uma operação historiográfica hipotético-dedutiva, que consiste no cumprimento de um itinerário discursivo, no qual o estudo monográfico específico empreendido é antecedido por uma

panorâmica geral, de forma a concretizar um esforço de aproximação progressiva ao cerne da investigação, que pudesse funcionar como plataforma de suporte e apoio ao tema principal.

Na primeira parte procurei estabelecer o conceito de elite e delimitar (indiciariamente) o estado da questão na historiografia portuguesa, exercício que se revelou profícuo, na medida em que possibilitou a construção de um suporte teórico.

Com base na revisão bibliográfica, verifiquei no segundo capítulo que as elites, especialmente as do século XX, só começaram a ser estudadas depois da Revolução de Abril de 1974. A democracia trouxe as condições políticas e académicas favoráveis para o desenvolvimento de trabalhos científicos sobre esta questão. Apesar de ser um objecto de estudo recente, já conta com vários trabalhos e de grande qualidade. Os investigadores das universidades portuguesas que estudam as elites do Estado Novo têm analisado predominantemente as elites políticas; até mesmo nos estudos locais e regionais esta tipologia tem sido dominante. Também é possível concluir que as investigações realizadas situam-se nas dimensões da História Política e Social e elegem como objecto os ministros, os parlamentares e os elementos partidos (por esta ordem de prevalência).

As instituições que mais se têm dedicado ao estudo das elites do Estado Novo são: o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), como instituição de formação de base, e o Instituto de História Contemporânea (IHC), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, como centro de investigação.

No que respeita à historiografia dedicada aos estudos locais e regionais sobre o Estado Novo, constatei um predomínio do Alentejo enquanto área geográfica escolhida como alvo das investigações.

Na segunda parte estudei a institucionalização do Estado Novo (capítulo 3) e a Reforma Administrativa dela decorrente (capítulo IV). Quanto à primeira constatei que a constitucionalização do novo regime e a sua consolidação política resultaram de um processo lento e complexo, cujos planeamento e elaboração se iniciaram quando Salazar aceitou o cargo de Ministro das Finanças em 1928 – em plena ditadura militar – e se desenvolveram até 1945.

A partir de 1930, ainda no decurso do regime militar, foram tomadas medidas importantes para o lançamento de bases da edificação do Estado Novo, como a criação e organização: da polícia política, Polícia de Vigilância e Defesa do Estado; da União Nacional e do Secretariado de Propaganda Nacional. No mesmo sentido, e com um intuito semelhante, realizou-se o plebiscito constitucional (1933).

Entre 1933 e 1945 foram criados diversos organismos, cada um deles com a sua propaganda sectorial: o Secretariado da Propaganda Nacional, a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, a Mocidade Portuguesa, a Organização das Mães para a Educação a Educação Nacional, a Mocidade Feminina, os sindicatos nacionais, as Casas do Povo. Desta forma, a ideologia estava presente em todos os sectores sociais e económicos e na vida quotidiana.

Quanto à Reforma Administrativa, desenvolveu-se em estreita correlação com a institucionalização do Estado Novo e assegurou o controlo da Administração Local autárquica, constituindo-se como peça-chave na articulação política entre Estado e população. Para Salazar, era prioritário fazer chegar, de forma eficiente, as suas ordens e medidas políticas a todo o território nacional, inclusivamente aos lugares mais recônditos. Assim, colocou nas câmaras municipais, no órgão colegial de gestão permanente dos negócios municipais, pessoal de sua confiança política.

Neste contexto, o Estado Novo elaborou e aplicou o Código Administrativo de 1936-40, que pretendia cumprir pelo menos duas grandes funções: regular o acesso aos cargos do poder local e interferir directamente nos assuntos administrativos dos Municípios e dos Distritos. Era muito importante, para o Governo, ter pessoal de confiança política nas instituições do poder local, assim como (re)definir a pirâmide do poder administrativo, onde o poder de decisão estava concentrado nos gabinetes ministeriais em Lisboa. Desta forma, o poder central controlava e interferia directamente sobre a Administração Local.

Em suma, da segunda parte da investigação julgo poder inferir-se que a Reforma Administrativa de 1936-40 constituiu um instrumento legal para a redefinição das atribuições e competências das instituições, tendo em vista o exercício da actividade política. Por outro lado, a Reforma (re)definiu critérios de acesso aos cargos da Administração Local - centrados na posse de uma formação académica ou, alternativamente, na experiência do exercício de cargos políticos - de forma a construir e a implementar um perfil de grupo, que implicava a exclusão daqueles que nele não se enquadrassem.

No que se refere à caracterização sociológica creio poder afirmar, com base nas médias de idade na tomada de posse dos cargos, que os vereadores e os presidentes da Câmara Municipal do Porto, assim como os governadores civis do Distrito do Porto, constituíam uma elite relativamente jovem, ou melhor, pouco envelhecida. O que poderá significar que a lógica de recrutamento teria por base a selecção de indivíduos, relativamente jovens, mas com provas dadas na vida social, profissional e/ou política. Por isso, já teriam carreira profissionais consolidadas e/ ou gozariam de prestígio social e político. De facto, os elementos que constituíram este grupo, tinham carreiras profissionais

consolidadas, alguns eram figuras ilustres, ou pelo menos, conhecidas na cidade, pela profissão que desempenhavam e/ou pelo prestígio familiar de que usufruíam.

Com base na breve análise realizada à sociedade portuguesa e aos dados biográficos da elite municipal e distrital (patentes na terceira parte deste trabalho), é possível afirmar esta elite seria constituída por indivíduos com origens sociais privilegiadas, pertencentes à classe média e alta da sociedade portuguesa. Há de facto, uma grande possibilidade de muitos, senão grande parte deles pertencerem a famílias abastadas e letradas, que detinham grande poder, influência e prestígio na sociedade da época. Estes tinham, na sua maioria, formação de nível superior. Entre 1926 e 1933, os elementos desta elite portuense eram militares, todos tinham formação na Escola de Exército e alguns ainda tinham formação universitária, nomeadamente Medicina e Engenharia. Isto significa que possuir um título académico era um símbolo diferenciador, que conferia ao seu titular grande reconhecimento social e seria um dos critérios tidos em conta no processo de selecção e de recrutamento das elites.

Os vereadores e os presidentes da Câmara Municipal do Porto, assim como, os governadores civis do distrito do Porto, exerciam profissões qualificadas e prestigiadas. Esta elite era constituída por: engenheiros; homens de negócios, industriais e proprietários rurais; magistrados, oficiais do exército; professores liceais e universitários e profissionais liberais (médicos e advogados). Quanto à carreira profissional é possível levantar a hipótese de que a maior parte dos elementos desta elite já possuía uma carreira consolidada, quando assumiu os cargos no poder local do Porto.

Relativamente à carreira política constatei que grande parte da elite municipal e dos governadores civis, tanto do período da Ditadura Militar como na primeira fase do Estado Novo iniciaram a sua carreira política nesses regimes.

O que vem ao encontro das teorias formuladas por Rui Ramos (em Vila Real) e Manuel Baiôa (em Portalegre e Évora) que defendem que o Estado Novo, na sua fase inicial, tinha por objectivo reformular os quadros políticos locais, de forma a substituir a «velha elite» por uma «nova elite», com a finalidade de afastar os republicanos liberais. De facto, na sequência do golpe militar de 1926 e da constitucionalização Estado Novo essa teoria verificou-se na cidade e no distrito do Porto.

Do meu ponto de vista, a elite municipal e distrital reproduziu e mimetizou, com algumas *nuances*, o modelo consignado pela Reforma Administrativa, mormente no que respeita à prevalência da formação académica sobre a experiência política, de modo a concretizar a elite idealizada pelo Estado Novo na sua primeira fase, na qual se assistiu a uma tentativa de corte com os hábitos políticos instalados durante a I República. Todavia, a confiança política consubstanciava uma herança familiar. Existem políticos da elite municipal e distrital do Porto (1926-1945) com antepassados, pais ou avós, que exerceram cargos de responsabilidade entre 1910 e 1926, especialmente durante o Governo de Sidónio Pais (1917-1918), e em alguns casos, até mesmo nas últimas décadas da Monarquia Constitucional.

Pode, com alguma cautela, afirmar-se que o Estado Novo procurou criar no Porto uma elite suficientemente jovem e nova que promovesse uma cisão com os quadros mentais e políticos anteriormente dominantes. Todavia, este conjunto de personalidades não ascendeu, na quase totalidade, a cargos de relevo no Governo ou na Administração central. Não terá havido circulação de elites por instâncias superiores do sistema político. Em certa medida, o Governo instrumentalizou a elite mas não a recompensou, nem criou condições para a sua circulação e progressão política.

O nível de circulação também foi muito reduzido, no plano do poder local, pois foram muito poucos os vereadores que atingiram a presidência da Câmara Municipal

Dentro da Comissão Administrativa (vereadores e presidente da Câmara Municipal) o nível de circulação também foi muito reduzido.

Com este trabalho espero ter contribuído para estabelecer duas ideias fundamentais: numa cidade como o Porto a elite municipal do Estado Novo era relativamente jovem e não possuía passado político; por outro lado, o exercício de cargos públicos de âmbito local não terá constituído uma plataforma preferencial para o cumprimento de actividades de âmbito nacional; do tipo parlamentar ou ministerial.

A realização deste estudo permitiu-me adquirir conhecimentos teóricos e empíricos sobre o tema das elites políticas locais do Estado Novo e sobre a metodologia biográfica e prosopográfica. Neste sentido, por um lado, pretendo indagar mais circunstanciadamente as dinâmicas do poder local que favoreceram a nomeação de certas personalidades em detrimento de outras. Por outro lado, uma perspectiva social do político requer a análise cultural dessa mesma dimensão. Este trabalho constituiu um ensaio e um ponto de partida para a realização de investidas futuras que concorram para a materialização das coordenadas enunciadas.

Fontes e Bibliografia

Fontes

1. Arquivos:

- **Arquivo Histórico Militar:**
Processos individuais

- **Arquivo Histórico Municipal do Porto:**
Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto
(1926-1945)

- **Arquivo Distrital do Porto:**
Correspondência Expedida do Governo Civil do Porto (1926-1945)

- **Serviço de Gestão de Informação da Reitoria da Universidade do Porto:**
Autos de Posse da Universidade do Porto,
Livro de Cadastro N.º5, Desligados
Livros de Registo dos Doutoramentos dos Professores

2. Periódicos¹⁸⁷

O Comércio do Porto (1926-1975)

Jornal de Notícias (1926-1975)

O Primeiro de Janeiro (1926-1975)

O Século (1926-1975)

Diário de Notícias (1926-1975)

Diário da Manhã (1926-1975)

¹⁸⁷ As fontes periódicas foram consultadas nas datas de tomadas de posse e de falecimento (1926-1975)

3. Documentos legais:

Código Administrativo aprovado pelo Decreto-lei n.º 27.424 de 31 de Dezembro de 1936.

Edição revista por Jaime Lopes Dias. Universidade Editora. Lisboa. 1937.

Código Administrativo e os Estatutos dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, segundo o Decreto-lei n.º 31:095. Edição do Instituto Jurídico e Comercial. Lisboa. 1941.

Constituição Política da República Portuguesa de 1933. Diário da Manhã. Lisboa. [1933]

Diário do Governo, II Série, n.º 130, 7 de Junho de 1933, p.2498

4. Fontes impressas:

AAVV. (1947). *Quem é Alguém. (Who's Who in Portugal)*. Lisboa: Portugália Editora.

CAETANO, Marcello (1936). *O Município na Reforma Administrativa*. Universidade Editora: Lisboa.

CAETANO, Marcello (1969). *Princípios e definições*. Edições «Panorama», Lisboa, s/ed.

CAETANO, Marcello (1994). *Estudos de História da Administração Pública Portuguesa*.
Coimbra: Coimbra Editora.

COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1981). *Assis Gonçalves. Relatórios para Oliveira Salazar (1931-1939)*. Mira-Sintra/Mem Martins: Gráfica Europam, Lda.

COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1983). *Os estudantes no regime fascista*. Mem Martins: Gráfica Europam.

COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA (1985). *Legislação repressiva e antidemocrática do regime fascista*. Mem Martins: Gráfica Europam.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/
Rio de Janeiro.

LAPA, Albino (1962). *Governadores Civis de Portugal*. Lisboa.

SALAZAR, Oliveira (1935). *Discursos (1928-1934)*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda. p.5-6.

SALAZAR, António de Oliveira (1966). *Antologia: discursos, entrevistas, artigos, teses, notas e relatórios*. FONSECA, Manuel Dias da (dir.) 3.^a ed. Coimbra: Coimbra Editora.

5. Bibliografia citada

AAVV (1997). «Elite», in *Dicionário da Língua Portuguesa*, 7ª ed., Porto Editora. Porto.

AAVV (1990). *O Grande Livro dos Portugueses*. s/l: Círculo de Leitores.

ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de (1997). *Família e poder no Alentejo. Elites de Avis, 1886-1941*. Lisboa: Edições Colibri.

ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de (2003). «As elites municipais e a revolução: Portalegre 1941-1997.», in *Elites, Sociedade e Mudança Política*, org. António Costa Pinto e André Freire, Celta Editora, Oeiras, 2003.pp.9-35.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de (2008). «Fontes e metodologia para o estudo das elites em Portugal no século XX», in *Análise Social*, Vol. XLIII (3.º), pp. 627-645.

ALMEIDA, Pedro Tavares; Pinto António Costa (2006). «Os ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política», in AA.VV.. *Quem governa a Europa do Sul?*. Lisboa: ICS, pp. 19-59.

AMARO, António Rafael (2004). «As elites do mundo rural e as suas reivindicações junto do poder central: o caso da Beira Alta (1890-1939)», in *Estudos do Século XX*, n.º 4, pp. 325-343.

ANSART, Pierre (1999). «ÉLITE», in *Dictionnaire de Sociologie*. Dir, AKOUN, André e ANSART, Pierre. Le Roubert/Seuil, Tours, pp. 178-179.

ANTUNES, M. (1968). «Elite», in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 7, Editorial Verbo. Lisboa.

ARAÚJO, Henrique Gomes (2001). *A Casa Ferreira. A construção antropológica do sucessor*. Lisboa: Quetzal Editores.

ARON, Raymond (2002). *As Etapas do Pensamento Sociológico*. 6.^aed. Lisboa: Dom Quixote.

BAIÔA, Manuel (1997). «Elites Políticas Locais Face ao “28 de Maio”. O Caso de Portalegre.», in *Ibn Maruan*, n.º7. Marvão, pp. 205-217.

BAIÔA, Manuel (2000). *Elites Políticas em Évora da I República à Ditadura Militar, 1925-26*. Lisboa: Edições Cosmos.

BANDEIRA, Filomena (1987). «A oposição externa à ditadura: a Revolta de Fevereiro de 1927 em Lisboa», in AA.VV. *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1956)*, vol. II. Lisboa: Editorial Fragmentos, pp.29-46.

BESSA, António Marques Bessa (1993). *Quem Governa? (Uma análise histórico-política do tema da elite)*. Lisboa: ISCSP.

BIRNBAUM, Pierre (1985). «Raymond Aron (1905-1983)», in *The Social Science Encyclopedia*. KUPER, Adam; KUPER, Jessica. Routledge & Kegan Paul. London, Boston, Henley: Routledge & Kegan Paul, p. 41 – 42.

BOAVIDA, Ana M. Caiado (1983). «Tópicos sobre a prática dos estudantes republicanos (1890-1931): limites e condicionamentos do movimento estudantil», in *Análise Social*, vol. XIX, nº77-78-79, pp. 743-756.

BURNHAM, James (1947). *L'Ère des Organizeurs (Managerial Revolution)*. Paris: Calmann-Lévy, Éditeurs.

BURKE, Peter (1992). *History and Social Theory*. Cambridge: Polity Press.

BUSINO, Giovanni (1998). «Elite», in *Enciclopédia Einaudi*, vol.38. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 245-270.

BYERS, Paula K. (1998). *Encyclopedia of world biography*, 2.^a ed., vol.10. Detroit., Gale Research.

CAEIRO, Joaquim Manuel Croca (1995). *Uma análise-política do liberalismo à revisão constitucional de 1959*. 2 vol. Tese de mestrado Universidade Técnica de Lisboa (texto policopiado).

CAEIRO, Joaquim Manuel Croca (2004). *Elites e Poder. Os grupos económicos em Portugal (1930-1996)*. Lisboa, CESDET/ISSSL.

CAETANO, Marcello (1994). *Estudos de História da Administração Pública Portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora.

CAETANO, Marcello (2001). *Manual de Direito Administrativo*. vol. I, 10.^a ed, Coimbra. Almedina.

CALDEIRA, Arlindo Manuel (1986). «O Partido de Salazar: antecedentes, organizações e funções da União Nacional (1926-34).», in *Análise Social*, vol. XXII, n.º 94, 1986, pp.943-977.

CARRILHO, Maria (1985). *Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX*. Lisboa: INCM.

CARVALHO, Rita Almeida de (2001). «A elite parlamentar no pós-guerra (1945-1949)», in *Penélope*, n.º 24, pp. 7-30.

CARVALHO, Rita Almeida de Carvalho (2005). «Fernão Couceiro da Costa », in CRUZ, Manuel Braga da; COSTA, António Costa. *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*. vol. 1, Lisboa: Edições ICS e AR, pp.464-465.

CARVALHO, Rita Almeida de Carvalho (2005). «Jorge Viterbo Ferreira», in CRUZ, Manuel Braga da; COSTA, António Costa. *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*. Lisboa: Edições ICS e AR, pp.611-613.

CARVALHO, Rita Almeida de (2005). «Ricardo Spratley», in CRUZ, Manuel Braga da; COSTA, António Costa. *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*. vol.V, Lisboa: Edições ICS e AR, pp.664-666.

CARVALHO, Rita Almeida de; Fernandes, Tiago (2003). «A elite política do marcelismo: ministros, secretários/subsecretários de Estado e deputados 1968-1974», in PINTO, António Costa; FREIRE, André (org.). *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Oeiras: Celta Editora, pp. 67-96.

CASTELO, Cláudia (2003). «Eduardo Ferreira dos Santos Silva», in NÓVOA, António (dir.) in *Dicionário e Educadores Portugueses*. Porto: Edições Asa, pp 1309-1311.

CASTILHO, J. M. Tavares (2003). «A elite parlamentar do marcelismo (1965-1974)», in PINTO, António Costa; FREIRE, André (org.). *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Oeiras: Celta Editora, pp. 43-66.

CASTRO, Armando (1992). «As Ciências Sociais e Humanas na História da Modernização da Sociedade Portuguesa.», in AAVV. *O Lugar e o Papel das Ciências Sociais e Humanas na «Modernização», na «Integração Europeia» e na Cooperação Africana» de Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, pp.41-60.

CASTRO, Aurora Teixeira (1926). *Monografia da Cidade do Porto*. Lisboa: Museu Comercial.

CAUPERS, João (1999). «Administração Local», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.). *Dicionário de História de Portugal*, vol.VII. Porto: Figueirinhas, pp.50-51.

CHAUSSINAND-NOGARET, G. (1993). «Elites», in BURGUIÈRE, André (org.), in *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, pp. 283-286.

CORREIA, Sérvulo e AYALA, Bernardo Diniz (1999). «Câmara Municipais», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.). *Dicionário de História de Portugal*, vol.VII. Porto: Figueirinhas, pp.220-222.

COSTA, Francisco Barbosa da (2004). *História do Governo Civil do Porto*. Porto: Ed. Governo Civil do Porto.

COSTA, Ramiro da (1979). *Elementos para a História do movimento operário em Portugal (1820-1929)*, vol I, Lisboa: Assírio e Alvim.

CRUZ, Manuel Braga da (1992). «As elites católicas nos primórdios do salazarismo», in *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 116-117. Lisboa, pp. 547-574.

CRUZ, Manuel Braga da (1988). *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença.

CRUZ, Manuel Braga da (1999). «Sociologia», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.). *Dicionário de História de Portugal*, vol.IX. Porto: Figueirinhas, pp.466-468.

CRUZ, Manuel Braga da (2000). «União Nacional», in António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.). *Dicionário de História de Portugal*, vol.IX. Porto: Figueirinhas, pp.545-555.

CRUZ, Manuel Braga da (2001). *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos*. Vol.I, 3.ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

DESCAMPS, Paul (1935). *Le Portugal. Le vie sociale actuelle*. Librairie de Paris: Paris.

DIAS, Manuel Augusto (1999). «A oposição revolucionária ao Salazarismo», in *História*, ano XX, (nova série), n.º11, pp. 18-26.

DOMHOFF, G. William (1985). «Mills, Charles Wright (1916-62)», in *The Social Science Encyclopedia*. KUPER, Adam; KUPER, Jessica. Routledge & Kegan Paul. London, Boston, Henley: Routledge & Kegan Paul, p. 527-528.

DUARTE, Marta (2005). «João de Paiva de Faria Leite Brandão», in CRUZ, Manuel Braga da; COSTA, António Costa. *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*. vol. IV, Lisboa: Edições ICS e AR, pp.282-283.

FARIA, Cristina (2000). *As lutas estudantis contra a Ditadura Militar (1926-1932)*. Lisboa: Edições Colibri.

FARIA, Cristina Azeredo (1996). «Faculdades de Direito e Coimbra. A elite universitária da ditadura», in *Análise Social*, n.º23-24. Lisboa, pp.42- 59.

FARIA, Cristina Azeredo (1996). «A elite universitária da Ditadura.», in *História*, n.º 23-24. Lisboa, pp. 42-43.

FARIA, Luís Manuel (1996). «Reviralhismo», in BRITO, J. M. Brandão; ROSAS, Fernando, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol.II. Lisboa: Circulo de Leitores, pp. 832-834.

FARIA, Telmo (1996). «As «tropas» de Santos Costa na elite militar do Estado Novo», in *História*, n.º 23-24. Lisboa, pp. 26-41.

FARIA, Telmo (2000). *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*. Lisboa: Cosmos.

FARINHA, Luís (1998). «O plebiscito constitucional», in *História*, Ano XX (Nova Série), n.º1, pp. 57-63.

FARINHA, Luís (2002). «A oposição e a constitucionalização da Ditadura: entre a via legal e a revolução», in *História*, Ano XXIX (Nova série), n.44, pp.26-33.

FERREIRA, José Medeiros (1992). *O comportamento político dos militares. Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*. Lisboa: Ed. Estampa.

FIGUEIRAS, Rita (2005). «José Alfredo Mendes de Magalhães», in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.). *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, vol.2, Edições ICS e AR, Lisboa, p.40-44.

FOULQUIÉ, Paul (1978). «Elite». In *Vocabulaire des Sciences Sociales*. Paris: PUF, pp. 122-123.

FRANÇA, Paula Cristina Viana (1992). *O Governo Civil do Distrito de Viseu. Nota histórica e documentação*. Governo Civil. Viseu.

FREIRE, João (1992). *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas (1900-1940)*. Porto: Edições Afrontamento.

GALLAGHER, Tom (1981). «Os oitenta e sete ministros do Estado Novo de Salazar», in *História*, n.º28.Lisboa, pp. 3-16.

HADDOCK, B. A. (1985). Vilfredo Pareto (1848-1923), in *The Social Science Encyclopedia*. KUPER, Adam; KUPER, Jessica. Routledge & Kegan Paul. London, Bóston, Henley: Routledge & Kegan Paul, pp. 571- 572.

HANSON, Stephen L.(1979). «The illusion of objectivism: A review of recent trends in the New Political History», in *Historical Methods*, 12:3, pp.105-110.

HARRY, Mark (1969). *A «elite» industrial Portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LAPA, Albino (1962). *Governadores Civis de Portugal*. Lisboa.

LEAL, Ernesto Castro (2002). «Nacionalismos portugueses: cultura e política no século XX», in *Revista da Faculdade de Letras*, n.º26, 5.º Série, pp. 29-39.

LEAL, Ernesto Castro (2003). «José Alfredo Mendes de Magalhães», NÓVOA, António (dir.), in *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto: Asa, pp. 841-843.

LEONE, Carlos (2005). *Portugal Extemporâneo. História das Ideias do Discurso Crítico Português no século XX.*, vol.II, Lisboa: IN-CM.

LEONINI, Luísa (1985). «Robert Michels (1876-1936)», in *The Social Science Encyclopedia*. KUPER, Adam; KUPER, Jessica. Routledge & Kegan Paul. London, Boston, Henley: Routledge & Kegan Paul, p. 523.

LEONINI, Luísa (1985). «Gaetano Mosca (1858-1941)», in *The Social Science Encyclopedia*. KUPER, Adam; KUPER, Jessica. Routledge & Kegan Paul. London, Boston, Henley: Routledge & Kegan Paul, pp. 542-543.

LOFF, Manuel (1999). «La política cultural de los «Estados nuevos» español y portugués (1936-1945) tradicionalismo, modernidad y confesionalización», in *Revista de Occidente*, n.º223, pp.41-62.

LOFF, Manuel (2008). *O Nosso Século é Fascista!: o mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*. Porto: Campo das Letras.

LOPES, Fernando Farello (1994). *Poder político e caciquismo na Iª República portuguesa*. Lisboa: Estampa.

LOPES, Marina Dória (2005). «Carlos Vasco Michon de Oliveira», in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.). *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, vol.V, Edições ICS e AR, Lisboa, pp.200-201.

LUCENA, Manuel (1979). *A evolução do sistema corporativo português*. Vol I, Lisboa: Perspectivas e Realidades.

LUZ, Joana Vicente da (2005). «Artur Leal Lobo da Costa», in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.). *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, vol.1, Edições ICS e AR, Lisboa, pp. 459-460.

LUZ, Joana Vicente (2005). «António Pedro Pinto de Mesquita Carvalho Magalhães», in CRUZ, Manuel Braga da; COSTA, António Costa. *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*. vol. V, Lisboa: Edições ICS e AR, pp. 33-35.

MACEDO, Jorge Borges de (1984). «Elite», in *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*. Vol 2., Mem Martins: Editorial Verbo, pp. 903-913.

MARQUER, Paulette (1957). «La Sociologie», in *Histoire de la Science*. Bruges: Libraire Gallimard, Bruges, pp. 1550 -1593.

MARQUES, A.H. de Oliveira (1969). «Portugal no séc. XX. Problemas de História portuguesa, 1900-1930», in *Ocidente*, vol.LXXVI. Lisboa, pp.254-272.

MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) (1991). *Nova História de Portugal*, vol.11. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) (1996). *História de Portugal*, vol 3, 13.^a ed.. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, A.H. de Oliveira (coord.) (2000). *Parlamentares e Ministros da I.ª República (1910-1926)*. Porto: Edições Afrontamento.

MARQUES, Fernando Pereira (1982). «Do exército providencial ao exército salazarista.», in AA.VV. *O Fascismo em Portugal*. Actas, Lisboa: A Regra do Jogo. pp.195-205.

MARVICK, Dwaine (1985). «Elites», in *The Social Science Encyclopedia*. KUPER, Adam; KUPER, Jessica. Routledge & Kegan Paul. London, Boston, Henley: Routledge & Kegan Paul, p. 545.

MATOS, Venerando António Aspra (2003). *Republicanos de Torres Vedras. Elites, Partidos, Eleições e Poder (1907-1931)*. Lisboa: Edições Colibri.

MAKLER, Harry Mark (1969). *A “Elite” industrial portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MEDINA, João (1980). «Salazar, Ideólogo do “Estado Novo”.», in *História Contemporânea de Portugal*, vol.3, Tomo I, Editora Multilar, pp.9-13.

MICHELS, Robert (1971). *Les Partis Politiques*. Paris: Flammarion,

MILLS, C. WRIGHT (1981). *A elite do poder*. 4.ed. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1996). «As elites municipais na história contemporânea portuguesa (séculos XIX-XX)», in *Estudos Autárquicos*, n.º6 e 7.Coimbra, pp. 11-17.

MOSCA, Gaetano (1955). *Histoire de doctrines politiques depuis l’antiquité*. Paris: Payot.

NOGARET, G. Chaussinand (1993). «Elites», in BURGUIÈRE, André, *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

NOUSCHI, MARC (1996). *O Século XX*. Instituto Piaget: s/l.

NUNES, Ana Bela Ferreira Macias (1989). *A rede urbana portuguesa e o moderno crescimento económico*. (original policopiado relativo às provas de doutoramento em Economia), Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

NUNES, João Paulo Avelãs (2000). «O C.A.D.C. de Coimbra nos inícios do Estado Novo: a revista *Estudos* entre 1922 e 1934.», in AA.VV. , *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*. Coimbra: Edições Colibri. pp.117-195.

Ó, Jorge Ramos do (1999). *Os ano de ferro: o dispositivo cultural durante a “Política do Espírito”, 1933-1949: ideologia, instituições, agentes e práticas*, Lisboa: Estampa.

Ó, Jorge Ramos do (2003). «António Augusto Pires de Lima», in NÓVOA, António, *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Edições Asa, pp. 748-750.

OLIVEIRA, César (1991). *Salazar e o seu Tempo*. Lisboa: O Jornal.

OLIVEIRA, César (dir.) (1996). *História dos Municípios e do Poder Local. Do Liberalismo à União Europeia*. Lisboa: Temas e Debates.

OLIVEIRA, João Carlos (2005). «António de Seixas Soares Júnior», », in CRUZ, Manuel Braga da; COSTA, António Costa. *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974*. vol.V, Lisboa: Edições ICS e AR, p. 629.

OLIVEIRA, Pedro Aires (1996). «O Corpo Diplomático Português», in *História*, n.ºs 23-24. Lisboa, pp.8-25.

PATRIARCA, Fátima (2000). *Sindicatos contra Salazar: a revolta do 18 de Janeiro de 1934*. Lisboa: ICS.

PINTO, António Costa (1992). «As elites políticas e a consolidação do Salazarismo: o Nacionalismo Sindicalismo e a União Nacional», in *Análise Social*, vol. XXVII, n.ºs 116-117. Lisboa, pp.575-613.

PINTO, António Costa (1994). *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas 1914-1945*. Editorial Estampa. Lisboa.

PINTO, António Costa (1999). «Golpe de 28 de Maio de 1926», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 8, Porto: Livraria Figueirinhas, pp, 105-107.

PINTO, António Costa (1999). *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: ICS.

PINTO, António Costa Pinto (2001). «O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)», in *Análise Social*, Vol. XXXV, N.º 157. Lisboa, pp.1055-1076.

PINTO, Francisco de Paula Leite (1968). «O Papel da Universidade na formação dos dirigentes.», in *Análise Social*, vol. VI, Tomo II. Lisboa, pp.599- 638.

PEREIRA, Teresa Maria Sancha Fernandes (1998). *Elite Política Municipal e Distrital de Lisboa, 1926-1945. Presidentes/Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa e os Governadores Civis de Lisboa*. Texto polícopiado. Lisboa: ISCTE.

POIDEVIN, Raymond (1996). “A era da dominação (1848-1914).” In DREYFUS, François-George; MARX, Roland; POIDEVIN, Raymond (dir.), s/l: Publicações Europa-América, pp.173-363.

POLICARPO, Verónica (2005). «Alberto Pinheiro Torres», in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.). *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, vol.V, Edições ICS e AR, Lisboa, pp. 702-706.

RABY, David Lander (1999). «Oposição», in BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (coords.). *Dicionário de História de Portugal*, vol.VIII. Porto: Figueirinhas, pp.640-642.

RAMOS, Luís A. de Oliveira Ramos (dir.) (2000). *História do Porto*.13.^aed., Porto: Porto Editora:.

RAMOS, Rui (1986). «O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)», in *Análise Social*, vol. XXII (90), pp. 109-135.

RAMOS, Rui (1988). «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo», in *Análise Social*, vol. XXIV, n.º 103-104, pp. 1067-1145.

RAMOS, Rui (1994). «O Mito da Política Nacional (1918-1926)», in *História de Portugal*. vol.6, Dir. José Mattoso. Editorial Estampa, pp. 597-633.

RAYMOND, Aron (1988). *Études Sociologique*. PUF: Paris.

REIS, Célia (1990). *A Revolta da Madeira e dos Açores (1931)*. Lisboa: Livros Horizonte,

REMOND, René (1971). «Préface», in MITCHELS, Robert, *Les Partis Politiques. Essai sur les tendances oligarchiques des démocraties*, Paris: Flammarion.

RIBEIRO, Maria Conceição (1995). *A Polícia Política no Estado Novo: 1926-1945*. Lisboa: Estampa.

RIEGELHAUTPT, Joyce Firstenberg (1979). «Os Camponeses e a política no Portugal de Salazar – o Estado Corporativo e o “apoliticismos” nas aldeias.», in *Análise Social*, vol. XV, n.º 59. pp. 505-523.

ROLO, António Rosmaninho (2005). «António Mendes Correia», in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.). *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, vol.2, Edições ICS e AR, Lisboa, p. 435-438.

ROMANI, Marco Cattini-Marzio A.; BERNARDO ARES, José M. de (dir.) (2005). *Per una storia sociale del Politico. Ceti dirigenti urbani italiani e Spagnoli nei secoli XVI-XVIII*. Roma: Bulzoni Editores.

RONAN, Colin (1988). *Histoire Mondiale des Sciences*. Paris: Éditions du Seuil.

ROSAS, Fernando (1985). *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo*. Lisboa: Edições “O Jornal”.

ROSAS, Fernando (1989). «A crise do Liberalismo e as origens do Autoritarismo Moderno e do Estado Novo em Portugal», in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º2. Lisboa, pp. 98-114.

ROSAS, Fernando (1996). “O Estado Novo e as Elites”, in *História*, n.º 23-24, Lisboa, pp. 6-7.

ROSAS, Fernando (1996). «Estado Novo», in BRITO, J. M. Brandão; ROSAS, Fernando, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol.I. Lisboa: Circulo de Leitores, pp.315-319.

ROSAS, Fernando (1996). «António Oliveira Salazar», in BRITO, J. M. Brandão; ROSAS, Fernando, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol.II. Lisboa: Circulo de Leitores, pp. 861-876.

ROSAS, Fernando (1998). «Saber Durar (1926-1949).», in *História de Portugal*, vol.7, dir. José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa. pp. 141-370.

ROSAS, Fernando (1999). «António Oliveira Salazar», in *Dicionário de História de Portugal*, vol.9 . Porto: Livraria Figueirinhas, 283-390.

ROSAS, Fernando (2001). «O Salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», in *Análise Social*, vol. XXXV (157), pp.1031-1054.

ROSAS, Fernando (2006). «Três Mitos sobre o “28 de Maio”», in *O 28 de Maio Oitenta Anos Depois Contributos para uma reflexão*. TORGAL, Luís Reis e CHORÃO, Luís Chorão (Coord.). Coimbra: CEIS20 – UC/FCT, IHTI- FLUC, pp.67-82.

SÁ, Vítor de (1978). *Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal*. 1.^a ed, s/l: ICP.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1990). *História de Portugal*. Vol.XI, [Lisboa]:Editorial Verbo.

SILVA, Germano; DUARTE, Luís Miguel (Coord.) *Dicionário de personalidades portuenses do século 20*, Porto: Porto Editora.

SOUSA, Fernando, Gonçalves, Manuel (2002). *Os Governadores Civis do Distrito Vila Real (1835-2002)*. Vila Real: Governo Civil.

TEIXEIRA, Conceição Pequito (2000). *Robert Michels. A Teoria e a Política da Democracia*. Lisboa: ISCSP.

TELES, M. Galvão (1998). «Constituições Portuguesas», in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo, pp. 1057-1060.

TELO, António José (1980). *Decadência e Queda da I República*. 2 Vols. Lisboa: A Regra do Jogo.

TELO, António José (1994). «A obra financeira de Salazar», in *Análise Social*, 4.º Série, vol. XXIX, n.º128.

TENGARRINHA, José (Dir.) (2002). *História do Governo Civil de Lisboa*. Vol.I. Lisboa: Governo Civil de Lisboa.

TORGAL, Luís Reis (1992). «Sobre a História do Estado Novo. Fontes, Bibliografia, Áreas de Abordagem e Problemas Metodológicos.», in *Revista de História das Ideias*, vol.14. Coimbra.

TORGAL, Luís Reis (1996). «Historiografia do Estado Novo», in BRITO, J. M. Brandão; ROSAS, Fernando, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol.I. Lisboa: Circulo de Leitores, pp. 425-431.

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado e CATROGA, Fernando (1999). *História da História em Portugal, séc.s XIX-XX*, vols. 2, Lisboa: Temas e Debates.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (1998). *A relação peninsular na antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-1963)*. Lisboa: Edições Comos.

TRAVIS JR., Martin B. (1987). «Elite», in *Dicionário de Ciências Sociais*, 2.ª ed., Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, p.389.

TRINDADE, Luís (1998). «A burguesia comercial na ascensão e na consolidação do Salazarismo. O velho comércio no Estado Novo», in *História*, ano XX, (nova série), n.º3, pp. 54-63.

TRINDADE, Luís (2001). «Carreiras do Estado Novo», in *História*, ano XXIII, (III série), n.º33, pp.10-19.

TRINDADE, Luís (2005). «Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento», in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.). *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, vol.2, Edições ICS e AR, Lisboa, pp. 542-544.

TRINDADE, Luís (2005). «Joaquim Trigo de Negreiros», in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.). *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, vol.2, Edições ICS e AR, Lisboa, pp. 209-212.

TRINDADE, Luís (2008). *O Estranho Caso do Nacionalismo. O Salazarismo entre a literatura e a política*. Lisboa: ICS.

VERÍSSIMO, Helena Ângela (2003). *Os Jornalistas nos anos 30/40. Elite do Estado Novo*. Coimbra Minerva. 1.ed.

WHEELER, Douglas (1986). *A Ditadura Militar Portuguesa (1926-1933)*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

Anexos

Anexo 1: Fichas biográficas dos Vereadores da Câmara Municipal do Porto (1926-1945)

Nome	Anacleto Domingos dos Santos		
Nascimento	Bouças, Matosinhos, Porto, 27-07-1887	Falecimento	17-10-1945
Idade na tomada de posse	39		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	07-07-1926 a 28-02-1930		
Formação	Curso de Artilharia da Escola de Guerra		
Profissão	Tenente-Coronel de Artilharia Engenheiro Civil		
Carreira profissional	Alferes; Tenente; Capitão; Major; Tenente-coronel; Coronel; Brigadeiro; General; Oficial-general. Instrutor permanente da Escola Central de Oficiais.		
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1926-1930)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Militar, <i>Processo individual de Anacleto Domingos dos Santos</i> , cx: 673; Arquivo Municipal do Porto, Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. <i>Actas da sessão de instalação e posse da Comissão Administrativa do Porto realizada a 7 de Julho de 1926</i> , fol. 51v-53v; <i>Comércio do Porto</i> , 8 de Julho de 1926, p.1; <i>O Primeiro de Janeiro</i> , 8 de Julho de 1961, p.1; <i>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira</i> , Editorial Enciclopédica, Lisboa/ Rio de Janeiro. Vol. XVII, p.342.		

Nome	Antão de Almeida Garrett		
Nascimento	Cedofeita, Porto	Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	07-07-1926 a 28-02-1930		
Formação	Curso de Artilharia da Escola de Guerra Curso de Engenharia		
Profissão	Capitão de Artilharia Engenheiro Civil		
Carreira profissional			
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1926-1930)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Militar, <i>Processo individual de Antão de Almeida Garrett</i> , cx. 2486; Arquivo Municipal do Porto, Actas da Comissão Administrativa da		

	Câmara Municipal do Porto. <i>Actas da sessão de instalação e posse da Comissão Administrativa do Porto realizada a 7 de Julho de 1926</i> , fol. 51v-53v; <i>Comércio do Porto</i> , 8 de Julho de 1926, p.1;
--	---

Nome	António do Nascimento Ribeiro Macário		
Nascimento	Pereiros, Carrazeda de Ansiães, Bragança, 26-03-1893.	Falecimento	Loivos de Ribeira, Baião, 18-03-1968
Idade na tomada de posse	33		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	28-02-1930 a 08-07-1933		
Formação	Escola de Enfermaria (1914) Curso de Construções Civas e Obras Públicas (1916) do Instituto Industrial Comercial do Porto		
Profissão	Tenente		
Carreira profissional	Alistado como recrutado no 3º Grupo da Companhia de Saúde; Alferes miliciano; Aspirante miliciano da Companhia de Sapadores de Caminho de Ferro.		
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1930-1933)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Militar, <i>Processo individual de António do Nascimento Ribeiro Macário</i> , cx. 4101.		

Nome	António Joaquim de Almeida Valente		
Nascimento	Cardanha, Moncorvo, Bragança, 02-12-1873	Falecimento	20-11-1949
Idade na tomada de posse	53		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	07-07-1926 a 28-02-1930		
Formação	Curso de Classe de Sargento das Escolas Regimentais de Infantaria		
Profissão	Major de Infantaria		
Carreira profissional	Alistado como voluntário no Regimento de Infantaria nº 18 e Incorporado no Regimento de Infantaria nº 18 (1891)		
Carreira política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1926-1930)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Militar, <i>Processo individual de António Joaquim de Almeida Valente</i> , cx. 2867; Arquivo Municipal do Porto, <i>Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. Actas da sessão de instalação e posse da Comissão Administrativa do Porto realizada a 7 de Julho de 1926</i> , fol.		

	51v-53v; <i>Comércio do Porto</i> , 8 de Julho de 1926, p.1; <i>O Primeiro de Janeiro</i> , 8 de Julho de 1961, p.1.
--	--

Nome	Aucíndio Ferreira dos Santos		
Nascimento		Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	07-07-1926 a 28-02-1930		
Formação			
Profissão	Tenente de Infantaria Arquitecto		
Carreira profissional			
Carreira política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1926-1930)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Arquivo Municipal do Porto. Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. <i>Acta da sessão de instalação e posse da Comissão Administrativa realizada a 7 de Julho de 1926</i> , fol.51v-53v; <i>Comércio do Porto</i> , 8 de Julho de 1926, p.1; <i>O Primeiro de Janeiro</i> , 8 de Julho de 1926, p.2.		

Nome	Augusto Sousa Rosa		
Nascimento	S.Martinho de Anta, Sabrosa, Vila Real, 31-10-1871	Falecimento	S.Martinho de Anta, Sabrosa, Vila Real, 3-02-1939
Idade na tomada de posse	55		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	07-07-1926 a 28-02-1930		
Formação	Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra		
Profissão	Tenente-Coronel Médico		
Carreira profissional	Tenente Médico (1900); Corpo Expedicionário Português em França; Director do 3.º Grupo de Saúde do Porto (1922); Subdirector do Hospital Militar do Porto; Director do Hospital Militar do Porto; Inspector de Saúde da I Região Militar.		
Carreira política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1926-1930) Presidente da Câmara Municipal do Porto (1928-1933)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Militar, <i>Processo Individual de Augusto Sousa Rosa</i> , cx. 2416; Arquivo Municipal do Porto. Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. <i>Acta da sessão de instalação e posse da Comissão Administrativa realizada a 7 de Julho de 1926</i> , fol.51v-53v; <i>O Primeiro de Janeiro</i> , 15 de Fevereiro de 1939, p.5;		

	<i>Jornal de Notícias</i> , 14 de Fevereiro de 1939, p. 6.
--	--

Nome	Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas		
Nascimento	Lagoa, Faro, 05-01-1898	Falecimento	
Idade na tomada de posse	28		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	07-07-1926 a 28-02-1930		
Formação	Curso de Infantaria da Escola de Guerra Curso de Medicina e Cirurgia		
Profissão	Tenente-Médico		
Carreira profissional	Alferes (1918); Tenente (1922); Capitão (1933); Major (1945); Tenente-coronel (1950); Coronel (1953).		
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1926-1930; 1930-1933; 1933-1936)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Militar, <i>Processo individual de Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas</i> , ex. 3398; Arquivo Municipal do Porto, Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. <i>Actas da sessão de instalação e posse da Comissão Administrativa do Porto realizada a 7 de Julho de 1926</i> , fol. 51v-53v.; <i>Diário da Manhã</i> , 8 de Junho de 1933, p1; <i>O Comércio do Porto</i> , 8 de Julho de 1926, p.1; <i>O Comércio do Porto</i> , 8 de Junho de 1933, p.1 <i>O Primeiro de Janeiro</i> , 8 de Julho de 1961, p.1.		

Nome	Carlos Alberto Henriques		
Nascimento	Socorro de Lisboa, 1º Bairro, Lisboa, 04-11-1884	Falecimento	04-02-1946
Idade na tomada de posse	42		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	07-07-1926 a 28-02-1930		
Formação	Curso de Infantaria da Escola do Exército.		
Profissão	Capitão de Infantaria		
Carreira profissional	Voluntário no Regimento nº 4 de Cavalaria do Imperador de Alemanha Guilherme II, Aspirante a oficial do Batalhão nº 5 de Caçador d'El Rei.; Ingressou na Guarda Nacional Republicana (1919).		
Carreira política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1926-1930)		
Filiação em organização político-partidária			

Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Militar, <i>Processo individual de Carlos Ferreira Henriques</i> , cx. 2723; Arquivo Municipal do Porto, Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. <i>Actas da sessão de instalação e posse da Comissão Administrativa do Porto realizada a 7 de Julho de 1926</i> , fol. 51v-53v; <i>Comércio do Porto</i> , 8 de Julho de 1926, p.1; <i>O Primeiro de Janeiro</i> , 8 de Julho de 1961, p.1.
------------------------------	--

Nome	Dário Tamegão		
Nascimento	Porto, 05-01-1896	Falecimento	
Idade na tomada de posse	34		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	28-02-1930 a 08-06-1933		
Formação	Curso de Infantaria na Escola de Guerra		
Profissão	Tenente de Infantaria		
Carreira profissional			
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1930-1933)		
Filiação em organização político partidária			
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Municipal do Porto, Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, <i>Acta da sessão instalação e posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, realizada em 22 de Novembro de 1930</i> , Fol.50-59v; <i>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira</i> , Editorial Enciclopédica, Lisboa/ Rio de Janeiro. Vol. XXX, p.626-627.		

Nome	Fernando Peixoto de Magalhães		
Nascimento		Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	28-02-1930 a 08-06-1933		
Formação			
Profissão	Capitão		
Carreira profissional			
Carreira política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1930-1933)		
Filiação em organização político partidária			
Actividades sociais			
Outros dados			
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Municipal do Porto, Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, <i>Acta da sessão</i>		

	<i>instalação e posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, realizada em 22 de Novembro de 1930, Fol.50-59v.</i>
--	---

Nome	Joaquim Gomes Salazar Braga		
Nascimento	Santo Ildefonso, Porto, Porto, 04-02-1886	Falecimento	
Idade na tomada de posse	40		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	07-07-1926 a 28-02-1930		
Formação	Curso de Administração Militar da Escola de Guerra		
Profissão	Capitão de Administração Militar		
Carreira profissional			
Carreira política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1926-1930)		
Filiação em organização político partidária			
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Militar, <i>Processo individual de Joaquim Gomes Salazar Braga</i> , cx. 707; Arquivo Municipal do Porto, Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. <i>Actas da sessão de instalação e posse da Comissão Administrativa do Porto realizada a 7 de Julho de 1926</i> , fol. 51v-53v; <i>Comércio do Porto</i> , 8 de Julho de 1926, p.1; <i>O Primeiro de Janeiro</i> , 8 de Julho de 1961, p.1.		

Nome	Luís Amaro de Oliveira		
Nascimento	Pinhel, Guarda, 15-01-1884	Falecimento	Porto, 02-09-1957
Idade na tomada de posse	42		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	28-02-1930 a 08-07-1933		
Formação	Escola Central de Sargentos		
Profissão	Capitão		
Carreira profissional	Voluntário no regimento de Infantaria nº 24; Subalterno da 3ª Companhia no Batalhão nº 4 da Guarda Nacional Republicana (1923); Capitão; Alferes do regimento de Infantaria nº 31.		
Carreira política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1930-1933)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Militar, <i>Processo individual de Luís Amaro de Oliveira</i> , cx. 3329; Arquivo Histórico Municipal do Porto, Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, <i>Acta da sessão</i>		

	<i>instalação e posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, realizada em 22 de Novembro de 1930, Fol.50-59v.</i>
--	---

Nome	Mário Almeida		
Nascimento	Vilar Formoso, Guarda, 30-11-1890	Falecimento	05-11-1951
Idade na tomada de posse	36		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	28-02-1930 a 08-07-1933		
Formação	Curso de Infantaria da Escola de Guerra		
Profissão	Militar		
Carreira profissional	Voluntário no Regimento de Infantaria nº 12; incorporado no Regimento de Infantaria nº 12 (1907); Alferes; ingressa no Batalhão n.3 da Guarda Fiscal.		
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1930-1933)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Militar, <i>Processo individual de Mário de Almeida</i> , cx. 1440; Arquivo Histórico Municipal do Porto, Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, <i>Acta da sessão instalação e posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, realizada em 22 de Novembro de 1930</i> , Fol.50-59v.		

Nome	Pedro Carlos Alexandre Pezarat		
Nascimento	Cedofeita, Porto, 15-02-1888	Falecimento	Foz do Douro, Porto, 01-10-1946
Idade na tomada de posse	38		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	07-07-1926 a 28-02-1930		
Formação	Curso de Engenharia Militar da Escola de Guerra (1911)		
Profissão	Major		
Carreira profissional	Oficial do Exército, Regimento de Engenharia nº 1		
Carreira política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1926-1930)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Militar, <i>Processo Individual de Pedro Carlos Alexandre Pezerat</i> , cx. 2741; Arquivo Municipal do Porto, Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. <i>Actas da sessão de instalação e posse da</i>		

	<p><i>Comissão Administrativa do Porto realizada a 7 de Julho de 1926</i>, fol. 51v-53v; <i>Comércio do Porto</i>, 8 de Julho de 1926, p.1; <i>O Primeiro de Janeiro</i>, 8 de Julho de 1961, p.1</p>
--	---

Nome	Raul Andrade Peres		
Nascimento	Candal, Vila Nova de Gaia, 24-06-1877	Falecimento	Porto, 02-11-1961
Idade na tomada de posse	49		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	07-07-1926 a 28-02-1930		
Formação	Curso de Arma de Infantaria da Escola do Exército		
Profissão	Coronel de Infantaria		
Carreira profissional	<p>Voluntário no Regimento n.º18 de Infantaria do Príncipe Real (1897) Alferes de Infantaria da Guarda Municipal do Porto (1901) Tenente (1904) Ingressa na Guarda Nacional republicana (1910) General (1943)</p>		
Carreira Política	<p>Presidente da Câmara Municipal do Porto (1926-1930) Vereador da Câmara Municipal do Porto (1926-1930)</p>		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	<p>Arquivo Histórico Militar, <i>Processo Individual de Raul Andrade Peres</i>, cx.3575; Arquivo Municipal do Porto, Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. <i>Actas da sessão de instalação e posse da Comissão Administrativa do Porto realizada a 7 de Julho de 1926</i>, fol. 51v-53v; <i>Comércio do Porto</i>, 8 de Julho de 1926, p.1; <i>O Primeiro de Janeiro</i>, 8 de Julho de 1961, p.1</p>		

Vereadores da Câmara Municipal do Porto (1933-1945)

Nome	Alberto Pinheiro Torres		
Nascimento	Braga, 02-11-1874	Falecimento	
Idade na tomada de posse	67		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	12-11-1941 a 08-03-1945, 08-03-1945 a 08-11-1945		
Formação	Curso de Direito na Universidade de Coimbra		
Profissão	Jornalista Advogado		
Carreira profissional	Exerceu advocacia em Vila do Conde e na cidade do Porto. Como jornalista dirigiu <i>A Palavra</i> , <i>A Liberdade</i> e <i>A Ordem</i> .		
Carreira Política	Administrador do Concelho de Caminha Director da Casa de Detenção e Correção do Distrito do Porto Fundou o Círculo Católico de Operários em Vila do Conde Deputado pelo círculo de Braga (1908) Deputado (1926) Vereador da Câmara Municipal do Porto (1941-1945, 1945-1949)		
Filiação em organização político-partidária	Fundador do Círculo Católico de Operários Membro do Partido Nacionalista (1908) Membro do grupo católico no Parlamento (1918-1919) Membro do grupo monárquico no Parlamento (1919)		
Fontes e Bibliografia	<p>Boletim da Câmara Municipal do Porto. Ano VII, n.ºs 300 e 301, vol. XVII, Porto, 3 e 10 de Janeiro de 1942. "Presidência, Ordens de Serviço, N.º 2/42" (3 de Janeiro de 1942), Fol. 12-13;</p> <p>Boletim da Câmara Municipal do Porto. N.º 466, Ano X, Vol. XXVII, 10 de Março de 1945, <i>Acta da Reunião ordinária da Ex.mª Câmara Municipal do Porto, realizada em dez de Março do ano de mil novecentos e quarenta e cinco</i>, Fol. 805-6.;</p> <p><i>Diário da Manhã</i>, 27-11-1941, p.1.</p> <p><i>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira</i>, Editorial Enciclopédica, Lisboa/ Rio de Janeiro. Vol. XVII, p.342;</p> <p>AA.VV (1990). <i>O Grande Livro dos Portugueses</i>.s/l: Circulo de Leitores, p. 497;</p> <p>POLICARPO, Verónica (2005), «Alberto Pinheiro Torres», in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.). <i>Dicionário biográfico Parlamentar: 1935-1974</i>, vol.V, Edições ICS e AR, Lisboa, pp.702-706.</p>		

Nome	Alfredo Mendonça de Ataíde		
Nascimento	Ateães (Bragança), 17-01-1890	Falecimento	
Idade na tomada de posse	51		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	12-11-1941 a 08-03-1945		
Formação	Curso de Filosofia da Universidade de Coimbra		
Profissão	Professor da Universidade do Porto		
Carreira profissional	Assistente e Naturalista de Antropologia na Faculdade de Ciências do Porto; Secretário da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, colaborou em diversas revistas e congressos científicos.		
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1941-1945)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Boletim da Câmara Municipal do Porto. Ano VII, n.ºs 300 e 301, vol. XVII, Porto, 3 e 10 de Janeiro de 1942. "Presidência, Ordens de Serviço, N.º 2/42" (3 de Janeiro de 1942), Fol. 12-13; <i>Diário da Manhã</i> , 27-11-1941, p.1; AA.VV. (1947). Quem é Alguém (Who's Who in Portugal). Lisboa: Portugália Editora, p.85; <i>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira</i> , Editorial Enciclopédica, Lisboa/ Rio de Janeiro. Vol. III, p.613-614.		

Nome	António de Almeida Costa		
Nascimento	Celorico da Beira, 25-05-1903	Falecimento	Lisboa, 24-08-1978
Idade na tomada de posse	33		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	23-05-1936 a 12-11-1941		
Formação	Curso de Matemática da Universidade do Porto		
Profissão	Professor da Universidade do Porto		
Carreira profissional	Assistente (1924), Professor Auxiliar e Professor Catedrático (1933) da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.		
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1936-1941)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	<i>O Século</i> , 17-05-1936, p.6; AA.VV. (1947). Quem é Alguém (Who's Who in Portugal). Lisboa: Portugália Editora, p. 240; <i>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira</i> , Editorial Enciclopédica, Lisboa/ Rio de Janeiro. Vol. VII, p.861; AA.VV (1990). O Grande Livro dos Portugueses.s/l: Circulo de Leitores, p.167.		

Nome	Américo Claro da Fonseca		
Nascimento		Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	23-05-1936 a 12-11-1941		
Formação	Curso de Direito		
Profissão	Advogado		
Carreira profissional			
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1936-1941)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	<i>O Século</i> , 17-05-1936, p.6.		

Nome	Ana José Guedes da Costa		
Nascimento	Luanda, Angola, 14-12-1860	Falecimento	
Idade na tomada de posse	81		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	12-11-1941 a 08-03-1945; 15-03-1945 a 08-11-1949		
Formação	Curso de Enfermagem		
Profissão	Enfermeira		
Carreira profissional	Criou a Liga das Mulheres Portuguesas de assistência aos soldados feridos e suas famílias; Membro da Delegação do Norte da Cruz Vermelha Portuguesa; membro da equipa fundadora do Centro Regional do Instituto de Oncologia.		
Carreira Política	Vereadora da Câmara Municipal do Porto (1941-1945, 1945-1949)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Boletim da Câmara Municipal do Porto. Ano VII, n.ºs 300 e 301, vol. XVII, Porto, 3 e 10 de Janeiro de 1942. "Presidência, Ordens de Serviço, N.º 2/42" (3 de Janeiro de 1942), Fol. 12-13; Boletim da Câmara Municipal do Porto. N.º 466, Ano X, Vol. XXVII, 10 de Março de 1945. <i>Acta da Reunião ordinário da Ex.ma Câmara Municipal do Porto, realizada em 8 de Fevereiro de 1945</i> . Fol. 805; Boletim da Câmara Municipal do Porto. N.º 466, Ano X, Vol. XXVII, 10 de Março de 1945, <i>Acta da Reunião ordinária da Ex.mª Câmara Municipal do Porto, realizada em dez de Março do ano de mil novecentos e quarenta e cinco</i> , Fol. 805-6; <i>Diário da Manhã</i> , 27-11-1941, p.1; <i>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira</i> , Editorial Enciclopédica, Lisboa/ Rio de Janeiro. Vol. XII, p.850-851.		

Nome	António Bragança		
Nascimento		Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	08-06-1933 a 23-05-1936		
Formação	Curso de Direito		
Profissão	Advogado		
Carreira profissional			
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1933-1936)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	<i>Comércio do Porto</i> , 08-06 - 1933, p.1. <i>Diário da Manhã</i> , 04-06-1933, p. 12.		

Nome	António de Seixas Soares Júnior		
Nascimento	Porto, 22-12-1904	Falecimento	
Idade na tomada de posse	40		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	15-09-1944 a 08-03-1945, 08-03-1945 a 08-11-1949		
Formação			
Profissão	Empregado bancário		
Carreira profissional	Chefe de divisão do Banco Ultramarino; vogal do conselho de Administração do serviço de Transportes Colectivos do Porto, Presidente da Comissão Administrativa da Caixa de Pensões, Socorros e Reformas 28 de Maio e da Caixa Guilherme Gomes Fernandes.		
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1944-1945, 1945-1949); Vogal da Junta da Província do Douro Litoral (1946-1950); vogal-tesoureiro da Comissão Concelhia da União Nacional do Porto; Procurador á Câmara Corporativa (1949-1953).		
Filiação em organização político-partidária	Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito do Porto (1936-1938); Federação dos Sindicatos Bancários (1941-1944); Comissão Concelhia da União Nacional do Porto.		
Fontes e Bibliografia	Boletim da Câmara Municipal do Porto, N.º 444, Ano IX, Vol. XXVI, 7 de Outubro de 1944. Ordens de Serviço N.º178/44, Fol.133; Boletim da Câmara Municipal do Porto. N.º 466, Ano X, Vol.XXVII, 10 de Março de 1945, <i>Acta da Reunião ordinária da Ex.mª Câmara Municipal do Porto, realizada em dez de Março do ano de mil novecentos e quarenta e cinco</i> , Fol. 805-6; OLIVEIRA, João Carlos (2005). «António de Seixas Soares Júnior», in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.). <i>Dicionário biográfico Parlamentar:1935-1974</i> , vol.V, Edições ICS e AR, Lisboa, pp.629.		

Nome	António Domingos de Freitas		
Nascimento		Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	08-06-1933 a 23-05-1936		
Formação			
Profissão	Homem de Negócios		
Carreira profissional	Presidente do Centro Comercial do Porto e da Associação dos Armadores Marítimos e Agentes de Navegação do Porto e de Leixões		
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1933-1936)		
Filiação em organização político-partidária	Vice-Presidente Comissão Distrital da Comissão da União Nacional		
Fontes e Bibliografia	<i>Comércio do Porto</i> , 08-06 - 1933, p.1. <i>Diário da Manhã</i> , 04-06-1933, p. 12.		

Nome	António Pedro de Mesquita Carvalho Magalhães		
Nascimento	Lordelo do Ouro, Porto, 22-11-1899	Falecimento	Porto, 23-03-1944
Idade na tomada de posse	42		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	12-11-1941 a 08-03-1945, 08-03-1945 a 08-11-1949		
Formação	Curso de Direito da Universidade do Porto		
Profissão	Advogado		
Carreira profissional	Exerceu advocacia no Porto; juiz substituto do Tribunal da Tutória Central do Porto e presidente da filial do Porto da Associação do Patronato das Prisões; presidente do Conselho Distrital da Ordem dos Advogados (1948-1950).		
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1941-1945, 1945-1949, 1955-1959); ; chefe do gabinete do Ministro da Justiça e dos Cultos (1929); delegado do Governo junto do Grémio dos Exportadores de Vinhos do Porto (1933-1935); deputado (1935-1938); procurador da Câmara Corporativa (1949-1953).		
Filiação em organização político-partidária	Vice-presidente da Comissão Distrital do Porto da União Nacional		
Fontes e Bibliografia	Boletim da Câmara Municipal do Porto. Ano VII, n.ºs 300 e 301, vol. XVII, Porto, 3 e 10 de Janeiro de 1942. "Presidência, Ordens de Serviço, N.º 2/42" (3 de Janeiro de 1942), Fol. 12-13; Boletim da Câmara Municipal do Porto. N.º 466, Ano X, Vol. XXVII, 10 de Março de 1945, <i>Acta da Reunião ordinária da Ex.mª Câmara Municipal do Porto, realizada em dez de Março do ano de mil novecentos e quarenta e cinco</i> , Fol. 805-6; <i>Diário da Manhã</i> , 27-11-1941, p.1; LUZ, Joana Vicente da (2005). «António Pedro Pinto de Mesquita Carvalho Magalhães», in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.). <i>Dicionário biográfico Parlamentar: 1935-1974</i> , vol.V, Edições ICS e AR, Lisboa, pp.33-35.		

Nome	António Valeriano Mota		
Nascimento		Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	08-06-1933 a 23-05-1936		
Formação			
Profissão	Industrial		
Carreira profissional			
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1933-1936)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	<i>Comércio do Porto</i> , 08-06 - 1933, p.1. <i>Diário da Manhã</i> , 04-06-1933, p. 12.		

Nome	Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas		
Nascimento	Lagoa, Faro, 05-01-1898	Falecimento	
Idade na tomada de posse	28		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	07-07-1926 a 28-02-1930		
Formação	Curso de Infantaria da Escola de Guerra Curso de Medicina e Cirurgia		
Profissão	Tenente-Médico		
Carreira profissional	Alferes (1918); Tenente (1922); Capitão (1933); Major (1945); Tenente-coronel (1950); Coronel (1953).		
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1926-1930; 1930-1933; 1933-1936)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Militar, <i>Processo individual de Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas</i> , cx. 3398; Arquivo Municipal do Porto, Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. <i>Actas da sessão de instalação e posse da Comissão Administrativa do Porto realizada a 7 de Julho de 1926</i> , fol. 51v-53v.; <i>Diário da Manhã</i> , 08-06-1933, p1; <i>O Comércio do Porto</i> , 08-07-1926, p.1; <i>O Comércio do Porto</i> , 08-06-1933, p.1; <i>O Primeiro de Janeiro</i> , 08-07-1961, p.1.		

Nome	Carlos Teixeira da Costa Júnior		
Nascimento		Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	15-09-1944 a 08-03-1945; 08-03-1945 a 08-11-1949		
Formação			
Profissão			
Carreira profissional			
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1944-1945, 1945-1949)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Boletim da Câmara Municipal do Porto, N.º 444, Ano IX, Vol. XXVI, 7 de Outubro de 1944. Ordens de Serviço N.º178/44, Fol.133; Boletim da Câmara Municipal do Porto. N.º 466, Ano X, Vol.XXVII, 10 de Março de 1945, <i>Acta da Reunião ordinária da Ex.mª Câmara Municipal do Porto, realizada em dez de Março do ano de mil novecentos e quarenta e cinco</i> , Fol. 805-6.		

Nome	Carlos Teixeira Marques		
Nascimento		Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	12-11-1941 a 08-03-1945		
Formação	Medicina		
Profissão	Médico		
Carreira profissional			
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1941-1945)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Boletim da Câmara Municipal do Porto. Ano VII, n.ºs 300 e 301, vol. XVII, Porto, 3 e 10 de Janeiro de 1942. "Presidência, Ordens de Serviço, N.º 2/42" (3 de Janeiro de 1942), Fol. 12-13; <i>Diário da Manhã</i> , 27-11-1941, p.1.		

Nome	Carlos Vasco Michon de Oliveira Mourão		
Nascimento	Porto, 01-02-1903	Falecimento	
Idade na tomada de posse	33		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	23-05-1936 a 12-11-1941		
Formação	Curso de Direito		
Profissão	Advogado		
Carreira profissional	Advocacia, vogal do Conselho Superior da Ordem dos Advogados (1933-1935 e 1942-1944);		
Carreira Política	Membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (1933-1934), vereador da Câmara Municipal do Porto (1936-1941) e vice-presidente da Comissão Concelhia da União Nacional do Porto (1934-1940), Deputado (1949-1953).		
Filiação em organização político-partidária	União Nacional		
Fontes e Bibliografia	<i>O Século</i> , 17-05-1936, p.6; LOPES, MARINA (2005). «Carlos Vasco Michon de Oliveira Mourão», in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.). <i>Dicionário biográfico Parlamentar: 1935-1974</i> , vol.V, Edições ICS e AR, Lisboa, p.200.		

Nome	Flávio Augusto Marinho Pais		
Nascimento	Porto, 06-09-1867	Falecimento	
Idade na tomada de posse	74		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	12-11-1941 a 08-03-1945, 08-03-1945 a 08-11-1949		
Formação	Engenharia		
Profissão	Engenheiro		
Carreira profissional	Chefe dos Serviços de Tracção e Oficinas dos Caminhos-de-ferro do Minho e Douro; engenheiro-chefe director do Movimento e Tráfego dos Caminhos-de-ferro da Beira Alta; vogal do Conselho Superior de Caminhos de Ferro; presidente da direcção da Associação dos Engenheiros Civis do Norte de Portugal; presidente do direcção do Instituto Científico dos Engenheiros Civis do Porto; presidente da Assembleia Regional do Porto da Ordem dos Engenheiros e vice-presidente da assembleia geral da Ordem dos Engenheiros, em Lisboa		
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1941-1945, 1945-1949)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Boletim da Câmara Municipal do Porto. Ano VII, n.ºs 300 e 301, vol. XVII, Porto, 3 e 10 de Janeiro de 1942. "Presidência, Ordens de Serviço, N.º 2/42" (3 de Janeiro de 1942), Fol. 12-13; Boletim da Câmara Municipal do Porto. N.º 466, Ano X, Vol. XXVII, 10 de Março de 1945, <i>Acta da Reunião ordinária da Ex.mª Câmara Municipal do Porto, realizada em dez de Março do ano de mil novecentos e quarenta e cinco</i> , Fol. 805-6; <i>Diário da Manhã</i> , 27-11-1941, p.1; <i>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira</i> , Editorial Enciclopédica, Lisboa/ Rio de Janeiro. Vol. XIX, pp.984-985.		

Nome	Francisco Augusto Homem da Silveira S. de Almeida e Melo		
Nascimento		Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	08-06-1933 a 23-05-1936		
Formação	Engenharia		
Profissão	Engenheiro		
Carreira profissional	Director da Delegação portuense dos Edifícios e Monumentos Nacionais		
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1933-1936)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	<i>Comércio do Porto</i> , 08-06 - 1933, p.1. <i>Diário da Manhã</i> , 04-06-1933, p. 12.		

Nome	João de Espregueira Mendes		
Nascimento	Porto	Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	23-05-1936 a 12-11-1941, 12-11-1941 a 08-03-1945		
Formação			
Profissão	Médico e professor da Universidade do Porto		
Carreira profissional			
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1936-1941, 1941-1945)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	<i>O Século</i> , 17-05-1936, p.6; Boletim da Câmara Municipal do Porto. Ano VII, n.ºs 300 e 301, vol. XVII, Porto, 3 e 10 de Janeiro de 1942. "Presidência, Ordens de Serviço, N.º 2/42" (3 de Janeiro de 1942), Fol. 12-13; <i>Diário da Manhã</i> , 27-11-1941, p.1.		

Nome	João de Paiva Faria Leite Brandão		
Nascimento	Guimarães, 19-08-1912	Falecimento	
Idade na tomada de posse	24		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	23-05-1936 a 12-11-1941		
Formação			
Profissão	Militar		
Carreira profissional	Militar do Exército, Chefe da secção e vogal da Comissão de História Militar, Chefe de Estado-Maior e 2.º comandante interino da Região Militar de Angola, sub-chefe do Estado-Maior do Exército e director do Instituto de Altos Estudos Militares (1968); Chefe de Estado-Maior.		
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1936-1941), Deputado à Assembleia Nacional, adido militar de Portugal em Washington e em Otava (1957-1961), chefe do gabinete do ministro da Defesa Nacional (1961-1963); procurador à Câmara Corporativa.		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	<i>O Século</i> , 17-05-1936, p.6. DUARTE, Marta (2005). «João de Paiva de Faria Leite Brandão », in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.). <i>Dicionário biográfico Parlamentar: 1935-1974</i> , vol.IV, Edições ICS e AR, Lisboa, pp.282-284.		

Nome	Jorge de Azevedo Maia		
Nascimento	Vila do conde, 16-02-1886	Falecimento	
Idade na tomada de posse	55		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	12-11-1941 a 08-03-1945, 08-03-1945 a 08-11-1949		
Formação	Curso de Medicina na Universidade do Porto		
Profissão	Médico		
Carreira profissional	Alferes e tenente médico miliciano em França (durante a I Guerra Mundial); Interno no Hospital dos Tifosos do Porto, clínico do Hospital Geral de Santo António (1921); assistente provisório na Faculdade de Medicina do Porto; professor catedrático da Faculdade de Medicina do Porto (1933).		
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1941-1945, 1945-1949)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Boletim da Câmara Municipal do Porto. Ano VII, n.ºs 300 e 301, vol. XVII, Porto, 3 e 10 de Janeiro de 1942. "Presidência, Ordens de Serviço, N.º 2/42" (3 de Janeiro de 1942), Fol. 12-13; Boletim da Câmara Municipal do Porto. N.º 466, Ano X, Vol. XXVII, 10 de Março de 1945, <i>Acta da Reunião ordinária da Ex.mª Câmara Municipal do Porto, realizada em dez de Março do ano de mil novecentos e quarenta e cinco</i> , Fol. 805-6; <i>Diário da Manhã</i> , 27-11-1941, p.1; <i>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira</i> , Editorial Enciclopédica, Lisboa/ Rio de Janeiro. Vol.III, p.936.		

Nome	Jorge Viterbo Ferreira		
Nascimento	Porto, 04-12-1898	Falecimento	Porto, 27-07-1948
Idade na tomada de posse	35		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	08-06-1933 a 23-05-1936, 12-11-1941 a 08-03-1945; 08-03-1945 a 08-11-1949		
Formação			
Profissão	Viticultor Proprietário rural Homem de Negócios		
Carreira Profissional	Sócio-gerente da <i>Casa Ferreirinha</i>		
Carreira Política	Vereador (1933-1936, 1941-1945); presidente da Câmara Municipal do Porto (1944-1945); vogal da Comissão Consultiva da União Nacional do Porto (1946); Deputado na Assembleia Nacional pelo círculo do Porto (1935-1949).		
Filiação em organização político partidária	União Nacional		
Fontes e Bibliografia	<p>Boletim da Câmara Municipal do Porto. Ano VII, n.ºs 300 e 301, vol. XVII, Porto, 3 e 10 de Janeiro de 1942. "Presidência, Ordens de Serviço, N.º 2/42" (3 de Janeiro de 1942), Fol. 12-13;</p> <p>Boletim da Câmara Municipal do Porto. N.º 466, Ano X, Vol. XXVII, 10 de Março de 1945, <i>Acta da Reunião ordinária da Ex.mª Câmara Municipal do Porto, realizada em dez de Março do ano de mil novecentos e quarenta e cinco</i>, Fol. 805-6;</p> <p><i>Comércio do Porto</i>, 08-06 - 1933, p.1.</p> <p><i>Diário da Manhã</i>, 04-06-1933, p. 12.</p> <p><i>Diário da Manhã</i>, 27-11-1941, p.1.</p> <p>ARAÚJO, Henrique Gomes (2001). <i>A construção antropológica do sucessor</i>. Lisboa: Editora Quetzal.</p> <p>CARVALHO, Rita Almeida de (2005). «Jorge Viterbo Ferreira», in CRUZ, Manuel Braga da; COSTA, António Costa. <i>Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974</i>. Lisboa: Edições ICS e AR, pp.611-613.</p> <p>ROSAS, Fernando (1985). <i>As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo</i>. Lisboa: Edições O Jornal, p.108.</p>		

Nome	José Júlio Martins Nogueira Soares		
Nascimento		Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	08-03-1945 a 08-11-1949		
Formação	Engenharia		
Profissão	Engenheiro		
Carreira profissional			
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1945-1949)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Boletim da Câmara Municipal do Porto. N.º 466, Ano X, Vol. XXVII, 10 de Março de 1945, <i>Acta da Reunião ordinária da Ex.mª Câmara Municipal do Porto, realizada em dez de Março do ano de mil novecentos e quarenta e cinco</i> , Fol. 805-6..		

Nome	José Pinto Meneres		
Nascimento	Porto, 11-12-1898	Falecimento	
Idade na tomada de posse	35		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	08-06-1933 a 23 -05-1936		
Formação	Curso de Direito da Universidade de Coimbra		
Profissão	Advogado		
Carreira profissional	Advocacia; vice-presidente do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados.		
Carreira Política	Vogal do Conselho Municipal de Vila Nova de Gaia; vereador da Câmara Municipal do Porto (1933-1936); deputado (1949-1953).		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	<p><i>Comércio do Porto</i>, 08-06 - 1933, p.1;</p> <p><i>Diário da Manhã</i>, 04-06-1933, p. 12;</p> <p>LOPES, Maria Dória (2005). «José Pinto Meneres», in CRUZ, Manuel Braga da; COSTA, António Costa. <i>Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974</i>. Lisboa: Edições ICS e AR, p.129.</p>		

Nome	Luís Albertino Mourão		
Nascimento		Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	12-11-1941 a 08-03-1945; 08-03-1945 a 08-11-1949		
Formação			
Profissão	Homem de negócios		
Carreira profissional			
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1941-1945)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	<p>Boletim da Câmara Municipal do Porto. Ano VII, n.ºs 300 e 301, vol. XVII, Porto, 3 e 10 de Janeiro de 1942. "Presidência, Ordens de Serviço, N.º 2/42" (3 de Janeiro de 1942), Fol. 12-13;</p> <p>Boletim da Câmara Municipal do Porto. N.º 466, Ano X, Vol. XXVII, 10 de Março de 1945, <i>Acta da Reunião ordinária da Ex.mª Câmara Municipal do Porto, realizada em dez de Março do ano de mil novecentos e quarenta e cinco</i>, Fol. 805-6;</p> <p><i>Diário da Manhã</i>, 27-11-1941, p.1.</p>		

Nome	Luís Guilherme de Barros Virgolino		
Nascimento		Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	08-06-1933 a 23-05-1936		
Formação	Engenharia		
Profissão	Engenheiro		
Carreira profissional			
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1933-1936)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	<p><i>Comércio do Porto</i>, 08-06 - 1933, p.1</p> <p><i>Diário da Manhã</i>, 04-06-1933, p. 12.</p>		

Nome	Luís de Pina Guimarães		
Nascimento	Lisboa, 24-08-1901	Falecimento	Porto, 29-04-1972
Origem geográfica	Lisboa		
Idade na tomada de posse	35		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	23-05-1936 a 12-11-1941		
Formação	Faculdade de Medicina do Porto (1927)		
Profissão	Médico Professor universitário		
Carreira Profissional	Assistente de Anatomia da Universidade do Porto (1927); professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (1944); chefe dos Serviços da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto; director do Instituto de Criminologia do Porto (1937); membro do Conselho Geral da Ordem dos Médicos e Vice-Presidente do Conselho Regional do Porto (1942); director do Museu Maximiano Lemos (1944).		
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal (1936-1941); deputado nas legislaturas (1938-1942 e 1942-1945); presidente da Câmara Municipal (1945-1949); procurador à Câmara Corporativa; vogal da Comissão Executiva da União Nacional.		
Filiação em organização político partidária	União Nacional		
Fontes e Bibliografia	<p>Arquivo Histórico Municipal do Porto. <i>Boletim da Câmara Municipal do Porto</i>, n.º 466, Ano X, Vol. XXVII, 10 de Março de 1945, p. 805-6.</p> <p>Serviço de Gestão de Informação da Reitoria da Universidade do Porto, <i>Livro de Cadastro n.º5 (Desligados)</i>, pág. 357.</p> <p>Serviço de Gestão de Informação da Reitoria da Universidade do Porto, <i>Autos de Posse da Universidade do Porto (1929-1955)</i>. Fol. 55v.</p> <p><i>O Século</i>, 17-05-1936, p.6.</p> <p>AAVV. (1947). <i>Quem é Alguém. (Who's Who in Portugal)</i>. Lisboa: Portugália Editora, p.519.</p>		

Nome	Manuel Avides Moreira		
Nascimento		Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	15-09-1944 a 08-03-1945, 08-03-1945 a 08-11-1949		
Formação			
Profissão			
Carreira profissional			
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1944-1945, 1945-1949)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	<p>Boletim da Câmara Municipal do Porto, N.º 444, Ano IX, Vol. XXVI, 7 de Outubro de 1944. Ordens de Serviço N.º178/44, Fol.133;</p> <p>Boletim da Câmara Municipal do Porto. N.º 466, Ano X, Vol.XXVII, 10 de Março de 1945, <i>Acta da Reunião ordinária da Ex.mª Câmara Municipal do Porto, realizada em dez de Março do ano de mil novecentos e quarenta e cinco</i>, Fol. 805-6..</p>		

Nome	Manuel Barreto da Costa		
Nascimento		Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	12-11-1941 a 08-03-1945, 08-03-1945 a 08-11-1949		
Formação	Engenharia		
Profissão	Engenheiro		
Carreira profissional			
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1941-1945, 1945-1949)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	<p>Boletim da Câmara Municipal do Porto. Ano VII, n.ºs 300 e 301, vol. XVII, Porto, 3 e 10 de Janeiro de 1942. "Presidência, Ordens de Serviço, N.º 2/42" (3 de Janeiro de 1942), Fol. 12-13;</p> <p>Boletim da Câmara Municipal do Porto. N.º 466, Ano X, Vol.XXVII, 10 de Março de 1945, <i>Acta da Reunião ordinária da Ex.mª Câmara Municipal do Porto, realizada em dez de Março do ano de mil novecentos e quarenta e cinco</i>, Fol. 805-6.</p> <p><i>Diário da Manhã</i>, 27-11-1941, p.1.</p>		

Nome	Paulino Celestino da Silva		
Nascimento		Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	23-05-1936 a 12-11-1941		
Formação			
Profissão	Capitão		
Carreira profissional			
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1936-1941)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	<i>O Século</i> , 17-05-1936, p.6.		

Nome	Paulo Emílio Alberto de Figueiredo Garcia		
Nascimento		Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	08-03-1945 a 08-11-1949		
Formação			
Profissão			
Carreira profissional			
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1945-1949)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	Boletim da Câmara Municipal do Porto. N.º 466, Ano X, Vol.XXVII, 10 de Março de 1945, <i>Acta da Reunião ordinária da Ex.mª Câmara Municipal do Porto, realizada em dez de Março do ano de mil novecentos e quarenta e cinco</i> , Fol. 805-6.		

Nome	Pedro Maria Fonseca		
Nascimento		Falecimento	
Idade na tomada de posse			
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	23-05-1936 a 12-11-1941		
Formação			
Profissão	Homem de Negócios		
Carreira profissional			
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal do Porto (1936-1941)		
Filiação em organização político-partidária			
Fontes e Bibliografia	<i>O Século</i> , 17-05-1936, p.6.		

Nome	Ricardo Spratley		
Nascimento	Porto, 08- 09-1881	Falecimento	
Idade na tomada de posse	60		
Cargo	Vereador da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	12-11-1941 a 08-03-1945, 08-03-1945 a 08-11-1949		
Formação	Curso de Idiomas		
Profissão	Homem de Negócios		
Carreira profissional	Iº secretário (1918-1925), presidente (1925-1932) e presidente honorário (1947) da Associação Comercial do Porto; director da Companhia de Caminhos-de-Ferro da Póvoa de Varzim; membro da Comissão Organizadora e executiva da Exposição Colonial de 1934.		
Carreira Política	Vogal do Conselho Superior do Comércio Externo e do Conselho Superior dos Caminhos-de-Ferro; director do Instituto do Vinho do Porto (1933), vereador da Câmara Municipal do Porto (1941-1945, 1945-1949), membro do conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Colectivos; deputado (1945-1949).		
Filiação em organização político-partidária	União Nacional		
Fontes e Bibliografia	Boletim da Câmara Municipal do Porto. Ano VII, n.ºs 300 e 301, vol. XVII, Porto, 3 e 10 de Janeiro de 1942. "Presidência, Ordens de Serviço, N.º 2/42" (3 de Janeiro de 1942), Fol. 12-13; Boletim da Câmara Municipal do Porto. N.º 466, Ano X, Vol.XXVII, 10 de Março de 1945, <i>Acta da Reunião ordinária da Ex.mª Câmara Municipal do Porto, realizada em dez de Março do ano de mil novecentos e quarenta e cinco</i> , Fol. 805-6; <i>Diário da Manhã</i> , 27-11-1941, p.1; <i>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira</i> , Editorial Enciclopédica, Lisboa/ Rio de Janeiro. Vol.XXX, p.77-78; CARVALHO, Rita Almeida de (2005). «Ricardo Spartley», in CRUZ, Manuel Braga da; COSTA, António Costa. <i>Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974</i> . Lisboa: Edições ICS e AR, p.664-666.		

Anexo 2: Fichas biográficas dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1926-1945)

Nome	Raul Andrade Peres		
Nascimento	Candal, Vila Nova de Gaia, Porto, 24-06-1877	Falecimento	Porto, 02-11-1961
Idade na tomada de posse	49		
Data do cargo	07-07-1926 a 28-02-1930		
Formação	Curso de Arma de Infantaria da Escola do Exército		
Profissão	Militar		
Carreira Profissional	Voluntário no Regimento n.º18 de Infantaria do Príncipe Real (1897) Alferes de Infantaria da Guarda Municipal do Porto (1901) Tenente (1904) Guarda Nacional Republicana do Porto (1910) General (1943)		
Carreira política	Presidente da Câmara Municipal do Porto (07-07-1926 a 28-02-1930) Vereador da Câmara Municipal do Porto (07-07-1926 a 28-02-1930)		
Filiação em organização político partidária			
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Municipal do Porto. Boletim da Câmara Municipal do Porto, n.º 1342, Ano.XXVI, Vol. LXXVIII, <i>Acta da Comissão Administrativa</i> , 30 de Dezembro de 1961,p. 674 Arquivo Histórico Militar, <i>Processo Individual de Raul Andrade Peres</i> , cx.3575. Arquivo Municipal do Porto, Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. <i>Acta da sessão de instalação e posse da Comissão Administrativa do Porto realizada a 7 de Julho de 1926</i> , fol.51v-53v. <i>Comércio do Porto</i> , 8 de Julho de 1926, p1. <i>O Primeiro de Janeiro</i> , 8 de Julho de 1926, p.2 <i>O Comércio do Porto</i> , 4 de Novembro de 1961, p.1 <i>Diário de Notícias</i> , 5 de Novembro de 1961,p.10		

Nome	Augusto Sousa Rosa		
Nascimento	S. Martinho de Anta, Sabrosa, Vila Real, 31-10- 1871	Falecimento	S. Martinho de Anta, Sabrosa, Vila Real, 13- 02-1939
Idade na tomada de posse	59		
Cargo	Presidente da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	28-02-1928 a 08-06-1933		
Formação	Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra		
Profissão	Militar		
Carreira Profissional	Tenente Médico (1900) Corpo Expedicionário Português em França, Director do 3.º grupo de Saúde do Porto (1922) Sub-director do Hospital Militar do Porto Director do Hospital Militar do Porto Inspector de Saúde da I Região Militar		
Carreira Política	Presidente da Câmara Municipal do Porto(1928-1933) Vereador das Construções e Higiene da Câmara Municipal do Porto (1926-1930)		
Filiação em organização político partidária			
Fontes e Bibliografia	<p>Arquivo Histórico Militar, <i>Processo Individual de Augusto Sousa Rosa</i>, cx. 2416.</p> <p>Arquivo Municipal do Porto, Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. <i>Acta da sessão de instalação e posse da Comissão Administrativa do Porto realizada a 7 de Julho de 1926</i>, fol.51v-53v.</p> <p>Arquivo Municipal do Porto, Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto. <i>Acta da sessão ordinária da Comissão Administrativa do Porto realizada a 22 de Novembro de 1939</i>, fol.50v-58.</p> <p>Arquivo Histórico Municipal. Boletim da Câmara Municipal do Porto, n.º155, IV Ano, Vol. X, 25 de Março de 1939. <i>Acta da Reunião da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto de 9 de Março de 1939</i>, p.494.</p> <p><i>O Primeiro de Janeiro</i> de 15 de Fevereiro de 1939, p.5 <i>Jornal de Notícias</i> de 14 de Fevereiro de 1939, p.6 <i>Diário da Manhã</i>, 14 de Fevereiro de 1934, p.4</p>		

Nome	José Alfredo Mendes Magalhães		
Nascimento	S. Salvador de Gandra, Valença, 29-04-1870	Falecimento	Porto, 16-10-1957
Idade na tomada de posse	63		
Cargo	Presidente da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	08-06-1933 a 23-05-1936		
Duração do cargo			
Formação	Academia Politécnica do Porto (1889-1892) Escola Médico-Cirúrgica (1890-1896) Universidade de Paris (1898).		
Profissão	Médico Professor universitário		
Carreira Profissional	Professor na Escola Médica do Porto (1902-1910; 1919-1942) Instituto Superior de Comércio portuense Director Reitor da Universidade do Porto		
Carreira Política	Deputado (1910) Director da Penitenciária de Lisboa (1910) Comissário do Governo na Madeira (1910-1911) Governador Civil de Castelo Branco (1910-1911) Deputado, por Lisboa, à Câmara Constituinte (1911) Governador Civil de Viana do Castelo (1911) Governador Geral de Moçambique (1912-1913) Deputado por Moçambique (1912-1913) Ministro da Instrução e da Marinha (1917-1919) Deputado por Lisboa (1921) Secretário Interino e Director da Faculdade de Medicina do Porto (1923) Reitor da respectiva Universidade (1926) Ministro da Instrução (1926-1928) Presidente da Câmara Municipal do Porto (1933-1936)		
Filiação em organização político partidária	Maçonaria Partido Republicano Português (1890) Partido Democrático (1911-1913) Partido Republicano Presidencialista União Nacional		
Fontes e Bibliografia	Serviço de Gestão de Informação da Reitoria da Universidade do Porto, <i>Autos de Posse da Universidade do Porto</i> , livro 1 (1914-1929), Fol.147 <i>Diário da Manhã</i> , 4 de Junho de 1933, p.12. <i>O Comércio do Porto</i> , 8 de Junho de 1933, p.1.		

	<p><i>O Primeiro de Janeiro</i>, 9 de Junho de 1933, p.1-2</p> <p><i>O Século</i>, 4 de Junho de 1933, p. 6</p> <p><i>O Primeiro de Janeiro</i>, 17 de Outubro de 1957, p.1</p> <p><i>Jornal de Notícias</i>, 17 de Outubro de 1957, p.1-2</p> <p><i>O Século</i>, 17 de Outubro de 1957, p.7.</p> <p>AAVV (1990). <i>O Grande Livro do Portugueses</i>. s/l: Círculo de Leitores, p. 321.</p> <p>MARQUES, A.H. de (dir.) (2000). <i>Parlamentares e Ministros da I República (1910-1926)</i>. Porto: Edições Afrontamento, p.280-281.</p> <p><i>O Grande Livro dos Portugueses</i> (1990). s/l: Círculo de Leitores, p. 321.</p> <p>LEAL, Ernesto Castro (2003). «José Alfredo Mendes de Magalhães», NÕVOA, António (dir.), in <i>Dicionário de Educadores Portugueses</i>, Porto: Asa, pp. 841-843.</p>
--	---

Nome	António Augusto Mendes Correia		
Nascimento	Porto, 4-04-1888	Falecimento	Lisboa, 07-01-1960
Idade na tomada de posse	48		
Cargo	Presidente da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	23-05-1936 a 13-08-1942		
Formação	Academia Politécnica do Porto Escola Médico-Cirúrgica do Porto		
Profissão	Médico Cientista Professor universitário		
Carreira Profissional	Professor na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto Presidente de da Junta Nacional das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais Director da Escola Superior Colonial de Lisboa. Em 1951 foi Presidente da Sociedade de Geografia (1951). Membro do Conselho Ultramarino (1958) Presidente da Junta de Investigações do Ultramar		
Carreira Política	Procurador à Câmara Corporativa Deputado à Assembleia Nacional (1945) Presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Faro (1935- Director dos serviços Municipalizados das águas e Saneamento do Porto (1941-1951)		
Filiação em organização político partidária	União Nacional		
Fontes e Bibliografia	Serviço de Gestão de Informação da Reitoria da Universidade do Porto, <i>Livro de Registo dos Doutoramentos dos Professores feitos desde o ano de 1917</i> , fol.46; Serviço de Gestão de Informação da Reitoria da Universidade do Porto, Autos de Posse da Universidade do Porto (1914-1929), Livro 1,Fol. 146; Serviço de Gestão de Informação da Reitoria da Universidade do Porto,; <i>Livro de Cadastro de Pessoal</i> . Fol.3; <i>O Século</i> , 17 de Maio de 1936, p.6; <i>Diário da Manhã</i> , 17 de Maio de 1936, p.7; <i>O Comércio do Porto</i> , 24 de Maio de 1936, p.1,3; <i>O Primeiro de Janeiro</i> , 23 de Maio de 1936, p.1-2; <i>Jornal de Notícias</i> , 7 de Janeiro de 1960, p.5; AAVV. (1947). <i>Quem é Alguém. (Who's Who in Portugal)</i> . Lisboa: Portugália Editora, p.460.		

Nome	Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento		
Nascimento	Coimbra, 14/11/1882	Falecimento	Lisboa, 03/12/1963
Origem geográfica	Coimbra		
Idade na tomada de posse	53		
Cargo	Presidente da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	12-11-1942 a 15-09-1944		
Formação	Faculdade de Filosofia de Coimbra (1910) Faculdade de Engenharia de Gand (Bélgica) (1913)		
Profissão	Engenheiro Professor universitário		
Carreira profissional	Assistente de Física na Faculdade de Ciências de Porto (1915) Director da Companhia de Minas de S. Pedro da Cova e nos Caminhos-de-Ferro do Vale do Vouga Engenheiro-director, os portos do Sotavento Presidente da Delegação do Porto da Ordem dos Engenheiros		
Carreira política	Presidente da Comissão Distrital da União Nacional de Faro (1935-1942) Director dos serviços Municipalizados das águas e Saneamento do Porto (1941-1951) Presidente da Câmara Municipal do Porto (1942-1944) Subsecretário Estado do Comércio e Indústria (1944) Procurador à Câmara Corporativa Delegado governamental junto da <i>Hidroeléctrica do Cávado</i>		
Filiação em organização político partidária anterior	União Nacional		
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Municipal do Porto. <i>Boletim da Câmara Municipal do Porto</i> . Ano VII, n.ºs 300 e 301, vol. XVII, Porto, 3 e 10 de Janeiro de 1942. "Presidência, Ordens de Serviço, N.º 2/42" (3 de Janeiro de 1942), Fol. 12-13; <i>Diário da Manhã</i> , 27-11-1941, p.1; TRINDADE, Luís (2005). «Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento», in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.). <i>Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974</i> , vol.2, Edições ICS e AR, Lisboa, pp. 542-544. SILVA, Germano; DUARTE, Luís Miguel (Coord.) <i>Dicionário de personalidades portuenses do século 20</i> , p.18		

Nome	Jorge Viterbo Ferreira		
Nascimento	Porto, 04-12-1898	Falecimento	Porto, 27-07-1948
Origem geográfica	Porto		
Idade na tomada de posse	46		
Cargo	Presidente da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	15-09-1944 a 08-03-1945		
Formação	Viticultor Proprietário rural Homem de Negócios		
Carreira Profissional	Sócio-gerente da <i>Casa Ferreirinha</i>		
Carreira Política	Vereador (1933- 1945) Presidente da Câmara Municipal do Porto (1944-1945) Vogal da Comissão Consultiva da União Nacional do Porto (1946) Deputado na Assembleia Nacional pelo círculo do Porto (1935-1949);		
Filiação em organização político partidária	União Nacional		
Fontes e Bibliografia	<p>ARAÚJO, Henrique Gomes (2001). <i>A construção antropológica do sucessor</i>. Lisboa: Editora Quetzal.</p> <p>CARVALHO, Rita Almeida de Carvalho (2005). «Jorge Viterbo Ferreira», in CRUZ, Manuel Braga da; COSTA, António Costa. <i>Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974</i>. Lisboa: Edições ICS e AR, pp.611-613.</p> <p>ROSAS, Fernando (1985). <i>As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo</i>. Lisboa: Edições O Jornal, p.108.</p>		

Nome	Luís de Pina Guimarães		
Nascimento	Lisboa, 24-08-1901	Falecimento	Porto, 29-04-1972
Origem geográfica	Lisboa		
Idade na tomada de posse	44		
Cargo	Presidente da Câmara Municipal do Porto		
Data do cargo	08-03-1945 a 08-11-1949		
Formação	Faculdade de Medicina do Porto (1927)		
Profissão	Médico Professor universitário		
Carreira Profissional	Assistente de Anatomia da Universidade do Porto (1927); Professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (1944); Chefe dos Serviços da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto; Director do Instituto de Criminologia do Porto (1937); Membro do Conselho Geral da Ordem dos Médicos e Vice-Presidente do Conselho Regional do Porto (1942); Director do Museu Maximiano Lemos (1944).		
Carreira Política	Vereador da Câmara Municipal (1936-1941) Deputado nas legislaturas (1938-1942 e 1942-1945) Presidente da Câmara Municipal (1945-1949) Procurador à Câmara Corporativa Vogal da Comissão Executiva da União Nacional.		
Filiação em organização político partidária	União Nacional		
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Municipal do Porto. <i>Boletim da Câmara Municipal do Porto</i> , n.º 466, Ano X, Vol. XXVII, 10 de Março de 1945, p. 805-6. Serviço de Gestão de Informação da Reitoria da Universidade do Porto, <i>Livro de Cadastro n.º5 (Desligados)</i> , pág. 357. Serviço de Gestão de Informação da Reitoria da Universidade do Porto, <i>Autos de Posse da Universidade do Porto (1929-1955)</i> . Fol. 55v. AAVV. (1947). <i>Quem é Alguém. (Who's Who in Portugal)</i> . Lisboa: Portugália Editora, p.519.		

Anexo 3: Fichas biográficas dos Governadores Cíveis do distrito do Porto (1926-1945)

Nome	Herculano Jorge Ferreira		
Nascimento	Coimbra, 14/11/1882	Falecimento	Lisboa, 03/12/1963
Origem geográfica	Coimbra		
Idade na tomada de posse			
Cargo	Governador Civil do Distrito do Porto		
Data do cargo			
Formação	Barcharelato dem Direiro na Universidade de Coimbra Curso de Infantaria na Escola de Guerra		
Profissão	Militar		
Carreira Profissional	Alferes (1906) Tenente (1910) Capitão (1916) Major (1928) Tenente Coronel (1938) Coronel (1938) 2.º Comandante do regimento de Caçadores n.º9 Reforma (1953)		
Carreira Política	Governador Civil do Distrito do Porto (1926) Goverandor Civil do Distrito do Porto (1933-1935)		
Filiação em organização político partidária			
Fontes e Bibliografia	COSTA, Francisco da (2004). História do Governo Civil do Distrito do Porto. Porto: Ed. Governo Civil do Porto, p.725. LAPA, Albino (1962). <i>Governadores Civis de Portugal</i> . Lisboa. p. 217.		

Nome	Luís Monteiro Nunes da Ponte		
Nascimento	Resende, 17-11-1884	Falecimento	Porto, 29-12-1971
Origem geográfica			
Idade na tomada de posse	42		
Cargo	Governador Civil do Distrito do Porto		
Data do cargo	1926-1931		
Formação	Escola do Exército Curso de Engenharia Civil da Universidade do Porto (1914)		
Profissão	Oficial do Exército		
Carreira Profissional	Alferes de artilharia (1905) Tenente (1907) Major (1918) Comandante dos regimentos de Artilharia n.º 4 e 5º (1926-1931) Brigadeiro (1939) Reserva (1939)		
Carreira Política	Deputado em 1918, pelo Partido Nacional Republicano Governador Civil do Porto (1926-1931)		
Filiação em organização político partidária	Partido Nacional Republicano (1918)		
Fontes e Bibliografia	<p><i>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira</i>, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. Vol. XIX, pp. 69-70.</p> <p>LAPA, Albino (1962). <i>Governadores Civis de Portugal</i>. Lisboa. p.217.</p> <p>MARQUES, A.H. de Oliveira (coord.) (2000). <i>Parlamentares e Ministros da I.ª República (1910-1926)</i>. Porto: Edições Afrontamento, p.352.</p> <p><i>O Primeiro de Janeiro</i>, 31-12-1971, p.11. <i>Jornal de Notícias</i>, 31-12-1971, p.3-4. <i>Comércio do Porto</i>, 31-12-1971,p.8.</p>		

Nome	Artur Leal Lobo da Costa		
Nascimento	Olivais, 14/11/1882	Falecimento	03/12/1963
Origem geográfica	Olivais, Lisboa		
Idade na tomada de posse	49		
Cargo	Governador Civil do Distrito do Porto		
Data do cargo	25-05-1931 a 27-04-1933		
Formação	Escola do Exército		
Profissão	Oficial do Exército Professor Liceal		
Carreira Profissional	Voluntário no Exército (1899) Alferes (1905) Major (1925) Tenente-coronel (1935) Coronel (1938), Professor de Educação Física no Liceu de Passos Manuel		
Carreira Política	Comandante da Polícia de Segurança Pública (1927) Vogal Tribunal dos Géneros Alimentícios Membro da Comissão de Estudo e Distribuição de Leite à cidade de Lisboa Chefe da Repartição de Ligações do Ministério da Guerra Director da Casa de Reclusão do Governo Militar de Lisboa Professor de Educação física no Liceu de Passos Manuel Presidente da Comissão chamada a elaborar a nova lei do jogo Governador Civil de Leiria (14-11-1921 a 12/16/1922) Governador Civil de Coimbra (07/04/1927 a 27/07/1927) Governador Civil do Porto (25/05/1931 a 27/07/1932) Deputado da Nação (Dezembro de 1934) Governador Civil de Lisboa (1937) Governador efectivo do distrito autónomo do Funchal (1948) Deputado da Nação (Dezembro de 1934) Governador Civil de Lisboa (1937) Governador Civil do Distrito do Funchal (17/12/1948 a 02/06/1949)		
Filiação em organização político partidárias	Partido evolucionista Aderiu ao movimento de 28 de Maio União Nacional		
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Militar, <i>Processo Individual de Artur Leal Lobo da Costa</i> , cx. 2254; LAPA, Albino (1962). <i>Governadores Civis de Portugal</i> . Lisboa. p. 217; <i>O Século</i> , 04-12-1963, p.2; <i>Diário de Notícias</i> , 04-12-1963, p.8; <i>Jornal de Notícias</i> , 04-12.1963, p.2; <i>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira</i> , Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. Vol. XV, p.361; LUZ, Joana Vicente da (2005). «Artur Leal Lobo da Costa», in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.). <i>Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974</i> , vol.1, Edições ICS e AR, Lisboa, pp. 459-460.		

Nome	Domingos Luiselo Alves Moreira		
Nascimento	Coimbra, 26/06/1898	Falecimento	Lisboa, 06/06/1947
Origem geográfica	Coimbra		
Idade na tomada de posse	33		
Cargo	Governador Civil do Distrito do Porto		
Data do cargo	27/07/1932 a 27/04/1933		
Formação	Curso de Direito pela Universidade de Coimbra		
Profissão	Advogado Magistrado		
Carreira Profissional	Advogado Magistrado, desempenhou vários cargos públicos como por exemplo: Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo (1933) e assumiu a sua presidência entre 1933 e 1937, logo depois assume a presidência do Tribunal de Contas (1937-1947) Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo (1930) Presidente do Supremo Tribunal Administrativo (1933-37) Presidente do Tribunal de Contas (1937/1947)		
Filiação em organização político partidária			
Fontes e Bibliografia	<p><i>Jornal de Notícias</i>, 07-06-1947. p.5 <i>Comércio do Porto</i>, 07-06-1947. p.4 <i>Diário da Manhã</i>, 07-06-1947, p.6 <i>Diário de Notícias</i>, 07-06-1947, p.5. <i>O Século</i>, 07-06-1947, p.5. COSTA, Francisco da Costa (2004). <i>História do Governo Civil do Distrito do Porto</i>. Porto: Governo Civil, p. 731 LAPA, Albino (1962). <i>Governadores Civis de Portugal</i>. Lisboa. p. 217.</p>		

Nome	Fernão Couceiro da Costa		
Nascimento	Aveiro, 01/08/1895	Falecimento	Porto, 28/10/1957
Idade na tomada de posse	40		
Cargo	Governador Civil do Distrito do Porto		
Data do cargo	08/06/1935 a 30/06/1937		
Formação	Curso de Cavalaria na Escola de Guerra (1916) Curso de Matemática na Universidade do Porto (1925) Doutoramento em Matemática na Universidade do Porto (1929) Catedrático (1933)		
Profissão	Oficial do Exército (1913-1919) Professor Liceal Professor Universitário (1925) Catedrático (1933)		
Carreira Profissional	Assentou Praça (1913) Alferes (1916) Tenente (1917) Capitão (1919) Professor nos liceus Alexandre Herculano e Rodrigues de Freitas Assistente da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (1925) Professor auxiliar e extraordinário (1931) Professor catedrático (1933)		
Carreira Política	Director do Instituto do Vinho do Porto (1937-1938) Delegado na Carris pela Câmara Municipal do Porto (1945) Deputado (1945-1949) Membro da Comissão Concelhia e Distrital da União Nacional (antes de 1945) Vice-Presidente da Comissão Concelhia da U.N. do Porto (1945) Vogal da Comissão Consultiva da U.N. do Porto (1946)		
Filiação em organização político partidária	Sidonista União Nacional		
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Militar, <i>Processo individual de Fernão Couceiro da Costa</i> , cx. 1724, <i>Jornal de Notícias</i> , 20-10-1957, p. 7. <i>O Primeiro de Janeiro</i> , 29-10-1957, p.5. <i>O Comércio do Porto</i> , 29-10-1957, p.9. <i>Diário de Notícias</i> , 29-10-1957, p.8. AA.VV. (1947). <i>Quem é alguém</i> . Portugália Editora, Lda, Lisboa., p.252. LAPA, Albino (1962). <i>Governadores Civis de Portugal</i> . Lisboa. p. 217. <i>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira</i> , Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. Vol. VII, p. 931. CARVALHO, Rita Almeida de Carvalho (2005). «Fernão Couceiro da Costa », in CRUZ, Manuel Braga da; COSTA, António Costa. <i>Dicionário Biográfico Parlamentar: 1935-1974</i> . vol. IV, Lisboa: Edições ICS e AR, pp.464-465.		

Nome	Carlos Manuel de Oliveira Ramos		
Nascimento	Porto, 30/12/1893	Falecimento	Porto, 16/02/1940
Origem geográfica	Porto		
Idade na tomada de posse	44		
Cargo	Governador Civil do Distrito do Porto		
Data do cargo	12/10/1937 a 04/05/1938		
Formação	Curso de Matemática pela Universidade do Porto (1914) Curso Superior de Letras de Lisboa		
Profissão	Professor Liceal Escritor Jornalista		
Carreira Profissional	Professor no Liceu Rodrigues de Freitas		
Carreira Política	-		
Filiação em organização político anterior	Aderiu ao movimento monárquico em 1919 União Nacional		
Fontes e Bibliografia	<p><i>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira</i>, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. Vol. XXIV, p. 24.</p> <p>LAPA, Albino (1962). <i>Governadores Civis de Portugal</i>. Lisboa. p. 217.</p>		

Nome	Joaquim Trigo de Negreiros		
Nascimento	Longra Mirandela, 11/08/1900	Falecimento	Lisboa, 29/01/1950
Origem geográfica	Mirandela		
Idade na tomada de posse	38		
Cargo	Governador Civil do Distrito do Porto		
Data do cargo	04/05/1938 a 29/01/1941		
Formação	Curso de Direito pela Universidade de Coimbra (1923)		
Profissão	Advogado Magistrado Político		
Carreira Profissional	Advogado (1923-1943) Conservador do Registo Predial em Esposende (1926-1928) Conservador do Registo Predial de Valpaços (1928-1934) Secretário do Tribunal de Relação do Porto (1934 -1936) Delegado do Procurador da República. Presidente do Supremo Tribunal Administrativa (1958-1970)		
Carreira Política	Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor (1926- 1927) Conservador do Registo Civil e Predial em Esposende (1926-1928) Conservador do Registo Civil e Predial em Valpaços (1928- 1934) Secretário do Tribunal de Relação do Porto (1936) Delegado Procurador da República Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social e da Assistência Pública (1940-1941) Presidente do Instituto Nacional de Trabalho Previdência (1942-1943) Deputado do Estado Novo (1942-1961) Ministro do Interior (1950- 1958) Procurador à Câmara Corporativa (1960-1965 a 1969-1973) Vice Presidente da Junta de Exportação dos Cereais		
Actividade política posterior	União Nacional		
Fontes e Bibliografia	<p><i>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira</i>, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. Vol. XXXII, p.839.</p> <p>LAPA, Albino (1962). <i>Governadores Civis de Portugal</i>. Lisboa. p. 217.</p> <p>TRINDADE, Luís (2005). «Joaquim Trigo de Negreiros», in CRUZ, Manuel Braga da; PINTO, António Costa (dir.). <i>Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974</i>, vol.2, Edições ICS e AR, Lisboa, pp. 209-212.</p>		

Nome	António Augusto Pires de Lima		
Nascimento	Areias, 24/05/1880	Falecimento	Porto, 23/05/1953
Origem geográfica	Santo Tirso		
Idade na tomada de posse	61		
Cargo	Governador Civil do Distrito do Porto		
Data do cargo	29/01/1941 a 27/11/1944		
Formação	Curso de Direito na Universidade de Coimbra		
Profissão	Advogado Professor Liceal Escritor		
Carreira profissional	Advogado no Porto, Santo Tirso e Famalicão Professor de Liceu em Leiria, Porto e Lisboa (1902-1934) Reitor do Liceu de Rodrigues de Freitas e do Liceu Feminino (Porto)		
Carreira Política	Deputado pelo Partido Progressista (1905) Comissão de Estatística (1905) Director-geral do ensino liceal (1934-1940) Vice-Presidente da Junta Nacional da Educação		
Actividade política posterior	União Nacional		
Fontes e Bibliografia	<p><i>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira</i>, Editora Enciclopédica, Livraria, Lisboa/ Rio de Janeiro. vol XXI, p. 953</p> <p>LAPA, Albino (1962). <i>Governadores Civis de Portugal</i>. Lisboa. p. 217.</p> <p>Ó, Jorge Ramos do (2003). «António Augusto Pires de Lima», in NÓVOA, António (dir.) <i>Dicionário de Educadores Portugueses</i>. Porto: Edições Asa, p. 748-750.</p> <p>COSTA, Francisco Barbosa da (2004). <i>História do Governo Civil do Porto</i>. Porto: Governo Civil do Porto, p. 739.</p>		

Nome	Aníbal Martins Gomes Bessa		
Nascimento	Sé Nova, 26/09/1890	Falecimento	Porto, 27/01/1946
Origem geográfica	Coimbra		
Idade na tomada de posse	54		
Cargo	Governador Civil do Distrito do Porto		
Data do cargo	27/11/1944 a 12/02/1946		
Formação	Curso da Escola de Guerra Curso de Medicina da Universidade do Porto (1923)		
Profissão	Oficial do Exército Médico		
Carreira Profissional	Aspirante (1911) Tenente (1914) Capitão (1919) Coronel (1937) Direcção dos cursos de oficiais e de sargentos milicianos, Regimento de Infantaria (Penafiel) Comandante do Batalhão de Metralhadoras n.º3 (1941) Comandante e Presidente do Conselho Administrativo do Regimento de Infantaria, 6 (1942) Chefe do DRM 6 (1945) Médico do Instituto de Puericultura do Porto		
Carreira Política	Ajudante do Governador do Distrito de Moçambique (1916) Governador Civil do Distrito do Porto (1944-1946)		
Actividade política posterior	União Nacional		
Fontes e Bibliografia	Arquivo Histórico Militar, <i>Processo individual de Aníbal Martins Gomes Bessa</i> , cx. 2728. LAPA, Albino (1962). <i>Governadores Civis de Portugal</i> . Lisboa. p. 217. <i>O Comércio do Porto</i> , 28-01-1946, p.1 e 4. <i>O Primeiro de Janeiro</i> , 28-01-1946, p.1 e 2. <i>O Século</i> , 28-01-1946, p.2. <i>Diário da Manhã</i> , 28-01-1946, p.1 e 6. <i>Diário de Notícias</i> , 28-01-1946, p. 5. COSTA, Francisco Barbosa da (2004). <i>História do Governo Civil do Porto</i> . Porto: Governo Civil do Porto, p. 741.		